

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NÁDIA LUZIA BALESTRIN

SEGUINDO EM FRENTE: CAMINHOS DE ESPERANÇA E DESAFIOS PARA A
JUVENTUDE AGROECOLÓGICA DO MST

CURITIBA

2021

NÁDIA LUZIA BALESTRIN

SEGUINDO EM FRENTE: CAMINHOS DE ESPERANÇA E DESAFIOS PARA A
JUVENTUDE AGROECOLÓGICA DO MST

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Balestrin, Nádia Luzia

Seguindo em frente : caminhos de esperança e desafios para a juventude agroecológica do MST. / Balestrin Nádia Luzia – Curitiba, 2021.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Alfio Brandenburg

1. Ecologia agrícola - Paraná. 2. Juventude. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). 4. Assentamentos humanos. 5. História oral.
I. Brandenburg, Alfio, 1949-.III. Título.

CDD – 338.13



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **NÁDIA LUZIA BALESTRIN** intitulada: **SEGUINDO EM FRENTE: CAMINHOS DE ESPERANÇA E DESAFIOS PARA A JUVENTUDE AGROECOLÓGICA DO MST.**, sob orientação do Prof. Dr. ALFIO BRANDENBURG, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 07 de Outubro de 2021.

Assinatura Eletrônica
08/10/2021 09:04:55.0
ALFIO BRANDENBURG
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
07/10/2021 19:31:55.0
ANA LUIZA FAYET SALLAS
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
08/10/2021 10:33:43.0
JOEL ORLANDO BEVILAQUA MARIN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)

Assinatura Eletrônica
14/10/2021 18:24:41.0
CLAIRE LAMINE
Avaliador Externo (INSTITUT NATIONAL DE LA RECHERCHE
AGRONOMIQUE)

Dedicatória

*A todos os jovens camponeses, especialmente
os comprometidos com a agroecologia e suas lutas!*

*Ao meu querido filho, Tiago Francisco!
Um jovem cheio de vida e otimismo!*

*Ao meu pai, Silvino Balestrin e minha mãe Nicolina Ghisleni!
Aos meus ancestrais!*

Agradecimentos

Quando chegamos nessa parte da tese somos tomados pela emoção e gratidão. Passa um filme na cabeça! A retrospectiva que fazemos nos coloca em contato com um longo caminho, marcado por encontros, desencontros, descobertas, frustrações, dores, aprendizado, recomeços, reescritas, alegrias e tantas outras coisas. Foram muitos interlocutores, diretos e indiretos, que generosamente colaboraram nessa travessia da elaboração da tese. Assim consideramos que concluir esse processo foi possível às inúmeras mãos que se estenderam, nos acolheram, cederam seu tempo, nos ouviram, nos apoiaram, nos questionaram, nos cuidaram e algumas secaram as lágrimas e ajudaram a levantar e continuar a caminhada.

Primeiramente queremos agradecer à possibilidade de desenvolver o doutorado, mestrado e graduação numa universidade pública de ensino, a UFPR. Um espaço de estudo, ensino e pesquisa para além da mera mercantilização da educação. Temos a dose máxima de apreço a essa Instituição e seu corpo docente, que fez toda a diferença em nossa vida. Assim, nos somamos a todos os que defendem o ensino público de qualidade, como um direito de todo cidadão, e a não privatização das universidades públicas. Nossa profunda gratidão à essa “Casa de Saberes”.

Gratidão ao orientador e professor, Dr. Alfio Brandenburg. Tomamos emprestadas as palavras do poeta Kalil Gibran, em sua obra “O Profeta” (1923), quando indagado por um professor sobre o ensino: “O mestre que caminha à sombra do templo, rodeado de discípulos, não dá de sua sabedoria, mas sim de sua fé e de sua ternura. Se ele for verdadeiramente sábio, não vos convidará a entrar na mansão de seu saber, mas conduzirá antes ao limiar de vossa própria mente” (GIBRAN, p.53). Prof. Alfio, além de nos conduzir com ternura e sabedoria, ao voo com as nossas próprias asas, na construção do conhecimento, aperfeiçoamento de nossas habilidades e amadurecimento intelectual, nos acolheu em nossas dificuldades e lágrimas. Não só nos acolheu como não nos deixou sucumbir e motivou a continuar lutando. E assim como um delicioso café com um pedaço de bolo, a força e a esperança novamente foram ganhando forma.

Também somos tomados por um profundo sentimento de gratidão aos demais professores das disciplinas que cursamos. Gratidão à professora Dra. Marlene Tamanini, pelo seu empenho e compromisso intelectual e metodológico com os fundamentos epistemológicos da Sociologia. Isso nos desafiou a estudar, ler, aprofundar numa busca incessante. Gratidão à professora Dra. Ana Luisa Fayet Sallas, que surpreendentemente proporcionou olhar para a Sociologia com as lentes da emoção existente nas relações sociais. Isso nos tocou profundamente pois em toda a trajetória de formação sociológica sentíamos falta dessa peça no quebra-cabeça. Numa das primeiras aulas nos pediu para levarmos uma imagem com a qual nos identificássemos. Levei a imagem de um equilibrista andando sobre uma corda entre duas montanhas entrecortadas por um precipício (*Slackline Highline*). Mal sabíamos, que era um prenúncio dos momentos desafiadores que iríamos viver ao longo do percurso do Doutorado. Gratidão à professora Dra. Maria Tarcisa Silva Bega, por seu olhar aguçado e crítico em relação à questão do Estado e Políticas Públicas e cidadania, bem como a sua generosidade acolhedora. Gratidão ao professor. Dr. Jorge Montenegro pelas dicas e exercícios de escrita que nos ajudaram muito na arte de escrever a tese. Gratidão ao professor Dr. Jaime Santos Junior que nos possibilitou assistir como ouvinte, suas aulas de metodologia, sobre História Oral. Uma de suas observações, sobre a pesquisa empírica é de que “os lugares têm cheiro”. Nas nossas idas à campo, com todas as limitações decorrentes da pandemia, tentamos prestar atenção, às minúcias que não eram visíveis, mas absorvidas pelos demais sentidos. Gratidão a Dra. Claire Lamine, do *Institut National de la Recherche Agronomique (INRA)* da França, que sempre foi muito solícita e nos acolheu gentilmente na tentativa (frustrada) de fazer um Doutorado Sanduíche CAPES/Cofecub.

Gratidão à coordenação e a todos os demais professores do Programa de pós-Graduação, aos colaboradores, especialmente ao Katiano que sempre se prontificou a prestar esclarecimentos acadêmicos. Aos integrantes do CERU, aos colegas do Projeto de estudo das Jornadas de Agroecologia, onde juntos partilhamos experiências, debatemos e fomos amadurecendo. À Cristiane Coradin que compartilhou dados históricos do assentamento Emiliano Zapata e à Priscila Santos que cedeu suas imagens registradas nas Jornadas. Gratidão ao geógrafo Otacílio Luz que confeccionou o mapa que situa o universo de pesquisa e à Luciana Zatera que fez a correção ortográfica da tese.

Gratidão profunda a todos os interlocutores do MST que nos auxiliaram na execução da pesquisa empírica e coleta de dados. Foram muitos e não vamos nomeá-los. Um obrigado muito especial a todos os jovens entrevistados, às lideranças dos coletivos de jovens, lideranças locais, estadual e nacional, que mesmo com tantos afazeres, dispuseram de seu tempo, seja na pesquisa *in loco* ou na pesquisa feita por WhatAsap. Vocês são os atores principais dessa tese. Esperamos como retribuição e compromisso social proporcionar-lhes algumas reflexões sobre o tema da juventude e agroecologia.

Gratidão aos queridos amigos, que em muitos momentos foram o cajado que não nos deixou cair ou a mão amiga que nos ergueu do chão. Dentre eles, Renata Garbossa e Rodolfo Silva que nos incentivaram a encarar o Doutorado, sempre generosos, acolhedores e solidários. À amiga Andrea Komineck por todas suas manifestações de afeto, cuidado e carinho. Às queridas vizinhas, Márcia Guedes pela acolhida, paciência e nossas inúmeras conversas e à Graciela Bolzon por suas palavras de sabedoria, otimismo, coragem e força. A todos que nos acompanharam e emanaram boas energias, mesmo à distância e sem nomeá-los, sintam-se todos abraçados!

Gratidão aos queridos pais Silvino Balestrin e Nicolina Ghisleni que acolheram a minha vida e dentro das suas condições deram seu melhor para que nos desenvolvêssemos e seguíssemos nosso caminho. Aos queridos irmãos Ivan, Ana, Celso, Marisa e Nilse (cunhada), que sempre foram solícitos e torceram para que tudo desse certo. Aos queridos sobrinhos, Natali, Naiara e Marco, jovens cheios de vida e sonhos. À família Mallmann que mesmo distante sempre se fez presente apoiando. Ao meu querido companheiro Loivo José Mallmann pela sua generosidade e carinho em me acompanhar nas idas a campo e adequar a tese às normas científicas. Diante dos inúmeros desafios que encontramos no caminho, tentamos nos lapidar e nos tornar pessoas melhores. Ao meu querido, amado filho, Tiago Francisco, tão jovem, mas tão maduro na compreensão dos dilemas da vida. Quantas vezes tentou nos tirar de algum afazer doméstico, dizendo: “Vai escrever a tese”. Ao Bob e ao Félix, nossos integrantes felinos na família. Entre um miado, um ronronar e uma brincadeira, nos desestressaram.

Não posso deixar de agradecer aos cuidadores da saúde durante esse período. Ao fisioterapeuta Fabiano Novack que nos “consertou” todas as vezes em que tivemos

problemas de tensão muscular, lombar devido aos longos períodos de má postura. À Dra. Nobuco Tanaka, médica homeopata que nos auxiliou por meio das indicações dos florais quânticos vibracionais, a manter o equilíbrio e fazer exercícios de gratidão e mudar para uma frequência de abundância e não de falta. À psicóloga Sheila Drumond, que nos acolheu e proporcionou olhar para dentro de nós mesmos, observar as luzes e as sombras, nos conhecer um pouco mais, e entrar num processo de reconstrução e reinvenção.

Gratidão à banca de qualificação composta pela professora Dra Maria Inez Paulilo (UFSC), professora Dra Claire Lamine (*INRAE*) e professor Dr. Jorge Montenegro (UFPR), pela disponibilidade e significativas contribuições a essa tese. À banca de defesa enriquecida pela presença da professora Dra. Ana Luisa Fayet Sallas (UFPR), pelo professor Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin (UFSM) e pela professora Dra. Claire Lamine (*INRAE*). Muito obrigada por disporem do seu tempo e saber!

Por fim, gratidão aos ancestrais que me ancoram em seus ombros, à espiritualidade, aos seres de luz, que me iluminaram e auxiliaram a clarificar situações, enfrentar obstáculos e conseguir fechar esse ciclo de múltiplos aprendizados!!!

Cântico da Terra

(Cora Coralina)

*Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.*

*Eu sou a fonte original de toda a vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou telha de cobertura de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
e certeza tranquila ao teu esforço.
Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do Criador,
e a mim tu voltarás no fim da lida.
Só em mim acharás descanso e paz.*

*Eu sou a grande mãe universal.
Tua filha, tua noiva e desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.*

*A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.*

*E um dia bem distante
a mim tu voltarás.
E no canteiro materno de meu seio
tranquilo dormirás.
Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha.
Fatura teremos
E donos de sítio
felizes seremos.*

RESUMO

Esse estudo teve como objetivo compreender a inserção do jovem no processo de ecologização do MST e ao mesmo tempo analisar os fatores motivadores e limitadores que possibilitam ao jovem camponês agroecológico a sua permanência no campo. A pesquisa empírica foi desenvolvida com o uso da história oral com os jovens que estão inseridos na prática agroecológica, em dois assentamentos – Contestado (Lapa/Pr) e o São Joaquim (Teixeira Soares/Pr) e com dois acampamentos - Jose Lutzenberger (Antonina/Pr) e o Emiliano Zapata (Ponta Grossa/Pr) e com lideranças do MST e observação nas últimas três Jornadas Agroecológicas realizadas. Como categorias analíticas, utilizamos o *habitus*, para situar as relações familiares, como um dos espaços de sociabilidade e vida de consolidação do projeto agroecológico. Identificamos que ainda se fazem presentes relações com resquícios patriarcais, mas que, pela concepção de agroecologia que vem sendo construída, pela soma de várias lutas, dentre elas a questão de gênero, há um “afrouxamento” nessas relações. Isso reflete positivamente para os jovens pelo clima de mais abertura, que se cria na família e potencializa sua autonomia e liberdade, como um dos fatores motivadores para ficar no campo. Contudo, ainda persistem questões desafiadoras como gênero, a dificuldade de acesso à DAP, fragilidade das políticas específicas para os jovens e para a agroecologia, participação nos Coletivos de juventude, dentre outros. Uma outra categoria analítica, usada nesse estudo, é a Ecologia Política/Racionalidade ambiental. A agroecologia como um projeto em construção que vai formando uma nova racionalidade, ambiental. As jornadas de agroecologia e a educação, com foco agroecológico contribuem para a consolidação do projeto de ecologização do MST. Nesse processo, os jovens ocupam um lugar de vanguarda, têm o potencial de dinamizar a vida no campo e são a força motriz e multiplicadora desse projeto.

Palavras- chave: Juventude agroecológica – MST – *Habitus* - Racionalidade ambiental

ABSTRACT

This study aimed to understand the insertion of young people in the MST's greening process and, at the same time, analyze the motivating and limiting factors that enable the young agroecological peasant to remain in the countryside. The empirical research was developed with the use of oral history with young people who are inserted in the agroecological practice, in two settlements – Contestado (Lapa/Pr) and São Joaquim (Teixeira Soares/Pr) and with two camps - Jose Lutzenberger (Antonina /Pr) and Emiliano Zapata (Ponta Grossa/Pr), and with MST leaders and observation in the last three Agroecological Conferences held. As analytical categories, we use the *habitus* to situate family relationships as one of the spaces of sociability and life of consolidation of the agroecological project. We identified that relationships with patriarchal remnants are still present, but that, due to the concept of agroecology that has been built, by the sum of various struggles, including the issue of gender, there is a “loosening” in these relationships. This reflects positively on young people due to the climate of more openness, which is created in the family and enhances their autonomy and freedom, as one of the motivating factors for staying in the countryside. However, challenging issues such as gender, difficult access to DAP, weakness of specific policies for young people and for agroecology, participation in Youth Collectives, among others, still persist. Another analytical category used in this study is Political Ecology/Environmental Rationality. Agroecology as a project under construction that forms a new, environmental rationality. The agroecology and education days, with an agroecological focus, contribute to the consolidation of the MST's greening project. In this process, young people are at the forefront, have the potential to make life in the countryside more dynamic and are the driving force and multiplier of this project.

Keywords: Agroecological Youth – MST – *Habitus* - Environmental rationality

RÉSUMÉ

Cette étude visait à comprendre l'insertion des jeunes dans le processus de verdissement du MST et, en même temps, à analyser les facteurs motivants et limitatifs qui permettent au jeune paysan agroécologique de rester à la campagne. La recherche empirique a été développée avec l'utilisation de l'histoire orale avec des jeunes qui sont insérés dans la pratique agroécologique, dans deux localités - Contestado (Lapa/Pr) et São Joaquim (Teixeira Soares/Pr) et avec deux camps - Jose Lutzenberger (Antonina /Pr) et Emiliano Zapata (Ponta Grossa/Pr), et avec les dirigeants du MST et l'observation des trois dernières conférences agroécologiques tenues. En tant que catégories analytiques, nous utilisons l'habitus pour situer les relations familiales comme l'un des espaces de sociabilité et de vie de consolidation du projet agroécologique. Nous avons identifié que les relations avec les vestiges patriarcaux sont toujours présentes, mais que, du fait du concept d'agroécologie qui s'est construit, par la somme de diverses luttes, dont la question du genre, il y a un « relâchement » de ces relations. Cela se répercute positivement sur les jeunes en raison du climat de plus grande ouverture, qui se crée dans la famille et renforce leur autonomie et leur liberté, comme l'un des facteurs de motivation pour rester à la campagne. Cependant, des problèmes tels que le genre, l'accès difficile au DAP, la faiblesse des politiques spécifiques pour les jeunes et pour l'agroécologie, la participation aux Collectifs de Jeunes, entre autres, persistent. Une autre catégorie analytique utilisée dans cette étude est l'écologie politique/la rationalité environnementale. L'agroécologie comme projet en construction qui forme une nouvelle rationalité environnementale. Les journées agroécologie et éducation, à vocation agroécologique, contribuent à la consolidation du projet de verdissement du MST. Dans ce processus, les jeunes sont au premier plan, ont le potentiel de dynamiser la vie à la campagne et sont le moteur et le multiplicateur de ce projet.

Mots-clés : Jeunesse agroécologique – MST – *Habitus* - Rationalité environnementale

LISTA DE SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

CEDEJOR - Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CONJUBE - Conselho Nacional de Juventude

COTRARA - Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária

CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CERU – Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná

CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

CPT - Comissão Pastoral da Terra

COVID-19 - Coronavírus *Disease 19*

DAP - Documento de Aptidão ao Pronaf

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

ELAA - Escola Latino Americana de Agroecologia

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IFPR - Instituto Federal do Paraná

INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária

INRAE - Institut National de la Recherche Agronomique

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PAA - Programa Nacional de Aquisição de Alimentos

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROCERA - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão do Jovem

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT - Partido dos Trabalhadores

OGMs – Organismos Geneticamente Modificados.

ONGs – Organizações Não Governamentais

RMC - Região Metropolitana de Curitiba

RS - Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SP - São Paulo

SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNE - União Nacional dos Estudantes

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1 - Localização de Assentamentos e Acampamentos do MST pesquisados na Região Sul do Paraná 39
- FIGURA 2 - Jornada Agroecológica 2018, Curitiba (PR) – Mesa Redonda (UFPR) Fonte: Priscila Santos.....147
- FIGURA 3 - Jornada Agroecológica de 2019, Curitiba (PR). Integrantes do Grupo de Pesquisa sobre as Jornadas e CERU (UFPR). Fonte: Priscila Santos..... 149
- FIGURA 4 - Jornada Agroecológica de 2019. Praça Santos Andrade, Curitiba (PR). Feira de produtos e gastronomia. Fonte: Priscila Santos..... 152

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 UM POUCO DE MINHA TRAJETÓRIA PESSOAL	17
1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	23
1.3 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	28
1.3.1 Categorias analíticas	32
1.3.2 Técnica: história oral	35
2 A JUVENTUDE EM QUESTÃO	47
2.1 CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE	48
2.2 A JUVENTUDE E A SOCIOLOGIA NO BRASIL	55
2.3 A JUVENTUDE RURAL	59
2.4 A JUVENTUDE DO MST NA PERSPECTIVA DA GERAÇÃO	70
3 OS JOVENS CAMPONESES AGROECOLÓGICOS DO MST: O DESAFIO DAS RELAÇÕES PATRIARCAIS E SUA AUTONOMIA	85
3.1 CONTEXTUALIZANDO OS JOVENS CAMPONESES AGROECOLÓGICOS	85
3.1.1 Jovem do MST e a educação: um processo contínuo	87
3.1.2 Jovem e agroecologia: a terra, seus frutos e a comercialização	95
3.2 OS JOVENS AGROECOLÓGICOS FRENTE A HERANÇA CULTURAL DO PATRIARCADO	100
3.3 OS JOVENS CAMPONESES AGROECOLÓGICOS NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES FAMILIARES	105
3.4 O DESAFIO DA AUTONOMIA PARA OS JOVENS CAMPONESES AGROECOLÓGICOS	113
4 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO AGROECOLÓGICO DO MST NA PERSPECTIVA DOS JOVENS CAMPONESES: UMA ALTERNATIVA PARA FICAR NO CAMPO	126
4.1 O MST COMO UM MOVIMENTO SOCIAL ECOLÓGICO	126
4.2 A AGROECOLOGIA COM UMA PROJETO TRANSFORMADOR EM CONSTRUÇÃO	135

4.3 AS JORNADAS DE AGROECOLOGIA: APRENDIZADO, ENCONTRO E FORTALECIMENTO	144
4.4 TRANSIÇÃO ECOLÓGICA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS E PERSPECTIVAS	158
4.4.1 “A juventude é esse fermento no meio dessa massa camponesa”	168
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS	180

1 INTRODUÇÃO

*Caminhante, são teus passos
o caminho e nada mais;
Caminhante, não há caminho,
faz-se caminho ao andar.
Ao andar se faz caminho,
e ao voltar a vista atrás
se vê a senda que nunca
se voltará a pisar.
Caminhante, não há caminho,
mas sulcos de espuma ao mar.*

(Antônio Machado, poeta espanhol)

1.1 UM POUCO DE MINHA TRAJETÓRIA PESSOAL

As questões ligadas à terra e à natureza sempre me tocaram. Tenho uma relação afetiva com esse tema, pois remete a toda minha ancestralidade que sempre esteve ligada à terra. Ainda na Itália, mais especificamente ao norte, os Balestrin (paterno) viviam na província de Treviso e os Ghisleni (materno), na província de Bérgamo. Ambas as famílias não possuíam terra e como muitas outras, no século XIX, enfrentavam dificuldades decorrentes de um cenário italiano de pobreza, desemprego, doenças e fome.

Diante dessa precariedade, meu bisavô Ghisleni, ainda jovem, após o falecimento de seu pai, foi trabalhar na França, na construção de uma ferrovia. Em seu retorno disse à sua mãe: “Aqui não há como ganhar a vida. Eu vou para a América (querendo dizer o Brasil) e de lá mando o dinheiro para sustentar a família”. Minha tataravó teve uma reação súbita, decidida e disse: “Então vamos todos” (GHISLENI, 1995, p. 9-10). A decisão da matriarca da família fez com que ela e seus oito filhos deixassem a pequena cidade de *Sotto Il Monte*, no norte da Itália e, em janeiro de 1885, chegassem ao Rio de Janeiro, no Brasil. Em seguida foram para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde os agentes de colonização, fizeram o encaminhamento para as colônias e a distribuição dos lotes de terra que, geralmente, era um processo muito lento. Já em solo brasileiro, tornou-se visível a contradição entre as promessas anunciadas pelo governo imperial e a dura realidade. Foram morar na comunidade Nossa Senhora do Carmo, no interior do município de Garibaldi, hoje pertencente ao município de Daltro Filho, no Rio Grande do Sul. À revelia de todas as dificuldades da travessia do Atlântico, do deslocamento fluvial e do trajeto a pé, os relatos históricos

mostram a alegria da realização do sonho de ter a posse da terra e dela poder tirar seu sustento.

Por ser o filho mais velho, meu bisavô materno, depois de ter encaminhado todos os irmãos, casou-se e teve seis filhos. Como a terra que possuía não era suficiente para todos, adquiriu terras no interior de Cruzeiro do Sul, hoje Joaçaba, em Santa Catarina. Ali, meu avô e seu irmão instalaram-se e começaram a cultivar a terra, fazendo suas roças. Por ser um caminho de tropeiros, que faziam o trajeto de Cruzeiro do Sul a Palmas no Paraná, denominaram esse lugar de Roça Grande, denominação que perdura até hoje.

Também os Balestrin (paterno), entre ficar na Itália, na pobreza, na fome, desemprego, não ter terra, ou partir, optaram pela busca de uma vida melhor, com possibilidade de ter acesso à terra no Brasil e nela poder plantar, produzir e viver. Também apostaram na possibilidade de um novo projeto de vida, na América. Meus tataravôs paternos chegaram ao Brasil em 1883 e foram encaminhados para a região subtropical, fixando-se, num primeiro momento, em Pinto Bandeira, no Rio Grande do Sul. Meu bisavô era criança e ainda adolescente perdeu seus pais, o que lhe fez assumir responsabilidades para com a família. Casou-se com 21 anos e teve 12 filhos, sendo 9 homens e 3 mulheres (PANAZZOLO, 2018).

Uma das preocupações dele era com o encaminhamento dos filhos (homens) que, conforme iam se casando, precisavam de terra para viver. Nessa época, morando em Sananduva (RS), viajou para Santa Catarina, a fim de comprar terras para seus filhos. Após o casamento, cada filho, obrigatoriamente, ficava morando na casa dos pais, ajudando nas atividades da lavoura, na criação dos porcos e na produção da banha, a fim de poder pagar as terras compradas em Santa Catarina. Passado esse período, num grande mutirão, deslocavam-se em carroças puxadas por mulas com os parques pertences, rumo à nova terra, situada na Linha da Prata, no município de Água Doce (SC). As 3 mulheres não ganharam terra, pois, numa concepção patriarcal, as terras seriam responsabilidade de seus maridos e tampouco a ganhavam como herança (PANAZZOLO, 2018).

Os nove irmãos, com suas respectivas famílias, mantiveram a prática do mutirão, que era realizado no período da colheita da uva e do trigo. Cultivavam milho, trigo, criavam galinhas, vacas e porcos para consumo próprio e o excedente era

comercializado. Meu avô teve seis filhos (3 homens e 3 mulheres). Seguindo a tradição, somente os filhos homens tiveram acesso à terra. Meu pai casou-se em 1959 e “ganhou” uma colônia de terra. Durante dois anos, os ganhos provenientes da produção foram destinados ao meu avô como forma de pagamento pela posse da terra. Minha mãe, também filha de agricultor, não herdou terra, que era exclusividade dos filhos homens.

Meus pais tiveram cinco filhos, dois homens e 3 mulheres. Desde criança, sempre acompanhamos a rotina da vida na roça: plantar, capinar, colher, cuidar e tratar os animais, patos, galinhas, porcos e ordenhar as vacas. Tenho lembrança de algumas práticas de mutirão para a colheita do trigo, da soja, dos “brodos” acompanhados de vinho nos aniversários, da partilha recíproca da carne com os vizinhos, quando se abatia um porco, do plantio de tudo o que se consumia (feijão, lentilha, fava, vagem, abobrinha, batata inglesa, batata doce, batata salsa, alho, cebola) e de uma robusta e diversificada horta. Com o tempo, foram acontecendo mudanças e algumas práticas se perdendo. Mas mesmo com todas as transformações da modernidade, ainda hoje, existe uma porção de solidariedade entre os vizinhos (todos parentes), como o cuidado com o gado em caso de viagem ou doença, a troca de dias de serviço no preparo da silagem, o empréstimo de máquinas, dentre outros pequenos gestos.

Frequentemente ouvíamos dos nossos pais: estudem, pois não queremos que tenham uma vida sofrida como a nossa. Levamos essa orientação muito a sério. O trabalho árduo e as limitações econômicas não nos apontavam perspectivas favoráveis para a construção de um projeto de vida na roça. Somente um irmão ficou morando perto dos meus pais, concluiu o ensino médio e decidiu não prosseguir nos estudos. Eu e minhas irmãs, na década de 1980, fomos para o convento, numa congregação religiosa da região, e lá concluímos o ensino médio. Os conventos femininos e seminários masculinos estavam sempre cheios de jovens que, mesmo não seguindo a vida religiosa, acreditavam que seria uma forma de sair de casa, buscar um outro caminho e conquistar certa autonomia.

Meu pai, hoje com 85 anos, e minha mãe com 83 ainda residem na Linha da Prata e principalmente meu pai resiste em lá ficar. Hoje, com mais recursos tecnológicos, o trabalho é mediado pela máquina, seja na ordenha das vacas, na plantação e colheita bem como no frequente uso de insumos químicos, adubos e

pesticidas. Meu irmão que ficou próximo aos pais é casado e tem duas filhas. Uma delas já concluiu o ensino superior, trabalha na cidade, mas mora com os pais. A outra está estudando numa universidade próxima e também mora com os pais. A questão que se apresenta é se haverá sucessor para dar continuidade às atividades agrícolas. Provavelmente, os olhares se voltam para a vida urbana, também em função da escolha profissional que fizeram.

Sendo fiel ao indicativo que aponta uma redução da população do campo, no Brasil, observa-se nitidamente que, em outras famílias das redondezas, ocorreu significativa migração dos jovens para as cidades, bem como a redução do número de filhos por casal. Dentro de uma perspectiva de agricultura convencional, o rural vem perdendo seus atrativos e o modelo de vida que o jovem projeta é o urbano. Dos cinco filhos, quatro não retornaram, estudaram (ensino superior) e construíram uma trajetória profissional na cidade. Mas posso afirmar que minha “alma” continua camponesa.

Durante o período de formação na vida religiosa, fui intensificando o olhar crítico, principalmente, em 1984, com toda a questão em pauta das “Diretas Já”, o fim da ditadura militar e a redemocratização do Brasil. Em 1985, já feitos os primeiros votos na vida religiosa fui designada, com 19 anos, a trabalhar na Pastoral da Juventude, no município de Mundo Novo, na Bahia. Nesse período efervescente, me aproximei da Pastoral da Terra. Vi com meus olhos a força do coronelismo, ainda presente no nordeste brasileiro, e os reflexos da casa grande/senzala, ainda presentes nas relações sociais. A Teologia da Libertação e a figura de Frei Leonardo Boff e suas obras foram grande inspiração para prosseguir na caminhada com o sertanejo sofrido e forte. Mas também foi o que me levou à ruptura com a vida religiosa. Talvez jovem sonhadora demais, não consegui conviver com o fardo institucional que geralmente se colocava à frente do verdadeiro compromisso assumido.

Retornei ao Sul no final de 1986 e no ano seguinte, fui trabalhar em uma cooperativa agrícola da região do meio oeste de Santa Catarina. Aí pude perceber de perto a fragilidade da participação e do entendimento da cooperação por parte dos agricultores e até de seus gestores. Diante dessas vivências, senti necessidade de continuar os estudos. Como Curitiba era referência para muitos jovens da minha cidade, que desejavam avançar nos estudos, em 1989, parti rumo à capital

paranaense. Foi uma situação desafiadora, já que meus pais agricultores não poderiam bancar meus estudos e meu senso de autonomia exigia a manutenção de minha emancipação financeira. Como milhares de outros jovens que migraram do campo para a cidade, eu também parti. Era preciso encarar o estudo, o trabalho e a responsabilidade pela sobrevivência. Mas logo consegui trabalho num Sindicato, o que me reaproximou dos movimentos sociais e das lutas sociais aqui em Curitiba.

No período de 1991-1995, realizei o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná. Tenho por essa instituição todo respeito e carinho. Ainda hoje, quando chego no pátio da Reitoria, tenho um sentimento como se estivesse pisando em solo sagrado. Sou profundamente grata à UFPR e aos seus professores pela imensurável contribuição no meu processo de formação (graduação, mestrado e doutorado) e de tantos outros estudantes. É inimaginável pensar a soberania de uma nação sem o cuidado e o investimento com a educação pública. Concluí a graduação em 1995 e meu trabalho de pesquisa de conclusão foi o marco inicial de estudos sociológicos na área da Sociologia Rural. Na ocasião, realizei um estudo de caso de uma cooperativa de laticínios, situada na região metropolitana de Curitiba. A proposta era refletir sobre a participação de seu quadro social e a percepção de seus associados em relação à cooperação e à repercussão no seu cotidiano. Identifiquei o embate entre os pequenos e os grandes produtores de leite, bem como as limitações da própria cooperativa em dar conta da diversidade de seus associados, muitas vezes, privilegiando o grupo dos que possuíam mais capital econômico e tecnologia.

Concluída a graduação, passei a trabalhar com a educação, que passaria a ser minha ocupação profissional pelos 21 anos subsequentes. Comecei na educação fundamental e no ensino médio e, depois da conclusão do mestrado, no ensino superior. No mestrado (2000-2002), um elemento novo foi incorporado à minha pesquisa: a questão ambiental. Pesquisei a agricultura orgânica e os atores envolvidos nesse processo, dentre eles os agricultores orgânicos integrantes de uma associação de agricultura orgânica do Paraná. Nesse intervalo de tempo, até 2016, casei e tive filho, e as atividades do cotidiano e do trabalho absorveram-me totalmente, assim como muitas mulheres fazem em prol da família. Sentindo a necessidade de qualificação e aprofundamento, em 2017, iniciei o doutorado, conciliando a vida profissional e familiar com o estudo.

Em julho de 2018, o diagnóstico de doença oncológica de meu marido nos lançou num novo ciclo, marcado por muitas consultas médicas, exames, quimioterapia, radioterapia etc. Às vezes, a vida muda a direção e nos impõe exigências obrigatórias, e o único foco é lutar pela vida. As inúmeras idas ao Hospital Erasto Gaertner, que até então não conhecia, as salas de espera cheias todos os dias, com gentes de todos os cantos do Paraná e de estados vizinhos, tornou-se um palco de “investigação” silenciosa. No começo, marcada por muita dor. Mas, aos poucos, foi se alargando o campo da reflexão. A obra de Ulrich Beck, “A Sociedade de Risco” (2011), ganhou mais sentido ainda e permitiu vivenciar na pele o cenário patológico, decorrente do crescente processo de contaminação da modernidade, da sociedade capitalista industrial em que vivemos e suas repercussões na vida e na saúde.

Em função desse quadro e da recidiva da doença, em 2019, minha pesquisa empírica foi adiada para 2020. Para acelerar o processo, fui a campo nos meses de janeiro, fevereiro e março, sem imaginar que seríamos acometidos por um fato extraordinário, a pandemia de *covid-19*, que abruptamente nos afastou socialmente e impôs novas práticas de convivência e higiene. O medo ganhou proporções alarmantes diante do inusitado, o contágio e a própria morte. Iniciava-se ali mais uma batalha em proporções até então desconhecidas. O terror mortal de um inimigo invisível, desconhecido, assustador, letal e uma tese para escrever... Os desafios foram se somando, agora em escala planetária. Num misto de dores, lágrimas, esperanças e medos, o lema passou a ser “um dia de cada vez”. O desafio de escrever uma tese já é grande por si só e, quando vem acompanhado de outros “ingredientes”, torna-se mais difícil ainda. Certamente, não era isso que teríamos planejado. Mas a vida tem seu curso, muitas vezes com nuances caprichosas e desestabilizadoras, que fogem completamente de nossa compreensão racional.

Gostaria de ter retornado ao campo mais vezes, mas, em função da pandemia, tornou-se inviável, em 2020. A expectativa era de que, em 2021, tudo estaria mais tranquilo e a vida iria tomando um curso menos preocupante e limitador. Muito pelo contrário, a situação se agravou mais ainda, chegando nos primeiros meses do ano a uma média de quase 3 mil mortos por dia. Nesse cenário que, a princípio, eu achava promissor para retornar ao campo, não se viabilizou. Os dados complementares foram coletados de modo on-line, assim como a maioria das atividades do cotidiano passaram a acontecer. Por outro lado, muitas histórias para contar, por exemplo,

como é escrever uma tese em tempos tão sombrios e pandêmicos. Contudo, os recursos tecnológicos facilitaram os contatos e levaram à conexão a partir de uma outra perspectiva, numa imersão total na revolução da tecnologia da informação.

Nesse contexto situamos o processo de construção de nossa tese que se apresenta assim estruturada: no capítulo um, situamos a delimitação do problema, os objetivos, as hipóteses, a trajetória metodológica, o universo de pesquisa e a coleta de dados, por meio da história oral. No capítulo dois, apresentamos o tema da juventude: concepções, a juventude e a sociologia e a juventude agroecológica do MST, na perspectiva de geração. No capítulo três, primeiramente, situamos um perfil/contexto dos jovens agroecológicos. Em seguida, na perspectiva do *habitus* de Bourdieu, analisamos as relações familiares e sociais, ainda marcadas por elementos patriarcais. Utilizamos a categoria do patriarcado para situar os fatores limitadores/motivadores em relação à autonomia do jovem. Identificamos, na pesquisa, manifestações de certo “afrouxamento” das relações patriarcais que repercute na autonomia dos jovens.¹ No quarto capítulo, o foco se volta para os jovens na construção do projeto agroecológico do MST. Utilizamos como perspectiva metodológica a Ecologia Política, com foco na racionalidade ambiental, para iluminar as experiências ecológicas, que vem sendo construídas por esses atores. Por fim, as considerações finais, em que pontuamos alguns aspectos, a partir do estudo desenvolvido. Podemos dizer que, mais do que muitas respostas, suscitaram muitas outras perguntas que nos desafiam a realizar novos estudos. Em relação à estrutura dos capítulos, optamos por não fazer um capítulo exclusivamente teórico, mas em cada um deles ir construindo o diálogo entre os dados coletados, a teoria e a análise.

1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Num primeiro momento, a proposta de estudo a ser desenvolvida no doutorado seria em relação à juventude camponesa no Estado do Paraná e seu projeto de permanência no campo (ou não), diante das mudanças decorrentes da modernização da agricultura e urbanização. O intuito era identificar quais fatores contribuem para

¹ Usamos, neste estudo, a categoria *patriarcado* que, por sua vez, está conectada com a discussão de gênero. Apesar de reconhecer a relevância dessa discussão, não tivemos como propósito aprofundá-la, pois entendemos que, para fazer jus à sua complexidade, requer um estudo específico sobre o que não é nosso propósito neste momento. Estudos posteriores poderão ser desenvolvidos sobre a temática.

que os jovens vislumbrem perspectivas de continuidade e permanência no campo. Tínhamos em mente desenvolver uma pesquisa no Estado do Paraná, por meio de amostra representativa de jovens agricultores familiares camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); jovens agricultores familiares camponeses agroecológicos e jovens agricultores familiares camponeses convencionais.

Quando ingressei no programa de doutorado, em 2017, algumas mudanças ocorreram no projeto inicial. Passei a fazer parte de um projeto de pesquisa que vinha sendo desenvolvido sobre as Jornadas Agroecológicas do Paraná, juntamente com outros integrantes da pós-graduação em Sociologia. A participação das jornadas de agroecologia, as leituras em torno da temática e a realização de pesquisa exploratória foram possibilitando o amadurecimento, a delimitação do tema e a definição do universo de pesquisa.

A origem das Jornadas de Agroecologia está associada a um dinamismo de organizações e movimentos sociais sobre a questão da ecologização da agricultura, que ganha força no início do século XXI. As diversas iniciativas ecológicas existentes no Paraná desenvolviam suas atividades, muitas vezes, sem estabelecer conexões e diálogo entre si. Em 2001, em parceria com a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e a Secretaria de Agricultura de Ponta Grossa, iniciou-se uma consultoria técnica com um grupo de camponeses do interior do município, na região de Itaiacoca. A proposta era dar início à agroecologia com os pequenos agricultores e camponeses que ali viviam e enfrentavam problemas de ordem econômica e social. Nessa dinâmica, foi sendo gestada a ideia de aproximar as organizações existentes no Paraná envolvidas com a agricultura ecológica. Constitui-se, assim, um coletivo que congregava todas as iniciativas das entidades camponesas de base agroecológica. Esse grupo estabeleceu uma rotina de encontros, debates, estudos e discussão, culminando com o primeiro grande encontro estadual, em 2002, caracterizado como a Primeira Jornada Paranaense de Agroecologia, realizada em Ponta Grossa. Dentre os atores, o MST era um deles e foi se tornando uma força hegemônica, já que no ano de 2000 havia assumido o projeto de construção da agricultura agroecológica como sua bandeira de luta (TARDIM, 2016).

Foi no IV Congresso, realizado em Brasília, no mês de agosto de 2000, que o MST, com seus mais de 11 mil participantes de todo o Brasil, definiu como uma das suas diretrizes básicas a prática da agroecologia. Para Stédile (2016), os primeiros passos, nessa direção, foram dados em decorrência da crítica mais ofensiva em relação ao uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas, que vinham sendo utilizados em larga escala pelo agronegócio. Além disso, no cenário internacional, a Via Campesina, da qual o MST também faz parte, estava inserida num debate político e científico de enfrentamento à transgenia e aos agrotóxicos, especialmente na França e na Índia. Iniciou-se, assim, o processo de ecologização dos seus acampamentos e assentamentos, apesar de todas as dificuldades. Seria este um marco que apontaria para o projeto de um novo caminho e o distanciamento das práticas convencionais de agricultura, fomentadas a partir da Revolução Verde, que se disseminaram na agricultura, tanto no agronegócio como também pelos agricultores de modo geral, inclusive pelo próprio movimento.

A partir de 2002, a Jornada Agroecológica no Paraná passou acontecer anualmente. Ela tem congregado diversos movimentos sociais ligados à Via Campesina, ONGs e sindicatos rurais que, por meio de ações conjuntas, passaram a se articular, somando forças na construção da agroecologia e denúncia dos malefícios provocados pelo agronegócio, uso de agrotóxicos, transgênicos etc. Dessa forma, a Jornada foi tendo um perfil político de denúncia e luta coletiva de enfrentamento ao agronegócio, bem como promoção da agroecologia e reivindicação de políticas públicas para a agricultura familiar camponesa (BRANDENBURG, 2016).

As três primeiras Jornadas Paranaenses de Agroecologia (2002, 2003 e 2004) aconteceram em Ponta Grossa, com ênfase muito forte ao enfrentamento ao modelo neoliberal, assim como o compromisso com a defesa de uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos. Em Cascavel, aconteceram as jornadas de 2005, 2006, 2007 e 2008, quando foi incluída, na pauta, também a questão da soberania alimentar. A oitava (2009) e a nona jornada (2010) aconteceram em Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná, em que o compromisso com a agroecologia e a oposição ao capitalismo e seus desdobramentos são renovados. No Campus da Universidade Estadual de Londrina (UEL), aconteceram as jornadas de 2011 e 2012. Em Maringá e em Paiçandu, realizaram-se as jornadas de 2013 e 2014. Em 2015, a cidade de Irati acolheu os 4 mil participantes da Jornada, contando também com participantes de

outros países. As jornadas de 2016 e 2017 aconteceram no município da Lapa, situado na Região Metropolitana de Curitiba. Em 2017, houve participação de outros estados e países, como Guatemala, Colômbia, Venezuela, Espanha (“País Basco”), Chile, República Dominicana, Paraguai e Equador. Em 2018 e 2019, as jornadas foram realizadas em Curitiba e tiveram um formato mais interativo com o universo urbano² (CARTAS DAS JORNADAS AGROECOLÓGICAS).

No término de cada jornada, é elaborada uma carta que sintetiza as reivindicações e propostas debatidas pelos camponeses e lideranças, durante os dias em que estiveram reunidos. Uma das grandes bandeiras que tem predominado em todas elas, é a luta pela terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos, bem como a construção de um projeto popular e soberano para agricultura familiar e camponesa, preservação da biodiversidade e a soberania alimentar (CARTAS DAS JORNADAS AGROECOLÓGICAS). A partir de 2013, a Jornada Agroecológica passou a acontecer também no Estado da Bahia, completando, em 2019, a sua 7ª edição.

Assim, as Jornadas Agroecológicas no Paraná têm se caracterizado por momentos de debate, reflexão, aprendizado por meio de oficinas, mística e celebração, envolvendo homens, mulheres, jovens, adolescentes e crianças camponesas do MST, indígenas e quilombolas, representantes de movimentos sociais e outras organizações, bem como simpatizantes urbanos da causa, inclusive jovens. Um dado interessante é a expressiva presença da juventude camponesa, bem como jovens urbanos. Infelizmente não podemos quantificar esse dado por meio de números devido ao fato de que, nas listas de presença, não há identificação por idade.

Em 2017, participamos pela primeira vez da Jornada Agroecológica. Na ocasião, realizamos uma pesquisa exploratória com os jovens participantes da 16ª jornada, realizada no município da Lapa. Posteriormente, isso nos levou a delimitar o tema em que o foco de estudo passou a ser os jovens camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) envolvidos com o projeto de ecologização da agricultura. Uma das razões que nos levaram a tal está relacionada ao fato de a agroecologia fazer parte de um projeto assumido pelo MST, no início do século XXI, começando o processo de transição agroecológica. Foi uma guinada nas práticas agrícolas e início

² Em 2020, a previsão por parte dos organizadores era de que a 19ª Jornada Agroecológica também seria realizada em Curitiba. Mas, em função da pandemia de *Covid 19*, ocorreu o seu cancelamento. Em 2021, a Jornada também foi cancelada devido ao prolongamento da pandemia.

de um processo de transição, a partir do qual a agroecologia vem sendo construída para além de seu caráter técnico. Na atualidade, o MST assumiu a liderança da organização e da coordenação das jornadas, além de os participantes, com expressiva presença, fazerem parte do movimento.

Na perspectiva da ecologização da agricultura é que inserimos os jovens camponeses do MST, definindo nossa problematização com a intenção de investigar e compreender as seguintes questões: *De que forma a agroecologia influencia e motiva os jovens camponeses a permanecer no campo? Existem outros fatores (ou não) que o influenciam para além da agroecologia? Como os jovens se inserem no processo de ecologização no MST?*

Observando os dados do último censo demográfico realizado no Brasil, em 2010, divulgados em 2011, observamos que os números apontam para a realidade de um Brasil essencialmente urbano, com 84,4% de sua população (160.925.792 habitantes), e apenas 15,6% (29.850.007) residindo no meio rural (IBGE, 2010)³. Esses dados, de certa forma, têm nos inquietado mesmo tendo ciência da mobilidade social do campo para a cidade, produzida pela modernização e urbanização da sociedade. Os centros urbanos, dependendo das condições econômicas e sociais vividas, continuam sendo atrativos para os jovens. Abramovay & Castro (2015) apontam que, dos jovens de 15 a 29 anos, há uma população de 51.350,478, ou seja 52,4% da população total, com maior concentração no meio urbano. De cada 10 jovens, 8 vivem nas cidades. Apenas 8 milhões são jovens que vivem no meio rural. Nas cidades, a metade da população jovem é feminina e no meio rural corresponde a 47%.

Wanderley (2013) afirma que as condições econômicas e sociais precárias, tanto locais como regionais, o isolamento e a impossibilidade de crescimento dos jovens os obriga a migrar muitas vezes, de modo permanente. Em contrapartida, nos espaços rurais mais dinâmicos e integrados, com maior qualidade de bens e serviços, os jovens têm mais oportunidades, inclusive de formação, pois os deslocamentos podem ser temporários. Isso sinaliza para um rural heterogêneo e diverso, com

³ Sobre esse aspecto, José Eli da Veiga, em sua obra "Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula" Campinas: Editores Associados, 2002, considera que o crescimento da população urbana está associado à delimitação, feita pelas prefeituras das áreas urbanas municipais e regiões metropolitanas, com a finalidade de aumentar a arrecadação das taxas de IPTU. Inclusive, segundo o autor, em alguns casos, são considerados perímetro urbano áreas de pastagem e plantação.

características específicas, que dialoga com fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e ecológicos.

Para compreender como isso repercute para os jovens no contexto agroecológico, definimos como objetivo geral deste estudo: *Compreender a inserção do jovem no processo de ecologização e, ao mesmo tempo, analisar os fatores motivadores e limitadores que possibilitam ao jovem camponês agroecológico a sua permanência no campo.* Como objetivos específicos: *analisar como os espaços de sociabilidade e participação, como a família, as jornadas agroecológicas, o movimento social e a educação influenciam e contribuem no processo de inserção do jovem na agroecologia e sua autonomia; identificar as perspectivas vislumbradas pelos jovens a partir da percepção da agroecologia como um modo de vida (ou não); identificar as condições materiais da propriedade em que os jovens se inserem, como posse da terra, extensão da propriedade, produção e canais de comercialização.*

Como hipótese norteadora deste estudo, sinalizamos para uma possibilidade de que “Os (as) jovens camponeses (as) reconhecem a agroecologia como prática da agricultura ecológica que os motiva a permanecer no campo, porém, se deparam com situações que podem influenciar suas escolhas, como as relações patriarcais e pouca (ou não) liberdade de autonomia (ou não). São os jovens que darão continuidade não somente ao projeto agroecológico do MST, mas também ao próprio movimento. Nossa pesquisa é movida pelo desejo de contribuir com essa discussão, não somente no campo científico, como para o próprio MST e a sociedade em geral.

1.3 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Consideramos que uma das questões desafiadoras para um pesquisador é a definição da metodologia a ser adotada. Minayo (1994, p.16) define a metodologia como

O caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade [...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.

O caminho da pesquisa e do pesquisador vai sendo construído. Como diz Antônio Machado, “Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”.

Conforme fomos avançando, nos deparamos cada vez mais com a complexidade da atividade científica, bem como com as nossas limitações e temores. Mas esta tese é um trabalho científico que, nesse momento histórico, dialoga com meu olhar e com a minha trajetória pessoal. Posteriormente, outros olhares surgirão, vindos de outros pesquisadores, porque a ciência é dinâmica, não dogmática. Nessa trajetória de inquietação e reflexão, o sociólogo Robert Nisbet, em seu artigo “A Sociologia como Arte”, tem nos inspirado e auxiliado a tomar alguns cuidados na difícil tarefa de tentar fazer ciência. Se perdermos a dimensão de que a ciência também é uma forma de arte “corremos o risco de perder a ciência, restando-nos apenas o empiricismo exagerado ou o narcisismo metodológico” (NISBET, 2000, p.112). Para o autor (2000, p.117), “o artista e o cientista são movidos pelo desejo de entender, de interpretar e de comunicar sua compreensão para o resto do mundo”. E assim, nesta tese, a nossa inspiração tenta se aproximar da motivação de um artista. Consideramos os procedimentos metodológicos importantes, as técnicas de pesquisa e a teoria produzida com uma pitada de imaginação criativa e intuição, com o propósito de contribuir para o entendimento da realidade, tal qual a ciência e a arte propõem.

Um outro aspecto que nos faz refletir são as palavras, um tanto duras, do sociólogo americano Howard Becker (2015, p. 26), em sua obra *Truques da Escrita*: “Normalmente os sociólogos usam vinte palavras quando duas bastariam”. Como escrever é uma arte, tomaremos esse cuidado, sem perder de vista o rigor científico. O caminho tem sido longo, de escritas e reescritas, leituras e releituras. Partimos da premissa de que a tese se assemelha a uma obra de arte que vai sendo moldada, lapidada, reconstruída e recomeçada, até chegar na sua “versão final” que, por sua vez, ainda é digna de ajustes.

Como já dito anteriormente, nosso primeiro contato com o objeto de estudo, os jovens camponeses, ocorreu em 2017, por ocasião da 16^a Jornada de Agroecologia, realizada no município da Lapa/PR. Nesse primeiro encontro, realizamos uma pesquisa exploratória descritiva, com o intuito de aproximação e conhecimento do universo a ser investigado. A pesquisa exploratória (GIL, 2008) constitui-se como a primeira etapa de um processo de investigação de um tema um tanto genérico e que carece de elementos para a formulação e o amadurecimento de um problema e sua delimitação. A pesquisa descritiva tem como propósito identificar as características de determinados grupos e seu perfil.

Naquele momento, no primeiro ano de doutorado, o intuito era sentir um pouco o perfil dos jovens participantes da jornada, a fim de podermos definir com mais clareza nossa problematização, objetivos e hipóteses. Na primeira etapa da pesquisa, estabelecemos um contato aleatório com 22 jovens camponeses: 11 jovens (masculino) e 11 jovens (feminino), com faixa etária entre 16 e 28 anos. Dentre eles, um pré-assentado (MST), nove assentados (MST), dez acampados (MST), um quilombola e uma indígena. As Jornadas de Agroecologia atraem também jovens urbanos simpatizantes com a causa, até mesmo de outros estados e países, que não foram entrevistados, pois o foco eram os jovens camponeses do Paraná.

Sobre a escolaridade dos jovens, identificamos níveis diferentes. Quatro deles possuíam ensino fundamental incompleto, oito com o ensino médio incompleto, três com ensino médio completo, quatro com o ensino superior incompleto (Agronomia, Licenciatura em Ciências da Natureza, História e Pedagogia do Campo) e três com ensino superior completo (Gestão Financeira, Pedagogia do Campo e Serviço Social). Um dado que nos chamou a atenção é que o jovem camponês tem o desejo de continuar avançando em sua formação. Na fase posterior da pesquisa, quando fomos a campo, em 2020, isso novamente apareceu de forma expressiva.

Os lotes das famílias dos jovens assentados (9), ou seja, que já possuíam a posse da terra, têm a extensão territorial com variação entre 3,5 a 7 alqueires. Destes, cinco já haviam feito a transição para a agroecologia e desenvolviam atividades como olericultura, sericultura, produção de leite, mandioca, batata, feijão, arroz, erva-mate e criação de animais para o consumo, como aves e suínos. Os demais estavam em fase de transição e alguns encontravam resistência, principalmente por parte da figura paterna, em fazer a transição para agroecologia. Os jovens que se encontravam acampados (10), ainda envolvidos na conquista da terra, apresentavam uma predisposição maior para a prática agroecológica, pois muitos desses acampamentos tinham sido iniciados quando o MST já havia optado por uma prática agroecológica.

Identificamos que, para os jovens participantes pela primeira vez da Jornada, havia um movimento de busca pessoal de conhecimento, de informação e o desejo de traduzir esse conhecimento numa prática agroecológica em suas comunidades. Isso apareceu nas falas dos jovens entrevistados: “Tenho interesse em aprender as coisas”; “O fato de poder conhecer o desconhecido”; “Para conhecer e aplicar na

propriedade”; “Queria saber como funciona”; “Já tinha vontade de participar. Participo de outro movimento, das barragens”.

Já para os jovens que tinham participação em outras Jornadas, há mais tempo, a expectativa sinalizava para outra dimensão, como a interatividade, a troca de experiência, o fortalecimento da agroecologia, o debate, a luta e a convivência. A Jornada é compreendida como: “Momento importante do ano em que se reafirma a agroecologia”; “É um processo formativo. Inserção na agroecologia”; “Ver experiências de outros acampamentos. Não se sentir sozinho na peleia; “Troca de experiência, aprendizado, vivência, variedade de cultura”; “Além de contribuir para o debate reforçar a possibilidade de construir outra agricultura”; “Conhecer pessoas novas, troca de experiência, interação, convivência”.

Observamos a existência de expressiva participação dos jovens, estendidas às demais Jornadas dos anos de 2018 e 2019. Muitos deles envolvidos nas mais variadas atividades, como túnel do tempo (atividade que envolve os jovens das escolas rurais, que apresentam seus estudos a partir de temáticas específicas da questão agrária e do campo), arte e cultura, mística, culinária, comunicação, entre outras. Essa primeira aproximação com o tema, de caráter exploratório, foi possibilitando o amadurecimento do objeto de estudo e sua delimitação.

Mesmo identificando a relevância das Jornadas Agroecológicas, nos sentimos desafiados a ir para além delas e tentar identificar como a agroecologia repercute no cotidiano do jovem. A participação e a observação nas jornadas agroecológicas dos anos seguintes (2018 e 2019) foram reforçando a necessidade de delimitar o tema para o universo dos jovens que estão realmente envolvidos com a prática da agricultura ecológica e identificar de que forma a agroecologia foi transformando sua vida e motivando sua inserção ecológica e permanência no campo (ou não). Isso também contribuiu para a definição e delimitação do universo de pesquisa. Optamos por delimitar nossa pesquisa com os jovens camponeses integrantes do MST, tanto de assentamentos como de acampamentos envolvidos com a prática agroecológica. Dentro das circunstâncias atípicas em que esta pesquisa se desenvolveu, não daríamos conta de expandir para os jovens indígenas e quilombolas ou outros grupos com a prática da agroecologia. Somos desafiados a pensar a continuidade deste estudo e num momento posterior aprofundá-lo, expandido para outros jovens, fora do MST.

1.3.1 Categorias Analíticas

Nesse processo, também fomos amadurecendo a definição dos aspectos teórico-metodológicos e quais seriam as nossas categorias analíticas. Uma delas que tomamos como referência é a de *habitus*, apresentada por Pierre Bourdieu. Para o autor, *habitus* significa:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (BOURDIEU, 1983b, p. 65).

O sentido da ação humana, nessa perspectiva, não ocorre intencionalmente, mas decorre de disposições adquiridas e condicionantes sociais. O *habitus* pode ser compreendido como uma matriz cultural que vai influenciar nas escolhas que os indivíduos fazem. Corcuff (2014, p. 43) refere-se ao *habitus* de Bourdieu em que “las estructuras sociales se imprimen en nuestros cuerpos y nuestras cabezas por interiorización de la exterioridad”. Isso fica evidente na pesquisa desenvolvida por Bourdieu com os camponeses de Bèarn, no sudoeste da França. Está inscrito em seus corpos a *hexis* corporal de desajeitado, pouco amável com as mulheres, às vezes grosso. Ele introjeta a imagem que fazem dele e isso o afasta das jovens que se vestem e dançam em consonância com a civilização urbana (BOURDIEU, 1983b).

Bourdieu, no século XX, retoma este conceito, já usado por outros autores anteriormente e dá a ele um outro entendimento. Afirma que o *habitus*, como algo que vai para além do sentido de práticas regulares, possui um princípio gerador que sustenta os atos. Ou seja, a estrutura social e a ação individual se moldam um ao outro.

A diferença-chave é que o *habitus* de Bourdieu enfatiza as estruturas subjacentes das práticas, ou seja, os atos são sustentados por um *princípio gerador*. [...] Em outras palavras, Bourdieu afirma que as teorias anteriores tendiam a focar práticas regulares, ou hábitos, em vez dos *princípios subjacentes e geradores* dessas práticas (MATON, 2018, p. 82-83).

Com sua teoria, Bourdieu considera que nem a visão estruturalista, em que todas as ações dos indivíduos estavam relacionadas com uma estrutura social e as

regras sociais determinavam o comportamento dos indivíduos, nem as tradições subjetivista e existencialista, em que as escolhas individuais vinham em primeiro plano, dão conta de explicar a realidade social. É um autor pós-estruturalista e considera que as estruturas por si só não seriam suficientes para determinar a conduta dos indivíduos e tampouco as decisões dos indivíduos como uma expressão de liberdade pessoal. Dessa forma, insatisfeito com essas duas tradições, Bourdieu, a partir de suas investigações empíricas, desenvolveu uma “teoria da prática”, que tem bases objetivas e subjetivas. “Essa teoria da prática deveria explicar o que ele enxergava como uma ‘cumplicidade ontológica’ entre as estruturas objetivas e as internalizadas” (GRENFELL, 2018, p. 69). Considera que os elementos de ordem subjetiva dialogam com as estruturas, produzindo um agente reflexivo. Existe uma mediação entre a agência e a estrutura. Os agentes não são inertes diante da estrutura e têm capacidades criadoras, ativas e que se manifestam pelo *habitus*.

Neste estudo, o conceito de *habitus* auxilia a pensar a relação dos jovens com a mediação dos fatores condicionantes sociais exteriores que refletem nas suas escolhas e perspectivas. “O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 2011, p. 21-22). O conceito de *habitus* concilia a oposição entre a realidade exterior (estrutura) e as realidades individuais (estruturante). Expressa a troca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo dos indivíduos.

Possibilita pensar que a relação entre indivíduo e sociedade, com base no conceito de *habitus*, ocorre de modo que o individual e o subjetivo são produzidos socialmente. Nesse sentido é que nos utilizamos do *habitus* como uma categoria analítica que nos auxilia na compreensão de como o jovem vai absorvendo elementos do mundo objetivo e incorporando na sua realidade individual. O *habitus* nos auxilia a compreender as relações familiares baseadas no patriarcado, reproduzidas socialmente, com as quais os jovens se deparam e que podem comprometer sua autonomia e influenciar suas escolhas.

A historiadora Gerda Lerner, em sua obra “A criação do Patriarcado – História da opressão das mulheres pelos homens”, publicada em inglês, em 1986, mas em português somente em 2019, tem nos auxiliado a compreender a formação de tal matriz. Diria a professora Lola Aronovich, no prefácio da referida obra: “O patriarcado

mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, as escolas e as leis” (LERNER, 2019, p. 21).

Lerner (2019) considera o patriarcado como um sistema histórico, que foi sendo construído e que, por sua vez, também poderá ser destruído pela própria história e pela ação dos agentes. Ou seja, é uma produção cultural e, portanto, passível de mudança. O patriarcado não decorre de algo natural ou de um determinismo biológico. Algumas respostas se construíram em torno dessas questões. Uma delas é a visão tradicionalista que considera a dominação masculina como algo natural e universal, isto é, a assimetria sexual como algo normal e a divisão sexual do trabalho baseada nas diferenças biológicas, ou seja, como obra/determinação divina, e/ou determinação da natureza (LERNER, 2019).

Se Deus ou a natureza criaram diferenças entre os sexos, que, em consequência, determinaram a divisão sexual do trabalho, ninguém pode ser culpado pela desigualdade sexual e pela dominação masculina. [...] essa explicação determinista do ponto de vista biológico estende-se da Idade da Pedra até o presente pela afirmação de que a divisão sexual do trabalho com base na ‘superioridade’ natural do homem é um fato, e, portanto, continua tão válida hoje quanto era nos primórdios da sociedade humana (LERNER, 2019, p. 43).

Uma outra categoria de análise teórica metodológica que usamos é a da Ecologia Política na perspectiva da racionalidade ambiental que, segundo Enrique Leff, é definida pela construção de uma racionalidade ambiental e uma dimensão política. “A categoria de racionalidade ambiental integra os princípios éticos, as bases materiais, os instrumentos técnicos e jurídicos e as ações orientadas para gestão democrática e sustentável de desenvolvimento” (LEFF, 2015, p. 135). Assim há um processo de conexão entre os aspectos teóricos e práticos, traduzidos em ações dentro de uma perspectiva ambiental.

A racionalidade capitalista, fundada na racionalidade científica e tecnológica, ao longo da história, tem sido baseada na exploração e no controle da natureza de modo inconsequente. Na perspectiva da racionalidade ambiental, esse paradigma está esgotado e se fazem necessários novos atores que potencializem tais mudanças. Mudanças que pedem novos valores, novos critérios e estratégias que não podem ser avaliados segundo a perspectiva da racionalidade econômica (LEFF, 2015). A ecologia política nasce de um olhar sensível aos problemas ambientais dos povos

campesinos e indígenas que resistem, se organizam e lutam para preservar seus territórios.

Emerge de uma política da diferença enraizada nas condições ecológicas e culturais de seus povos, de suas estratégias de emancipação para a descolonização do conhecimento, a reinvenção de seus territórios de vida e a reapropriação de seu patrimônio biocultural (LEFF, 2016, p. 227).

A agroecologia, compreendida como o resgate e a valorização de saberes ancestrais dos camponeses, dos povos tradicionais e de suas práticas agrícolas e relação com a natureza fundamenta-se em uma outra racionalidade para além da exclusivamente econômica. A racionalidade capitalista tem seu foco na dominação, controle e exploração da natureza, por sua vez, concebida como algo a serviço das necessidades e ambições humanas. Uma nova racionalidade em torno da natureza possibilita recolocá-la num patamar em que as questões ambientais façam parte dos processos de desenvolvimento, respeitando seu tempo, seus sistemas e todas as formas de vida.

Dentre as diversas definições e abordagens de agroecologia, algumas delas adotam um caráter também político. O MST, a partir de 2002, vem num processo de construção e transição para um modelo de agricultura agroecológica, com produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos. A agroecologia toma também uma dimensão mais abrangente, envolvendo questões como gênero, segurança alimentar e um novo projeto de sociedade. Isso se reflete nas Jornadas de Agroecologia, que vêm tendo momentos de debate, reivindicações, trocas de saberes e propostas de transformação social, num campo de contradições e de enfrentamento.

1.3.2 Técnica: história oral

O trabalho de campo, ou seja, o contato direto com o objeto de estudo, tem sido uma experiência de encontro, de escuta, de respeito, além de ter sido um impulso para continuar a pesquisa. Não somente para concluí-la, mas para contribuir com o conhecimento e com a temática da juventude camponesa agroecológica. A ida a campo e o contato com o objeto investigado foi para além da simples coleta de dados, por meio da utilização de instrumentos técnicos, a fim de dar conta dos objetivos da pesquisa. “Para além dos dados acumulados, o processo de campo nos leva à reformulação dos caminhos da pesquisa através das descobertas de novas pistas”.

(NETO, 1994, p. 62). Ou seja, é um processo dinâmico, a partir do qual também nos reinventamos.

Para a coleta de dados, definimos a história oral como técnica de pesquisa a ser desenvolvida com os jovens agroecológicos. A história oral foi introduzida no Brasil, nos anos 1970, mas somente nos anos 1990 é que ela teve uma expansão maior. Os debates em torno dela continuam existindo. Alguns pesquisadores a consideram como uma técnica, outros como uma disciplina e outros como uma metodologia. A princípio, a história oral teve a fama de uma história “alternativa”, livre e emancipatória com um diferencial de abrir espaços para ouvir vozes silenciadas. Sua atenção voltava-se aos grupos que, de alguma forma, eram excluídos, deixados de lado. Uma história atenta aos que ocupavam as camadas inferiores da sociedade. Os debates em torno dessa questão avançaram e apontaram que a história oral não significava uma outra história e poderia ser definida como uma técnica de investigação. Contudo, essa tese foi questionada, pois, mediante às pesquisas com base na história oral, foi possível perceber que, por meio dela, era muito mais marcante a revelação de elementos novos, a liberação do que era reprimido e a criação de condições favoráveis para a expressão de seus participantes (FRANÇOIS, 2006).

Grele (2006, p. 271) chama atenção para as possíveis armadilhas da história oral. Nos anos 1960, na efervescência dos fatos marcados por tensões, por exemplo, o racismo norte americano, “a história oral passou a servir de meio para recriar a história daqueles que haviam sido ignorados no passado”. Como resultado, observou-se um amontoado de dados com uma carga sentimental grande, mas carente de uma cuidadosa análise das tensões que permeavam os cenários da sociedade industrial naquele contexto. O autor aponta que seria necessário “começar a investigar a estrutura linguística e cognitiva da memória e do diálogo históricos” (GRELE, 2006, p. 275). A partir desse raciocínio, uma criteriosa interpretação das narrativas coletadas por meio da história oral precisava ser feita, a fim de não se caracterizar como uma simples compilação de dados, pobre em análise e significados. No contexto de nossa pesquisa, nos utilizamos da história oral como uma técnica de pesquisa. Não temos a intenção de aprofundar o debate pautado pelos historiadores em relação à condição de ser uma técnica, uma metodologia ou uma disciplina, mas levamos em conta suas críticas e considerações.

No campo da Sociologia, Pierre Bourdieu (2006a), em seu texto “A ilusão biográfica”, revela sua pouca afinidade com a história de vida usada por etnólogos e sociólogos, comparando-a uma narrativa simplificada de senso comum. Assim, a vida seria um “deslocamento linear, unidirecional [...] que tem um começo [...] etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade [...], um fim da história” (p.183). Para o autor, o real é descontínuo. Conceber a vida como um relato coerente com uma sequência de fatos é algo ilusório. A sua crítica é feita aos pesquisadores que apresentam trajetórias de vida sem levar em conta o complexo cenário das relações sociais em que os indivíduos em questão estão inseridos. “Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social” (1996, p. 190).

Porém, num segundo momento de sua produção sociológica, diante de um cenário de desigualdades sociais e pobreza na França, temos um Bourdieu engajado que se propõe denunciar politicamente tal realidade social. A sua obra “A miséria do mundo” (2008), escrita em 1997, revela as misérias do cotidiano com uma valorização das trajetórias individuais, com o propósito de construção de uma biografia coletiva. Nessa guinada para uma sociologia engajada, a sua obra revela um respeito aos discursos das pessoas “invisíveis”, substituindo as análises complexas pelas narrativas dos próprios agentes. Isso reflete a mudança de olhar de Bourdieu em relação à sua perspectiva teórica e metodológica. Uma mudança talvez acompanhada por um novo entendimento do que é ser intelectual e da necessidade de aproximar a teoria com a prática, valorizando as narrativas de seus interlocutores.

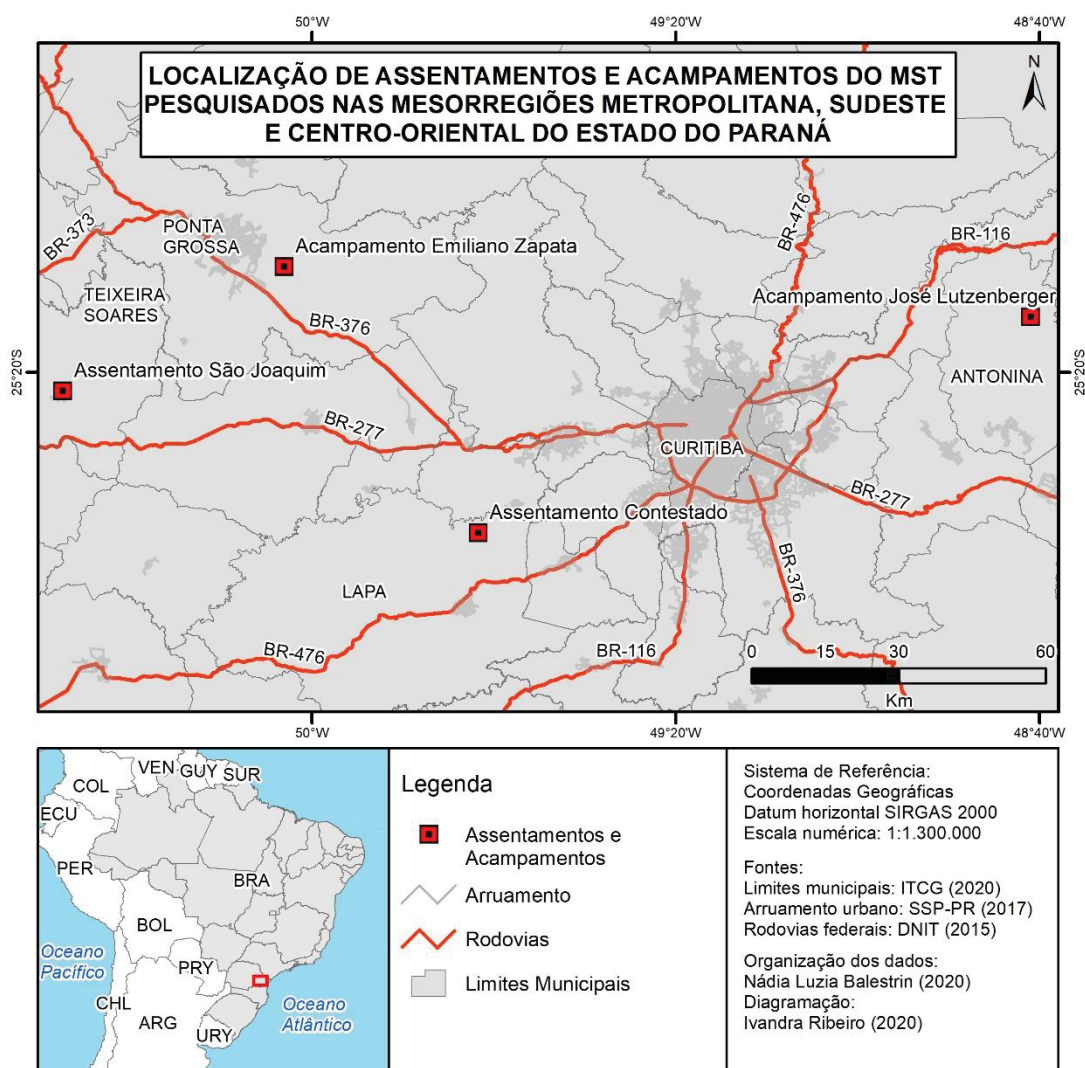
Podemos aqui refletir a respeito das técnicas usadas na pesquisa social e o que elas podem nos dizer em relação às teorias e o conhecimento que se pretende produzir. Boaventura Sousa Santos (2006), em sua obra “A gramática do tempo”, por exemplo, na sua crítica ao paradigma da ciência moderna e seu totalitarismo, não compartilha do entendimento de que o conhecimento racional seria somente aquele pautado por princípios epistemológicos e regras metodológicas. Nessa ótica, o conhecimento verdadeiro seria somente o conhecimento científico, ignorando os múltiplos saberes como, por exemplo, o senso comum e o conhecimento prático, reproduzido no dia a dia, nas experiências de vida e nas trajetórias. Para o autor, esse modo de conceber a ciência ficou para trás. Apresenta um outro paradigma, o paradigma emergente, que aponta para a necessidade de considerar todas as

manifestações de conhecimento por meio da tradução, definida como: “(...) o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências” (SANTOS, 2006, p. 123). O conhecimento é construído em diálogo com os saberes daqueles que, na perspectiva da ciência moderna, eram desprovidos de tal.

Isso nos leva a pensar que somos desafiados enquanto pesquisadores sociais a nos afastarmos da ideia da soberania do conhecimento científico sobre os demais saberes. As suas múltiplas formas de expressão exigem atenção a todos os detalhes, inclusive os silêncios. Assim, o fato de optarmos pela história oral justifica-se por considerarmos ser uma técnica/metodologia que possibilita criar condições favoráveis aos jovens camponeses de expressar suas percepções, sentimentos, perspectivas e visão de mundo.

A coleta de dados, feita com o uso da história oral, com os jovens camponeses agroecológicos do MST, foi desenvolvida nos seguintes locais: Assentamento Contestado, situado no município da Lapa, Região Metropolitana de Curitiba (RMC); Acampamento Emiliano Zapata, situado em Ponta Grossa; Acampamento José Lutzenberger, situado em Antonina (litoral); e o Assentamento São Joaquim, que fica no município de Teixeira Soares (região de Irati). São municípios que estão situados na mesorregião metropolitana, sudeste e centro oriental do Paraná. Além de concentrar uma forte presença de campesinato, é uma região que teve uma trajetória de destaque em relação às iniciativas de ecologização da agricultura. É considerada hoje a região com mais expressividade de experiências agroecológicas e com maior produtividade agroecológica no Estado do Paraná, segundo o MST.

Figura 1 – Localização de Assentamentos e Acampamentos do MST pesquisados no Paraná



Essa região do Paraná também foi muito expressiva no processo de gestão e consolidação das primeiras Jornadas Agroecológicas, como é o caso de Ponta Grossa, onde foram realizadas as três primeiras Jornadas (2002, 2003 e 2004). A jornada de 2015 aconteceu em Irati, e no município da Lapa foram realizadas as jornadas de 2016 e 2017. As duas últimas aconteceram em Curitiba (2018 e 2019). Considerando a relevância regional na trajetória histórica e atual dessa região é que definimos esses locais para a execução da pesquisa empírica.

Como já citado anteriormente, “caminho se faz caminhando”. E o caminho reserva também suas surpresas. A “normalidade” desejada ao longo dos anos de 2018, 2019 e 2020 ficou comprometida. Isso retardou também nossa ida a campo para a coleta de dados, que só foi acontecer nos meses de janeiro, fevereiro e início de

março de 2020. A partir de meados de março, fomos acometidos pela pandemia da *covid-19*, que nos obrigou a ficar isolados. Assim, a última parte da coleta de dados (Assentamento São Joaquim em Teixeira Soares), infelizmente, não pôde ser presencial, mas por meio do *WhatsApp*. Esse recurso, por sua vez, tem sido uma ferramenta fantástica para estabelecer os contatos, os agendamentos e com algumas ressalvas, “quebrar o galho” nas entrevistas à distância. Mesmo reconhecendo os tempos de evolução tecnológica, não nos sentimos muito satisfeitos com a realização das entrevistas *online*. Consideramos que, para o pesquisador social, o contato com seu objeto, com a realidade social é fundamental. O contrário disso se traduz em uma perda significativa de elementos peculiares, como a troca de energias, as percepções, sentir o lugar, as pessoas, os cheiros etc.⁴

No assentamento Contestado da Lapa e nos acampamentos José Lutzenberger de Antonina e Emiliano Zapata de Ponta Grossa, foi possível desenvolver a pesquisa presencialmente. Com certa antecedência, sempre realizamos o contato com uma liderança local, que seria o informante-chave no local de pesquisa. A forma como chegamos a esses informantes foi por meio de indicação de colegas que haviam desenvolvido pesquisas na pós-graduação nesses locais ou pelo próprio MST. Respeitamos o tempo desses informantes e nos orientamos a partir do seu consentimento para avançar na coleta de dados. Chegando ao local da pesquisa, nosso primeiro contato foi sempre com esse informante. Por meio dele, foi possível conhecer um pouco da trajetória histórica do local e sua percepção sobre os jovens, no seu contexto. Também foram peças chave para estabelecer a mediação e o contato com os jovens. Os encontros com os informantes sempre foram agendados previamente. Isso muito se deve, como citado anteriormente, ao recurso do *WhatsApp*. Todos os locais onde estabelecemos contato tinham sinal de internet, o que facilitou muito nosso trabalho. Isso nos leva a pensar que a realidade de um rural incomunicável tem mudado significativamente. Inclusive é um recurso que tem contribuído para a organização e escoamento da produção local, bem como para o agendamento de reuniões e a comunicação de modo geral, dentro da comunidade.

⁴ Alimentávamos o desejo de poder ir ao encontro das pessoas entrevistadas do Assentamento São Joaquim, em Teixeira Soares, conhecê-las pessoalmente, bem como o lugar onde vivem. Infelizmente, pelo agravamento da pandemia em 2021, não foi possível concretizar o esperado contato presencial.

O Assentamento Contestado, na Lapa, foi nosso primeiro local de pesquisa. Em 2019, já havíamos conhecido por ocasião da festa de comemoração dos 20 anos do assentamento. Essas terras, onde se situa hoje o assentamento, pertenceram, no período monárquico, ao Barão dos Campos Gerais, na época, proprietário de muitas terras na região, bem como de escravos. A “casa grande”, onde morava a família do barão, hoje foi transformada no Centro Cultural Casarão, um espaço de encontro e cultura para a comunidade. Posteriormente, passaram a pertencer à indústria de cerâmica Incepa que, devido ao fato de ter acumulado grande dívida com o Estado, como forma de abatimento dessa dívida, teve suas terras destinadas à reforma agrária.

Em 1999, cerca de 40 famílias do MST ocuparam a área, dando início ao Assentamento Contestado. Hoje, vivem nesse território cerca de 160 famílias, sendo 108 famílias assentadas e outras 52 famílias que vivem em lotes compartilhados (filhos ou parentes). Destas, 65 produzem com base na agroecologia. Nesse local, desde o ano de 2003, funciona a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), que acolhe estudantes brasileiros e de outros países ligados à Via Campesina para a formação superior em Tecnólogo em Agroecologia. Situa-se ali também a sede da Cooperativa Terra Livre que, além dos assentados agroecológicos, congrega associados de pequenas comunidades rurais da Lapa e outros municípios da região (Campo Largo, Antônio Olinto, São Mateus do Sul, Palmeira, Teixeira Soares e Antonina), que produzem alimentos com base na agroecologia. Semanalmente, estima-se uma produção de alimentos em torno de 10 a 12 toneladas de verduras, frutas, legumes e temperos distribuídos para programas de alimentação (PNAE) de 106 escolas dos municípios da Lapa, de Campo Largo e de Curitiba.

O nosso primeiro contato foi com uma liderança local que nos encaminhou para o contato com 3 jovens. Duas jovens, uma de 19 anos, que faz o curso de Licenciatura em História e outra de 21 anos, que já concluiu curso técnico em Farmácia e, atualmente, está fazendo curso técnico em Enfermagem. Um jovem, de 24 anos de idade com curso completo de Tecnólogo em Agroecologia, concluído na ELAA, em 2019. No universo dos assentamentos do MST, o Contestado tem uma característica muito peculiar pela sua localização, infraestrutura, organicidade e por sediar a ELAA.

No acampamento José Lutzenberger, em Antonina, realizamos entrevista com uma liderança local e com dois jovens, um de 31 anos, formado em Tecnólogo em Agroecologia na ELAA, e outro jovem, de 27 anos, que possui ensino médio incompleto. Em 2003, o acampamento iniciou sua trajetória de luta pela terra, tendo como protagonistas as populações tradicionais locais e demais famílias sem-terra que para lá se deslocaram. É formado por 20 famílias e tem a marca de uma trajetória de luta e conflito. Está localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, no litoral norte do Paraná. Anteriormente, era a fazenda São Rafael, uma propriedade particular que desenvolvia a pecuária extensiva de búfalos. Essa atividade gerou, como consequência, severas agressões aos recursos naturais, principalmente ao solo, pelo pisoteamento dos animais e assoreamento do Rio Pequeno.

Nos primeiros anos de ocupação, houve um processo árduo de recuperação ambiental, principalmente do solo compactado, onde predominava a plantação do capim *brachiaria*, gramínea trazida do continente africano, usada para pastagem de búfalos, considerada invasiva e destrutiva das espécies locais. Uma das primeiras ações para conter a expansão invasora dessa gramínea foi a criação de um projeto agroflorestal, coordenado pela Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária (COTRARA). Com a implantação do sistema agroflorestal e da agroecologia, os sinais de recuperação da área foram se tornando visíveis, tanto do solo, pela substituição do capim *brachiaria*, como das águas. A recuperação da mata ciliar do Rio Pequeno e a ausência dos búfalos têm possibilitado o resgate da vida do rio, com a presença de peixes de pequeno e médio porte, o fim do assoreamento e o aumento da profundidade. Isso confirma que a ação humana pode ser destruidora ou restauradora, dependendo das práticas que são adotadas.

As famílias de camponeses acampadas, por meio das práticas ecológicas, contribuíram para preservar o bioma da mata atlântica. Em 2017, houve o reconhecimento dessa recuperação e ampliação da agrobiodiversidade, com o prêmio Juliana Santtili. São 18 anos de luta e de prática agroecológica, mas ainda é uma área em situação de litígio. Isso tem gerado instabilidade para as famílias em relação ao futuro, inclusive aos jovens, em função da letargia do Estado, no que se refere aos processos de reforma agrária, principalmente, no governo atual.

Essa instabilidade, intensificada na atual conjuntura, no governo atual, não deixa de existir também no acampamento Emiliano Zapata, localizado no município de Ponta Grossa. A comunidade foi formada em 2002, com aproximadamente 70 famílias que, desde o princípio, já foram sendo orientadas a assumir a proposta da matriz agroecológica. A origem das famílias desse acampamento tem uma característica peculiar, pois cerca de 90% delas têm origem das periferias urbanas. São aproximadamente 60% da região metropolitana de Curitiba, como São José dos Pinhais e Almirante Tamandaré, alguns de Curitiba, outra parcela da periferia de Ponta Grossa. Isso reflete um movimento de retorno ao campo, pois suas origens são camponesas, mas migraram para as cidades em busca de alternativas e passaram a desenvolver outras atividades, como pedreiro e carpinteiro. Isso contribuiu para assimilar coisas novas, mas também vícios urbanos, como o imediatismo e o individualismo. De origem camponesa, somente em torno de 10% são provenientes de São João do Triunfo, Irati, Castro e Teixeira Soares. A área em que vivem, desde 2003, foi fruto de uma negociação do INCRA com a EMBRAPA. Em 2007, o INCRA comprou essa área, mas até hoje, depois de 15 anos, ainda não foi regularizada como assentamento. Isso se deve ao fato de a EMBRAPA não possuir a documentação adequada. Possui apenas uma matrícula provisória, que emperra o processo de legalização. Por isso, até hoje o assentamento não possui matrícula definitiva para os trâmites de transferência de propriedade, já que foi compra e não desapropriação. Esse aspecto teve e continua tendo um caráter negativo para o desenvolvimento do projeto agroecológico, pois gera insegurança e a dúvida constante decorrente da possibilidade de despejo. Isso também teve, no passado, uma repercussão negativa e perdas de desenvolvimento de políticas públicas dos anos de governos que vislumbravam o fortalecimento da agricultura camponesa e da agroecologia⁵.

Até o ano de 2010, o acampamento conseguiu manter-se com toda sua produção agroecológica, isenta do uso de agrotóxicos. Mas devido à pressão interna, em função da dificuldade de capina, foi acordado que, em algumas culturas, poderiam ser utilizados insumos químicos, como no plantio de milho, por exemplo. Segundo liderança local, esse retrocesso se deu decorrente das dificuldades enfrentadas pelo

⁵ Os dados referentes aos aspectos históricos do Acampamento foram enriquecidos pelo compartilhamento dos dados da pesquisadora da pós-graduação Cristiane Coradin, que desenvolveu pesquisa com as mulheres e que resultou na tese "Entre buvas e flores vermelhas: autorias das mulheres sem-terra na ecologização da reforma agrária no Paraná" (2020).

não reconhecimento jurídico da área, como assentamento, carência de apoio técnico formal e informal de acompanhamento das famílias, dificuldade de conseguir crédito para investir na produção, entre outras. Hoje essa posição tem sido rediscutida e revista, pois, para fazer parte dos programas de merenda escolar do governo, é critério básico ter a produção livre de agrotóxicos e insumos químicos.

Nesse local, realizamos entrevista com 3 jovens. Um jovem de 21 anos, solteiro, estudante de Agronomia e duas jovens, uma de 30 anos, casada, com formação incompleta em Tecnólogo em Agroecologia e outra jovem de 19 anos, solteira, com ensino médio completo. Também realizamos entrevista com uma liderança local, que foi a mediadora no contato com os jovens do acampamento.

Já no Assentamento São Joaquim, situado no município de Teixeira Soares, em função das medidas de distanciamento social, decorrentes da pandemia da *covid-19*, não foi possível nosso deslocamento e a realização das entrevistas *in loco*. Utilizamos o recurso tecnológico do *WhatsApp* e, por meio dele, realizamos as entrevistas com uma liderança, que nos passou os contatos dos jovens que fazem parte do grupo de camponeses agroecológicos do assentamento. Entrevistamos 3 jovens. Uma jovem, de 19 anos, estudante de agronomia; um jovem de 20 anos, também estudante de agronomia; e outro jovem de 16 anos, estudante do ensino médio.

O assentamento São Joaquim teve seu início em 1987 e completa, em 2021, 34 anos de existência. Juntaram-se às 55 famílias que estavam em ocupação no local mais outras 65, vindas da região oeste do Paraná. Hoje é formado por aproximadamente 120 famílias com lote. Porém, muitos filhos têm construído sua casa no lote dos pais, aumentando, assim, o número de pessoas no assentamento. Apesar de ser um assentamento com longo tempo de existência, ainda há uma parte dele que não foi desapropriado legalmente. Por uma estratégia do antigo proprietário, amparado pela legitimidade do Estado, existem seis áreas que ainda estão nessa situação. Em 1988, o governo Sarney criou uma medida provisória de que áreas com menos de 250 hectares não poderiam ser desapropriadas. Assim, o antigo proprietário transformou uma área de 2.835 hectares em 15 áreas com 189 hectares em cada uma delas, ficando com uma delas e as demais para serem desapropriadas. Isso dificultou muito o processo de desapropriação, sendo que, no ano de 2000, o INCRA conseguiu desapropriar oito delas. Restam ainda seis, que sofrem ameaça de reintegração de

posse, com processo ativo no TRF 4 de Porto Alegre. Infelizmente, na atual gestão, do governo federal, o INCRA está em processo de desmantelamento, o que deixa os camponeses que vivem e produzem nessas seis áreas numa situação de total insegurança, típica de muitas outras áreas da reforma agrária, no Brasil.

Há 14 anos, 30 famílias do assentamento fizeram a transição para a agricultura orgânica e passaram a fornecer alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), via Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis⁶, de Irati. Em função de uma injusta acusação de desvios do PAA, além da criminalização dos agricultores, ocorreu um enfraquecimento da Associação que fazia a mediação dos produtos. Isso repercutiu diretamente na produção dos agricultores agroecológicos e, assim, a partir do ocorrido, somente 8 famílias continuaram na produção agroecológica, que passaram a comercializar com uma associação de Teixeira Soares e se filiaram na Cooperativa Terra Livre do Assentamento Contestado na Lapa. Estão inseridos nos programas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fornecendo alimentos para a merenda escolar de Teixeira Soares e Castro.

Em 2020, realizamos um total de onze entrevistas com jovens camponeses agroecológicos, quatro entrevistas com lideranças locais e uma com a coordenação estadual da juventude do MST. Em 2021, ainda em situação pandêmica, também não foi possível fazer qualquer contato empírico *in loco*. Sentimos necessidade de expandir o olhar para ouvir jovens de coletivos de outras regiões do Paraná, a fim de minimamente poder sentir sua percepção em relação à consolidação do projeto agroecológico no MST. Entramos em contato via *WhatsApp* com jovens dos coletivos da região Centro (01), Noroeste (01) e Oeste (01). Isso reafirmou a diversidade e as particularidades de cada região, seus desafios e contradições no processo de construção da agroecologia no movimento. Também coletamos dados com outras

⁶ Em 2013, o juiz de primeira instância, Sérgio Moro, por meio da operação Agro-Fantasma, da Polícia Federal, mandou prender 3 agricultores da cidade de Irati/Pr, integrantes da Associação. Foram acusados de cometer irregularidades na entrega dos alimentos às instituições vinculadas ao PAA, falsidade de documentos públicos, falsidade ideológica, estelionato e organização criminosa. Foram consideradas prisões infundadas e mais um capítulo da espetacularização do judiciário e da banalização das prisões preventivas. Segundo relatos dos agricultores que foram presos, o fato, além de ser uma injustiça, abalou a moral e a autoestima, causou também o enfraquecimento das associações ecológicas e danos financeiros aos agricultores (SCHRAMM; PORTO, 2017).

lideranças do MST: Coordenação Nacional, Coordenação Estadual e Representante do Paraná na direção nacional.

Pela característica de certa homogeneidade de nossa amostra empírica, situamos nossa pesquisa naquilo que Florestan Fernandes define como um “tipo extremo”, ou seja, “aquele que apresentasse, em maior grau, todos os traços essenciais e característicos de certa modalidade de organização social” (FERNANDES, 1980, p. 134). Karl Marx, em sua obra “O capital”, analisa o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e, a partir dos traços ali evidenciados, seria possível compreender o capitalismo nos demais países, a partir de um modelo mais ou menos semelhante (FERNANDES, 1980). Traduzindo para nossa pesquisa, as semelhanças encontradas no universo de nossa amostra, entre os jovens agroecológicos, sinalizam para as possíveis similitudes em relação ao processo de transição e consolidação da agroecologia e juventude, em outras regiões do MST, sem perder de vista as particularidades de cada local.

2 JUVENTUDE EM QUESTÃO

Começamos este capítulo com a pergunta: o que é a juventude? Num primeiro momento, podemos nos remeter à nossa experiência vivida como uma etapa pela qual todos nós passamos ou passaremos. A primeira associação que fazemos é com a questão biológica, definida pela faixa etária. Talvez seja a fase que mais se lamenta “perder” na vida. Não é por acaso que inúmeras alternativas estéticas e de saúde se apresentam com o intuito de prolongar, ao menos, o sentimento de “ser eternamente jovem” e alimentam o desejo nostálgico de resgatar juventude a todo custo. No sentido da língua portuguesa, segundo o dicionário Michaelis (2020), a juventude pode ser definida como o “período da vida de uma pessoa entre a infância e a idade adulta; qualidade do que é jovem, do que apresenta viço, frescor e mocidade”. Adjetivos que desejaríamos perpétuos: o viço e o frescor, a mocidade, o brilho nos olhos, típicos da juventude. Esse entendimento, um tanto espontâneo e rotineiramente usado, reflete uma compreensão aprendida no cotidiano, sem muita profundidade a respeito dos fatores culturais, sociais, históricos de cada sociedade, que influenciam na concepção do ser jovem e de juventude. Isso significa que falar de juventude é navegar numa temática polissêmica, num universo que permite dizer que há uma “diversidade de juventudes”.

Observando as literaturas e autores que discutem o tema da juventude, também nos deparamos com diferentes compreensões e concepções. Neste capítulo, trazemos à tona algumas delas que podem auxiliar na discussão teórica dessa categoria e na análise do nosso universo de pesquisa: a juventude camponesa agroecológica. Dentre as abordagens, optamos por considerar a juventude na perspectiva de geração, apresentada por Mannheim, a fim de situar sociologicamente o jovem que nos propomos estudar. Isso se justifica pelo fato de nos afinarmos com a sua compreensão de geração, que possibilita olhar para os jovens para além dos aspectos biológicos e temporais, rompendo com a ideia de geração como um grupo coeso, principalmente pela noção de *geração real (conexão geracional) e unidade de geração*. Além disso, Karl Mannheim foi um dos pioneiros dos estudos em Sociologia da Juventude e inspirou uma das grandes pesquisadoras da juventude no Brasil, Marialice Forrachi.

2.1 CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE

O historiador francês Philippe Ariès (1981), numa perspectiva histórica, nos diz que a ideia de infância e a de juventude foram sendo construídas socialmente e historicamente e tiveram conotações diferentes, associadas ao período histórico e às respectivas relações sociais. Isso tem se apresentado de modo distinto nas sociedades tradicionais e na sociedade industrial moderna. Na Idade Média, por exemplo, as crianças, a partir de tenra idade, já eram inseridas no convívio com os adultos, tanto no trabalho como nos jogos e sua socialização e aprendizagem se davam nesse contexto. Não havia uma compreensão das fases etárias da pessoa como nos moldes atuais. É a partir do final do século XVII, na sociedade industrial e na modernidade, que emerge a categoria juventude. Dois aspectos se apresentaram como fundamentais para tal. O primeiro tem a ver com distinção entre o público e o privado. A família passa a ser nuclear e volta-se para si mesma. Assume a responsabilidade para com as crianças e jovens em relação à sobrevivência e à preparação para o futuro dos filhos. O segundo aspecto diz respeito à universalização da escola. Há uma institucionalização do processo da educação via escolarização e a necessidade de preparação das novas gerações para o mundo do trabalho. Assim, a visibilidade e a ênfase dos grupos etários da vida humana, tal como vivemos hoje, ganharam forma em função das necessidades advindas da modernidade ocidental, ou seja, do modo de produção capitalista.

Em sua obra *Juventude – ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*, Groppo (2000) considera que Ariès contribuiu muito para desmistificar a concepção de indivíduo da modernidade fundada na perspectiva evolucionista do ser humano. Ele questiona a concepção dos estágios de evolução dos indivíduos na perspectiva científica de objetividade e universalidade, típica da sociedade moderna. A perspectiva evolucionista firmava-se na ideia de que a vida do ser humano, em seus aspectos biológico, mental e social, é evolutiva, traduzindo-se nas etapas da infância, juventude e fase adulta. Groppo compartilha do mesmo entendimento de Ariès (1981) de que a classificação em grupos etários decorre da forma como a sociedade concebe isso. Como já citado, na sociedade medieval, não havia o sentimento da infância e tampouco a distinção dos indivíduos por grupos etários. Significa dizer, então, que a classificação dos grupos etários e as suas atribuições são dados historicamente e socialmente. A categorização em criança, adolescente, jovem e idoso corresponde

aos papéis sociais que são atribuídos a partir do critério da idade do indivíduo e que correspondem a projeções específicas de um determinado contexto histórico-social.

A cronologização do curso da vida e a homogeneidade etária respondem às necessidades de uma civilização que constrói esferas sociais regidas por critérios independentes de particularismos e parentescos, baseadas numa legitimidade própria e que evocam relações sociais universalistas – a civilização “ocidental” moderna (GROPPO, 2000, p. 276).

Essa categorização etária, “a cronologização do curso da vida”, se dá, então, a partir do início do século XVII com a modernidade, período marcado por profundas transformações econômicas, políticas, e sociais que foram imprimindo um estilo e costumes de vida totalmente diferentes dos até então vividos. “Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes” (GIDDENS, 1992, p. 14). É um período marcado pela ascensão política da burguesia, consolidação do capitalismo, industrialização, crescente racionalização, burocratização, secularização, exaltação da técnica e ciência.

Nesse sentido, a concepção de juventude como categoria social é um processo que se inicia na modernidade. Isso possibilita o entendimento das características, funcionamento e transformações da sociedade moderna, no que diz respeito ao mercado consumidor, ao lazer, à arte, à cultura, assim como à criação de instituições modernas, como o Estado, o direito, a escola e o trabalho industrial, que se alinham às faixas etárias, nos séculos XIX e XX. Significa dizer, então, que a sociedade moderna está assentada na cronologização da vida e nas faixas etárias e respectivas atribuições (GROPPO, 2000). Para o autor,

[...] a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. [...] Trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos, que têm importante influência nas sociedades modernas (GROPPO, 2000, p. 8).

Diante da sociedade moderna e de suas classificações, Bourdieu (1983, p. 112), em seu texto “A juventude é apenas uma palavra”, cujo título nos leva a pensar

que o autor quer dizer que a juventude é bem mais do que uma palavra, considera que “as classificações por idade (mas também por sexo, ou é, claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação ao seu lugar”. Considera que a divisão dos indivíduos em idade é limitadora e arbitrária. A classificação de infância, juventude e velhice, com a qual habitualmente estamos acostumados, não é dada, mas construída socialmente. Bourdieu apresenta também um outro elemento para situar o jovem dentro da sociedade que é a questão do campo e do poder. O campo onde ele se insere tem regras e leis específicas que influenciam seu comportamento. “É preciso conhecer as leis específicas do funcionamento do campo, os objetos de luta e as divisões operadas por esta luta” (BOURDIEU, 1983a, p. 113). Diz mais, que a “idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável”. Tratar os jovens como se fossem um único grupo etário com interesses comuns, sem considerar as particularidades inerentes ao seu contexto social, econômico e cultural pode ser algo manipulável e incoerente. Para o autor, cada campo apresenta condições específicas que precisam ser consideradas, a fim de não submeter, no mesmo conceito, contextos sociais que não possuem nada em comum.

Esse é um aspecto importante a ser considerado no estudo da juventude, pois existe um vasto cenário de universos sociais distintos quando pensamos no tema. Existem “juventudes” que se inserem nos mais variados contextos, por isso, não é suficiente para o pesquisador um olhar generalista, desatento às particularidades e especificidades de cada realidade social. O tema da juventude remete a um cenário de diversidade quando se situa o jovem em seu contexto sociocultural. Há a existência de uma “pluralidade de Juventudes: de cada recorte sociocultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero, etc. – saltam subcategorias de indivíduos jovens” (GROPPO, 2000, p. 15). Nesse sentido, a “pluralidade de juventude” remete a estudos específicos em que as questões econômicas, sociais, culturais e políticas podem manifestar-se de modo singular. Tanto Bourdieu como Groppo compartilham da ideia de que a juventude não pode ser interpretada como uma unidade delimitada pelos aspectos biológicos, mas como uma categoria diversificada, a partir dos diferentes cenários em que os jovens estão inseridos. Sallas e Bega (2006, p. 5) também apontam para a existência de uma “cultura juvenil”, manifestada por uma “multiplicidade de formas de sociabilidade existentes para a vida

cotidiana dos jovens”, que se constroi a partir das vivências e experiências em que os jovens estão inseridos.

Uma outra abordagem em relação à juventude vem de Karl Mannheim. O autor é considerado o pioneiro da Sociologia da Juventude, pois, por meio de seu estudo sobre gerações “*O problema das Gerações*” (1928), contribuiu para o desenvolvimento de um campo de estudos para a juventude na Sociologia. Na discussão em torno do tema das gerações, Mannheim procurou distanciar-se da abordagem positivista e quantitativa. Ao invés de um tempo externalizado e mecanicista dos positivistas, preferiu a abordagem histórico-romântica e sua compreensão qualitativa do tempo interior de vivência. O autor apresentou o conceito de geração e chama atenção para a distinção entre o significado de grupo e de geração.

A geração não é um grupo concreto no sentido de uma comunidade, isto é, um grupo que não pode existir sem os seus membros terem um conhecimento concreto uns dos outros, e que cessa de existir como uma unidade mental e espiritual assim que é abolida a proximidade física. Por outro lado, ela não é de modo algum comparável a associações tais como as organizações formadas para um objetivo específico, pois estas se caracterizam por um ato deliberado de fundação, estatutos escritos, e uma maquinaria para dissolver a organização-características que servem para manter coeso o grupo, mesmo no caso de inexistirem laços de proximidade espacial e de comunidade de vida (MANNHEIM, 1982, p. 69).

Isso significa que a definição de geração tem algumas particularidades que a distinguem de um grupo concreto. Para melhor explicar a situação geracional como um fenômeno social, Mannheim faz uma analogia com o termo *posição de classe*, definida como a “situação comum que certos indivíduos suportam como a sua ‘sina’ na estrutura econômica e de poder de uma determinada sociedade” (MANNHEIM, 1982, p. 70). Na situação geracional, existem aspectos similares entre os indivíduos pela posição que ocupam. Essa posição se fundamenta num ritmo biológico da existência humana, apesar de não poder ser reduzida tão somente às estruturas biológicas. Assim, existem aspectos similares entre a situação de classe e a situação geracional que decorrem da posição que o indivíduo ocupa dentro de um determinado contexto sócio-histórico, mas cada qual com seu enfoque.

Enquanto a natureza da posição de classe pode ser explicada em termos de condições econômicas e sociais, a situação etária é determinada pelo modo como certos padrões de experiência e de pensamento tendem a ser trazidos

à existência pelos *dados naturais* da transição de uma para outra geração (MANNHEIM, 1982, p. 73).

A geração como fenômeno social se reporta a um tipo específico de identidade de situação, que envolve grupos etários inseridos num processo histórico-social. Se observarmos a vida social, perceberemos que há um processo que se move de uma geração para outra. Mannheim (1982, p. 74) considera alguns elementos que se fazem presentes nesse dinamismo, tais como:

- a) Novos participantes do processo cultural estão surgindo, enquanto
- b) Antigos participantes daquele processo estão continuamente desaparecendo.
- c) Os membros de qualquer uma das gerações, apenas podem participar de uma seção temporalmente limitada do processo histórico, e
- d) É necessário, portanto, transmitir continuamente a herança cultural acumulada.
- e) A transição de uma para outra geração é um processo contínuo.

Esses aspectos apontados pelo autor nos levam a pensar que novos participantes da cultura são fundamentais para garantir a vitalidade e a dinamicidade da sociedade. Isso pode implicar em perdas de elementos culturais acumulados e que não se adequam mais ou deixaram de ser significativos, porém, sem perder de vista a memória e o conhecimento acumulado. Isso ocorre num processo dinâmico de transmissão de conhecimento, que vai acontecendo entre as gerações, com suas releituras e reinterpretações e não numa perspectiva dicotômica entre a velha e a nova geração. As gerações intermediárias acabam, muitas vezes, fazendo a mediação entre as gerações mais velhas e as mais jovens, ou seja, as gerações estão interagindo o tempo todo. Quanto mais contínua a transição entre as gerações, mais chances de que seja uma relação sem atrito (MANNHEIM, 1982).

Aqui podemos mencionar os conflitos intergeracionais que podem surgir quando o diálogo, a interação e a troca de conhecimento de gerações diferentes deixa de existir. Uma lacuna de distanciamento se cria entre ambas, cessando a conexão. Singer (2005) aponta alguns fatores como a subordinação e desqualificação do jovem, muitas vezes, decorrentes da educação e da religião, que podem colocá-lo numa condição de “despreparado”. No entanto, não é isso que define o jovem, pois seu desejo é construir um novo mundo.

A juventude parece, pois, condenada à submissão ou ao desespero. Submissão não apenas aos pais e avós, aos patrões e governantes, mas

também ao mundo deles. Neste mundo, ensina-se nas escolas e nas igrejas [...] que é natural que os jovens obedeçam aos mais velhos, não só porque estes têm mais poder, mas porque tem experiência, sabedoria, ao passo que aqueles, são impetuosos, impacientes, inexperientes e, coitados, muito ignorantes. Os jovens tendem a acreditar que, devendo construir um novo mundo, eles serão capazes de fazê-lo melhor, mais justo e mais livre do que o mundo em que vieram à luz (SINGER, 2005, p. 29).

Os conflitos intergeracionais podem ocorrer devido às diferenças de referências e experiências sociais existentes entre os jovens e os adultos. Eles podem ser compreendidos quando se considera a situação sócio-histórica de cada geração. O desejo de construção de um novo mundo é muito típico da juventude. Nesse sentido, entende-se que pode ser força motriz de mudanças e transformações, como ter um projeto de vida que mobiliza e impulsiona o jovem. Podemos, aqui, situar os jovens agroecológicos envolvidos com o processo de ecologização no MST, pois são porta-vozes do novo. Pela formação em agroecologia, são um forte elo intergeracional e a força motriz desse projeto.

Mannheim aponta para uma “divisão” do conceito de geração em torno de três noções: *geração (posição geracional)*, *geração real (conexão geracional)* e *unidade de geração*. A geração/posição geracional refere-se à coexistência num mesmo tempo em tal região histórica e social com características de “potencialidades” que poderão tomar forma ou não. A geração real/conexão geracional requer a participação e a criação de um vínculo concreto entre os membros, conhecedores da realidade social e envolvidos com a transformação social. Já a unidade de geração apresenta uma adesão mais concreta do que a conexão geracional. Ela avança no sentido de pensar a geração na perspectiva de uma “mesma mentalidade”. Tem também como característica a criação de estilos de vida diferentes, mesmo que tenha em comum o mesmo contexto social e o período específico. “A unidade de geração representa um vínculo muito mais concreto que a geração real enquanto tal” (MANNHEIM, 1982, p. 87). Um exemplo de unidade de geração é referente ao nosso tema de estudo. A juventude rural do agronegócio e a juventude camponesa agroecológica pertencem à mesma geração real, mas se constituem como duas reações antagônicas intelectual e social aos estímulos advindos de fatores históricos e sociais da modernização da agricultura. Todavia, é a unidade de geração dos jovens agroecológicos que os insere numa mentalidade comum em torno da questão da agroecologia, numa perspectiva de um “vir a ser”, em construção, ao longo de sua trajetória de vida.

Assim podemos dizer que as unidades de geração apresentam perspectivas, reações e posicionamento político, de modo distinto em relação a um mesmo contexto histórico-social. Isso aponta para a diversidade de ações e respostas possíveis de serem construídas pelos sujeitos de uma geração. Contudo não significa dizer que a unidade de geração constitui um grupo concreto, mas, em algumas circunstâncias isso poderá acontecer.

Em outras palavras: a unidade geracional constitui uma adesão mais concreta do que aquela estabelecida pela conexão geracional, mas a forma como grupos de uma mesma conexão geracional, lidam com os fatos históricos vividos por sua geração (por exemplo a ditadura militar no Brasil) fará com que surjam distintas unidades geracionais no âmbito da mesma conexão geracional (WELLER, 2005, p. 11).

A juventude carrega consigo uma força paradoxal que pode ser de transformação ou de conservação da sociedade, dependendo de como se constituem as respostas decorrentes das unidades geracionais no cenário de conexão geracional. De toda forma, as gerações geram processos dinamizadores e interativos nas sociedades. Weller (2010, p. 219) afirma que, dentre as contribuições de Mannheim para o tema, pode-se dizer:

O conceito de gerações de Mannheim e sua acurada elaboração sobre a posição, a conexão e a unidade geracional rompem com a ideia de uma unidade de geração concreta e coesa e nos instiga a centrar nossas análises nas intenções primárias documentadas, nas ações e expressões de determinados grupos, ao invés de buscarmos caracterizar suas especificidades enquanto grupo. Perguntar-se pelos motivos das ações desses atores coletivos envolvidos em um processo de constituição de gerações, implica ainda em uma análise de conjuntura histórica, política e social a partir de uma perspectiva que poderíamos denominar como sendo de nível *macro*, bem como do conhecimento adquirido pelos atores nesse espaço social de experiências conjuntivas e que poderíamos denominar como sendo uma análise no campo *micro*.

As contribuições de Mannheim sobre o tema das gerações nos possibilitam entender o quão é limitado o entendimento de geração como algo único e coeso. Os desdobramentos e as divisões, apontadas pelo autor, como a conexão geracional e a unidade geracional, nos dão elementos para uma leitura mais coerente, considerando as particularidades dos integrantes, isto é, dos atores coletivos de uma geração em seu universo macro ou micro e respectivo contexto histórico social. O autor tem influenciado pesquisadores brasileiros em suas pesquisas referentes à juventude,

como é o caso de Marialice Foracchi. Em seus estudos, ela vai retomar a concepção de geração de Mannheim, em sua pesquisa com os jovens universitários e o movimento estudantil na década de 1970. Mannheim também é o autor que, pela sua concepção de geração, nos dá parâmetros para analisar a juventude camponesa agroecológica, o que faremos posteriormente.

2.2 A JUVENTUDE E A SOCIOLOGIA NO BRASIL

Os primeiros estudos referentes à juventude, no Brasil, são recentes. Datam das décadas de 1960 e 1970. Weisheimer (2015) afirma que, no início da década de 1960, as expressões de criticidade dos jovens sobre a ordem social emergiam na sociedade, por meio do rock, da liberação sexual, da organização dos jovens no movimento estudantil, da defesa dos direitos civis e pela paz. Com a ditadura militar consolidada, em março de 1964, as manifestações democráticas não só dos jovens, mas da sociedade foram silenciadas. No dia seguinte ao golpe, a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi invadida, saqueada e incendiada pelos militares. Durante a ditadura, os jovens foram vistos como subversivos, rebeldes, “terroristas”, perigosos e ameaçadores da ordem e segurança nacional. É nesse contexto que surgiram os primeiros estudos sobre a juventude e autores como Otávio Ianni, com “O jovem radical” (1963); o historiador Artur José Poerner, com “O Poder Jovem” (1968); e Marialice Foracchi, considerada autora pioneira nos estudos sobre a juventude no Brasil. A autora desenvolveu estudos sobre os jovens universitários e seu engajamento com o movimento estudantil. Suas importantes obras tratam das temáticas “O estudante e a transformação da sociedade brasileira” (1965) e “A Juventude na Sociedade Moderna” (1972). A sua contribuição tem sido pelo seu esforço na construção das categorias jovem, estudante e movimento estudantil.

Na fase inicial dos estudos referentes à juventude, os olhares estiveram voltados mais para a juventude da classe média urbana do que da popular. Nesse período, o Brasil vivia sua expansão industrial e mudanças na estrutura espacial e demográfica cresciam devido à urbanização e à oferta de trabalho nas cidades. Um período de expansão urbano-industrial foi também evidenciando o crescimento das desigualdades sociais que afetavam a sociedade como um todo. Madeira (1986) desenvolveu um dos poucos estudos dos anos 1970 referentes à juventude paulista urbana popular. Identificou um rejuvenescimento da população economicamente ativa

urbana, inclusive com a inserção precoce no processo de trabalho, jovens, adolescentes e até de crianças. E os estudos referentes à juventude rural/camponesa não se constituíram como prioridade naquele contexto.

Foracchi (1972) concentra sua atenção no entendimento das formas de inserção política e cultural dos jovens estudantes universitários e o movimento estudantil em São Paulo. Em sua obra “A Juventude na Sociedade Moderna” (1972, p.11), a autora tem como foco “analisar, sociologicamente, a rebelião da juventude, na sociedade moderna, na forma predominante de que esse fenômeno se revestiu, que é o movimento estudantil”. Analisou os jovens universitários que possuíam uma certa condição de liberdade, pois não estavam inseridos no trabalho, já que, na sua condição de classe média, as suas famílias asseguravam seu amparo material, o que se tornava favorável à sua dedicação exclusiva à militância política. Inspirou-se na abordagem de geração de Mannheim e constatou como uma mesma situação geracional proporcionou uma geração com valores semelhantes. A juventude, como uma fase de contestação e questionamento, pode entrar em conflito com os padrões sociais dominantes. Essa categoria social só poderia ser compreendida a partir das crises do próprio sistema social. Na crise, os conflitos geracionais podem se apresentar como novas possibilidades de vida social e o desabrochar de alternativas para a vida em sociedade. A autora conclui que existem diferentes juventudes decorrentes da sua condição de classe e de seus processos de socialização. Como categoria histórica e social, podemos dizer que a juventude se organiza e se mobiliza a partir dos contextos em que ela está inserida, como é o caso dos jovens agroecológicos do MST, inseridos num movimento social de luta pela terra e num processo de ecologização.

No período dos anos 1970, os movimentos juvenis europeus e norte-americanos tiveram influência sobre as produções sociológicas da juventude no Brasil. Aqui também, o olhar se voltou muito mais para a juventude de classe média do que a das camadas populares. Isso gerou algumas observações críticas, por considerar que os jovens de origem trabalhadora, devido a sua origem, apresentavam menor interesse e envolvimento, como engajamento político.

Neste caso a ênfase no movimento estudantil e na sua forma específica de organização levou à elaboração de hipóteses sobre a juventude de classe popular que apontavam para um suposto desinteresse ou mesmo uma

incapacidade dos jovens no sentido de alguma mobilização de cunho político e reivindicatório (TAVARES, 2012, p. 186).

Nas décadas de 1980 e 1990, os estudos referentes à juventude avançaram no âmbito da pós-graduação e dos trabalhos de pesquisadores, que foram desenvolvidos com ênfase nos estudos culturais e das subculturas, como o movimento punk e a cultura do funk, inserção do jovem no mercado de trabalho, violência e escolarização. Esses estudos referentes à juventude, principalmente nos anos 1990, num cenário de violência e criminalização, chamaram a atenção de órgãos internacionais, como a Unesco. Esta, por sua vez, foi o agente articulador para que o Estado olhasse mais atentamente os jovens, inclusive com a criação de políticas públicas específicas para a juventude. A Unesco teve importante participação também junto aos pesquisadores, com o propósito de alavancar a concepção de protagonismo nos jovens e de atores sociais de transformação frente ao cenário de violência, no qual se encontravam (TAVARES, 2012).

No Brasil, no período de 2005 a 2015, principalmente por iniciativas dos governos Lula e Dilma, tivemos um olhar mais atento às demandas dos jovens. Em 30 de junho de 2005, pela Lei nº 11.129, foram criados o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Programa Nacional de Inclusão do Jovem – (PROJOVEM). Somente em 2013, aconteceu a criação de um Estatuto específico para os jovens. Comparando com outros grupos etários, diríamos que os jovens têm sido quase imperceptíveis na sociedade brasileira. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado em 1990 e o Estatuto do Idoso em 2003. Somente em 2013, é que foi criado o Estatuto da Juventude, pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUV). Nele constam os direitos, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude. Como os demais estatutos, o critério adotado foi o biológico/etário. Assim, são considerados jovens no Brasil, as pessoas que têm idade entre 15 e 29 anos. Como já mencionamos, o critério biológico é classificatório e pode ser um tanto empobrecedor, pois não leva em consideração as condições sociais, históricas e as particularidades das múltiplas juventudes existentes no Brasil.

Nesse período, houve avanços acerca da discussão e inclusão do jovem em políticas públicas. Também avanços em direitos que passaram a ser assegurados aos jovens pela criação do Estatuto, tais como: direito à cidadania, participação social e

política e à representatividade juvenil; direito à educação; direito à profissionalização e direito à renda e ao trabalho; direito à diversidade e igualdade; direito à saúde, à cultura, à liberdade de expressão e comunicação; direito ao lazer e desporto; direito ao território e à mobilidade, à sustentabilidade e ao meio ambiente; à segurança pública e acesso à justiça (BRASIL, 2013). O MST afinado com as iniciativas governamentais de criação de espaços de visibilidade para as demandas da juventude, a partir de 2005, vem construindo no movimento uma proposta de organicidade da juventude por meio dos Coletivos de Juventude.

Contudo, com as mudanças políticas, ocorridas a partir de 2016, com o golpe e o impeachment de Dilma Rousseff e, principalmente, no governo atual (2019), as discussões e políticas públicas de cunho emancipatório, de autonomia, participação e proximidade com os movimentos sociais, que vinham sendo construídas, foram sendo minadas. As propostas neoliberais deram uma outra conotação ao processo de lutas e de políticas específicas para os jovens e passaram a focar em uma abordagem conservadora e moralista de costumes, sem levar em conta a diversidade de juventudes existentes no Brasil (PEREZ; LUZ, 2019).

Autoras como Marília Pontes Sposito, Regina Novaes, Helena Abramo *et al* (2005) têm desenvolvido pesquisas com a juventude. Esse estudo, em parceria com o Instituto Cidadania, resultou na obra “Retratos da Juventude Brasileira”, que aponta para a diversidade de perfis, algo relevante para ser estudado e considerado.

Fica claro que podemos falar, sem sombra de dúvida, da existência de um jovem brasileiro. Não se suponha daí que eles sejam iguais em todo o país, pois é notório o quanto há matizes em seu perfil e sua condição, por mais que eles sejam aproximados (ABRAMO, 2005, p. 84).

A juventude como uma categoria social não pode ser definida e explicada somente a partir de princípios naturais ou determinações biológicas. Mesmo reconhecendo a polissemia e a complexidade do tema, ela é uma categoria resultante de uma construção social, cultural e histórica. Pensar a juventude na sua pluralidade, no Brasil, significa reconhecer a existência de realidades diversas que pedem um olhar atento a cada uma delas. O universo dos jovens rurais também é marcado por heterogeneidade e nos remete a uma realidade repleta de particularidades. É com esse entendimento que consideramos um cenário em que se inserem “as juventudes rurais” e nos propomos, de modo particular, compreender os jovens camponeses

agroecológicos do MST, em seu processo de recampanização e construção do projeto de ecologização da agricultura.

2.3 A JUVENTUDE RURAL

A juventude rural, como objeto de estudo na Sociologia, é algo recente. Durston (1994), em seus estudos, ainda no final do século passado, referindo-se à juventude rural latino-americana, em sua heterogeneidade, afirma que ela ainda é pouco conhecida e se mantém na invisibilidade. O jovem como membro da equipe familiar, desde cedo, já começa a envolver-se com o trabalho. Em alguns casos, assumindo a liderança da família, ou casando-se precocemente. A vida no campo se torna mais atrativa para os jovens do que para as jovens, que acabam estudando mais do que os rapazes e não desejam viver tal como suas mães. O autor aponta para a necessidade de valorizar os jovens rurais como atores sociais e protagonistas de ações locais em suas comunidades, evitando que eles optem por migrar para as cidades. Marin (2019), considera relevante tecer um olhar para a juventude rural a partir das especificidades das relações construídas no seu tempo e espaço social, que por sua vez é diverso.

Esse rural tão diversificado carrega ainda algumas marcas decorrentes da sua trajetória histórica. Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil* (1995), afirma que um dos aspectos que influenciou a formação da sociedade brasileira está relacionado às marcas deixadas pela vida rural, com o predomínio dos fazendeiros, da aristocracia rural, do patriarcalismo e da escravidão. Esse pensamento vai influenciar também o meio urbano, reproduzindo a mentalidade aristocrata e escravista. Maria Nazareth Wanderley (2009, p. 291) o define como “um espaço físico” e “um lugar de vida”:

Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional).

O rural não se constitui num espaço homogêneo, mas heterogêneo. Quando falamos do rural, nos remetemos a uma diversidade social e cultural de atores com

trajetórias e características singulares. Historicamente, também tem se constituído num espaço de polarizações, disputas, lutas e conflitos. Nesse sentido, a noção de rural pode ser definida também como “ruralidades”, apresentada por Brandenburg (2018, p. 16): “O mundo rural brasileiro pode assim ser representado e compreendido por ruralidades de configurações múltiplas: como um caleidoscópio”. Falar de ruralidades significa reconhecer que a dinâmica da vida rural possui várias faces, modos de vida e estilos singulares. Compreende desde os que absorveram na totalidade os mecanismos de modernização até os que mantêm seu modo de vida com singularidade e resistência, como é o caso dos camponeses.

O campesinato tradicional em sua integração com a sociedade global, construiu respostas de adaptação no contexto da agricultura familiar frente às mudanças sociais, políticas e econômicas. Mesmo com as transformações inerentes à sociedade moderna, o campesinato continua a se reproduzir, preservando sua autonomia e originalidade; continuam existindo expressões que referenciam a tradição camponesa no modo de produzir e de vida social; diante da racionalidade moderna e das novas formas de agricultura familiar que surgiram, subordinadas ao modelo urbano industrial, existe aí também um saber acumulado, um “patrimônio sócio-cultural” herdado do campesinato que é conservado e transmitido e que orienta as estratégias dos agricultores familiares. Isso leva a pensar que ao invés de uma ruptura abrupta decorrente da modernização, o que se tem é uma continuidade onde cada coletividade reage à sua maneira neste processo de integração à sociedade global (WANDERLEY, 2009).

No universo diverso do rural os assentamentos de reforma agrária caracterizam-se por um processo de recampenização, ou seja, o retorno à vida rural de camponeses que nas circunstâncias da modernização da agricultura, foram expulsos do campo e migraram para as cidades. É o movimento inverso de retorno ao campo e que vai dinamizar espaços rurais pela produção e vida social que emerge deles. Podemos dizer que o campesinato brasileiro na sua diversidade compartilha de uma mesma característica: a resistência e a luta, que parece ser uma constante em sua trajetória histórica. O camponês assume a forma de um ator político, que subsiste pela sua organização e luta, seja pela manutenção de seus territórios ou pelo processo de recampenização que produz dinamismo social e produtivo de espaços em

desacordo com a função social da terra. É neste contexto que se inserem os jovens camponeses do MST que desenvolvemos nosso estudo.

No Brasil, os estudos com foco na juventude rural foram avançando, principalmente no século XXI. No campo das Ciências Sociais e áreas afins foram desenvolvidos estudos com foco nos jovens da agricultura familiar e camponesa. Dessa forma, a família – compreendida como uma unidade de produção e um lugar onde a vida acontece, como um espaço de sociabilidade e trabalho, onde se constroem as respostas frente aos desafios decorrentes da sociedade moderna global – é o espaço onde o jovem também toma as suas decisões. O jovem, inserido no contexto da agricultura familiar, sofre junto com a família as pressões econômicas, sociais e a influência dos atrativos da sociedade capitalista urbanizada. Nem sempre ele consegue resistir e adaptar-se, tal qual a própria agricultura familiar frente às pressões por parte do capital agrícola e da burguesia rural.

Abramovay *et al* (1998) desenvolveram um dos primeiros estudos sobre os jovens rurais no Brasil, com agricultores familiares do município de Saudades (SC). Nesse trabalho, os autores estabeleceram a relação existente entre as condições sociais dos agricultores familiares com os processos sucessórios e suas transformações com o passar do tempo. Nos anos 1960, predominava o “minorato”, onde ocorria um esforço da família em adquirir terras para os filhos mais velhos, sendo que o filho mais novo ficaria com a propriedade da família e assumiria a responsabilidade de cuidar dos pais na velhice. Esse processo era naturalizado e o futuro dos jovens não seria outro a não ser continuar na agricultura. Nos anos 1970, esse cenário mudou, apresentando uma dificuldade maior na aquisição de terras e formação de novas unidades produtivas. Assim, os jovens foram desafiados a buscar alternativas, muitas vezes, fora da agricultura, nas cidades. Nesse sentido é que os autores definem a “questão sucessória”,

[...] quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade (ABRAMOWAY *et al*, 1998, p. 36).

Como a família não conseguia adquirir terra para todos os filhos, a propriedade, geralmente, ficava com um filho homem, caracterizando um cenário de

“masculinização” do processo sucessório. Pela posição hierárquica e invisível que ocupavam dentro das famílias, as filhas moças acabavam deixando o campo, numa proporção maior que os jovens⁷. A compensação para os demais filhos (SILVESTRO, et. Al, 2001) acontecia, em alguns casos, em dinheiro ou oportunidade de dar continuidade aos estudos. Esse processo ocorria com centralização das decisões sob o comando da figura paterna.

Estudos posteriores sobre a mesma temática, com agricultores familiares, agora expandido para a região oeste de Santa Catarina, Silvestro *et al* (2001) apontaram o aquecimento do mercado de terras, que passou a dificultar a aquisição de terras pelos agricultores da região. O alvo dos negócios era principalmente as propriedades sem filhos sucessores na atividade. Algumas unidades produtivas habitadas somente pelos pais, sem a presença constante dos filhos, não tinham sucessores e conseqüentemente seriam negociadas. Por outro lado, um expressivo número de jovens, que desejava continuar na atividade da agricultura, mas não tinha acesso à terra. O tamanho da unidade produtiva familiar não favorecia a partilha e nem a família tinha poder aquisitivo para adquirir mais terras pela inexistência de uma política fundiária que favorecesse a aquisição para esses jovens agricultores. Os imóveis sem sucessores eram negociados com pessoas da cidade, que passavam a desenvolver atividades como pecuária extensiva, descaracterizando por inteiro, muitas vezes, o próprio lugar. Com isso, ocorreu um esvaziamento populacional, cultural, econômico e social nesses espaços outrora ocupados por agricultores familiares. No ano de 2000, cerca de setecentos jovens dessa região foram “expulsos” da atividade agrícola e migraram para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro para trabalhar em redes de churrascaria e lanchonetes. Eles foram contratados por meio de duas agências das cidades de Santa Catarina: São Miguel d’Oeste e Guaraciaba e, segundo os autores, muitos deles com contratos precários de trabalho. Para as famílias de menor renda, a contribuição econômica desses filhos que partiram se fazia necessária.

⁷ Maria Ignez Paulilo, em sua obra “Mulheres Rurais – quatro décadas de diálogo” (2016, p.193), aponta o quão difícil é discutir a temática da herança e a sucessão nas famílias dos agricultores, principalmente no que tange à herança e à sucessão para as mulheres. A autora afirma que “a tradicional exclusão feminina do acesso à terra faz com que elas também sejam ignoradas pelas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, por mais que as leis brasileiras condenem a discriminação por sexo”.

Pelo fato dessa região de SC ter como principal atividade a agroindústria de aves e suínos, um número razoável de jovens migrou para as cidades, onde se localizavam os frigoríficos, em busca de trabalho. Outros continuaram morando com a família, locomovendo-se diariamente até os locais de trabalho na cidade. “Mas essa migração é provocada menos por uma atração real das luzes da cidade do que a falta de perspectivas promissoras no meio rural” (SILVESTRO, *et al*, 2001, p. 30). Tanto os estudos de Abramoway *et al* (1998) como os de Silvestro *et al* (2001) constataam a ausência de políticas públicas destinadas aos jovens, a fim de consolidar condições mais favoráveis no campo, de acesso à terra e viabilização econômica para os jovens interessados em dar continuidade à atividade agrícola familiar. Hoje, esse cenário dos jovens, no extremo oeste catarinense, tem sofrido mudanças. Kummer (2020, p. 16), em estudo recente nessa região, identificou a existência de jovens que desejam ficar no campo, como aqueles que preferem migrar. Nesse sentido, existem “visões diferenciais, representações e imaginários dissonantes, perspectivas variáveis, experiências sociais diversas e sobretudo, condições desiguais”. Dentre as principais questões desafiadoras apontadas por esses jovens estão as políticas públicas, a segurança econômica e o acesso à terra.

Brumer (2007) compartilha da visão de que o processo migratório dos jovens está relacionado à existência de “fatores de atração” e “fatores de expulsão”. Os fatores de expulsão antecedem os fatores de atração. Os fatores atrativos urbanos relacionam-se a oportunidades de trabalho remunerado. Os fatores de expulsão são os mais incisivos e decorrem das dificuldades relacionadas à atividade agrícola e ao contexto rural: “destacam a ausência de férias, de fins de semana livres e de horários regulares de trabalho [...]. A atividade agrícola é penosa, dura e difícil, que submete os trabalhadores ao calor e ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis” (BRUMER, 2007, p. 37). Essa percepção, no entanto, poderá mudar quando inserido no mercado formal de trabalho, frente às exigências de cumprimento de horários e produtividade. Assim, migrar para a cidade está associado à possibilidade de ter um trabalho remunerado, uma suposta “autonomia”, uma vida social mais dinâmica e maior escolarização. A migração pode também ser compreendida como a rejeição dos filhos à sucessão e reprodução da vida nos moldes de seus pais.

O processo de modernização e industrialização da sociedade capitalista, a partir da Revolução Industrial, intensificou a centralidade na vida urbana. A cidade é

concebida como palco de inovação, progresso e trabalho, numa dinâmica distinta do rural, considerado pacato e atrasado, associado a uma interpretação um tanto negativa e depreciativa. A visão dicotômica entre campo e cidade, associada à “invisibilidade” e aos fatores de expulsão, tem repercutido negativamente, levando, durante certo período, a vislumbrar nas cidades a opção mais viável para se viver, inclusive pelos jovens. Os dados demográficos confirmam isso com a significativa redução da população no campo. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (PNAD) de 2015, 84,72% da população brasileira vive na cidade e 15,28% da população vive no campo. Esse é um dado que reflete o fluxo migratório da população rural para os centros urbanos. Mesmo considerando o que afirma Veiga (2002), a inclusão de áreas que outrora eram compreendidas como rural nos parâmetros classificatórios do urbano faz aumentar as estatísticas. Os dados mostram que houve processos migratórios, principalmente de jovens.

Stropasolas (2005) desenvolveu um estudo sobre as representações dos jovens em relação à sua condição no universo da agricultura familiar com jovens do município de Ouro, meio oeste de Santa Catarina. Dentre suas conclusões, aponta a concentração fundiária no Brasil, a ausência de políticas públicas para a agricultura familiar camponesa, a questão de gênero, a recusa da condição de agricultor e a busca de trabalho e educação nos centros urbanos como possíveis causas do processo migratório dos jovens:

[...] cabe destacar a falta de oportunidades para o exercício de atividades produtivas e/ou profissionais, no espaço rural, que propiciem independência econômica, gerencial e tutelar da família e, sobretudo do pai. Expressam também, que o esforço dispendido nos processos de trabalho, não são reconhecidos e valorizados como um trabalho passível de ser remunerado, como outro qualquer. [...] As filhas de agricultores familiares são mais predispostas a sair das comunidades porque elas se sentem mais prejudicadas no espaço rural (STRAPOSOLAS, 2005, p. 319).

Por outro lado, o autor identificou que existe um desejo por parte de um número de jovens, inclusive dos que migraram e enfrentaram os desafios da cidade, em retornar para o campo, desde que as condições econômicas e culturais sejam favoráveis. Reconhecem que as atividades na agricultura são caracterizadas por maior flexibilidade e liberdade se comparadas à atividade laboral da indústria. Inclusive, nos finais de semana, muitos retornam para o convívio com seus familiares,

pois a vida na cidade é solitária. Isso significa que não acontece uma ruptura com o campo, com a família e a comunidade. O campo continua sendo uma referência como espaço de vida, de laços e amizade.

A questão fundiária também se faz presente no estudo de Wanderley (2007, p. 24) com jovens de Pernambuco, onde identifica que “a estrutura de distribuição da terra é a responsável maior pelo bloqueio à reprodução social dos pequenos agricultores camponeses [...] e em consequência provoca nos jovens a necessidade da migração”. Com uma propriedade de terra geralmente pequena, nem todos os filhos conseguem manter-se em suas respectivas famílias, que tampouco têm condições financeiras para a aquisição de mais terra para suprir a demanda dos filhos jovens.

Wanderley (2013) aprofunda essa discussão com os jovens pernambucanos e aponta que a juventude rural se insere numa dinâmica social que envolve a “casa (família), a vizinhança (comunidade), também a cidade (o mundo urbano-industrial). Esses são “espaços de vida que se entrelaçam e que dão sentido à experiência dos jovens e sua inserção na comunidade” (WANDERLEY, 2013, p. 46). Nesse universo, os jovens elaboram o seu projeto de emancipação individual. Muitos veem com positividade a vida no campo e gostariam de continuar nela por motivos relacionados às “raízes pessoais, aos laços familiares e de amizade, à proximidade da natureza e à qualidade de vida no campo” (WANDERLEY, 2013, p. 242). Mas há também aqueles que, em função “das carências da vida local, e, de modo especial a falta de alternativas profissionais, que garantam, no local, oportunidades de emprego e renda, na agricultura ou fora dela” (WANDERLEY, 2013, p. 242), acabam migrando, deixando a vida rural. As alternativas não agrícolas, muitas vezes, são tão precárias quanto a sua condição no campo. O jovem alimenta uma expectativa de autonomia financeira com o trabalho na vida urbana, o que, por sua vez, pode não passar de uma mera utopia.

A autonomia como algo fundamental para o jovem sentir-se motivado a dar continuidade à atividade dos pais aparece em estudo, feito por Weisheimer (2019, p. 189), desenvolvido com jovens do recôncavo baiano e seus projetos profissionais. O autor aponta que “a situação de baixa autonomia material aparece como fator determinante para os jovens não pretenderem permanecer na agricultura familiar”. Já os jovens que possuem uma representação positiva da atividade agrícola e do modo de vida dos pais elaboram projetos profissionais agrícolas de continuidade na

atividade e vivenciam manifestações de autonomia maior na família, o que os motiva continuar no campo.

Zanol e Stropasolas (2019) apontam a existência de fatores internos e externos que exercem influência na decisão do jovem e nas suas “escolhas”. Em estudo desenvolvido com jovens de Santa Catarina, estudantes do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) identificaram que há fatores influenciadores e limitadores no processo de decisão dos projetos agrícolas desenvolvidos pelos jovens estudantes. Os fatores internos estão relacionados às questões familiares, estruturais, afetivas e financeiras. E os que mais contribuíram na execução de seus projetos foram a autonomia material, a participação na gestão e a formação educacional. Os fatores externos, considerados limitadores, foram a questão do acesso ao crédito e a inexistência de políticas públicas. Assim, os autores concluíram que a ausência de autonomia financeira, a dificuldade de acesso às políticas públicas, a infraestrutura precária, a baixa qualidade de transporte e o acesso à internet têm contribuído para a migração de jovens e seus familiares.

Num estudo com os jovens da cidade de Feliz, Rio Grande do Sul (RS), Weisheimer (2007, p. 240) abordou a questão da inserção dos jovens na divisão do trabalho agrícola na unidade familiar e identificou que “a socialização dos jovens agricultores será marcada por relações sociais de gênero”. Os rapazes têm um papel social mais ativo do que as moças no processo de trabalho da família, porém, subordinado também à figura paterna. As moças são consideradas como “forças marginais” e o reconhecimento como agricultoras é baixo. “Por sua vez as filhas mulheres ocupam a posição mais baixa na hierarquia familiar, visto que não exercem nenhuma atividade sob sua responsabilidade exclusiva” (WEISHEIMER, 2007, p. 244). O autor concluiu que, no contexto hierárquico em que ocorre a divisão de trabalho na unidade familiar, as moças rompem com a agricultura familiar por não visualizarem projetos para sua vida e buscam outro ramo de atividade, não-agrícola. Isso tem uma repercussão negativa na dinâmica da vida do campo, pois já que há poucas jovens que estão dispostas a continuar no campo, os rapazes encontram dificuldades em constituir família. Assim, a questão de gênero é crucial enquanto houver a reprodução de um modelo patriarcal.

Brumer (2007, p. 36), fazendo um estudo de revisão bibliográfica e observações empíricas, no período de 1998 a 2003, no Rio Grande do Sul, considera

a possibilidade de expandir os enfoques das pesquisas com a juventude rural e avançar a outros eixos temáticos para além da migração e da questão sucessória.

Quando se focaliza a juventude rural, apesar de haver estudos sobre diferentes aspectos, dois temas são recorrentes: a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas.

Essas duas temáticas têm predominado nos estudos referentes à juventude rural e, no entendimento da autora, seria interessante buscar outras respostas a partir de outros eixos de pesquisa. A autora sugere que, ao invés de buscar respostas referentes ao “por que” os jovens saem do meio rural, focar no “por que” os jovens ficam nele. Também investigar o que favorece para que o jovem permaneça no campo e a que se atribui o insucesso no processo sucessório da propriedade, considerando fundamentalmente a questão de gênero como uma categoria que perpassa as duas abordagens.

Também novas percepções do rural vão sendo construídas, decorrentes das mudanças do próprio entendimento e da vivência do que é o rural. Carneiro (2007) cita as “novas mentalidades no cenário rural” que vêm emergindo. Usa a expressão “cenário rural” para ilustrar o movimento, a circulação de diferentes atores e a conexão entre campo e cidade. Ou seja, “reconhecer essa diversidade que pode incluir tanto indivíduos de origem urbana e de residência rural como indivíduos de origem rural, mas com vivência urbana (seja pelo trabalho, seja pelo lazer)”. Há um contato dos jovens do campo com a cidade de diversas formas, pelo trabalho, lazer e pela educação. O contato com a cidade, muitas vezes, faz aumentar a valorização da vida rural e mesmo os jovens que não pretendem desenvolver atividade agrícola preferem continuar morando no rural.

Uma nova realidade também se coloca a partir da revolução da tecnologia da informação e das conexões virtuais. O jovem rural, pelas circunstâncias de localização, fica mais vulnerável ao acesso a essas tecnologias. Novaes (2007) considera que é um desafio a questão da exclusão/inclusão digital, principalmente para os jovens do campo. O mundo está conectado pela rede de internet e outras

tecnologias e esta é uma necessidade também do jovem rural, que precisa ser levada em consideração.

Ser jovem hoje é viver em um tempo que existe uma outra lógica de circulação de informações, uma outra forma de estar no mundo. [...] o acesso à cultura, ao lazer e às novas tecnologias passa a fazer parte das demandas dos jovens do campo (NOVAES, 2007, p. 103).

A exploração das novas tecnologias pelo jovem do campo possibilita que ele esteja conectado com essa “forma de estar no mundo”. As tecnologias da informação o colocam em conexão com o mundo global. São um suporte para sua comunicação, comercialização, informação e educação. Pela conexão da informação, as fronteiras geográficas campo/cidade também são “amenizadas”. Na sociedade contemporânea tornou-se uma necessidade e já somos dependentes dessas tecnologias. Assim, para Novaes (2007), as tecnologias se constituem para os jovens do campo, numa reivindicação, como a educação e o lazer e não são restritos aos espaços urbanos. A cidade também vai tomando uma outra forma. Se em tempos anteriores era necessário migrar para os centros urbanos a fim de ter acesso a esses bens ou informações, hoje esse cenário tende a não ser mais o mesmo.

A cidade não é mais o único caminho para se ter acesso a esses bens, o que a meu ver, constitui uma das mudanças mais relevantes que encontramos no mundo rural. A cidade não exerce mais o mesmo fascínio sobre os jovens de algum tempo atrás (CARNEIRO, 2007, p. 63).

A autora recomenda o cuidado em considerar a heterogeneidade do rural, como também já mencionamos anteriormente. Contudo, há que se considerar que a cidade, principalmente as metrópoles, com suas demandas de uma vida acelerada, anônima e violenta tem distanciado não somente os jovens, mas também os adultos. O que antes era considerado “pacato”, “sem novidade”, hoje, toma outra conotação: “seguro”, “tranquilo”, “equilibrado”, saudável, entre outras denominações. Simmel (1973, p. 13) em seu texto “A metrópole e a vida mental” afirma que

A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai. Nesta, o ritmo da vida e do conjunto sensorial de imagens mentais flui mais lentamente, de modo mais habitual e mais uniforme.

A metrópole, de certa forma, exige como defesa das rotineiras ameaças que as pessoas reajam mais com a cabeça do que com o coração (SIMMEL, 1973). Um estilo de vida mais desacelerado, em comunhão com a natureza, também vem se constituindo como um atrativo. Isso nos leva a pensar, sem ter a intenção de aprofundar essa discussão, de que o campo e a cidade dialogam cada vez mais. Ao invés da ruptura, a conexão e a interdependência. E para muitos, deixar a vida tumultuada das cidades, inclusive jovens que migraram, acaba sendo uma alternativa ou um desejo.

Com os jovens camponeses integrantes do MST, alguns aspectos se assemelham com os já apresentados até então, pois estão inseridos no mesmo contexto sócio-econômico. Malagodi & Marques (2007, p. 201), em estudo sobre a trajetória dos jovens assentados da reforma agrária na Paraíba, filhos de sem-terra, consideram que “suas vidas melhoraram com o assentamento e como pontos positivos citam as condições de moradia e a possibilidade de estudar”. Mas reconhecem que em muitos aspectos ainda é necessário avançar “(...) relatam a falta de lazer e de renda (...) falta de espaço de participação nas associações (...) falta de políticas públicas para viabilizar os assentamentos (...) a falta de financiamento de projetos produtivos” (MALAGODI; MARQUES, 2007, p. 201) e outras melhorias, como as estradas e a comunicação. A condição de fragilidade social local e a falta de oportunidade para o jovem concretizar seu projeto de autonomia, como renda própria e acesso a crédito bancário, levam-no a buscar trabalho na cidade. A inexistência de uma renda própria, a falta de projetos que gerem renda específica para os jovens e possibilite a realização dos desejos de consumo, como adquirir uma moto, roupas e outras necessidades, geram desmotivação e o levam a buscar outra atividade.

No entanto, mesmo migrando para a cidade, o desejo de muitos jovens é retornar para o campo. Reconhecem a face ilusória da cidade em relação às condições de vida e trabalho. Atribuem sua saída à ausência de investimentos por parte do Estado, para a viabilização econômica, de lazer e educação, voltada para a realidade camponesa e que considere a especificidade do campo. Os fatores de “expulsão”, considerados por Brumer (2007), apontam para a inexistência ou ineficácia das políticas públicas destinadas não somente aos jovens, mas à agricultura camponesa como um todo.

A questão do acesso à terra aos jovens da reforma agrária é uma das bandeiras de luta do próprio movimento. Mas os lotes conquistados pela reforma agrária, pela

sua extensão, geralmente não comportam a subdivisão. Assim, chegando à fase da juventude, o jovem novamente se vê na condição de lutar pela terra e seu espaço. Alguns migram para as cidades em busca de trabalho ou engajam-se novamente no movimento na luta pela terra. Uma outra opção tem sido a construção de suas casas no lote dos pais. A prioridade da política governamental da terra é para as famílias que possuem filhos e não para os jovens (MORISSAWA, 2001).

Freire e Castro (2007), em estudo com os jovens assentados da Amazônia, alunos do Curso de Magistério da Terra com processo de alternância compartilham da premissa de que, apesar de tudo, a educação é fundamental para expandir as perspectivas de vida para os jovens. Encontram “na escola a principal possibilidade de melhoria de condições de vida, melhoria essa expressa na maioria das vezes como perspectiva de se inserirem em atividades mais qualificadas” (FREIRE; CASTRO, 2007, p. 234). Esses jovens se definem como sujeitos com profunda ligação com o campo. Alguns deles reconhecem as limitações econômicas e consideram ter uma vida difícil com poucas oportunidades de estudo e lazer. Reconhecem que a vida na cidade é desafiante pela dificuldade de inserção social e, principalmente, pelo preconceito e discriminação em relação ao jovem do campo.

Maria Tereza Castelo Branco (2003), em sua obra *“Jovens sem-terra – Identidade em Movimento”*, desenvolveu uma pesquisa com os jovens de um assentamento na região de Sorocaba, São Paulo (SP), nos anos de 1996 e 1997. Identificou a necessidade que os jovens sentiam em ter autonomia e um emprego para auxiliar seus pais, pois o trabalho na terra requer investimento, o que não é possível para muitas famílias, em função da sua fragilidade econômica. “A cidade, então, é a referência para um projeto de vida rural, muitas vezes longínquo para si, mas viável para a família, se a ajudarem” (BRANCO, 2003, p. 65). Mas essa possível ida à cidade não tem o significado de ruptura com o campo. Segundo a autora, há um sentimento de comunidade, de pertencimento desses jovens com a comunidade, com suas lutas e modo de vida. Sentiam a necessidade de firmar uma nova identidade camponesa.

Os jovens demonstraram interesse em um desenvolvimento rural sustentável e na luta pelo respeito à natureza, acreditando que o objetivo da sua organização deveria ser a educação ambiental, dentro do assentamento, gerando um novo modelo de agricultura (BRANCO, 2003, p. 171).

Isso já sinalizava para um desejo por parte dos jovens em construir um outro modelo de agricultura, em que a questão ecológica fosse introduzida na vivência e nas práticas agrícolas. Na sua maneira de perceber e pensar, esses jovens já sinalizavam para a necessidade de renovação dentro do MST, em relação ao modelo de agricultura convencional. E de fato, isso se confirmou no Congresso em Brasília, no ano de 2000, onde o movimento assumiu a agroecologia como prioridade e deu início ao processo de transição, o qual vem sendo construído até os dias de hoje.

Nesse sentido, a ecologia torna-se uma bandeira de luta política do MST. O processo de transição para a agroecologia, desde 2000, vem exigindo reelaboração e ressignificação da prática agrícola, influenciada pelo modelo de modernização agrícola convencional. As iniciativas ecológicas distribuídas em vários assentamentos e acampamentos sinalizam para uma perspectiva que oscila entre o novo e o velho e que é materializada por aqueles que transmutaram sua prática agrícola.

Segundo Silva (2017), as experiências existentes Brasil afora, referentes à conexão juventude e agroecologia, vêm apresentando bons resultados, como maior autonomia dentro das unidades familiares, não somente no aspecto produtivo, mas também por outras iniciativas, como turismo e artesanato, que possibilitam maior autonomia financeira para os jovens. Também se envolvem com técnicas de manejo e alternativas de produção, como o sistema agroflorestal e as mandalas. Os jovens assumem também o protagonismo na experimentação dos conhecimentos agroecológicos e são seus multiplicadores, ressaltando a importância dos diferentes processos educativos. Encontram como desafios o limite da posse da terra e a resistência à mudança de prática nas unidades familiares, muitas vezes, gerando conflitos geracionais e fragilidade das políticas públicas para o jovem do campo.

2.4 A JUVENTUDE DO MST NA PERSPECTIVA DA GERAÇÃO

Como já mencionamos anteriormente, os primeiros estudos na Sociologia com enfoque na juventude ocorreram nos anos 60 e 70 do século passado e foram desenvolvidos com jovens urbanos. Esses trabalhos avançaram nas décadas subsequentes, ganhando cada vez mais forma. Já os estudos referentes à juventude rural datam do final dos anos 1990 e início do século XXI. Abramovay *et al* (1998), Carneiro (1998), Castro, (2005), Weisheimer (2004), Straposolas (2005) e Wanderley

(2007), Marin (2019) são alguns deles que vão se debruçar sobre a temática da juventude rural.

Weisheimer (2005), por meio de um levantamento dos estudos realizados sobre a juventude rural no Brasil, identificou baixa produção acadêmica sobre o tema e uma concentração de pesquisas recentes, realizadas entre 2001 e 2004, predominando temáticas relacionadas “aos processos migratórios e à invisibilidade do jovem”. Essa “invisibilidade” do jovem, podemos dizer, tem ocorrido por parte dos pesquisadores também. As pesquisas e as abordagens dos estudos rurais estiveram mais direcionadas para a unidade familiar produtiva, na agricultura familiar, não considerando as particularidades da família, no caso, dos jovens. Os primeiros estudos sobre a juventude rural estão associados ao esvaziamento do campo e às questões relacionadas ao processo sucessório nas propriedades. Isso significa que este é um campo vasto de pesquisa com muito a ser investigado, nesse universo.

Neste estudo, optamos por situar o jovem camponês agroecológico do MST, por meio da perspectiva de geração apresentada por Mannheim (1982). Consideramos que o entendimento pelo conceito de geração nos permite ir para além da classificação de juventude somente pelo corte etário. Alguns estudos o fazem e, no caso do Brasil, segundo o Estatuto da Juventude, seriam considerados jovens as pessoas entre 16 e 29 anos. A idade não é um dado desprezado na concepção de geração em Mannheim, pois é um fato que delimita a inserção em um determinado período histórico-social. Como vimos anteriormente, para o autor, a geração é composta por três dimensões: a *geração* como *posição/situação geracional*, situada pela presença num contexto histórico-social, temporal e biológico; a *geração real* ou *conexão geracional*, que pressupõe um vínculo concreto na participação, pois “não basta participar apenas ‘potencialmente’ de uma comunidade constituída em torno de experiências comuns: é preciso estabelecer um vínculo de participação em uma prática coletiva, seja ela concreta ou virtual” (WELLER, 2007, p. 8). E a terceira dimensão, as *unidades geracionais*, que são distintas e variadas. “As unidades geracionais desenvolvem perspectivas, reações e posições políticas diferentes em relação a um mesmo problema dado” (WELLER, 2007, p. 8). Assim, existirão diferentes unidades geracionais dentro de uma conexão geracional. A geração tem em comum o nascimento em determinado período histórico.

Tendo como universo de pesquisa os jovens camponeses agroecológicos do MST, os dados empíricos aqui apresentados são resultado de pesquisa de campo, realizada com 11 jovens de dois assentamentos e dois acampamentos, lideranças locais do MST e coordenação estadual da juventude. Não temos a intenção de fazer nenhum tipo de generalização, pois reconhecemos o universo limitado de nossa pesquisa.

Podemos dizer que a situação geracional, ou seja, os fatores históricos e sociais que determinam a vivência dos jovens em suas experiências na trajetória do movimento apresentam particularidades relativas a seu tempo histórico. Os jovens da geração atual vivenciam uma realidade singular quando comparada com as primeiras gerações de jovens do movimento. Castro *et al* (2009) afirmam que o MST se reconhece composto por gerações que se consolidaram ao longo da sua trajetória. A primeira e a segunda gerações situam-se numa mesma faixa etária, de 20 a 30 anos, na qual se inserem os fundadores e a geração dos primeiros assentamentos.

Na percepção de dirigentes nacionais do movimento [...] o MST foi composto por três gerações de *milитantes*: a geração fundadora; a que se forma a partir da constituição dos primeiros assentamentos; e uma mais nova que surge recentemente, por filhos de militantes e/ou assentados, e jovens oriundos do meio urbano (CASTRO *et al*, 2009, p. 164).

Na primeira geração, a dos fundadores, formada por jovens, há um apelo e um desejo muito forte de transformação da sociedade, que vinha sendo reprimido pela ditadura militar. Seguindo o raciocínio conceitual de Mannheim, a geração toma forma pela inserção biológica desses jovens num contexto histórico-social de ditadura militar (situação geracional). Assim, esses jovens se conectam ao desejo de redemocratização da sociedade e transformação social (conexão geracional) e se inserem na luta específica pela terra, pela reforma agrária, com a criação de um grupo concreto, o MST (unidade geracional).

A situação geracional situa as pessoas que têm em comum o período histórico. Elas poderão adotar uma posição transformadora ou conservadora. É a unidade geracional que vai centrar as forças numa causa específica, dentre tantas outras que poderão se formar. Os jovens fundadores do MST, que haviam crescido e vivenciado as agruras do período militar, desejavam a redemocratização do Brasil e a construção

de um mundo melhor. A causa da reforma agrária os aproximou, como expressão de unidade geracional, que teve como resultado a criação do MST.

Carter (2010) nos remete à origem e à consolidação do MST, momento em que fica muito evidente a presença de jovens que lutavam pela reforma agrária. No Rio grande do Sul, estado considerado relevante na elaboração de estratégias e de lideranças dentro do MST, os jovens compuseram o grupo dos comprometidos com as questões dos conflitos no campo. Em 1978, o despejo de 1.100 famílias de camponeses posseiros, em Ronda Alta (RS), teve uma forte repercussão, no estado e no Brasil. Parte dessas famílias foram deslocadas para a Amazônia, num projeto de colonização, outros se fixaram nas proximidades do Uruguai e cerca de 400 famílias ficaram à mercê da própria sorte. Algumas foram acolhidas pelo Padre Arnildo Fritzem, pároco de Ronda Alta. Motivadas pela fé, reuniram forças para lutar pela conquista da terra. Nesse processo, somaram-se ao padre e aos camponeses

Quatro jovens profissionais de Porto Alegre, a capital do Estado, chegaram numa Kombi [...]. Os jovens faziam parte de um grupo informal dedicado ao estudo das questões agrárias. Entre os ativistas progressistas estava João Pedro Stédile, um enérgico economista de origem camponesa que mais tarde se tornaria a liderança mais proeminente do movimento dos sem-terra (CARTER, 2010, p. 200).

Esses quatro jovens urbanos e progressistas se somaram à luta pela terra. João Pedro Stédile era filho de camponeses e havia migrado para a cidade em busca de alternativas e para dar continuidade aos estudos. Formou-se em Economia e, dentre outras atividades, foi assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica. Um jovem que viria a despontar posteriormente como uma das grandes lideranças do movimento, até os dias de hoje. Num período de ditadura militar, o desejo de mudança, redemocratização política e democratização da terra era um grito que não queria calar. Assim, os jovens assumiram uma posição de atores políticos, de enfrentamento e de mudança. Com a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta (RS), no ano de 1979, iniciou-se um novo capítulo na vida camponesa e na luta pela reforma agrária que, mais tarde, em 1985, resultaria na criação do MST.

Naquela madrugada estrelada do dia 7 de setembro de 1979, o Dia da Independência do Brasil, os humildes camponeses, os jovens ativistas e o padre progressista – sem o imaginar – deram início à organização do principal

movimento social da América Latina: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (CARTER, 2010, p. 201).

A primeira geração do MST, com os fundadores, viveu sua juventude inserida num contexto histórico e social de luta pela democracia, com marcas de sofrimento e dor. Lideranças perseguidas, torturadas e mortas, inclusive jovens. Nesse contexto, a conexão geracional para grande parte dos jovens se dava pela resistência e desejo de transformação social e política. Grupos concretos foram se formando como expressão de unidade geracional e reação à ditadura militar, como por exemplo, o Movimento Estudantil de São Paulo, estudado por Foracchi (1972) e as Pastorais da Juventude, ligadas à Igreja Católica. No final dos anos 1970, a ação política e social dos jovens, sensibilizados com a questão da reforma agrária e da justiça no campo, somados a outros atores, como lideranças religiosas e leigas, deram início a um processo que, na década seguinte, em 1985, se constituiria como um dos maiores movimentos sociais, o MST.

A ligação da primeira geração de jovens do MST com a Igreja Católica era muito forte. Partilhavam de experiências formativas promovidas pela Igreja, conhecidas como Teologia da Libertação, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude, entre outras. Nesse cenário, a juventude encontrava um espaço para atuar e impulsionar a luta pela reforma agrária, num misto de significados políticos, sociais e religiosos. A luta pela “terra prometida” e a criação de uma mística que até hoje se faz presente no movimento têm sua origem ali. O MST como um movimento social, desde sua fase embrionária, contou com a presença e atuação da juventude.

Então, nós quando viemos pro movimento, eu principalmente, eu vinha da Juventude Católica, da pastoral, porque era uma forma da gente viver o Cristianismo, mais da Teologia da Libertação. A forma era vir pro movimento pra tentar construir uma sociedade nova diferente (LIDERANÇA ACAMPAMENTO MST, 2020).

O engajamento dos jovens na luta pela reforma agrária é uma manifestação que revela a latência e a vitalidade (MANNHEIM, 1968) que o jovem pode ter dentro de uma sociedade. Para o autor, o jovem tem um potencial de mudança e provoca um dinamismo na sociedade, ou seja, os jovens são considerados agentes propulsores

do dinamismo dentro da sociedade. O poder e a força do jovem têm se manifestado também na fase de consolidação do MST e na organização dos acampamentos e assentamentos.

Eu tô desde o começo. Eu ajudava organizar as famílias nas comunidades lá onde minha mãe mora até hoje, né. Então a gente fazia reunião lá na comunidade e falava: Oh que a reforma agrária só vai acontecer se a gente ir pra luta, né. E eu, por incrível que parece era solteiro ainda e participava do grupo de jovens em Medianeira, né, na Paróquia. Eu fui no primeiro Congresso Nacional do movimento que teve em Curitiba. Isso foi em oitenta e cinco (1985) e dali em diante que eu me interessei em participar, né. Daí eu fiz várias reuniões com os jovens e daí a gente participou do primeiro Acampamento, né. E daí quando a gente veio aqui pro assentamento, nós saímos lá da Padroeira com 65 famílias (LIDERANÇA ASSENTAMENTO MST, 2020).

Se as primeiras gerações de jovens partilhavam experiências formativas ligadas à Igreja, como as CEBs, a CPT ou outras entidades, com o passar do tempo, o MST, já consolidado, foi criando espaço próprio para formação dos jovens. Em 1999, o MST adotou como estratégia nacional de organização e formação política dos jovens das novas gerações o I Curso para Jovens, em Campinas (SP). Isso se constituiu como um espaço de formação a partir das experiências e vivências dos próprios jovens, bem como o resgate da trajetória do movimento e a inserção do jovem na luta pela reforma agrária (CASTRO, 2007). A demanda pela formação dos jovens e a criação dos Coletivos de Juventude decorrem do próprio amadurecimento do movimento e de uma forma das novas gerações se conectarem com a trajetória de lutas do movimento. Isso se tornou uma necessidade, a fim de que o jovem possa ser inserido na dinâmica da continuidade do movimento e de outras bandeiras de luta que se colocam para além da conquista da terra.

[...] sempre está na pauta o tema da juventude e participação. Eu quando entrei no movimento era jovem, tinha 20 e poucos anos, e qual era o debate na época? Era, vamos criar um coletivo de jovens pra que? Sendo que a maioria da juventude estava na coordenação naquele período, eu estava no setor de educação. Então o jovem já está inserido na vida política do MST. Então por que criar um coletivo? Então essa concepção de o jovem já estar na estrutura do movimento, durou anos. Agora no último período é que vamos ter coletivo específico dos jovens, no MST (LIDERANÇA ASSENTAMENTO MST, 2020).

A necessidade de organização dos Coletivos de Juventude no MST⁸ ganha força a partir da Marcha pela Reforma Agrária, no ano de 2005. Um significativo número de participantes era de jovens. Isso sinalizava para a necessidade de construção de um espaço dentro da organização, onde os jovens pudessem ter participação mais efetiva e não somente como participantes das atividades (MST, 2017). O movimento reconhece a sua relevância, pois a origem da sua organização se deu com a participação significativa de jovens que exerciam lideranças e estavam envolvidos diretamente com várias atividades e coordenações, diferentemente das novas gerações, que precisam da construção de espaços de participação e formação, pensando na continuidade do projeto. Isso motiva a sua inserção na dinâmica da vida local, onde pode compartilhar as responsabilidades, ser reconhecido e valorizado em suas percepções e contribuições.

Na verdade, hoje em dia a gente tem um olhar do MST muito mais forte para a questão da juventude. [...] Então, eu acho bem positivo esse aspecto assim de ter esse olhar e ter iniciativas pra que estejam participando. A gente também, enquanto coletivo de juventude a gente vai desenvolvendo processos que possa desencadear pra dentro dos territórios, que vão ajudar nessas condições da juventude estar inserida na dinâmica de cada lugar. Mas inserida, desde o trabalhar, do produzir e até nas tomadas de decisão. Ter a sua opinião válida dentro do lugar (LIDERANÇA JOVEM MST, 2020).

Nesse contexto, há preocupação e inquietação com o futuro da atual geração de jovens e a sua motivação em dar continuidade ao próprio movimento. A proposta da construção dos Coletivos de Jovens⁹, pensada como espaço de participação e formação vem sendo um desafio para os assentamentos ou acampamentos. Identificamos certo distanciamento dos jovens pelos relatos das lideranças locais em relação à organização local de seus jovens, a fim de poder conectá-los com o próprio lugar, com a atividade agrícola e com o movimento.

Olha eu acho que o jovem é o futuro, né. Então pra nós seria uma maravilha, porque nós temos que dar início e organizar isso pra que a gente possa ter o

⁸ Em 2006, foi organizado um Coletivo de Juventude da Via Campesina, com movimentos e organizações urbanas, envolvendo mais de 20 organizações, tais como Movimento Negro, Movimento Estudantil, Sem Teto, dentre outros, tendo como foco também a juventude trabalhadora que vive nas periferias das grandes cidades (MST, 2017).

⁹ A proposta de organicidade dos jovens do MST tem como meta a construção de coletivos de jovens a nível local, regional, estadual e nacional, criando espaços para debater as demandas e lutas da juventude. Um dos objetivos é “fortalecer e ampliar a organização dos Coletivos de juventude nos assentamentos e acampamentos como necessário para o avanço da luta política. Sem coletivo organizado não há força política” (MST, 2017, p. 40).

jovem do nosso lado, porque hoje em dia a maioria do jovem tá saindo pra fora. Tá indo embora porque nas comunidades igual a nossa aqui não tem nada que incentive [...] pra nós é uma grande honra, poder fazer algum trabalho, alguma coisa aqui que segure o jovem [...]. Não é mais como antigamente, não tem mais aquela coisa que tinha antigamente, né, que era aquela vontade, aquela garra que tinham (LIDERANÇA DE ACAMPAMENTO MST, 2020).

Essa geração mais nova, que compreende os jovens filhos de militantes, os filhos de assentados/acampados e os jovens provenientes da cidade, está vivenciando uma outra realidade histórico-social. Diferentemente das primeiras gerações, que foram protagonistas na luta pela reforma agrária, os jovens da atualidade são desafiados a encontrar seu espaço dentro do movimento, na família e da comunidade. O fato de considerar que a garra e a vontade da juventude não são mais como antigamente não diz respeito somente aos jovens, mas à família como um todo que, após a conquista da terra, vai se afastando do movimento.

Aqui não é só o jovem que está na moita, que está acomodado, as famílias também. Ou melhorou de vida, tem uma renda, então se acomoda, perde a dimensão do coletivo. Então acho que o jovem é um reflexo da sua própria família, de não participar tanto (LIDERANÇA ASSENTAMENTO MST, 2020).

A posse da terra e a organização básica de infraestrutura e produção vistas como fim único podem sinalizar para o enfraquecimento da participação e do compromisso com a proposta do movimento. Assim, os processos de formação continuada, principalmente para os jovens, possibilitam a ampliação de horizontes para inserir novas lutas. Isso aparece como inquietação das gerações mais jovens, pela necessidade de dar novo sentido e novo significado ao movimento, na busca, inclusive, de outras conquistas.

E nesse caminho a gente acabou não conseguindo criar processos contínuos de formação assim. Teve uma dificuldade bem grande de criar esses processos contínuos de formação dentro da base. E não criando esse processo de formação contínua você não traz o ser humano pra dentro dessa realidade do MST. Lá em 1998, 1999 ou bem antes disso, vamos dizer lá do início do MST quando o MST começou a conquista das terras as pessoas vinham porque na cidade não tinha mais comida. Então vinha atrás de um lugar pra morar e pra ter comida, necessidade básica do ser humano. Hoje em dia não é mais. Aliás, quem nasceu dentro dos assentamentos e acampamentos, já não tem mais essa necessidade porque já tem isso. Então precisa outras coisas. Então precisa deste trabalho de base pra formação de consciência pra que a pessoa permaneça buscando mais direitos, buscando

uma nova sociedade. Então a gente não fez essa formação de consciência. (JOVEM CAMPONESA ASSENTAMENTO MST, 19 anos, 2020).

O contexto histórico social da geração atual de jovens do MST remete a outras necessidades, principalmente dos jovens que vivem em assentamentos, que já têm maior estabilidade do que os jovens acampados que, de certa forma, ainda vivem na incerteza em relação à posse da terra, apesar de estarem nessa condição há quase duas décadas. A carência de motivação que justifique a sua participação concreta nos coletivos locais pode estar associada à lacuna decorrente da ausência de reconhecimento, de pertencimento e de continuidade nas lutas do movimento pelos jovens. A conquista da terra, como fim único, coloca o jovem e sua família numa dinâmica individualizada, fragilizando os laços de coletividade. Isso pode resultar na dificuldade de sentir-se parte do processo e inserir-se em lutas e desafios de seu tempo. Para muitos, essas adversidades não estão mais relacionadas à conquista da terra.

O MST hoje trabalha muito forte a questão da juventude dentro dos espaços, a questão cultural, a questão educacional, das formações, das escolas técnicas, das escolas de formação da consciência das pessoas. Então eu vejo que o movimento nos últimos anos ele vem trabalhando forte a questão da juventude. Tem uma dificuldade que é na questão de base, a questão do jovem ter o espaço dele nos assentamentos, principalmente mais antigos, os jovens ter as condições, porque ainda o camponês ele ainda cultiva uma cultura que não dá muito espaço para o jovem (LIDERANÇA DE ACAMPAMENTO MST, 2020).

Existem também os fatores internos relacionados à invisibilidade do jovem dentro da estrutura familiar, que aprofundaremos no próximo capítulo. O modelo familiar com resquícios patriarcais inibe a construção da autonomia dos jovens. Os espaços que encontram na família, na comunidade e no MST podem ser fatores determinantes na definição de seu futuro. O que motiva o jovem é a sua condição intrínseca de protagonismo e mudança. A sua geração não tem os mesmos desafios relacionados à conquista da terra que a geração dos fundadores ou de seus pais militantes. Nesse sentido, o que desafia a geração atual de jovens? Pela coleta de dados, identificamos que se colocam como desafios para essa geração de jovens o sentimento de pertencimento e o protagonismo dentro das demandas atuais do MST.

Então a maior parte dos jovens, dos adolescentes e até os adultos saem pra fora pra curtir. Não se sentem nem parte da construção desse espaço porque

quem construiu não fomos nós. Não foi a minha geração. Não é a geração da minha irmã. Foi uma geração mais velha que hoje trabalha nos espaços coletivos, mas que também trabalha no lote pra sobreviver. Então a minha geração não se sente parte dessa construção. (JOVEM ASSENTADA DO MST, 19 anos, 2020).

Se por um lado, o MST fomenta os espaços formativos, os coletivos de jovens e sua participação, por outro, o jovem manifesta sua incerteza e insegurança em relação ao lugar que ocupa enquanto geração jovem inserida num momento histórico diferente de seus pais ou dos fundadores. De todo modo, há que considerar as mudanças decorrentes de um conjunto de fatores sociais, históricos e políticos como já apresentamos nos itens anteriores, quando discutimos a juventude. A geração de jovens atual compreende um perfil de jovem mais escolarizado, tecnológico, “mais urbanizado”, que quer ser ouvida e encontrar seu espaço.

Aqui o coletivo de jovens tá começando agora, que a gente já teve uma primeira reunião. É aquela coisa, vem só um ou dois. A gente é disponibilizado pra ter ideias e as nossas ideias serem implantadas. Então é assim que vai ser agora. Então a gente também fazer participação dos grupos que os nossos pais participam, a gente ir lá e dar nossa ideia, falar que as vezes a gente precisa de um dinheiro, precisa da ajuda de todo mundo pra fazer uma coisa. É ser ouvido. Então vai ser assim a partir de agora. E eu acho interessante, muito bom (JOVEM ACAMPADA MST, 19 anos, 2020).

O fato de o jovem querer ser ouvido remete à necessidade de reconhecimento de seu potencial e seu desejo de construção e participação. Muitas vezes, ainda prevalece sua invisibilidade, norteadas por uma concepção de juventude por vezes associada à imaturidade e à inconsequência de seus atos.

[...] se não tiver juventude não tem futuro ne, se não tiver criança ne. Se não tiver moçada não adianta você trabalhar um monte de coisa se não tiver uma base formada, e não tiver uma juventude pra formar ne. Você pode pensa um monte de coisa pra frente mas se não teve aquela base todo mundo vai fica velho, uma hora vai fica velho, vai talvez, ta cansado não que mais ne. Vai para tudo. Agora se tive a juventude centrada e querendo busca novos conhecimentos e querendo desenvolve e ajuda, acho que isso é importante. A base tá na juventude. Agora se nós trabalha só com os mais idoso daí vai chegar uma hora que vai se perde tudo (JOVEM ACAMPADO MST, 20 anos, 2020).

Há de se considerar que os jovens de hoje, num futuro próximo, estarão na fase adulta e uma nova geração jovem os substituirá. Isso justifica o olhar atento para com

os jovens da atualidade, como afirma uma jovem camponesa assentada do MST, de 21 anos: “O MST trabalha muito a autonomia, porque o MST vê que a juventude é o próximo que vai continuar na luta. Então eles puxam muito a questão de grupo de jovens, essas coisas”. Para Mannheim (1982), na vida social, há um processo que se move de uma geração para a outra e existem elementos que asseguram esse dinamismo. Os novos membros vão surgindo, enquanto os antigos vão desaparecendo. E nesse processo contínuo de transição de uma geração para a outra, há necessidade de transmissão da herança cultural acumulada. Esse processo é dinâmico e depende das circunstâncias internas dos grupos. Quanto mais espaço a geração jovem tiver numa sociedade, maior será seu dinamismo.

A unidade geracional dos jovens do MST é alimentada pelas memórias de sua história, sua identidade, seu projeto, seus símbolos, pela mística e sua trajetória de lutas pela reforma agrária, assim como outras que foram sendo incorporadas, como a questão da soberania alimentar e da agricultura sem agrotóxicos. Para os jovens que vivenciaram pouco o processo de luta e consolidação do MST, no seu cotidiano, é por meio dos espaços formativos que a cultura acumulada é repassada e ressignificada.

Então com certeza a gente pensa que a juventude é nosso presente, é o nosso futuro. Então a gente precisa dos jovens pra continuar o MST. Então é uma linha política do MST mas na hora da pratica a gente não conseguiu ainda, tem aos poucos, agora no momento tá acontecendo um curso CHE que a gente chama que é específico pra juventude, da região sul do Brasil. Então tem uns 40 jovens que estão reunidos lá em SC nesse curso de formação básica pra dizer primeiramente sobre essa questão da terra, pra contar um pouco a história, como foi essa trajetória da luta pela terra e desenvolvimento do MST, como é que a gente se organiza como é que tem coordenação, daí tem né, núcleo de base. Como é essa organização do MST pra contar como foi isso porque eles não vivenciaram esse processo. Quem tá dentro dos assentamentos vivencia, mas vivencia muito pouco. Então pra contar como que é isso, como é que se desenvolveu o MST pra contar, pra fazer uma formação básica de militante. (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

Uma das estratégias que vem sendo construídas no MST, a fim de dar mais espaço e visibilidade aos jovens, como a geração responsável para dar continuidade ao Movimento, é a inclusão dos jovens em atividades e organizações, como cooperativas, associações, funções administrativas etc. O fato de fazer parte desse processo gera um sentimento de pertencimento e comprometimento, ou seja, gera dinamismo e otimismo. É o jovem em movimento *com* o Movimento.

Tem os encontros das cooperativas e associações do movimento e eu represento uma delas. Tô dentro da região sul do PR, eu represento aqui o litoral. Então a gente tá bem ativo nessa parte organizativa do movimento, bem ativo né. E é uma coisa assim como falei no outro áudio, se for ver a juventude tá em peso dentro da organização do movimento né. Hoje você vê na Secretaria Estadual nossa, você só vê jovem. Você não vê [...] tem as pessoas mais velhas que tem mais consciência que tá mais politizada, né mas quem tá tocando o processo são os jovens né. (JOVEM ACAMPADO MST, 30 anos, 2020).

Essa inserção dos jovens contribui para a formação de novas lideranças que serão, num futuro próximo, sucessoras na dinâmica geracional. Identificamos que os jovens que têm atribuições, isto é, que desenvolvem alguma atividade ou liderança no Movimento, sentem-se parte do processo e manifestam mais confiança e esperança. Contudo, nem sempre a convivência das gerações é harmônica, pois coabitam percepções, visões de mundo, hábitos e valores, associados ao tempo histórico de diferentes gerações e que podem ocasionar atritos. Para Mannheim (1982), quanto mais diálogo e interação entre as gerações, menores serão os conflitos intergeracionais.

Na minha época se ouvia música raiz, sertaneja, raiz mesmo. Aqui um dos problemas que apareceu muito com o pessoal que voltou é que vinha com os tuf tuf, aqueles eletrônicos. Nos fazia uma festa, os caras colocavam um carro aí acabava a festa. Teve crise dos velhos com os jovens de quase ir pro soco. Porque os caras esculhambavam com a festa. Faziam os bailes...aqui teve um fato quando eu voltei em 2012. Era uma ciranda cultural com música gaúcha. A veiarada dançando no casarão. Aí chegou um menino com uma saveiro, virou pra lá, acabou com o baile. Mudou o perfil da juventude também. Que hoje tem uma juventude muito mais urbanizada mesmo que mora no campo do que na minha época. [...] Hoje não tem mais esse tipo de problema. Porque houve muito diálogo. Fizemos alguns acordos. Vamos fazer até meia noite música gaúcha e depois o tuf tuf, ao invés de ir pro enfrentamento, vamos dialogar (LIDERANÇA ASSENTAMENTO MST, 2020).

Diante do conflito intergeracional entre a geração dos mais jovens e a geração dos mais velhos o diálogo acaba sendo a melhor alternativa, mas, infelizmente, nem sempre é possível. Na perspectiva de Mannheim (1982), a geração intermediária tem um papel importante de mediadora do conflito. Em casos extremos, pode significar total ruptura, agravando as relações e a convivência social. Há de se considerar, segundo Singer (2005), que o jovem vive um desafio entre o que aprendeu na escola e na Igreja, a submissão aos mais velhos da família e aos superiores, pela sua

sabedoria e experiência, e o seu desejo de mudança e inovação, nem sempre compreendido.

É eu vejo assim que tem, jovens que lutam mesmo. Tem uns que meio corpo mole, né. Na minha época era diferente. O jovem parece eram mais ativo, né. Talvez não tinha a tecnologia que tem hoje, né. O celular eu tive agora depois de velho. Hoje a gente vê a juventude cada um com um celular e isso aí tem num sei se desviado o que, mas eles ficaram meio lento né (LIDERANÇA ASSENTAMENTO MST, 2020).

A geração dos pioneiros viveu muitos desafios e sofrimentos, pela situação de precarização das condições de vida durante o processo de conquista da terra, como nos acampamentos à beira da estrada embaixo de lonas – alguns, por vários anos –, a violência no campo etc. A “dureza” dessas condições exigiram resiliência para poder enfrentar as exigências do contexto histórico das ocupações, dos acampamentos e assentamentos. As gerações posteriores não passaram por essa experiência e hoje são desafiadas a outras conquistas e ressignificação dessas lutas. A interpretação de que são “fracos” remete a um jovem de um outro momento histórico, com dificuldades de dialogar com a nova geração. Não seria coerente dizer que são “desqualificados”, pois suas habilidades se dão em outras áreas, como no domínio, com muito mais fluidez, das tecnologias da informação e sua aplicabilidade, por exemplo.

A geração de jovens atual, tanto do campo quanto da cidade, nasceu num período de revolução da tecnologia da informação, em que é possível se conectar com o mundo em fração de segundos. E nesse aspecto, é legítima a necessidade de o jovem camponês querer estar conectado com o mundo, apesar de ser o menos favorecido em relação ao acesso a essas tecnologias (NOVAES, 2007). Vivem em outro contexto histórico-social, em que a vida no campo também se transformou, bem como o próprio MST, diferentemente de seus antecessores, nas décadas passadas.

Entre as questões novas que se colocam ao lado da tecnologia informacional, a agroecologia, para o MST, é uma delas. No novo milênio, foi ganhando força e se apresentando como um apelo à mudança nas práticas agrícolas e na relação com o meio ambiente. O movimento ecológico, iniciado nos anos 1970, caminhou paralelo e em oposição ao pacote tecnológico, proposto pela Revolução Verde. No processo inicial do MST, muitos assentamentos, principalmente aqueles que se inseriram em linhas de crédito, adotaram as práticas da agricultura convencional. Esse modelo de agricultura, com o uso intenso de agroquímicos e suas nefastas consequências para

a saúde dos seres vivos e recursos naturais, desafiou o próprio Movimento a se reinventar e inserir-se na perspectiva da agroecologia.

Durante a década de 1990 três fatores foram fundamentais para a identificação progressiva do MST com a agroecologia: a) o fortalecimento do modelo agrícola agro-exportador, que foi beneficiado com a reforma neoliberal do Estado brasileiro (que pôs fim às políticas setoriais, preços mínimos e abriu os mercados) e também pela expansão da fronteira agropecuária para o Centro-Oeste do país o que provocou o aumento da escala de produção necessária para a retenção de taxas de lucro e renda da terra, dificultando a viabilidade econômica dos proprietários de “pequenos patrimônios produtivos” (BENETTI, 2000); b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999; e, c) a formação da Via Campesina Internacional (PICOLOTTO; PICCIN, 2008, p. 25).

Assim, a agroecologia assumida pelo MST foi sendo gestada como uma prática agrícola de preservação do meio ambiente, somando-se a outros movimentos que vinham nessa luta, em nível global e nacional. Teve também um caráter político de enfrentamento às políticas agrícolas que vinham sendo adotadas pelo Estado brasileiro, que enfatizava o modelo agrícola agroexportador e produtivista em larga escala, com uso de agrotóxicos e insumos dependentes de complexos agroindustriais oligopolizados.

Essa inflexão no MST se confirmou no IV Congresso Nacional, realizado em Brasília, em 2000. A partir das prerrogativas elaboradas, passou a ser ordenado por uma prática agrícola agroecológica, ou seja, norteadas por uma nova matriz tecnológica.

Deveremos estimular a prática agrícola sem a utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão de obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas a nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza. Deveremos abrir para a criatividade da companheirada, produzindo uma nova matriz tecnológica (MST, 2000, p. 50- 51).

Sem perder de vista as questões vivenciadas pelas gerações passadas, a geração atual e futura de jovens camponeses do MST é desafiada a construir estratégias no campo como um lugar de vida e um espaço de produção com base na agroecologia. A partir do ano de 2000, o MST assumiu a proposta de ecologização,

iniciando uma trajetória de transição de sua prática agrícola nos assentamentos e acampamentos. A geração atual dos jovens é desafiada a consolidar essa prática.

Uma das expressões de junção de forças de movimentos envolvidos no processo de ecologização, consolidação e expansão da agroecologia, no Estado do Paraná, foi a criação das Jornadas de Agroecologia, em 2002. São momentos de encontro, partilha, formação, troca com um envolvimento significativo de jovens, tanto no processo de organização quanto no de participação. As Jornadas podem ser um forte elo no processo de construção da unidade geracional em torno da agroecologia para a geração dos jovens do MST. Por que não dizer, talvez, um dos elos mais fortes que conecta campo e cidade, jovens camponeses e jovens urbanos, consumidores e agricultores, dando visibilidade aos alimentos saudáveis, frutos da terra. Para os jovens, reafirma sua identidade camponesa agroecológica, motiva e anima. “A Jornada envolve todo o Paraná e outros estados também. Vem as cooperativas que envolve os setores da educação, saúde, envolve o conjunto ne. Então o povo se vê parte daquilo né. E quando o povo se vê parte daquilo ele tem amor por aquilo”. (JOVEM ACAMPADO MST, 2020) Sentir-se parte parece ser um dos desafios para a nova geração assumir seu compromisso com a proposta da agroecologia no MST. É nesse contexto que se inserem os jovens camponeses que estudamos. Para compreender melhor o cotidiano desses jovens, no próximo capítulo, apresentamos aspectos que permitem entender como é sua vivência e sua imersão na proposta agroecológica, no universo das relações familiares. As famílias, ainda com resquícios patriarcais, podem repercutir na consolidação da autonomia e das escolhas dos jovens.

3 OS JOVENS CAMPONESES AGROECOLÓGICOS DO MST: O DESAFIO DAS RELAÇÕES PATRIARCAIS E SUA AUTONOMIA

Como vimos no capítulo dois, a geração atual de jovens tem pela frente o desafio de dar continuidade ao projeto agroecológico assumido pelo MST, o que justifica a delimitação de nosso universo de pesquisa aos jovens camponeses que estão envolvidos com essa proposta. Neste capítulo, primeiramente, situamos o perfil dos jovens entrevistados (idade, estado civil, escolaridade, outra formação, tamanho do lote e produção/comercialização). Na sequência, analisamos a juventude camponesa agroecológica na perspectiva metodológica do *habitus* de Pierre Bourdieu, a partir dos dados coletados no âmbito das relações familiares patriarcais, poder de decisão e autonomia dos jovens no universo familiar. A categoria do patriarcado nos auxilia na interpretação das relações institucionais com resquícios patriarcais e sua repercussão no cotidiano dos jovens e das jovens que, somada a outros fatores, podem comprometer a autonomia do jovem, dependendo de como isso repercute no seu dia a dia. Ou seja, pensamos os jovens a partir da mediação dos fatores condicionantes sociais exteriores, que refletem nas suas escolhas e perspectivas individuais.

3.1 CONTEXTUALIZANDO OS JOVENS CAMPONESES AGROECOLÓGICOS

Os dados coletados por meio da pesquisa empírica com o uso da história oral, desenvolvida presencialmente no período de janeiro a março e virtualmente em abril, devido à pandemia da *covid-19*, nos permitem contextualizar os jovens com os quais tivemos contato e que estão envolvidos com a agroecologia. Contudo, não temos a intenção de fazer qualquer generalização estendida a todos os jovens agroecológicos do Movimento, pois consideramos que os contextos têm suas particularidades dentro dos assentamentos e acampamentos do MST e precisam ser respeitados. A nossa pesquisa reflete apenas um recorte de cunho regional. Entretanto, de certo modo, pode também representar questões culturais, sociais e econômicas comuns a muitos outros jovens camponeses inseridos no Movimento, bem como no cenário da juventude rural.

Como já mencionado no capítulo um, nosso recorte de pesquisa empírica se deu na mesorregião metropolitana, sudeste e centro oriental do Paraná, por ser uma

região de campesinato e com produção agroecológica significativa. A pesquisa foi desenvolvida com os jovens de dois assentamentos: Contestado, que está situado no município da Lapa (3), e o assentamento São Joaquim, localizado em Teixeira Soares (3). E em dois acampamentos: José Lutzenberger, de Antonina (2), e Emiliano Zapata, de Ponta Grossa (3). Como citado no capítulo anterior, nos referimos à juventude na perspectiva da geração, em que a idade aparece como um dado complementar. Os jovens entrevistados têm entre 16 e 31 anos. Quatro deles abaixo de 20 anos (3 jovens com 19 e um com 16); com 20 anos (1); 21 anos (2); 24 anos (1); 27 (1); 30 (1); e 31 anos (1), sendo 6 jovens do sexo masculino e 5 jovens do sexo feminino.

Quanto ao estado civil, apenas dois são casados e se casaram com pessoas que conheceram dentro do Movimento. Os dois jovens (30 e 31 anos) casados e com família vivem em acampamentos e têm moradia e produção própria. Apenas um deles possui filhos. Apesar de nossa pesquisa não refletir isso, segundo relato de uma liderança de um dos assentamentos em que realizamos a pesquisa, os jovens estão se casando muito cedo.

Tem pessoal da escola, terminando o ensino médio, que estão casando. Aí casou, parece que o cara vira velho. (...) Aí eu casei e não preciso mais participar do processo de juventude. E essa é uma questão bem cultural, difícil de mudar (LIDERANÇA ASSENTAMENTO MST, 2020).

Isso reflete um entendimento de que o estado civil define até onde vai a juventude. As atribuições decorrentes do casamento e a constituição de uma família, nesse caso, são concebidas como a inserção no grupo dos adultos. Por outro lado, o casar-se cedo pode revelar a concretização da autonomia num universo das relações familiares anda patriarcais, tema que abordaremos no próximo item.

Identificamos na pesquisa um jovem que se relaciona com uma jovem urbana que, assim como ele, cursa o ensino superior (Agronomia), mora e trabalha no assentamento com a família dele. Isso, mesmo sendo recorrente na atualidade, nos remeteu a Bourdieu, quando discute a questão no texto “O Camponês e o Corpo” (2006b), mas no sentido inverso. “Daí se compreende por um lado que a cidade exerça verdadeiro fascínio na jovem camponesa e, por meio da cidade, também os homens citadinos” (BOURDIEU, 2002, p. 89). Nesse caso, é a jovem urbana que faz a trajetória de ida ao campo. Esse dado é ilustrativo, mas revela mudança. Falamos de um outro

estilo de camponês distinto da *hexis* apresentada por Bourdieu, como “aquele que arrasta galochas enormes ou botas pesadas, mesmo calçando seus sapatos de domingo” (BOURDIEU, 2002, p. 85). Falamos de um jovem camponês, sobretudo o jovem do MST, decorrente do processo de recampenização. Isso sinaliza as mudanças vividas na contemporaneidade, expressas pelo acesso à maior escolarização, pela conexão entre o campo e a cidade, tecnologia da informação e pelo enfraquecimento do “rótulo” do rural como atrasado e sem atrativos.

O Movimento tem atraído jovens urbanos que buscam outro modo de vida e desejam somar-se aos que estão envolvidos com o projeto de consolidação da reforma agrária e da agroecologia. Alguns têm abandonado a sua origem urbana e têm se engajado nas lutas do Movimento, como nos afirmou a liderança de um dos acampamentos pesquisado.

Tivemos uma inserção de jovem de fora, de jovens urbanos, que vieram pra cá tentar assimilar uma outra forma de vida [...]. Então assim, eles percebem que tem uma possibilidade de vida, de uma outra forma de vida que não é a vida ligada somente à base do consumo [...]. No caso da própria (nome) ela veio aqui pro acampamento e foi pra questão da Lapa. Ela tem uma residência aqui ainda. Ela tá contribuindo lá. Ela é uma desses jovens que contribui hoje no espaço do MST (LIDERANÇA ACAMPAMENTO MST, 2020).

A própria proposta de reforma agrária de recampenização do MST se dá pela adesão de atores de origens diversas. Muitos deles têm vivências urbanas, mas retornam ao campo e nesse espaço tecem seu viver. Assumem também um papel importante dentro do Movimento, por meio das atividades que desenvolvem, muitas vezes, em função de sua qualificação acadêmica.

3.1.1 Jovem do MST e a educação: um processo contínuo

Uma das mudanças vividas pelos jovens da geração atual no MST é o acesso à educação e à imersão em espaços de sociabilidade e formação. Dos 11 jovens entrevistados, quatro deles estão no ensino superior (Licenciatura em História (1) e Agronomia (3); em cursos técnicos: três em Técnico em Agroecologia (um incompleto) e um Técnico em Farmácia e Enfermagem; um com ensino médio completo e um incompleto e um jovem em fase de conclusão do ensino médio. Dos jovens

entrevistados e que estão cursando o ensino superior, um faz curso superior vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Os demais estudam em instituições de ensino superior como a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Instituto Federal do Paraná (IFPR) de Irati. Vale ressaltar que esse cenário não se estende a todos os jovens camponeses, mas retrata uma situação particular dos jovens do MST, no universo em que realizamos a pesquisa.

Os relatos coletados pela história oral apontam que a busca por qualificação e o grau de escolarização podem ser considerados elevados se comparados ao camponês tradicional. Isso pode refletir o universo em que esses jovens estão inseridos. O MST não deixa de ser um fator motivador em relação à busca pelo conhecimento, já que a educação tem sido uma de suas preocupações e prioridades, desde sua gênese.

Na perspectiva do Movimento, a educação tem uma tradição de luta. O MST é um dos protagonistas da Educação do Campo para além das áreas de reforma agrária e estendida ao conjunto dos trabalhadores do campo. Nesse sentido, a educação do campo não é *para* os camponeses, mas *dos* camponeses e se constitui num canal de reivindicação de políticas públicas frente às diferentes lógicas de implementação de políticas educacionais no Brasil. Tampouco tem como prioridade preparar os jovens como mão de obra para atender às demandas do processo de modernização e expansão do capitalismo agrário (CALDART, *et al*, 2012).

Percebe-se, entre os Sem Terra, que o trabalho de educação do MST tem fortalecido o valor do estudo como apropriação e produção do conhecimento, e sua relação necessária, ainda que não exclusiva, com o direito ao avanço cada vez ampliado, da escolarização (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012, p. 505).

Fruto da reivindicação e luta do MST com outros movimentos, o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, constitui-se em uma das mais importantes políticas públicas para a educação do campo e para a população da Reforma Agrária. A partir de 2001, passou a fazer parte do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), com um novo Manual de Operações. Assim, o programa tem como foco apoiar cursos que vão desde a alfabetização até a pós-graduação. Tornou-se, além de uma política pública complementar, um instrumento de emancipação e resgate da cidadania para os camponeses, em defesa de seus

territórios e de superação da condição histórica subalterna. Desde sua criação até 2018, o programa contribuiu para a formação de 160 mil estudantes (MST, 2019).

Contudo, por se tratar de uma política pública, também tem sofrido os efeitos das mudanças dos gestores do Estado. Sem sombra de dúvida, ela tem contribuído para avanços na educação do campo, inclusive para os jovens em sua qualificação no ensino superior. Mas, recentemente, no governo atual, o decreto nº 20.252, de 20 de fevereiro de 2020, que propõe mudanças no INCRA, afetou diretamente os movimentos sociais do campo pela extinção da Coordenação responsável pela Educação do Campo (MST, 2020). Consequentemente, essa ação cria obstáculos para a viabilização do programa.

Existe uma cultura de incentivo à educação, embutida na identidade do Movimento, que prioriza o acesso ao conhecimento como uma ferramenta de transformação. Outra expressão disso é a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA). Criada em 2005, foi projetada por um conjunto de atores, como a Via Campesina Nacional e Internacional, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Governo da Venezuela e do Estado do Paraná. Com sede no Assentamento Contestado, no município da Lapa (PR), tem como objetivo contribuir com a formação dos jovens no nível superior em Agroecologia e, dessa forma, criar bases sólidas para a expansão dessa prática nas suas comunidades.

A ELAA pode atender em torno de 40 jovens do Brasil e 20 internacionalistas por turma. Está pautada pelos princípios da Educação Popular do Campo, num modelo de alternância entre um período na escola (teoria) e outro na comunidade de origem do estudante (prática). Dos jovens entrevistados, dois deles fizeram o curso de Técnico em Agroecologia na ELAA e hoje trabalham nas suas comunidades, compartilhando seus conhecimentos. Um deles afirma que sua motivação em fazer o curso foi:

Na verdade, o mercado de trabalho. Porque eu vi que esse mercado da produção orgânica, da agroecologia tava crescendo bastante e aqui tem essa demanda de produção, essa demanda de pessoa mais qualificada. Tem produção aqui no assentamento, tem comercialização da cooperativa e tem consumidor, porque é perto de Curitiba. Então o que fez eu ver esse ponto, essa questão, né. Eu por enquanto não pretendo fazer assistência pra fora, profissionalmente, ganhando, com isso. Mas ir lá ajudar um companheiro de lote, um camponês que precisa de uma ajuda técnica (JOVEM ASSENTADO MST, 24 anos, 2020).

De certa forma, há uma dificuldade de adesão por parte dos jovens locais, do Assentamento Contestado, ao curso de agroecologia ofertado na ELAA. Segundo relato de uma liderança local, a Escola ainda não consegue atrair um número maior de jovens para o curso de Agroecologia, bem como existe certa dificuldade de interação com os estudantes e os jovens locais, exceto pelo futebol.

Nós temos um limite aqui no Assentamento. Até hoje só se formaram três jovens aqui na escola. O pessoal prefere fazer Agronomia, fazer História e ir para outro lugar, do que estudar aqui. Agora mesmo tem dois meninos, a família é camponesa e agora via começar a quinta turma. Perguntei – Vocês não querem fazer o curso na Escola Latina, em Tecnólogo? Eles disseram: – Não! Um deles quer fazer agronomia e outro quer fazer veterinária, lá no Rio Grande. [...] Aí, o pessoal tem ambição. Vou para outro lugar para conhecer. – Quero conhecer outro lugar. Aqui nós já conhecemos. Isso é típico do jovem. (LIDERANÇA DE ASSENTAMENTO MST, 2020)

Isso pode refletir o desejo do jovem local de alargar seus horizontes e buscar outras experiências fora da comunidade. A busca por liberdade e autonomia longe da família, a escolha de outra área de conhecimento, o desejo de migrar para a cidade ou outras respostas exigiriam um estudo específico sobre tal. Contudo, não significa dizer que buscar uma formação fora, como identificamos, inclusive nos jovens que entrevistamos, seja desvincular-se da proposta da agroecologia e do Movimento, tampouco podemos afirmar que retornarão e continuarão na atividade da agricultura camponesa.

Identificamos que os jovens carregam consigo a preocupação com seu futuro. Eles têm consciência de que a sua qualificação pode ser uma ferramenta importante. Nas situações de insegurança econômica e incertezas ele poderá se inserir no mercado de trabalho, mesmo nem sempre sendo promissor. Os fatores de expulsão e atração dos jovens para as cidades (BRUMER, 2007) decorrem das fragilidades econômicas da família, pois os recursos econômicos são precários. No relato desse jovem que hoje vive em um acampamento, sua família não tinha condições suficientes para custear os estudos em instituições de ensino privado. A ELAA foi a alternativa viável que encontrou.

O meu objetivo era que um dia talvez eu pudesse fazer um curso de agronomia [...] e como essa parte de agronomia tinha que prestar vestibular [...] e tem que fazer pago e é um custo e como a gente é camponês, a gente

não tem esse capital [...] então nessa parte assim eu saí um tempo para trabalhar fora. Saí, me formei, terminei o ensino médio. Saí fora, fui trabalhar uns tempos, daí não era tudo aquilo que eu imaginava, daí voltei pra dentro da minha base, vim pra dentro do acampamento e daí tive a oportunidade de ser indicado pra fazer o curso de agroecologia lá na ELAA (JOVEM ACAMPADO MST, 30 anos, 2020).

Para um outro jovem, estudante de Agronomia na UEPG, o estudo é prioritário. Todos os dias desloca-se com sua moto até a universidade. Já faz planos após a conclusão da graduação. Seu desejo é dar continuidade aos estudos. “Terminando o curso eu penso em fazer uma especialização, talvez fora do Brasil, ou dentro do Brasil mesmo e trabalhar mais na área de horticultura, olericultura, fruticultura e talvez estabilizar um pouco mais” (JOVEM ACAMPADO MST, 20 anos, 2020). Outras perspectivas podem ser desenhadas para os jovens a partir da sua qualificação e seu desejo de “estabilizar um pouco mais”. É o que permite pensar a sua condição atual incerta e indefinida em relação ao futuro, também pelo fato de ainda estar num acampamento.

Isso reflete também na jovem que concluiu o ensino médio recentemente e deseja dar continuidade aos seus estudos. A insegurança e a incerteza em relação ao seu futuro e o desejo de ajudar seus pais a levam desejar uma qualificação profissional, visando a uma condição de vida melhor para a família. A qualificação profissional, um curso superior, neste caso, significa mudança de vida. A inserção no mercado de trabalho urbano representa a possibilidade de melhorias na condição de vida sua e dos pais.

Eu gosto mais de estudar, continuar o estudo. Eu quero ir além. Eu acho que se eu ficar aqui eu não vou conseguir isso. [...] eu gostaria de ter informática. Eu não tenho muita vontade de fazer agronomia [...] A dificuldade nos impede de fazer algumas coisas e eu não fiz o ENEM no ano passado. Então nesse ano é uma vontade que quero e vou ir atrás. Pra ver se eu consigo ir numa universidade no ano que vem. Realmente começar a fazer alguma coisa que vai agregar na minha vida. [...] Eu sempre tive vontade de ajudar os meus pais [...]. Faz mais de 10 anos que minha mãe está doente (JOVEM ACAMPADA MST, 19 anos, 2020).

Para Castro (2012), se as condições fossem mais favoráveis no campo, juntamente com a educação do campo, o jovem teria um ambiente mais promissor para seu desenvolvimento, tanto educacional como produtivo. Quando isso não ocorre, os jovens, diante das limitações dos seus pais, são levados a buscar

alternativas nos centros urbanos, onde, muitas vezes, utopicamente, é considerado mais viável conciliar o estudo com o trabalho e oferecer esse suporte material às suas famílias.

Um dos aspectos referentes à educação é que o jovem, além de enfrentar os problemas relacionados às difíceis condições de vida da pequena produção familiar, enfrenta a dificuldade de acesso à escola e ao trabalho. Ainda é uma demanda a ser concretizada o acesso permanente à educação pública com uma proposta teórico-pedagógica conectada com a realidade do campo. A educação do campo tornou-se uma questão estratégica para pensar as crises da realidade do campo, principalmente para os jovens (CASTRO, 2012). Observamos que há preocupação por parte das lideranças locais em relação ao acesso à educação, pela dependência de locomoção para o deslocamento até a escola situada na cidade ou em uma localidade maior. Isso se dá principalmente nos acampamentos.

Então, nós não temos como estudar aqui. Aí quem tá indo, que tá fazendo faculdade [...] tá saindo do bolso dele, a motinha dele. Ele tá se virando, porque se quiser estudar, senão var ter que ir embora pra cidade. Os outros meninos, que terminaram, que fizeram colégio agrícola, tão trabalhando. Foram embora pra cidade e tão estudando lá porque daqui não tem condições né (LIDERANÇA ACAMPAMENTO, EDUCADORA DO CAMPO, MST, 2020).

Nos espaços onde não existe a Educação do Campo, a proposta teórico-metodológica na qual as crianças, os adolescentes e os jovens se inserem apresenta-se adequada e planejada a partir de um paradigma urbano. Prevalece a organização das escolas urbanas que, em suas grades curriculares, são totalmente alheias às necessidades e realidade do campo. Assim, adolescentes, jovens e crianças ficam reféns de um modelo de educação urbana, que visa formar mão de obra para as necessidades que se colocam no mercado de trabalho urbano. Os jovens camponeses que pretendem fazer um curso superior, com condições de vida e de locomoção deficitárias, muitas vezes, se veem diante de uma questão crucial: ou abandonam os estudos ou migram para as cidades, a fim prosseguir na sua formação educacional em conciliação com o trabalho.

No universo de nossa pesquisa, somente um assentamento possui escola com ensino fundamental e médio, onde se situa também a ELAA. Nos demais locais, os jovens e as crianças deslocam-se para escolas nas proximidades. Essa é uma

realidade que a população rural, de modo geral, enfrenta no tocante à educação. Podemos dizer que a Educação do Campo é revolucionária, quando comparada à educação rural, pois se volta para a realidade do campo, considerando em sua grade curricular, ao invés de um modelo urbano, as especificidades camponesas, seus saberes e práticas.

Pensar a Educação do Campo na perspectiva da agroecologia pode ser uma importante ferramenta, pois a sua proposta teórico-metodológica procura reforçar a conexão do conhecimento com a realidade do camponês, do seu cotidiano, considerando suas estratégias e saberes. A agroecologia recupera os saberes ancestrais ligados à terra, as práticas agrícolas e a relação com o meio ambiente, reforçando o protagonismo do camponês.

Scmidt (2018), em sua obra *Educação do Campo, agroecologia e campesinato*, enfatiza que a compreensão da lógica camponesa, “de seus saberes, de seus fazeres e seus quereres” é um dos desafios para os educadores envolvidos com a Educação do Campo. Isso se torna fundamental num processo de trocas de saberes entre os camponeses, pesquisadores e educadores, para não repetir a mesma prática adotada pelos técnicos da Revolução Verde, que desqualificaram os saberes dos agricultores quando da imposição do seu pacote tecnológico.

Na concepção de educação pautada pelo MST, o conhecimento vai para além da escola e só faz sentido quando se estabelece a relação da teoria e da prática e do estudo com o trabalho com as questões da vida real. Nesse sentido, a educação adquire um caráter transformador sem perder o vínculo com a realidade, sua totalidade e contradições. Além da educação formal, constatamos que alguns jovens também têm participado de cursos e encontros de formação proporcionados pelo próprio Movimento, a fim de qualificá-los para as atividades que desenvolvem em suas comunidades.

Quando eu tava no CEAGRO eu fazia parte da direção do acampamento. A gente trabalhava bastante. Saia bastante pra fazer outros tipos de curso para ajudar na organização. Hoje em dia eu só coordeno o setor de saúde daqui (JOVEM ACAMPADA, MST, 30 anos, 2020).

A formação continuada é compreendida como algo relevante principalmente para os jovens, a fim de conhecer e dar continuidade às lutas do Movimento. “Eu tô

aqui e acredito nessa luta porque participei das formações, mas elas não foram dentro de todas as bases, não foram contínuas” (JOVEM ASSENTADA, MST, 19 anos, 2020). Inclusive, essa formação, destinada às gerações mais jovens, tem como propósito possibilitar o acesso à memória e à trajetória histórica das lutas do Movimento no passado e na sua organização atual. Observamos, em nossa pesquisa, que alguns jovens estão mais envolvidos com essa formação ou já estiveram. Outros mantêm um certo distanciamento. Assim, podemos dizer que alguns jovens estão mais conectados com as demandas do Movimento e outros nem tanto. A organização dos Coletivos de Juventude tem o desafio de ser esse elo conector do jovem no Movimento.

Isso reflete no envolvimento dos jovens em atividades dentro de sua comunidade ou fora dela, tais como: na cooperativa (3), no Centro Cultural (1), na Associação (1). Quatro jovens exercem algum tipo de liderança, como Coordenação do Setor de Saúde (local), Setor de Comunicação e Cultura (estadual), Coordenação de GT Juventude da Rede Ecovida e Diretoria da Associação. Essa participação do jovem reforça o seu sentimento de pertencimento e de valorização de suas habilidades. A sua qualificação educacional torna-se importante para o desenvolvimento, inclusive, de outras atividades dentro do Movimento.

Acho que o jovem que estuda e se forma e trabalha mesmo que não seja diretamente com a produção da terra, mas que ele traga um trabalho que ajude no desenvolvimento da comunidade em outros aspectos, tá massa. O problema que eu vejo tá nisso quando a pessoa vai e se forma e sai por exemplo se forma numa escola nossa, técnica ou com superior, agronomia ou alguma coisa e sai trabalhar pro agronegócio. Daí eu acho uma contradição bem forte. [...] Então nesses lugares tem que ter essas alternativas né, em que entende desde a construção do acampamento até ele se consolidar como um assentamento, o espaço que garante a participação com protagonismo da juventude (LIDERANÇA DA JUVENTUDE MST, 2020).

Uma das premissas do Movimento associada à transformação social é a preocupação com a formação de sujeitos sociais que, ao mesmo tempo que transformam a si, transformam os que estão no seu entorno. Nesse sentido, quanto mais espaços de participação forem conquistados pelos jovens, mais protagonistas eles se sentirão. Isso pode reafirmar seu desejo de querer fazer parte dessa história de luta no Movimento, não somente pelo acesso à terra e à produção agroecológica, mas também de transformação da sociedade.

3.1.1 Jovem e agroecologia: a terra, seus frutos e a comercialização

Um outro aspecto em relação ao desenho do perfil do jovem a que nos propomos a apresentar neste estudo diz respeito ao acesso à terra, ao tamanho do lote, à produção e à comercialização. Nos assentamentos, o tamanho do lote tem variação de um local para outro, entre 12 a 21 hectares. Em um dos acampamentos, o tamanho do lote é de 8 hectares, sendo que um dos entrevistados não tem lote. Sua família mora no lote de um amigo. No outro acampamento, por ser um território de comunidades tradicionais, cada família tem um lote individual, em torno de 4 mil metros, onde fica a residência e pode expandir para um espaço comum, segundo suas necessidades. Prevalece o uso das áreas de terras coletivas. Os 220 hectares do acampamento não foram transformados em 20 lotes iguais para as 20 famílias.

Essa área sempre foi de comunidade tradicional, não tinha propriedade particular. A forma que nos vive aqui na questão da comunidade é o resgate do modo que as comunidades viviam também. Não era de titulação da terra, não tinha cerca. Então eles faziam as roças de pousio. [...] Não tinha essa propriedade privada da terra, porque assim no meu olhar, não adianta a gente transformar uma propriedade grande em várias propriedades privadas, onde as pessoas seguem o modelo do agronegócio (LIDERANÇA DE ACAMPAMENTO MST, 2020).

Nos acampamentos, por mais que o tempo de sua existência seja de aproximadamente duas décadas, paira no ar a incerteza de despejo, ainda mais no cenário da atual conjuntura brasileira, em que se trata a reforma agrária com descaso e se dissemina a criminalização dos movimentos sociais. Esse fato é uma preocupação das lideranças e gera insegurança para as famílias e jovens acampados, pois não sabem como serão os desdobramentos futuros em relação à questão da terra.

Hoje nós temos um governo que diz que não se faz reforma agrária e que não resolve nenhuma questão e conflito. Então fica da forma que tá aí e a gente não consegue dar o bom desenvolvimento da área. A gente tem aqui uma área que tá em litígio. Então vai ficar, não vai ficar, vai sair não vai sair. Pode ter uma reintegração de posse, pode ter um despejo violento da polícia. Então tem todas essas circunstâncias que não tá resolvido. Hoje tá melhor porque tem solução em caminho. Tem um recurso previsto de compra do imóvel. Mas não tá consolidado ainda. Então pra nós é uma questão que atrapalha ainda (LIDERANÇA DE ACAMPAMENTO, MST, 2020).

Nem mesmo os governos que se afinavam ideologicamente com a questão da reforma agrária e o MST, como os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), deram conta de resolver ou cobrar dos governos estaduais a celeridade do processo de assentamento das famílias que ainda vivem na condição de acampadas. Isso demonstra que no Brasil (DELGADO, 2010) predominou a opção de modernização técnica promovida pelo agronegócio, que excluiu a reforma agrária, bem como a agricultura familiar e a camponesa. Esse modelo tem também ganhado força política pela sua representatividade na Bancada Ruralista no Congresso e no Senado. “Do segundo governo Cardoso e o primeiro governo Lula – o relançamento do pacto do agronegócio à moda brasileira conspira contra a ideia de desenvolvimento com equidade” (DELGADO, 2010, p. 109).

Na atual conjuntura, essa questão se agravou mais ainda e o pacto com o agronegócio se fortaleceu. O projeto de reforma agrária brasileiro sofreu um duro golpe pela aprovação do decreto nº 20.252, de 20 de fevereiro de 2020, que reduziu de modo significativo a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), afetando programas importantes para os assentados, os quilombolas e as comunidades extrativistas. Nesse contexto, a reforma agrária e as populações do campo, com sua heterogeneidade, estão sendo ainda mais invisibilizadas e ignoradas. Isso pode tornar a realidade dos jovens camponeses ainda mais complexa.

Quanto às atividades produtivas e aos frutos da terra que são produzidos nesses espaços de vida, nos assentamentos e acampamentos pesquisados, prevalece a produção de frutas, como banana, cítricos em geral, pêssego, figo, morango e caqui. Predomina a olericultura e horticultura com a produção de folhosas, tubérculos, legumes e grãos, como soja milho e feijão, além de animais como suínos e galinhas para consumo doméstico, vacas de leite para consumo e comercialização. Uma família possui também uma agroindústria de panificação.

O sistema de agroflorestal vem sendo utilizado como uma forma de produzir pela integração das plantas, principalmente no acampamento de Antonina e algumas iniciativas no acampamento Emiliano Zapata, em Ponta Grossa e no Contestado, na Lapa. “Eu acho que o processo de agroflorestal é a autonomia do camponês. Isso é o futuro. Eu acho que é o futuro do mundo” (LIDERANÇA DE ACAMPAMENTO, MST, 2020). Os resultados da agroflorestal também foram positivos num assentamento,

confirmando a sua viabilidade pelo consórcio de plantas, num clima “menos favorável”, o que por sua vez demonstra a existência de mitos que podem ser desconstruídos em relação às práticas agrícolas.

Tem bastante bananeira dentro da agrofloresta [...]. A gente tem muitos pés de bananeira. É uma coisa que inclusive no início diziam que era uma loucura a gente plantar aqui, porque era muito frio, que não dava... e a gente colhe muita banana assim (JOVEM ASSENTADA, MST, 19 anos, 2020).

Dos 11 jovens entrevistados, seis deles têm todo o lote com produção agroecológica e certificada e cinco com produção agroecológica somente para a produção de frutas e hortaliças. O restante do lote é destinado à produção de soja e milho no modo convencional, com o uso de insumos químicos. Uma das justificativas apontadas para a dificuldade de expandir a agroecologia para todo o lote está relacionado à mão-de-obra “Aqui, que tem só orgânico são dois produtores e eles plantam só horta e é difícil fazer tudo orgânico, principalmente o milho, o feijão e a soja. É mais complexo. É muito mais mão-de-obra pra trabalhar” (JOVEM ACAMPADO MST, 20 anos, 2020). Isso tem sido uma dificuldade em todo o acampamento, principalmente para o cultivo de grãos. O uso de insumos químicos ainda se faz presente, como o uso de pesticida, o “mata-mato”, para evitar a capina na plantação. No entanto, dentro da própria família existem diferentes visões sobre o uso de agrotóxicos, conforme relato de uma jovem acampada. No lote de sua família, somente em um hectare e meio de uma extensão de 8 hectares é cultivado produto orgânico e nos demais é utilizado agrotóxico.

É complicado, porque sabe é uma briga. Eu por mim não fazia. Mas daí meu esposo diz que quer plantar, né. O lote é dos dois e eu não posso dizer para ele não, né. Então ele planta o que quer plantar lá pra baixo e eu nem desço lá. Fico só aqui em cima. Aqui quase todas as casas fazem isso (JOVEM ACAMPADA, 30 anos, MST, 2020).

Há de se reconhecer que o uso de agroquímicos e tecnologias aliviam a penosidade do trabalho, mas também reflete a existência de visões desencontradas no universo das relações familiares, em que a jovem mulher encontra a resistência por parte de seu companheiro em relação ao não uso de agrotóxicos. Ao mesmo tempo, sinaliza que o processo de transição para uma agricultura ecológica é lento e envolve desde aspectos técnicos, de manejo, de produção, até a mudança de

paradigma, talvez o mais desafiador. Principalmente quando a política agrícola nacional exalta o modelo do agronegócio numa escala produtivista. Esses conflitos também aparecem nos assentamentos, especialmente, naqueles que abraçaram o modelo convencional desde a sua origem e os camponeses se mantêm reticentes em relação ao projeto agroecológico.

Em relação aos canais de comercialização dos produtos agroecológicos, as Cooperativas e Associações criadas nos assentamentos e acampamentos vêm sendo relevantes para o escoamento da produção. Identificamos a sua existência em três locais que pesquisamos. Somente um assentamento não possui esse tipo de organização interna. Fazem parte de uma associação externa e filiaram-se à Cooperativa de um outro assentamento, onde fazem a entrega de seus produtos agroecológicos.

Dos jovens entrevistados, a maioria de suas famílias comercializa sua produção com essas organizações do Movimento. São elas que fazem a mediação e encaminham aos programas do governo como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estadual e municipal e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) para o Exército, além de feiras e sistemas de entrega alternativos. Somente a família de uma jovem, de assentamento, não está vinculada a nenhuma organização ou programa. Fazem a entrega da sua produção de morangos diretamente para os feirantes de Curitiba e inclusive de outros estados.

Tanto o PNAE quanto o PAA são programas que têm possibilitado a construção de canais curtos de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e camponesa. Têm repercutido positivamente nos assentamentos e acampamentos do MST. A partir de 2009, a Lei nº 11.947, de junho daquele ano, passou a exigir que do montante de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao PNAE, no mínimo, 30% desse valor fosse utilizado para aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar ou de suas organizações. Esses programas, por meio do mercado institucional, têm apresentado resultados positivos para o desenvolvimento e crescimento da produção familiar e fortalecimento da economia local. Os processos de transição para práticas mais saudáveis de produção de alimentos, como agricultura orgânica e agroecologia, também foram intensificados, bem como os processos organizacionais e associativos cresceram e fomentaram a participação e a coletividade (CUNHA, *et al*, 2017).

Contudo, na atual conjuntura, no governo atual, há também insegurança em relação à continuidade desses programas que são extremamente importantes para a produção agroecológica e a sobrevivência dos agricultores familiares e camponeses. Essa insegurança é percebida também pelos jovens.

Ainda bem que eles não derrubaram o PAA e o PNAE, que são projetos do governo para a agricultura familiar. Se não tivesse isso, a gente não ia ter como fazer a venda e se sustentar. [...] É porque escoar a produção tem toda uma logística, é difícil. Se não tivesse o PAA e o PNAE e a Cooperativa que dão esse subsídio de entrega e de logística, o assentamento não estaria sobrevivendo assim. Claro, até estaria, mas com muito mais dificuldade (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

Principalmente por predominar a produção de frutas, verduras e legumes, os circuitos curtos de comercialização, por meio dos programas governamentais, permitem o escoamento rápido da produção. Num dos assentamentos, chega a ser em torno de 10 a 12 toneladas semanais, distribuídas em 150 escolas da região de Campo Largo e Curitiba, segundo uma liderança local. Sem contar que esses programas, além de possibilitar a viabilização do escoamento da produção, também contribuem para uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos e de qualidade para os estudantes, bem como para as famílias que as produzem.

Podemos concluir que o jovem se insere numa teia de relações que se configura entre os camponeses, a comunidade local e a consumidora, as políticas públicas institucionais, as associações e as cooperativas do Movimento, o MST e a família. Nesse universo, as relações sociais acontecem, os jovens fazem suas escolhas e encontram também limites e desafios. Um deles diz respeito aos resquícios patriarcais ainda presentes na organização social, que refletem no contexto macro e micro, como nas relações familiares, por exemplo, que abordaremos a seguir.

3.2 OS JOVENS AGROECOLÓGICOS FRENTE À HERANÇA CULTURAL DO PATRIARCADO

A concepção de agroecologia tem tido muitos significados. Para o MST, a agroecologia se apresenta como uma proposta de agricultura em sintonia com o meio ambiente: o cuidado com a terra e os ecossistemas; a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e transgênicos; uma sociedade onde todas as formas

de vida sejam preservadas, incluindo outras lutas como a de gênero; a diversidade cultural; a soberania e a segurança alimentar etc. Segundo a Carta da 4ª Jornada Agroecológica, realizada em 2005, “a agroecologia se caracteriza pela sua alta capacidade de preservar e reproduzir a vida e nesta perspectiva, só é possível ser construída com bases na relação de gênero e geração sendo que este princípio deve orientar as políticas públicas” (CARTA DA 4ª JORNADA AGROECOLÓGICA, 2005). Nessa perspectiva, o MST considera na sua proposta de agroecologia não somente a prática agrícola, mas abraça outras lutas que remetem à transformação das relações sociais em que os jovens/geração e a relação de gênero também são colocados em pauta. Nesse sentido, é que aproximamos a agroecologia da questão do poder no âmbito das relações familiares e sociais, ainda marcadas por elementos patriarcais e que repercutem nos espaços da vida social em que os jovens estão inseridos.

A presença de elementos decorrentes do patriarcado legitima a hierarquia no contexto familiar, onde as mulheres e os filhos são referenciados com um tratamento subordinado ao poder centrado na figura masculina. Nesse sentido, falar de agroecologia é também discutir as questões que ainda se apresentam ancoradas em posições desiguais de poder e de decisão nas unidades domésticas e na sociedade de modo geral. Contudo, reconhecemos que não daremos conta e tampouco se constitui nosso tema específico de estudo a temática de gênero. Usamos como categoria teórico-analítica o patriarcado, a fim de auxiliar na compreensão dos desafios enfrentados pelos jovens no seu cotidiano, pois, seja no âmbito familiar ou no institucional, ainda são reproduzidos elementos de ordem patriarcal.

Definimos como categoria teórico-metodológica a ser utilizada neste capítulo, o “habitus” de Pierre Bourdieu. A partir dos dados coletados, fazemos uma leitura considerando que existe uma estrutura objetiva de poder nas relações sociais que influencia as estruturas cognitivas, o *habitus* desses jovens no contexto em que estão inseridos. Para Bourdieu, o *habitus* é compreendido como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 1983b, p. 65). Os *habitus* são diferenciados e diferenciadores, sociais e individuais.

O *habitus* se apresenta pois, como social e individual: refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade. A relativa homogeneidade dos hábitos subjetivos (de classes, de grupo) encontra-se assegurada na medida em que os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições sociais de que efetivamente desfrutam (ORTIZ, 1983, p. 17-18).

Olhando para os jovens agroecológicos entrevistados, na perspectiva do *habitus*, podemos dizer que sua relação com a terra e com a vida camponesa está muito presente em suas trajetórias e tem se constituído desde seus antepassados. Ou seja, a relação com a terra e a vida no campo se estabelece pela vivência interiorizada da vida camponesa de seus familiares, seus avós, seus pais e, hoje, eles são desafiados a dar continuidade a essa trajetória. “Essa minha história com a ligação da terra já vem dos meus avós, meus bisavôs, tanto da parte do pai como da minha mãe, da parte de ser camponês mesmo, de trabalhar com a terra” (JOVEM ACAMPADO MST, 30 anos, 2020). “A família da minha mãe sempre morou, a maior parte da vida eles moraram na roça [...]. Era aquela agricultura pra sustentar a própria família, que é plantar as verduras, que é plantar o feijão, o arroz”. (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020). “O pai veio de uma família de camponês lá de SC, onde eles tinham pequena quantidade de terra [...] e tinha pra criar, fora o pai, mais 10 irmãos” (JOVEM ASSENTADO MST, 24 anos, 2020). “Meus avós [...] eles moravam no norte e tinham sua própria terra, pouquinho coisa, mas eles conseguiam sobreviver plantando (JOVEM ACAMPADA MST, 19 anos, 2020). Nessas trajetórias, a terra toma a forma de um capital não só econômico, mas também cultural. O *habitus* como sistema de disposições socialmente construídas e incorporadas possibilita um modo de pensar e de perceber a vida a partir dessa conexão com a terra, que hoje se coloca como um elemento importante que possibilita ao jovem fazer sua escolha em dar continuidade a essa relação de proximidade com a terra.

Nessas trajetórias, está presente também a vivência de luta pelo acesso à terra que se manifesta nas memórias dos jovens a partir dos pais e avós. Como integrantes do MST e mesmo hoje, em outro momento, numa outra geração, os jovens têm como referencial o modo de fazer dos que os antecederam, como uma subjetividade socializada.

Meu pai [...] já vem dessa linhagem de trabalhar na terra, já vem dessa linhagem de acampamento, que desde o início [...] antes de se casar, com a mãe, ele já morava em assentamento. Iniciaram como acampamento e depois passou pra assentamento e já trabalhava nessa parte de agricultura. (JOVEM CAMPONÊS ACAMPADO MST, 20 anos, 2020).

Há também o acesso à terra como sinônimo de possibilidade de sustento da família: “Meu avô veio acampar no assentamento São Joaquim em 1987 e minha mãe tinha apenas dois anos. Graças ao trabalho com a terra meu avô criou os 6 filhos dando a eles muita fartura e dignidade” (JOVEM CAMPONÊS ASSENTADO MST, 16 anos, 2020). A conexão com a natureza, o cuidado e o zelo com a biodiversidade estão presentes nas falas dos jovens: “O vô nunca gostou de trabalhar com o veneno, sempre foi no orgânico. Sempre cultivou sementes crioulas sempre gostou da biodiversidade na terra e cultivaram muita diversidade de alimentos (JOVEM CAMPONÊS ASSENTADO MST, 20 anos, 2020). A referência à questão da terra sempre se dá a partir da figura masculina, seja o avô ou o pai. Isso confirma a predominância da visibilidade e do poder masculino num cenário ainda marcado por elementos patriarcais, quando se faz referência à terra.

Assim, situamos o jovem camponês agroecológico dentro de um contexto social em que os elementos da realidade objetiva e da realidade exterior dialogam com os elementos subjetivos das suas experiências e visão de mundo. Nesse sentido, são agentes e “produtos” da própria história. Existem elementos que os conectam com a terra, com a vida do campo, decorrente da sua trajetória familiar, assim como os elementos culturais vivenciados na família e instituídos na sociedade.

Do lado objetivo, os jovens de acampamento e suas famílias vivem a insegurança e a incerteza da regularização da terra e consolidação da reforma agrária que, infelizmente, vem sendo um processo longo e demorado. Os jovens de assentamentos onde a família já tem seu lote, não muito extenso, enfrentam limitações como a impossibilidade de dividir o lote ou arrendar. Eles se deparam com uma realidade limitadora, decorrente da própria dinâmica institucional do INCRA que, até o governo Lula¹⁰, priorizava a distribuição dos lotes exclusivamente para famílias

¹⁰“Pela portaria do INCRA 981/2003, tornou-se obrigatória a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal em situação de casamento ou união estável. Conquista da Marcha das Margaridas daquele ano. No caso de separação e em que a terra está em processo de titulação, a área fica com a mulher, desde que ela tenha a guarda dos filhos” (ZARZAR, A. B. & HORA, K. M., 2008, p. 28). Mesmo com esse avanço, por razões históricas, há uma predominância masculina.

representadas na figura do pai, reproduzindo, assim, a lógica patriarcal. Jovens e mulheres não eram prioridade. Uma das exigências para fazer o Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP) é ter o contrato da terra registrado somente no nome de uma pessoa, geralmente no nome do pai.

Então o jovem que tiver mais voltado pra agroecologia, quando ele tem um projeto dele, tem um outro problema porque ele não tem o documento pra poder fazer o projeto. A DAP. [...] O cara tem acesso, é um dos critérios pra poder desenvolver o projeto na cooperativa, inclusive pro governo poder pagar porque ele vai pagar pra quem tem a DAPI...quem não tiver a DAPI não consegue fazer o projeto. O filho por exemplo ele não tem o contrato pra fazer a DAPI, ele não tem a terra, porque tá no nome do pai e daí não pode nem entrar como arrendamento porque no assentamento não arrenda (LIDERANÇA DE ASSENTAMENTO MST, 2020).

Podemos dizer que ainda há muito que avançar em relação à superação da invisibilidade dos jovens nos processos dos critérios de reforma agrária e concessão do lote, assim como para as mulheres. O que se coloca por trás dessa restrição à figura paterna são questões decorrentes do que Carole Pateman (1993) define como “patriarcado moderno”. O liberalismo do contrato social, segundo Pateman (1993), é baseado num contrato sexual com a preservação de elementos patriarcais. A existência de um “patriarcado moderno”, possibilita a manutenção das premissas básicas do pensamento patriarcal, de poder natural dos homens como indivíduos, sobre todas as instâncias da vida civil, “a sociedade civil como um todo é patriarcal” (1993, p. 167). Carole Pateman, cientista política, considerada umas das mais relevantes feministas da segunda onda do feminismo, elabora uma revisão profunda do liberalismo e o modo de ver e organizar o mundo, decorrente desse paradigma por ela apresentado como liberalismo patriarcal. Em uma de suas importantes obras, “O Contrato Sexual” (1993), problematiza o liberalismo e chama a atenção para a não aceitação do discurso de que o patriarcado foi eliminado no final do século XVII. Compreende o feminismo não somente como um movimento de resistência ou de defesa contra a desigualdade e subordinação, mas como uma possibilidade de reordenar o mundo, a partir de uma ótica não patriarcal.

O critério de acesso à terra, definido pelo Estado, por longa data, podemos dizer que se fundamenta numa perspectiva patriarcal e reproduz a velha ordem do modelo familiar, focada no domínio masculino. Como a terra está no nome do pai e

não existe possibilidade de divisão do lote, os jovens ficam numa posição de dependência e controle da figura paterna.

Não dá pra dividir o lote. Não existe essa brecha na lei. Aí vira um impasse, o jovem não tem DAPI. Aí tem que se submeter ao pai. [...] E não é só assentamento. É os quilombolas, os faxinalenses. A DAPI é individual. Por ex. a família que tem 3 ou 4 filhos só tem uma DAPI, que é a do pai. E aí centraliza nele. Então aí também é um jeito de ter os filhos no cabresto. A terra fica no nome do pai. O contrato do lote é num CPF o Incra não consegue dividir o lote no meio (LIDERANÇA DE ASSENTAMENTO MST, 2020).

A limitação legal em relação à divisão do lote, de arrendamento e de conseguir a DAP expõe o jovem a uma situação de fragilidade e reforça sua relação de dependência e subordinação à figura paterna. A concepção de uma hierarquia familiar é típica do pensamento patriarcal, que acaba repercutindo negativamente para as mulheres e os filhos, quando ambos se encontram em posição subalterna. O patriarcado (NARVAZ; KOLER, 2006), como expressão de domínio dos homens, sustenta a composição de hierarquia social, na qual as mulheres estão subordinadas aos homens e os jovens aos homens mais velhos. Se olharmos para os dados em relação ao acesso à terra pelas mulheres, percebe-se que são índices baixos. Paulilo (2016) afirma que, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no período de 1996 a 2002, foram beneficiárias do Programa Nacional de Agricultura Familiar apenas 7% de mulheres e, em 1996, apenas 12% das mulheres eram beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. A conquista de fazer valer o direito das mulheres de ter o título da terra compartilhado com o marido, direito assegurado na Constituição Federal de 1988, foi graças à mobilização e reivindicação dos movimentos sociais do campo no ano de 2001, que somente em 2003 teve o *status* de portaria.

Em função dessas dificuldades encontradas, alguns jovens se veem forçados a buscar alternativas. Uma delas é a “divisão” do lote da família. Outros migram para as cidades ou se engajam no Movimento pela posse da terra. A prioridade governamental é para as famílias que possuem filhos e não para os jovens (MORISSAWA, 2001). Para amenizar um pouco essa situação, o MST, por meio de ações isoladas, vem fazendo o enfrentamento a essa limitação, a fim de assegurar aos jovens ao menos o acesso à DAP, como disse uma liderança local de assentamento:

Agora estamos num movimento grande com a Emater, até o governo do Estado, com o secretário de agricultura, porque é diferenciado, o cara não tem o documento da terra, não pode ter DAPI, quem mais precisaria. [...] Há um tempo atrás, nós conseguimos 20 DAPI jovem (LIDERANÇA ASSENTAMENTO MST, 2020).

Essas iniciativas, por parte do MST, de tentar amenizar ou reverter tal realidade depende das negociações estabelecidas com os representantes do estado que, por sua vez, reflete a concepção hierárquica e patriarcal em suas práticas e políticas. Isso nos leva a apontar que existe um modelo hierárquico de dominação masculina e patriarcal com base num contrato sexual, como nos apresenta Pateman (1993), que perpassa as instituições como Estado, família, leis, pois, “La estructura de nuestra sociedad y nuestra vida cotidiana han incorporado la concepción patriarcal dela diferencia sexual” (PATEMAN, 1993, p. 16). Assim a mudança passa pela formação de um novo contrato social.

3.3 OS JOVENS CAMPONESES AGROECOLÓGICOS NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES FAMILIARES

Para melhor situarmos as relações familiares em que os jovens agroecológicos se inserem, consideramos oportuno avançar um pouco mais na discussão teórica referente ao patriarcado. Vale ressaltar que não é nosso propósito esgotar essa discussão que se conecta com a questão de gênero. Passaremos por ela com o intuito de melhor compreender os jovens e, por isso, estabelecemos esse diálogo. A existência de uma matriz cultural, um *habitus*, de dominação masculina é reproduzida no âmbito das relações sociais. Essa matriz é o patriarcado, milenarmente instituído, primeiramente em sua performance *tradicional* e hoje, como nos aponta Carole Pateman (1993), apresenta-se como *patriarcado moderno*. Consideramos importante ter em mente os aspectos históricos de formação do patriarcado, pois, nesse universo das relações patriarcais, situam-se as mulheres e os filhos (os/as jovens) que, hierarquicamente, ocupam lugares inferiores.

O pensamento determinístico com base na explicação divina e biológica exime a ação humana na construção e manutenção da superioridade masculina. Por mais descontextualizado e ultrapassado que possa ser considerado, esse pensamento

ainda se faz presente, em pleno século XXI. Essa visão permeia inclusive religiões e igrejas que pregam a condição subalterna da mulher associada à determinação divina, em que ela é considerada como parte complementar e inferior ao homem. Gross (1996), em sua obra “Feminismo e Religião – uma introdução”, afirma que o feminismo, em sua visão social, faz uma crítica à cultura patriarcal considerada como resultado da própria história e não de um determinismo biológico ou divino.

Nesse sentido, além da religião também a concepção de família que foi sendo construída reproduziu a centralidade da dominação patriarcal. Friedrich Engels¹¹, em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e o Estado* (2012), tomou como referência os relatos etnográficos de H. Morgan e associou a subordinação da mulher com o fim do direito materno, presente nas sociedades matriarcais, e o desenvolvimento da propriedade privada. Apontou que, na família patrilinear e monogâmica, era possível assegurar a legitimidade da prole e dos herdeiros da propriedade. A família passou a ser patriarcal e o homem passou a ocupar uma posição central na família. A família patriarcal passou a apresentar-se como um espaço de dominação e de poder masculino sobre a mulher e os filhos.

O desmoronamento do direito materno foi a grande derrota do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de procriação [...]. Os traços essenciais são a incorporação dos escravos e o domínio paterno: por isso, a família romana é o tipo perfeito dessa forma de família. Em sua origem a palavra família não significa o ideal - mistura de sentimentalismo e dimensões domésticas- do filisteu de nossa época; de princípio, entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos seus escravos. *Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. [...] A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles (ENGELS, 2012, p. 77-78).

Uma das contribuições de Engels é ter chamado atenção para os aspectos sociais e culturais na estruturação e definição das relações entre os sexos, rompendo com o determinismo biológico dos tradicionalistas. Assim, a família é entendida como uma criação cultural e que define como elementar o poder masculino sobre a mulher,

¹¹ Mesmo que Engels não seja um estudioso do feminismo e em sua obra tenha reproduzido os relatos etnográficos de Morgan, optamos por manter o autor como referência, pelo fato de dar um cunho social e cultural à questão das relações patriarcais.

os filhos e seus agregados. O termo *família*, criado pelos romanos, é uma expressão do poder de um homem em relação à mulher, aos filhos e a um certo número de escravos. Poder que se traduz com o direito sobre a vida e a morte de seus subordinados (ENGELS, 2012). Assim, a família romana como um organismo social legitima o poder do patriarca na figura do *pater familias*. A família, na civilização ocidental, assentou suas bases na monogamia e no patriarcado. O direito romano imprimiu um modelo legal em que as mulheres são apenas coadjuvantes e subordinadas ao poder masculino.

Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (NARVAZ; KOLER, 2006, p. 50).

Aqui no Brasil, pelas mãos do colonizador português, tivemos a influência do direito canônico romano na nossa organização social e, dessa forma, a implantação do patriarcado nos moldes de dominação tradicional weberiana¹². O colonizador português, por sua vez, além de menosprezar a cultura local dos povos nativos, imprimiu costumes, tradições e modelo de sociedade nos moldes europeus. E umas das imposições do colonizador foi a família patriarcal, principalmente nas famílias da elite brasileira, subestimando os demais modelos familiares.

Gilberto Freyre (1995), em sua obra “Casa Grande e Senzala”, cita o processo de formação institucional e as relações sociais que foram sendo oficialmente implantadas pelos portugueses no Brasil. A base da família colonial era, além de patriarcal, escravocrata, evidenciando a dominação e a subordinação que, mesmo com mudanças ocorridas ao longo de nossa história, perduram na sociedade atual, como o racismo e a assimetria sexual. Mesmo com o processo de desintegração do

¹² Max Weber, em sua obra *Economia e Sociedade* (1991), apresenta o patriarcado como um tipo ideal de dominação em que o poder se manifesta pela “possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria” (WEBER, 1991, p. 187). Esse modelo de dominação patriarcal se dá por meio dos laços criados entre o senhor, sua família e os servos, em total obediência e lealdade à autoridade do chefe de família. Consiste numa conduta guiada pela tradição.

patriarcado rural (CHAUÍ, 1989), que se deu de modo diversificado no Brasil, permaneceu a mentalidade patriarcal como herança que se manifesta na vida familiar e na política pelo protecionismo, clientelismo e coronelismo.

Sergio Buarque de Holanda (1995), em sua obra “Raízes do Brasil”, apresenta as características da família rural patriarcal, com inspiração no direito romano-canônico, vigente na Península Ibérica e que foi implantado no Brasil Colônia pelos portugueses. Nesse modelo de família, o poder do patriarca era incontestável e tinha uma posição de domínio em relação ao grupo primário, como mulher e filhos, e ao grupo secundário, como escravos e agregados. Todos, subordinados ao patriarca.

Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente os escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra ‘família’, derivada da ideia de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à ideia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, *os liberi* (HOLANDA, 1995, p. 81).

Assim, o modelo familiar dominante foi o patriarcal e teve influência inclusive na esfera da política. “A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, monarcas e súditos”. (HOLANDA, 1995, p. 85). Isso significa que, tanto na esfera privada, na família, como a esfera pública, no âmbito da política, foram marcadas pela perspectiva patriarcal e com manifestações até os dias de hoje. O Estado moderno brasileiro preservou elementos patriarcais. Como afirma Matos (2014, p. 59), ainda hoje é necessário a “descolonização” e “despatriarcalização” do Estado para chegar à sua “democratização social”. Exemplo disso são os espaços de participação da mulher, seja na família ou na sociedade, delimitados pela mentalidade patriarcal, inclusive confirmados pela legislação brasileira. Isso não significa dizer que não existiram lutas e conquistas decorrentes da organização das mulheres, mas ainda muito por avançar em relação à real democracia.

Quando usamos essas teorias para jogar luz sobre a realidade, percebemos como elas ainda são reproduzidas no âmbito das relações sociais. Identificamos em

nossa pesquisa que as jovens percebem as manifestações de dominação masculina com maior clareza do que os jovens. Isso está presente nos relatos das jovens quando se referem à trajetória das relações familiares: “O que minha mãe diz é que meu avô era muito machista, não deixava nem minha vó cortar o cabelo” (JOVEM ASSENTADA, anos, MST 2020). Ou então, “Minha avó casou nova, o pai mandava nela e depois o marido dela também” (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020); “A minha avó materna comentava que meu avô batia muito nela, ele tinha as outras dele que moravam na casa, ela não se separava porque tinha os filhos (JOVEM ACAMPADA MST, 30 anos, 2020). Existe aí a expressão da força, opressão e mando masculino, muito típicos de uma perspectiva patriarcal que se traduz em dominação e controle, determinando as ações e usando, inclusive, a força e a violência.

Pierre Bourdieu, em sua obra “A Dominação Masculina” (2016), apresenta a existência de uma dimensão simbólica da dominação masculina. Ele não usa o termo patriarcado, mas produz um relevante estudo em relação ao tema da dominação simbólica masculina, com os berberes da Cabília, e identifica que a diferença entre os homens e as mulheres está circunscrita nos corpos. A anatomia masculina e feminina apresenta-se como uma justificativa de ordem natural da diferença socialmente construída entre homens e mulheres, que define os “lugares” de modo sutil, aparentemente “neutra”, no que se refere à divisão do trabalho.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu local, eu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado para os homens, e a casa, reservado às mulheres; ou, no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, como o estábulo, a água e os vegetais [...]. O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depósito de princípios de visão e de divisão sexualizantes (BOURDIEU, 2016, p. 23-24).

Ainda, segundo o autor, as diferenças inscritas nos corpos revelam a dominação masculina que se manifesta objetivamente pelas divisões de ordem prática e subjetiva e pela elaboração cognitiva que ordena as divisões objetivas. A relação de dominação se inscreve numa natureza biológica, socialmente construída e

naturalizada. Trazendo para nossa pesquisa, podemos dizer que isso reflete nos corpos, principalmente das jovens, pelas classificações que são feitas a elas em relação à sua maneira de se vestir e pela divisão sexual do trabalho.

A minha relação com meu pai é bem restrita. Ele ainda quer na verdade que eu fique trabalhando dentro de casa e trabalhando mais restrito nesse local [...]. Então a partir do momento que eu começo dizer que eu vou usar as roupas que eu quero e que isso não vai definir quem eu sou ou pelo menos toda essa ideia de que a roupa define quem ela é e se tá usando uma roupa curta então ela é puta, ou tá querendo dá, toda essa história e também querer fazer com que eu trabalhe dentro de casa, que ele também reconheça que o que a gente faz dentro de casa é um trabalho (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

A divisão sexual do trabalho e a distinção entre o público e o privado são realidades que se apresentam e ainda é um tema a ser debatido. Para Pateman (1993), o Contrato Social preservou os elementos patriarcais em sua composição e ainda hoje é um desafio a ser enfrentado, não somente pelas lutas feministas. Os teóricos do Contrato Social, no século XVII, conciliaram o liberalismo como uma doutrina igualitária e individualista com o patriarcalismo. Assim, as características consideradas naturais entre homens e mulheres e a separação entre o público e o privado continuaram mantendo as relações hierárquicas de subordinação das mulheres. Locke, em seu “Segundo Tratado”, formaliza a separação liberal do público e do privado, que para os críticos é também uma forma de legitimar a divisão sexual.

A teoria de Locke também mostra como as esferas pública e privada estão fundamentadas em princípios opostos de associação que são exemplificados na condição conflitante de mulheres e homens; a subordinação natural se define em oposição ao individualismo livre. A família é baseada em laços naturais de sentimento e de sangue, e na condição sexualmente definida de esposa e marido (mãe e pai). A participação na esfera pública é regida por critérios universais, impessoais e convencionais de êxitos, interesses, direitos, igualdade e propriedade – critérios liberais aplicáveis apenas aos homens (PATEMAN, 1996, p. 59).

Para Locke, as atribuições da vida pública eram habilidades exclusivamente masculinas, sem contar seu poder também na esfera da vida privada. As mulheres estariam fadadas a uma subordinação permanente, dada a sua condição natural. Na sua problematização do liberalismo, Pateman (1993) considera que o contrato social também é um contrato sexual, no qual a separação dicotômica entre o público e o privado se evidencia, associada a uma condição de subordinação da mulher. Assim,

as relações contratuais são relações de dominação, segundo uma ordem de submissão patriarcal das mulheres. A crítica das feministas contemporâneas que discutem a dicotomia do público e do privado é de que essa divisão não é resultado das características naturais dos sexos. Partem da premissa de que

uma compreensão adequada da vida social liberal só é possível quando se aceita as duas esferas, a doméstica (privada) e a sociedade civil (pública), consideradas separadas e opostas, estão inextricavelmente interligadas; são os dois lados da mesma moeda do patriarcalismo liberal (PATEMAN, 1996, p. 59).

Uma alternativa à concepção liberal deveria contemplar a relação entre a vida doméstica e a pública. Mas a separação da vida privada e da vida pública dos homens foi um componente do liberalismo patriarcal desde suas origens. O patriarcalismo se funda em uma explicação natural em que cabe à mulher a procriação e, assim, seu lugar na esfera doméstica é de subordinação.

O meu pai sempre trabalhou fora. A gente sempre teve mais dentro de casa. Nós três, eu, minha mãe e minha irmã. Ele é o único homem da casa. Ou ele tava trabalhando fora em outros espaços ou ele tava trabalhando fora do âmbito da casa, na roça, com os animais, ou no paiol, em atividades fora de casa [...]. Nós fazíamos atividade de casa, minha mãe trabalhava na escola eu e minha irmã ajudava a limpar a casa. Então esse trabalho interno era sempre de nós 3. O meu pai sempre trabalhava fora da casa e a desculpa dele era de que nós não fazíamos outro trabalho, que é o trabalho remunerado digamos assim. E nem trabalhávamos na roça. A desculpa era já que vocês não fazem esse outro trabalho vocês têm que limpar a casa, é fazer a comida, é deixar tudo organizado. Até aí é difícil de engolir porque ao mesmo tempo que a minha mãe trabalhava fora e fazia dentro de casa então ele também poderia fazer essas duas coisas, mas não fazia. A partir do momento que a gente começou trabalhar fora a desculpa permanece, ele ainda não faz comida, ele ainda não limpa a casa, mas daí a gente faz todo esse trabalho (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

Tanto na esfera pública quanto na privada, predomina o modelo de dominação masculina em que as atividades domésticas da vida privada continuam sendo desenvolvidas, na maioria das vezes, pelas mulheres. Constatamos que os jovens, diferentemente das jovens, têm uma percepção de que as contradições são menos enfatizadas, assim como a relação com o pai é mais próxima: “Eu sempre fui bem ativo dentro da família, sempre bem participativo [...] meus pais sempre pediram minha opinião” (JOVEM ACAMPADO MST, 30 anos, 2020). “A minha relação com o meu pai é a melhor coisa que tem para mim. Se eu não sei alguma coisa eu peço explicação

pra ele, porque ele é a base de tudo, ele é bem vivido” (JOVEM ASSENTADO MST, 21 anos, 2020). “A relação com meu pai é muito boa. Ele me incentiva a continuar com a produção agroecológica” (JOVEM ASSENTADO MST, 16 anos, 2020). Dentro da dinâmica das relações hierárquicas familiares, os jovens homens apresentaram uma relação de maior proximidade com a figura paterna. De certo modo, isso reflete o modelo vigente de dominação masculina que os aproxima. Isso pode ser entendido como uma manifestação do desejo de que os filhos homens deem continuidade ao trabalho na propriedade, reproduzindo e legitimando o poder masculino.

No modelo da família patriarcal hierárquica, a posição de maior poder e liderança é a da figura masculina. Objetivamente, isso orienta as práticas no cotidiano familiar e os jovens e as mulheres ficam situados numa posição inferior na hierarquia de poder. Os filhos homens tendem a ficar numa posição de menor controle e maior identificação com a figura masculina. Diante dessas questões, observamos que, pela possibilidade de contato com a reflexão em torno dessa situação hierárquica e patriarcal, pautada também pela luta por igualdade de gênero, a geração de jovens camponeses agroecológicos do MST, pode ter uma posição crítica a esse modelo. Além disso, tem posicionamentos que desafiam as gerações anteriores em relação ao processo de desconstrução do patriarcado e do machismo existente.

[...] a gente vive numa sociedade patriarcal [...]. Claro que a questão do machismo isso é introjetado né, é uma questão estrutural que se reproduz de geração em geração e a gente vem trabalhando na perspectiva de poder desconstruir no passar do tempo. Mas uma geração anterior que no caso são nossos pais e avós eles não tiveram essa formação e acesso que a gente tem hoje né. Então eles têm uma outra perspectiva. Então como a gente fala no patriarcado, o machismo e tudo mais, até a própria compreensão é diferente. (LIDERANÇA JOVEM MST, 2020).

Assim, pela dinâmica existente dentro do MST, pela própria concepção de agroecologia que o Movimento assumiu como proposta e pela organização do feminismo camponês, os jovens camponeses da geração atual têm a possibilidade de tecer uma leitura mais crítica das relações familiares assimétricas entre homens e mulheres e da herança de elementos do patriarcado ainda presentes. É um processo muito lento, sem perder de vista que é uma questão muito mais abrangente e ainda tem um peso significativo no ordenamento das relações sociais. Como afirma Pateman (1993), enquanto não se considerar a revisão do contrato social/contrato

sexual com bases patriarcais, a democracia não é digna de assim ser chamada. Este é um longo caminho a ser percorrido e implica numa visibilidade maior das mulheres e da juventude.

3.4 O DESAFIO DA AUTONOMIA PARA OS JOVENS CAMPONESES AGROECOLÓGICOS

Dentre as consequências das relações familiares patriarcais e hierárquicas, podemos citar a questão da autonomia que afeta não somente os jovens camponeses agroecológicos, mas, de um modo geral, a juventude rural. Paulilo (2016) desenvolveu um estudo na região sul do Brasil em locais onde prevalecem a colonização alemã e a italiana de agricultores familiares, e identificou elementos patriarcais em relação ao processo sucessório nas famílias em que os pais preferem que a propriedade da terra seja repassada para os filhos homens. Tradicionalmente para as filhas, o casamento seria a via de acesso à propriedade da terra herdada por seu marido. Da sua família de origem, as filhas recebiam o enxoval e uma máquina de costura quando se casassem e as que não se casassem não recebiam nada. Os filhos que saíssem para estudar também não herdavam terra. O filho sucessor da propriedade geralmente alcançava a autonomia de assumir a responsabilidade da gestão da propriedade da terra, somente após a saída ou a morte do seu pai. Essa condição dificultava a construção de sua autonomia, desestimulando, muitas vezes, seu desejo de continuar na atividade agrícola.

Com a longevidade aumentando cada vez mais, os que trabalham junto à família ficam na posição de dependentes por longo tempo. Muitas vezes é essa a causa da saída dos filhos da propriedade e não a precária situação econômica. [...] A sucessão masculina e tardia não é um problema só brasileiro, nem só da América Latina. Cada vez mais está se tornando mais urgente que se crie um estatuto para a produção familiar através do qual a esposa e os filhos maiores de 18 anos tenham direito a participar das decisões e da renda. A rigor a esposa teria esse direito no Brasil, mas é prática corrente, por exemplo, os bancos exigirem só a assinatura do marido para qualquer financiamento e, mesmo quando a mulher é dona da terra, a assinatura só dela não basta (PAULILO, 2016, p. 193).

Isso nos coloca diante do fato de que as relações patriarcais extrapolam o âmbito familiar, como já mencionamos anteriormente. Elas se fazem presentes nas instituições, além da família e, segundo Pateman (1993), a existência de um contrato

social/sexual que preserva elementos patriarcais está vigente na sociedade atual. Afetam as mulheres e a juventude pelas limitações impostas, por exemplo, as instituições bancárias, em relação ao acesso a financiamentos.

A autonomia, não somente dos jovens agroecológicos do MST, é afetada. Como já mencionamos anteriormente, o lote no INCRA é registrado no Cadastro de Pessoa Física (CPF) do pai e não é possível dividir o lote. A limitação de uma única DAP por lote inviabiliza o jovem a desenvolver um projeto seu, com autonomia, pois não consegue fazer um financiamento, por exemplo. Quando na família, internamente, não se criam condições para diálogo ou viabilização de estratégias que possibilitem espaços com autonomia, uma das formas encontrada pelo jovem para emancipar-se é o casamento que, inclusive, ocorre com jovens de pouca idade. Constituem uma família e “libertam-se” da dominação, principalmente paterna.

Acho que é por isso também que o jovem casa cedo, porque ele quer autonomia, nem é por se casar, mas ele quer ficar longe do pai. É uma forma. Ele vai cuidar da vida dele. E aqui tem um menino de 20 anos que casou e foi embora pro oeste. Achou uma menina, e tá não quero mais ficar aqui. Foi embora. Mas por quê? Porque o piá era escravo do pai. O piá trabalhava e tem a irmã que tá no terceiro aqui, ela é outra que, não fugiu com alguém ou foi embora com alguém porque é uma menina mais cabeça porque senão já tinha largado. Porque tem que trabalhar o dia inteiro com o pai. Tem que trabalhar segunda terça e quarta, daí na quinta tem que fazer a colheita, preparar a entrega. Na sexta sai cedo e às vezes chega 8 ou 9 horas da noite na escola, porque fica o dia inteiro entregando cesta e daí vai ver a parcela de seu trabalho, praticamente não existe. Então é uma lógica difícil de enfrentar é muito cultural e enraizado (LIDERANÇA DE ASSENTAMENTO MST, 2020).

A autoridade paterna, o controle, a hierarquia de poder, decorrentes do modelo patriarcal, constituem-se como um elemento cultural. E isso afeta os jovens em relação à questão das suas escolhas, dos caminhos e das alternativas de vida. Castro (2009) afirma que, no contexto familiar, o jovem marcado pelo peso da autoridade paterna é “vigiado e controlado”. O fato de o jovem sentir-se controlado ou vigiado justifica os casamentos precoces, pois, o fato de constituir uma família, coloca-o num outro patamar de relativa autonomia. Isso depende também das condições favoráveis para fazer suas escolhas e ter iniciativa com maior liberdade, já que na família de origem as decisões, em muitas circunstâncias, são unilaterais.

No plantio as decisões são sempre dele. A minha mãe interfere também, mas quem mais decide as atividades da roça é ele. Mesmo que durante o ano todo ele não esteja tão presente no trabalho na roça, mas é ele que decide o que plantar. As vezes ele até pergunta o que a gente vai plantar só que não dá resultado. Se eu disser pra plantar abóbora, não vai interferir se ele decidir que quer plantar pimentão. Claro que é uma coisa muito diferente da outra. (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

Na hierarquia familiar, a figura paterna está no topo e a mulher em uma composição secundária e é aquela que, muitas vezes, faz a mediação entre o pai e os filhos. O poder de decisão maior está focado no pai, que se apresenta como o que estabelece a ordem na família. Stropasolas (2006), em sua obra “O mundo rural no horizonte dos jovens”, apresenta o cotidiano do trabalho dos jovens, da divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, do tempo livre, da sucessão, em que as relações familiares se apresentam com o poder centrado na figura masculina, do pai: “a figura autoritária do pai povoa o imaginário e o cotidiano do grupo doméstico, pois ‘eu morria de medo do pai. A mãe eu ouvia, assim, mas se ela dizia que o pai tá vindo, eu me aquietava, porque ele podia bater, a mãe nem tanto’” (STROPASOLAS, 2006, p. 256-257). Mesmo sem usar o termo patriarcado, o autor aponta para as relações familiares em que a mãe e os filhos estão subordinados ao mando do pai. E reconhece que “é justamente no campo das relações de gênero e geração que se situa um dos principais fatores de tensão e, ao mesmo tempo, de redefinição de valores e identidades na agricultura familiar” (STROPASOLAS, 2005, p. 15).

Por ser o patriarcado uma questão culturalmente construída, e segundo Pateman (1993), estar na base do nosso contrato social, esses fatores de tensão apresentam-se em toda a sociedade, com maior ou menor intensidade. Isso também significa dizer que, por ser culturalmente produzido, pode ser desconstruído, pois a cultura é dinâmica. É possível superar as visões determinísticas decorrentes das influências da religião e da biologia, ir além e democratizar os espaços de sociabilidade e diversidade. Identificamos a existência das limitações em relação às decisões tomadas no universo familiar, que repercute com mais intensidade para os jovens. “Eu sinto que não sou parte nem tomo nenhuma decisão dentro da casa [...]. Eu gosto de poder decidir também no espaço onde eu estou vivendo” (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020). “Na minha casa, as decisões sempre vêm do meu pai” (JOVEM ACAMPADA MST, 19 anos, 2020).

Apesar de gênero ser uma questão que vem sendo discutida há quase três décadas dentro do MST, desde os anos 1990, o caminho é longo. Fruto da organização e luta das mulheres camponesas, e que envolve homens e mulheres, vem acontecendo num processo lento e contraditório. Mas são os primeiros passos em relação à equidade de gênero e a desconstrução da matriz cultural patriarcal. A concepção de agroecologia abraçada pelo MST contempla relações de equidade entre homens e mulheres. Isso configura a agroecologia para além de uma prática agrícola ecológica, mas com uma proposta de transformação social com relações mais democráticas entre homens, mulheres e juventude.

O grande marco em relação à discussão da participação das mulheres e a luta contra a desigualdade de gênero dentro do Movimento se materializou no primeiro Encontro Nacional de Mulheres do MST (FURLIN, 2013), realizado em 1996. Na ocasião, foi criado um plano de ação, a fim de construir novos valores nas relações entre homens e mulheres e de participação das mulheres dentro do Movimento, com diversas cartilhas tratando do tema. Dentre as ações, podemos citar “construir novos valores no cotidiano da família; tratar a questão de gênero e de classe como princípios; massificar e qualificar a participação da mulher; trabalhar a questão de gênero em todos os setores; criar o Coletivo Nacional de Gênero (FURLIM, 2013, p. 268). Isso reflete que as mulheres do MST foram ampliando o leque das lutas para além da reforma agrária e de classe, mas também a luta por novas relações entre homens e mulheres. Contudo, esse é um processo lento e envolve homens, mulheres, os/as jovens e crianças, na construção de um novo *habitus*.

se pode verificar nos documentos e no material de formação para as bases, a implementação das linhas de ação traçadas pelo movimento nem sempre se concretiza nas ações concretas. Verificaram-se desafios e algumas possibilidades em curso. Isso nos permite afirmar que as desigualdades que foram reproduzidas por uma cultura patriarcal continuam internalizadas e tendem a se reproduzir nas práticas. Por outro lado, as linhas de ação são necessárias para manter o compromisso de um processo contínuo de vigilância e iniciativas que permitam, de fato, que as mudanças nas relações de gênero, se concretize por meio de práticas capazes de desconstruir os modelos tradicionais de gênero e inaugurar novas possibilidades que contribuam na transformação das relações sociais. Esse é um processo demorado, uma vez que deve atingir e transformar a cultura, em sua totalidade (FURLIN, 2013, p. 279).

Assim, as mulheres do feminismo camponês foram ressignificando o seu universo de lutas, colocando-se em posição de enfrentamento ao capitalismo e ao modelo patriarcal, além de outras lutas como a agroecologia, produção de alimentos saudáveis etc. Nessa trajetória, as iniciativas das linhas de ação dentro do MST e de desconstrução dos modelos tradicionais fazem parte de um processo lento. Como afirma Furlin (2013), é um processo lento porque estão internalizados elementos culturais patriarcais que acabam se reproduzindo na prática.

Alier (2017, p. 282), em sua obra “O ecologismo dos pobres”, quando trata da questão de gênero e meio ambiente, afirma que “as sociedades camponesas são lastimavelmente patriarcais”. O reconhecimento de que existe um modelo de organização social, um princípio gerador, uma matriz cultural que alimenta as relações assimétricas entre homens e mulheres e que se faz presente em todas as instâncias da vida social já é um ponto de partida. E nesse contexto, os jovens são muito afetados, pois, no seio das relações familiares regidas pela centralidade do poder hierárquico, não têm espaço para liberdade e autonomia.

Schwendler (2017), estudiosa do feminismo camponês, na obra “Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade”, afirma que, na trajetória histórica dos movimentos sociais do campo, a questão de gênero e da participação das mulheres esteve por um certo tempo contemplada pela luta de classe e consolidação do socialismo. Mas essas duas bandeiras de lutas das mulheres do MST não contemplavam os desdobramentos das questões relacionadas à dominação masculina e seus reflexos nas relações familiares.

A família é compreendida a partir de uma visão harmônica e unitária, a partir da premissa de que o que é bom para todos os membros da família, é bom também para a mulher, e que ao beneficiar o chefe de família, todos os membros seriam beneficiados. [...] Essa visão harmônica da família aos poucos vem sendo questionada pelas mulheres que se organizam em lutas e movimentos específicos, a partir das contribuições de uma leitura feminista (SCHWENDLER, 2017, p. 155).

Seguindo o raciocínio da autora, significa dizer que as relações familiares não são tão harmônicas assim e tampouco a luta de classes e o socialismo dariam conta das questões de dominação masculina e de subordinação da mulher. Consideramos que a herança do patriarcado moderno, que reproduz as relações androcêntricas com

elementos do patriarcado tradicional, é anterior ao capitalismo e poderá também ser posterior a ele, conforme nos coloca Ricardo Antunes, em sua obra “Os sentidos do trabalho”, quando afirma que:

[...] a luta das mulheres por sua emancipação é também – e decisivamente – uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina. Nesse domínio, a luta feminista emancipatória é pré-capitalista, encontra vigência sob o domínio do capital; será também pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classes não significa direta e imediatamente o fim da opressão de gênero (1999, p. 110).

A luta das mulheres do MST pelo fim das assimetrias de gênero está de mãos dadas com a da luta de classes. Contudo, somente a luta de classes pode não dar conta de acabar com a opressão de gênero. Daí decorre a expressão “Sem feminismo não há socialismo”. A Via Campesina teve um importante papel na introdução do debate sobre a questão do feminismo dentro dos movimentos camponeses, no caso específico do MST. As mulheres camponesas passaram a se identificar como feministas. Com essas reflexões, ocorreu um avanço na compreensão de que somente a luta de classe não dá conta da questão de gênero, mas que são lutas complementares. Assim, se configura uma luta contra o sistema patriarcal e contra o capitalismo. Como afirma Schwendler (2017, p. 160),

Esse “feminismo camponês e popular” que tem suas raízes nos movimentos sociais populares, especialmente os do campo, está relacionado à luta de classes e à ação política das mulheres. Seu foco principal está na luta pela vida, pela emancipação humana, contra o sistema patriarcal e capitalista (SCHWENDLER, 2012 *apud* SCHWENDLER, 2017, p. 160).

Nós não daremos conta de aprofundar o tema de gênero¹³ e das teorias feministas porque não é nosso foco central. Mas compartilhamos da ideia de que as lutas feministas são de suma importância para a desconstrução das bases da centralidade da autoridade paterna e dominação masculina. Quanto mais avanços e conquistas na luta contra a assimetria de gênero, maior a possibilidade de diálogo

¹³ Como mencionamos, não daremos conta de expandir a discussão em torno da categoria gênero e teorias feministas. Para estudos posteriores, sugerimos as obras: LOPES, L. A. e ZARZAR, A. B. *Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008. LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, 2014, SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia: Transformando o Campo, as Florestas e as Pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015, dentre outras.

familiar, possibilitando aos jovens espaços de construção de sua autonomia e participação. Quanto maior a democratização do poder, a partir da qual todas as vozes da família são ouvidas, mais espaços poderão ser construídos para a juventude.

Nesse processo longo e desafiador, identificamos em nossa pesquisa algumas manifestações de maior diálogo familiar, decorrentes de um “afrouxamento” da hierarquia e centralidade masculina. Assim, como em nossa pesquisa empírica identificamos manifestações fortes de relações patriarcais, também identificamos que existe um movimento que aponta para relações de aproximação de gerações e afrouxamento das relações patriarcais. Um novo *habitus* vai aparecendo. Isso tem sido um dos pilares para o jovem em relação à sua autonomia: fazer suas escolhas e seus planos em relação ao plantio, conquista da DAP e ter seu próprio dinheiro.

Eu tenho meu cantinho que eu planto o que quero. Eu tenho minhas verduras sozinha e tenho as verduras que eu trabalho junto com a mãe. Às vezes eu troco dia de serviço com a mãe, ou com o pai e ali eles me ajudam. Daí por conta de que tem coisa que a gente não consegue fazer sozinho, né. [...] Eu tenho meus morangos, eu tenho minhas verduras, tenho meu projeto. Eles sempre me incentivaram mesmo quando eu não tinha nada no meu nome, por causa de ser de menor de idade, com 16 anos ele me emanciparam pra eu ter meu próprio projeto e meu dinheiro mesmo (JOVEM ASSENTADA MST, 21 anos, 2020).

No caso específico dessa jovem agroecológica, ficou muito nítido que esta abertura e fomento da autonomia é resultado de uma visão de mundo que a mãe tem a respeito da necessidade de possibilitar aos filhos, desde cedo, o acesso aos frutos do próprio trabalho. A mãe, emocionada, relatou que seu pai nunca deixou que estudasse, dizendo que mulher não precisava estudar. Ela nunca aceitou o fato de que meninas devem brincar com bonecas e vestir rosa e meninos brincar com bola e vestir azul como certo padrão cultural reforça, ainda hoje. A partir da sua experiência de vida de dominação paterna, ela aponta para uma outra direção e proporciona à filha a construção de sua independência financeira.

Quando a minha filha falava, aí eu não tenho meu dinheiro, então eu disse então você vai ter. Nós vamo prantá tal pedaço lá que aquilo vai ser de as meia e aquele você vai ter seu dinheiro e você pode fazê o que quisé. E daí ela sempre cobrava e dizia, aí, porque não tenho isso, eu só trabalho. Peguemo uma estufa de morango e coloquei com ela (MÃE DE JOVEM ASSENTADA MST, 2020).

Quando o jovem se sente envolvido num processo em que tem espaço para ser ouvido e pode tomar suas próprias decisões e com mais liberdade para gerir sua vida, consegue vislumbrar seu futuro no campo. Isso não significa dizer que as relações deixaram de ser assimétricas, mas existe um movimento, uma abertura para perceber e viver de outro modo, que emerge principalmente das mulheres dentro do MST com repercussão dentro da família. Em se tratando da autonomia dos jovens, seja ela econômica ou de poder de decisão, confirmam-se os primeiros passos nessa direção, o que nos leva a afirmar que a agroecologia, além de ser uma prática agrícola ecológica, abarca outras lutas, dentre elas a questão de gênero que, por sua vez, repercute também na liberdade, nas escolhas e na autonomia dos jovens.

Ele falou (o sogro) se vocês plantarem o dinheiro fica com vocês. Isso tá bem claro aqui. Sabe isso aqui ficou bem claro, que a horta ficou pra nós, tira o nosso sustento dali. A gente tá tentando guardar dinheiro pra comprar um lote pra tentar fazer uma DAPI e acho que essa parte de lucro tá bem claro que como leite dá um bom retorno, a horta fica conosco. (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

Esse movimento familiar, por parte da figura paterna e emancipação materna, de diálogo e de criação de espaço para o desenvolvimento do próprio projeto, motiva o jovem a dar continuidade às atividades e permanecer no campo. Por mais adversas que possam ser outras questões, como não ter a DAP, a possibilidade de ter responsabilidade e confiança, assim como o retorno financeiro de seu trabalho, a família impulsiona o jovem a olhar para frente.

Os meus pais, tipo, conseguiram me mostrar que além de ter fartura saúde, você consegue ainda ter uma boa renda com a agricultura. [...] e como eu tenho bastante interesse em ajudar, os meus pais cederam uma parte da horta onde eu cultivo e tenho a minha renda. Minha maior atividade é na horta, como nós produzimos muitas variedades sempre tem carpida ou estamos mudando alguma coisa. No final de semana eu gosto de fazer trilha eu ando de moto nas trilhas. A minha moto eu comprei com o meu dinheiro, que eu trabalho e tenho a minha renda. (JOVEM ASSENTADO MST, 16 anos, 2020).

A autonomia financeira que o jovem consegue construir a partir dos acordos familiares também possibilita ao jovem pensar formas de lazer segundo sua preferência e gosto. Isso, muitas vezes, pode ser um desafio para os camponeses pela influência externa de lazer urbano e uma das demandas reprimidas dos jovens. “Acho que tem vários fatores sociais que ficam dizendo que o campo não é lugar pra

jovem porque o campo não tem possibilidade de lazer. Uma das coisas é isso” (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020). Quando o jovem encontra alternativas em seu espaço de vida, possibilita o fortalecimento de sua conexão com o lugar. A oportunidade de ter acesso ao fruto de seu trabalho também permite ao jovem fazer planos como, por exemplo, dar continuidade aos estudos.

[...] se eu não tivesse investido, trabalhado junto com o pai, se não tivesse esse dinheiro que hoje eu tenho. Talvez eu não tinha condições de investir em nenhum projeto mais, talvez tinha que buscar trabalho fora da propriedade, talvez não tinha como estar estudando integralmente. Seria mais complicado talvez. Eu trabalho aqui e mesmo trabalhando pouco eu consigo tirar um pouquinho ne, ganha um pouco pra tenta me ajudar na faculdade, vai me ajudar para ir e voltar todo dia [...]. Tem que ter esforço né, senão não é fácil (JOVEM ACAMPADO MST, 20 anos, 2020).

Um aspecto relevante que não podemos ignorar é o universo heterogêneo dos jovens pesquisados. Os que vivem na condição de acampados, além da insegurança em relação à legalização da posse da terra em que vivem suas famílias e demais integrantes, estão privados de acesso a crédito e condições razoáveis de infraestrutura. As famílias dos jovens assentados apresentam uma estrutura material mais favorável, maior estabilidade, o que também influencia nas expectativas dos jovens e na possibilidade de ter maior autonomia financeira e auxílio dos pais. Além disso, a confiança depositada no jovem e na sua capacidade também é um fator importante, bem como a educação formal e informal que lhe proporcionam uma nova visão de mundo.

Eu fui educada de uma forma diferente. Eu tenho uma visão totalmente diferente da maioria dos jovens. Mas eu acho que por eu ter mais oportunidade que querendo ou não meus pais me proporcionaram e proporcionam oportunidade. Talvez não seja o problema só o jovem, o pai dar mais abertura de oportunidade mais confiança no jovem. Acho que seria isso porque ele acha que lá fora vai ser mais fácil do que a aqui. O pai não deixa sair, o pai não deixa fazer nada ne. Meus pais sempre, é que assim nós trabalha na base da confiança, principalmente questão de sai e tudo. Eu fiz minha carteira, meus pais ajudaram a pagar metade da carteira. O carro dei uma parte de dinheiro que eu tinha, eles me ajudaram a pagar o resto ne (JOVEM ASSENTADA MST, 21 anos, 2020).

Mesmo tendo identificado, por meio da pesquisa, a existência de experiências que dão os primeiros passos rumo a uma relação de descentralização do poder e espaços que possibilitem ao jovem a autonomia, podemos dizer que há um longo

caminho a percorrer. A ausência de autonomia do jovem decorrente das relações patriarcais constitui-se num dos aspectos que podem colocar o jovem numa situação desconfortável e desanimadora, levando-o a questionar a sua permanência no campo.

Além da falta de autonomia financeira que não permite você decidir o que você quer comprar e o que você não quer, mas eu acho que a primeira coisa que pesa é essa questão social de dizer que o campo não é lugar para jovem, porque vê o campo como um lugar do jeca, atrasado ainda, da pessoa atrasada. Então isso interfere na hora da decisão do jovem ficar e permanecer. Acho que é essa a primeira coisa e aí sim autonomia financeira é uma razão muito forte porque a partir do momento que você também não tem essa autonomia você também não pode conhecer outros lugares, não pode pensar, planejar seu próprio espaço, a sua casa, o seu espaço, o que que você precisa pra que aquele ambiente fique melhor pra você inclusive viver e essa questão familiar eu acho que pra além da autonomia financeira. (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

As cidades são apresentadas, de acordo com Brumer (2007), como referência pela oferta de trabalho, pela possibilidade de dar continuidade aos estudos e pelos fatores de “atração” e de “expulsão” que levam o jovem a buscar outros caminhos. O jovem se sente atraído pela cidade, muitas vezes, em decorrência das limitações vivenciadas no seu cotidiano porque, segundo nossa tese, as relações familiares patriarcais ainda se fazem presentes. “Eu vejo nos meus amigos a falta de oportunidade dada pelos pais. Não tem muito o que fazer em casa e tem outros que estão em busca de emprego” (JOVEM ASSENTADO, MST, 16 anos, 2020).

Soma-se a isso também a fragilidade das políticas públicas destinadas aos jovens camponeses. A saída do jovem do campo não necessariamente está associada ao fato de não gostar de seu lugar, de sua comunidade, de seu espaço de vida. Como afirma Stropasolas (2006), para muitos que migraram para as cidades, a referência continua sendo o campo. São as circunstâncias desfavoráveis que levam o jovem a migrar.

Aqui dentro do assentamento [...] tem bastante gente que foi pra cidade, já se arrependeu, quer voltar e não dá certo de volta. Que nem tem pessoas que tinham tudo pra tocar. Preferiram fazer atividade pros outros do que tocar a própria propriedade. Não sei se era preguiça, ou o que. Mas aqui em casa a gente se acerta super de boa nisso (JOVEM ASSENTADO MST, 21 anos, 2020).

A questão da autonomia financeira é algo que tem peso e significado para os jovens. A partir do momento que ele tem acesso ao fruto de seu trabalho e liberdade para gerir seu próprio recurso e sua vida, isso o motiva. Mas o contrário disso gera nele um desejo de buscar alternativas e a cidade se torna, mesmo sem muito êxito, o seu referencial. “O econômico mexe com o jovem na área rural. Ah! Lá na cidade o meu primo tem a mesma idade que eu e tem um carro, tem uma casa, tem uma moto, tem tudo isso né. Ele se reflete muito nisso né” (JOVEM ACAMPADO MST, 30 anos, 2020). Essa realidade assola a juventude rural, em sua heterogeneidade, não somente no Brasil.

A nossa pesquisa com os jovens camponeses agroecológicos do MST aponta que ainda existem questões impactantes para os jovens decorrentes dos resquícios patriarcais existentes na sociedade e em suas relações familiares. Todavia, o fato de estarem inseridos no projeto agroecológico do MST torna-os mais receptivos à percepção das contradições do próprio sistema capitalista e patriarcal e seus desdobramentos. Possuem uma conexão com a natureza e, apesar das limitações e dificuldades do acesso a sua própria terra e dos desafios relacionados à sua autonomia, apresentam-se nesse caminho reconhecendo sua relevância como geração na construção da agroecologia. A proposta agroecológica, que no MST abriga também outras lutas, dentre elas, a equidade de gênero, vem sinalizando o “afrouxamento” da hierarquia e da centralidade patriarcal. Mesmo que ainda frágeis e pontuais, apontam para um reordenamento familiar e para a democratização do poder, que repercute positivamente não somente na vida e nas escolhas dos jovens, mas também da família como um todo. Nesse sentido, compartilhamos com a concepção de que o *habitus* não é imutável e sim sujeito à mudança e à transformação, a partir de novos elementos que se inserem no campo das relações sociais.

Habitus não é destino. *Habitus* é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente, ora inconsciente. *Habitus* como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas (SETTON, 2002, p. 61).

Podemos afirmar que a juventude agroecológica do MST tem o potencial da inovação e mudança, mas ela não dá conta sozinha, pois a matriz patriarcal ainda tem muita força e, para transpô-la, é preciso envolvimento do conjunto da sociedade. A

construção do projeto agroecológico do MST envolve uma teia de relações e lutas que se somam. Isso sem perder de vista a ideia de Pateman (1993) de que existe um contrato social baseado no contrato sexual, que preserva elementos patriarcais e se apresenta na sociedade civil, na estrutura de suas instituições e que pede mudanças numa escala maior, ou seja, um novo contrato. Assim, o projeto agroecológico do MST toma a forma de um movimento social que mobiliza atores, no qual se inserem os jovens, comprometidos com mudanças sociais, culturais e ambientais, isto é, em constante movimento e aprendizado.

Por fim, para concluir este capítulo, queremos chamar a atenção para a possibilidade de fazer um contraponto em relação à estrutura/ação na perspectiva do *habitus* de Bourdieu. Na sua obra “A Miséria do Mundo” (BOURDIEU, 2008), ele se apresenta mais flexível em relação a isso, colocando em evidência as experiências dos sujeitos. Compartilhamos da ideia de Setton (2002) de que o *habitus* não é destino, mas uma matriz cultural e, por sua vez, pode sofrer mudanças, porque a cultura é dinâmica e não estática. Nesse sentido, existe a possibilidade de mudanças na estrutura, decorrentes de um novo *habitus*, produzido pela ação e pelo aprendizado dos agentes. Como mencionamos na análise desse item, mesmo que muito lentas, existem sinalizações para um afrouxamento das relações patriarcais nas experiências de alguns jovens entrevistados. Isso reflete a existência de movimento e de mudança, decorrentes de aprendizados que se deram de múltiplas formas, dentro dos espaços de convivência e de formação formal e informal no MST.

Nesse sentido, o filósofo John Dewey joga luzes para as experiências, as rotinas e a mudança constante, pois nada é inalterável, em um ritmo que requer renovação de hábitos, comportamentos e modo de pensar. Isso levaria ao enriquecimento contínuo da experiência humana. Dewey influenciou muito o pensamento educacional renovador no Brasil, nas décadas de 1930 a 1960, e sua tese é de que a educação deve repercutir em mudanças sociais. Assim, a educação se dá na perspectiva da ideia de mudança, de transformação e de movimento. A concepção deweyana (CUNHA, 2001) se volta para um mundo em constante mudança, onde o conhecimento ocorre associado à prática, um saber que nasce da experiência como caminho para resolver as questões humanas. A educação e a vida seria o *locus* ideal para as mudanças, transformações e a formação de atitudes, em

que a situação e o agente são modificados. Como apresenta Anísio Teixeira¹⁴, quando se refere à Pedagogia de Dewey:

Ora, se a vida não é mais que um tecido de experiências de toda sorte, se não podemos viver sem estar constantemente sofrendo e fazendo experiências, é que a vida é toda ela uma aprendizagem. Vida, experiência, aprendizagem – não se podem separar. Simultaneamente vivemos, experimentamos e aprendemos (WESTBROOK, R. B. & TEIXEIRA, 2010, p. 34).

Assim, mudanças de rotinas e práticas estão ligadas à noção de experiência que, por sua vez, traduzem-se em aprendizado. Isso se dá por meio de um movimento em constante progressão, numa dinâmica coletiva com o potencial de disseminação, em uma sociedade em constante transformação. A educação é uma das possibilidades de efetivar essas mudanças. Essa premissa perpassa a concepção de educação que vem sendo construída no MST.

¹⁴ Anísio Teixeira (1900-1971) fez parte do Movimento denominado Escola Nova no Brasil e foi um dos primeiros e mais enfático autor a mencionar John Dewey aqui no país. O patrono da educação no Brasil, Paulo Freire (1921-1997), da Escola Crítica também teve influência do pensamento de Dewey. A metodologia de Paulo Freire tem grande influência na concepção de educação do MST, em que teoria e prática andam juntas.

4 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO AGROECOLÓGICO DO MST NA PERSPECTIVA DOS JOVENS CAMPONESES: UMA ALTERNATIVA PARA FICAR NO CAMPO

Neste capítulo, abordamos as questões relacionadas aos jovens na sua inserção no projeto agroecológico no MST, que abrange a prática da agroecologia, seus desafios e sua participação nas jornadas agroecológicas. Nossa categoria teórico-metodológica utilizada para fazer a leitura das experiências e percepções dos jovens envolvidos nesse processo é a Ecologia Política, em seu desdobramento na construção de uma racionalidade ambiental e uma dimensão política, apresentada por Enrique Leff. Nesse sentido, situamos a percepção dos jovens em relação ao MST, às Jornadas de Agroecologia e às suas experiências cotidianas no processo de construção como sujeitos agroecológicos e a algumas lideranças do MST.

4.1 O MST COMO UM MOVIMENTO SOCIAL ECOLÓGICO

A geração de jovens camponeses agroecológicos inseridos no MST, como abordamos nos capítulos anteriores, apresenta-se como um importante agente de transformação e consolidação do projeto agroecológico em construção, em suas interfaces. As questões apontadas no capítulo anterior, em relação ao desafio de construção de sua autonomia, frente às relações patriarcais, sinalizam para essa possibilidade, devido a um campo de reflexão/ação que vem sendo construído dentro do MST. Não se trata de um processo isolado, mas que se dá a partir de uma proposta coletiva de democratização da terra; da construção da agroecologia como prática agrícola de respeito à natureza, seus ecossistemas e todas as formas de vida; da produção de alimentos limpos, sem agrotóxicos; das relações de igualdade de gênero etc. Como afirma Altieri (2012) a agroecologia no final dos anos 1990 foi sendo incorporada pelos movimentos de camponeses, como uma bandeira estratégica de desenvolvimento e soberania alimentar.

No universo dos jovens entrevistados, mesmo sendo uma geração que não participou efetivamente de muitas lutas dos protagonistas e cresceu num contexto de consolidação do MST, identificamos a existência de uma relação de afeto, reconhecimento e identidade em relação ao MST. Alguns depoimentos se

destacaram, inclusive emocionados, quando indagados sobre o que significava o Movimento.

[Encheu os olhos d'água] Ah! Nossa que pergunta... o MST vamos dizer assim é uma coisa assim, uma luta de milhares de pessoas assim que não tenho assim muitas palavras pra expressar o que você sente. É uma luta que você tá ali tem pessoas que te ensina e é uma forma de você ter um lugar que as vezes você não tem (JOVEM ASSENTADA MST, 21 anos, 2020).

O Movimento é compreendido como uma referência de vida que, por meio da organização, luta e participação, possibilita o acesso à terra e a criação de uma identidade emancipatória. Zask (2011, p.11), filósofa francesa, em sua obra “Participar” trata a participação sob a seguinte perspectiva “Proponho um inventário dos tipos de participação que asseguram aos indivíduos a realização plena de suas individualidades (...) São três: ser partícipe, contribuir em uma parte, receber uma parte”. Por meio da organização como movimento social, e da participação confirma-se a possibilidade de ter um lugar, um espaço de vida, participar e construir uma história, que se mescla com a história do Movimento.

O MST significa a minha história. Se a natureza significa minha vida, o MST significa minha história e também foi o MST que me proporcionou a vida que eu tenho. Na verdade, tudo o que eu sou, tudo o que eu aprendo tem a ver com o MST. Toda a minha trajetória histórica, desde o dia que eu nasci que foi dentro que eu fui produzida dentro de um acampamento do MST que teve em 1999 e eu nasci e vim para cá e tudo o que eu fui aprendendo sobre o ser humano, a coletividade, sobre o desenvolvimento da vida, sobre o conhecer, o aprendizado, o conhecimento, tudo foi pelo MST, até hoje porque eu tô estudando pelo MST. Eu tenho uma casa por causa dessa organização que é o MST. Tenho uma casa, um lote, o conhecimento sobre agroecologia, tive acesso à arte por causa do MST. Então é minha trajetória histórica. Não consigo dizer que não teve nenhum momento da minha vida que não foi pelo MST, que eu não estive dentro, até porque eu não vivo muito fora. A maior parte das coisas que eu vivo são dentro dos encontros, dos assentamentos e acampamentos então essa é minha história. E pretendo que continue sendo. Não pretendo me desvincular do MST em momento algum. (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

A trajetória de vida se entrelaça com a do Movimento, que se apresenta como o “porto seguro”, que se faz presente em diferentes etapas da vida do jovem. Quanto mais engajados com as lutas, maior a identificação. Contudo, não significa dizer que isso se estende a todos os jovens dentro do Movimento. Falamos aqui de um grupo “seleto” de jovens que, pelo fato de ser agroecológico, reflete uma sintonia maior com

as questões relacionadas ao projeto do MST. Como já mencionamos no capítulo três, há uma dinâmica no Movimento que impulsiona os jovens a buscar e aprimorar a formação e o conhecimento.

O MST... eita que seria de nós sem ele (risos). Que nem eu te falei se não fosse ele provavelmente eu teria migrado pra cidade e tava tabalhandinho lá e pronto né. Foi ele que me proporcionou primeiro ter a possibilidade de ter terra, ter produção, modo de vive no campo né. Segundo foi pelo movimento que proporciono os estudo ne, o conhecimento, a formação que tenho hoje, tecnólogo em agroecologia, foi pelo movimento. Então ele não abre só um tipo de porta. Se quiser seguir pra frente vão te abrindo porta. Se não fosse ele hoje, que nem te falei, uma família que tinha 3 alqueires de terra pra dividir com 11 irmão ne, que vai acontecer? Eles vão trabalhar na cidade. Então acho que o movimento me proporcionou isso, a continuar no campo, me dando estudo, me dando conhecimento pra mim tá aqui hoje. E esse conhecimento que tô vivendo hoje aqui, mais tarde se eu tiver um filho, vou passar para ele (JOVEM ASSENTADO MST, 24 anos, 2020).

O acesso à terra e sua democratização por meio da reforma agrária têm sido resultado de luta dos movimentos sociais do campo no Brasil. Por meio de sua organização, mobilidade e reivindicação social esses movimentos vêm forjando uma ação frente à histórica concentração fundiária brasileira. A trajetória do MST, desde sua criação, em 1984, tem como uma das principais bandeiras a luta pela democratização da terra, frente a um Brasil com estruturas agrárias historicamente baseadas no latifúndio e hoje com foco no agronegócio. Essa luta (CARTER, 2010) constitui-se numa expressão de combate às desigualdades sociais históricas ainda existentes. Isso se confirma na percepção dos jovens agroecológicos pela possibilidade das novas perspectivas de vida, criadas a partir do acesso à terra. “[...] O MST é um movimento que eu acho bastante importante no Brasil inteiro, em uma luta, uma causa justa assim [...] pessoas que não tinham nada, a ter um pedacinho de terra” (JOVEM ACAMPADO MST, 30 anos, 2020). “[...] foi através dele que nós temos um pedaço de chão”. (JOVEM ASSENTADO MST, 24 anos, 2020). “Significa muita luta, direitos iguais, direito do humano de você poder ir e vir e plantar sem você ser agredido por isso” (JOVEM ACAMPADA MST, 30 anos, 2020). Apesar das limitações de acesso ao próprio lote, enfrentadas pelos jovens, ou seja, da dificuldade de conseguir uma DAP que, institucionalmente, limita-se principalmente à figura paterna, o acesso à terra traduz-se para a família como um sinônimo de vida, um espaço para morar, produzir e viver e que dinamiza o rural.

A organização do MST como movimento social foi consolidando-se a partir das lacunas históricas deixadas pelo Estado em relação às contradições no campo e sua negligência, relativas “às ninguendades” (RIBEIRO, 1995), aos “invisíveis”, como uma síntese de todas as lutas camponesas que o antecederam. Para além da conquista da terra, o Movimento tem assumido também um papel político e passa a questionar o modelo de desenvolvimento vigente, baseado na modernização técnica, representada principalmente pelo agronegócio, com uma lógica produtivista, rentista e agressiva ao meio ambiente. Como afirma Medeiros (2009, p. 7), “[...] as dimensões programáticas do MST mostram que elas apontam para uma revalorização do campo, por um lado, e para uma mudança de ‘modelo de desenvolvimento’, por outro”. A crítica à modernização técnica, inclusive pela sua negligência em relação à questão ambiental, remete à mudança de seu referencial, dando início ao processo de transição para a ecologização das suas práticas agrícolas.

Como já mencionado, em 2000, uma das decisões do 4º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, foi a inclusão da Agroecologia em seu projeto político. Isso num contexto em que ganhava força, no Brasil, a discussão e expansão dos OGMs (Organismos Geneticamente Modificados). Diante desse quadro, intensificou-se a crítica do MST em relação ao modelo de agricultura moderna técnica, focada na produtividade, na exportação e sem critérios de ordem ambiental. Mas também o Movimento faz uma autocrítica em relação às práticas produtivas desenvolvidas nos assentamentos, baseadas na modernização da agricultura, com o uso de insumos químicos e agrotóxicos. O desafio que se colocava era pensar a prática de uma outra proposta de agricultura que fosse mais ecológica (VALADÃO, 2012).

Desde então, o Movimento vem investindo em ações formativas, de qualificação, Jornadas de Agroecologia que acontecem anualmente no Estado do Paraná e na Bahia, alinhadas à perspectiva de agricultura agroecológica (MST, 2010). O projeto de transição da agroecologia no MST expandiu sua pauta de lutas, incluindo, além da luta pela terra, uma terra livre de agrotóxicos e transgênicos, com a produção de alimentos saudáveis, bem como a segurança alimentar, somada às questões da equidade de gênero. Nesse sentido, enquanto movimento social, vai tecendo uma crítica à racionalidade capitalista (LEFF, 2015), baseada na racionalidade científica e tecnológica que tem predominado na sociedade moderna e contemporânea. Uma racionalidade ambiental já se faz presente, na qual novos atores vão potencializando

as mudanças, por meio de novos valores, critérios e estratégias, sob uma perspectiva mais ambiental e não exclusivamente econômica.

Esse processo é lento e não há homogeneidade em torno dessa questão no universo dos camponeses integrantes do MST. Diríamos que os que mais se aproximam dessa percepção são as famílias e os jovens que estão no processo agroecológico. E mesmo assim, como nossa pesquisa apontou, nem todos conseguiram eliminar as práticas convencionais dos insumos químicos em seu lote ou adequar rigorosamente sua prática agrícola nos parâmetros técnicos da agroecologia, mas da agricultura orgânica. Contudo, já despontam algumas mudanças significativas.

A retomada de saberes e práticas tradicionais que foram ofuscados pela racionalidade capitalista (LEFF, 2016), tecnológica e produtivista dá uma outra direção para o modo de produzir e pensar a vida. Isso vem se fazendo muito presente no hemisfério sul, pela organização dos camponeses, povos tradicionais que têm sido por séculos alvo de processos de colonização, dominação e imposição de um modelo de vida e sociedade destoantes de suas reais necessidades e cultura. A Ecologia Política

[...] explora assim as relações de poder entre sociedade e natureza que tem penetrado os espaços do interesse social, desordens institucionais instituídas na Modernidade, os modos de conhecimento e de produção, os imaginários que se entrecem nos mundos de vida das pessoas. É o campo em que se desenvolvem as estratégias de poder para desconstruir a racionalidade moderna insustentável e mobilizar ações sociais no mundo globalizado para a construção de um futuro sustentável no entrelaçamento da natureza e cultura, na rearticulação do material e o simbólico (LEFF, 2016, p. 220).

Nesse sentido, a submissão a um modelo dominante, mesmo com muitas dificuldades, vai dando espaço à emancipação pela potencialidade da resistência e do enfrentamento, muito presente nos movimentos sociais, não somente no MST, em construir estratégias de reapropriação de territórios, de patrimônio cultural e ecológico. “A ecologia política se ocupa das lutas sociais e das estratégias de poder em torno da apropriação da natureza” (LEFF, 2015, p. 227). Nessa ótica, um aspecto relevante é a possibilidade de os povos, as gentes e as comunidades manterem a sua conexão com seu lugar e seu território, respeitando seus limites e cultura, livres do jugo impostor do modelo de exploração tecnocapitalista em relação à natureza e às pessoas.

A concepção de agroecologia que vem sendo construída no MST vem trilhando esse caminho e, mesmo com todas as limitações inerentes ao processo, move-se a partir de uma racionalidade ambiental em que os agentes se constroem e são construídos. Um dos movimentos importantes, nesse sentido, é a conexão com a vida, com as pessoas, com a natureza e seus recursos e com a terra. É um elo que os povos tradicionais e os camponeses preservam com mais intensidade e que identificamos também nos jovens entrevistados.

A terra significa a vida, a minha casa, meu lar. Eu não conseguiria viver num espaço onde eu não conseguisse tocar meu pé na terra, porque essa é minha primeira fonte de energia. Então a terra, a água, dentro dos rios, dos mares, as árvores, o ar. Esse espaço é a minha vida. [...] a terra é meu primeiro, o chão onde eu piso, meu primeiro lar assim. Acredito que não tem como a gente ir pra uma outra sociedade socialista se a gente não aprender a cuidar da nossa terra da nossa vida, do nosso lar, porque não existe você se transformar num novo ser humano sem você compreender seu corpo, sem compreender seu corpo na natureza, sem compreender o corpo da natureza, da terra (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

O reconhecimento de si mesmo como parte integrante da natureza sinaliza para a existência de uma outra racionalidade que se faz presente. Um dos fatores (ACOSTA, 2016) que tem contribuído para a ruptura do elo de conexão que se tinha com a natureza encontra sua base nos princípios da ciência moderna, principalmente no pensamento de Francis Bacon e de Rene Descartes. O pensamento predominante do racionalismo e do mecanicismo fomentaram a ideia de submissão, domínio e exploração da natureza, não reconhecendo o homem como parte integrante dela. Esse pensamento se traduz na racionalidade econômica capitalista, baseada na destruição ecológica e degradação ambiental. A dominação e a exploração da natureza também serão estendidas às pessoas na lógica capitalista. A experiência da agroecologia vivenciada pelos jovens aponta para uma outra direção, na qual o elo de conexão com a natureza vai sendo reconstruído ou preservado.

Hoje a natureza, a terra pra nós, representa tudo né [...]. E ter a terra não é só ter a terra pra plantar né, mas faz parte dela. Faz parte da construção de melhoria do ambiente tanto da terra, como de um todo dentro de um sistema né, que hoje a gente vem construindo um sistema agroflorestal, que é de melhorar o ambiente, você ter a terra cada vez mais fértil e ter toda essa parte organizativa de natureza com a agroecologia com o humano dentro dessa natureza (JOVEM ACAMPADO MST, 30 anos, 2020).

Como afirma Leff (2015, p. 229), “a construção da sustentabilidade implica a desconstrução de racionalidades. [...] A ecologia política confronta o domínio da racionalidade instaurada”. Esse é um desafio que o próprio MST encontra na trajetória de seu processo de transição para a agroecologia: a desconstrução da racionalidade moderna colonial e de destruição ambiental. Nesse sentido, as gerações mais jovens estão inseridas nesse movimento de mudança e construção da agroecologia dentro do MST. Os espaços construídos como, por exemplo, as Jornadas de Agroecologia, que acontecem anualmente, desde 2002 (exceto em 2020 e 2021, em função da *covid-19*), e a possibilidade de formação superior em agroecologia, desenvolvida na ELAA, contribuem para esse processo. A desconstrução da racionalidade capitalista tecnológica ocorre nas condições que se criam para o contato com outras experiências, como demonstra o depoimento de um jovem que fez curso de Agroecologia na ELLA. Sua família, que plantava fumo, migrou para a agroecologia e para um assentamento que, desde sua origem, esteve voltado para a prática agroecológica.

Então pra mim é uma mil maravilha isso daqui, que a gente tá vivendo dentro desse assentamento. Esse modelo de produção, esse modo que a gente produz e cultiva a terra. [...] Eu gosto muito, porque é muito diferente do que eu cresci. Eu cresci num modelo de produção onde era completamente diferente disso. A gente chega aqui e tem outro princípio. Lá a gente usava a terra sem essa preocupação de recuperação, sem essa parte [...] antes a gente só plantava, metia adubo químico e pronto. Aqui o cuidado que a gente tem de preparar a terra, faz a cobertura, ter palhada por cima ter a proteção pros micro-organismos que tem no solo, os nutrientes que mantem a vida no solo né. Então lá a gente não tinha esse cuidado, essa preocupação e aqui a gente já tem né (JOVEM ASSENTADO MST, 24 anos, 2020).

Dos quatro locais que realizamos a pesquisa, três deles foram criados a partir da proposta da agroecologia. Mesmo que não tenha ocorrido adesão total por parte dos integrantes dos assentamentos ou acampamentos, o contato com as experiências do cotidiano, na relação de cuidado com a terra e recursos naturais e cuidado com a vida na produção de alimentos limpos, contribui para a percepção da existência de uma racionalidade ambiental. Isso é processual e os jovens têm uma abertura maior para a compreensão de demandas atuais como a questão ambiental por fatores culturais, por exemplo. Diferentemente de seus pais, que vivenciaram a influência da Revolução Verde, hoje conseguem ter mais elementos para o entendimento dos

danos causados pela ação antrópica e de como as ações de hoje, em relação ao planeta, têm uma consequência a curto, médio e longo prazo.

A terra é importante, a natureza é importante e se não cuidar, daqui uns 50, 60 anos, os mais novos vão sofrer mais do que nós estamos sofrendo. Que nem essa mudança climática que já sentimos já tem um pouco essa destruição do homem que vem causando. Não é de agora. É de bastante tempo (JOVEM ACAMPADO MST, 20 anos, 2020).

Isso remete à percepção da necessidade de incorporar, na sociedade como um todo, outros valores ou uma racionalidade em que sejam inseridos valores ambientais. A humanidade vem sendo alertada pelas catástrofes naturais, mudanças climáticas, epidemias, como o caso da *covid-19*, em que os efeitos da ação humana em relação à natureza são desastrosos. Segundo Leff (2016), vivemos uma crise ambiental, uma crise civilizatória, compreendida como uma crise decorrente do modo como o conhecimento segregou a existência humana da natureza. O progresso, ou seja, o crescimento produzido pela racionalidade econômica destruiu a natureza e dominou povos e seus territórios. Neste contexto,

[...] a ecologia política explora as estratégias de poder no saber que atravessam os paradigmas científicos, os interesses individuais, os imaginários sociais e os projetos coletivos que tecem os mundos de vida das pessoas no mundo globalizado; com imaginação sociológica, vislumbra novas estratégias de poder capazes de desconstruir a racionalidade moderna insustentável e mobilizar a ação social para a construção de um futuro sustentável (LEFF, 2016, p. 236).

Nesse sentido, o MST, enquanto um movimento social, vem se encaminhando para a construção de um “futuro sustentável” em razão de sua opção, em 2000, pela transição agroecológica. Mesmo que seja um processo muito complexo e com limitações, vêm sendo construídas estratégias que remetem a um novo conhecer e fazer. No seu aspecto técnico, a prática da agroecologia é de enfrentamento ao modelo dominante de produção, de um paradigma científico à base de agrotóxico, insumos químicos, destruição dos ecossistemas, poluição do solo e lençóis freáticos e envenenamento de produtos e pessoas.

[...] Eu não vejo outro Movimento no Brasil que tem a possibilidade de fazer o que o MST tá fazendo, debatendo a agroecologia, de pensar outro modelo de assentamento, outra relação da vida no campo, nas relações sociais das

peessoas internamente nos assentamentos. [...] Tanto que eu faço parte porque eu acredito nisso. Se a gente não acredita numa coisa que a gente vive, não tem nem porque fazer, né, se somar a essa luta e fazer o esforço de fazer uma coisa diferente. E o acampamento é isso, uma área que era pecuária, hoje são 20 famílias que vivem em cima. Não são lotes individuais, parcelados. É livre de agrotóxico, livre de transgênico, uma área totalmente livre de uma ação que gera danos ambientais e danos à saúde das pessoas, tanto as pessoas que vivem aqui como as que consomem esses alimentos, E contribui pra regeneração do bioma. Hoje a água do rio, você pode tomar banho e pode tomar a água desse rio. Então é uma coisa que contribui pra toda sociedade. O Movimento contribui com todo o processo da sociedade, tanto nos cuidados da natureza quanto na vida (LIDERANÇA ACAMPAMENTO MST, 2020).

Um novo paradigma vem se desenhando no MST, com a opção pela agroecologia. O Movimento se circunscreve numa luta planetária e, mesmo com fragilidades, dá sinal de que essa nova prática apresenta resultados concretos. A partir de sua filiação à Via Campesina (FERNANDES, 2010), em 1996, intensificou-se sua conexão com as lutas, em escala mundial, com outros movimentos camponeses da Ásia, da África, da América e da Europa. Dentre as lutas comuns, a luta pela soberania alimentar, reforma agrária e preservação da biodiversidade e dos recursos genéticos; pelas práticas agroecológicas; e pelo desenvolvimento com base na unidade familiar. Nesse universo é que os jovens se inserem com suas lutas e projetos e criam uma identidade com o movimento.

Eles se veem dentro disso né. Por isso que eles gostam, se identificam. Ser sem-terra não é pejorativo. Eu acho até engraçado as vezes as pessoas eles não são do MST, mas porque ser chamado de sem-terra, é uma coisa, ruim. Pra nós não. Nós é sem-terra e é tudo de bom. Nós convive bem, nós se gosta, nós se confraterniza. Nós se encontra e se reencontra. Isso é muito bom. Sem terra é sem-terra sempre. É uma identidade. Então pra nós ser sem-terra, é ser essa grande família que a gente é. Também é a proposta de outro modelo de sociedade, mais do que com o discurso, é com suas ações né. Por isso que eu considero a agroecologia uma ação revolucionária. Porque é um novo jeito de se fazer né, que não vai agredir a natureza, não vai agredir o ser humano que entra numa harmonia e que contrapõe o que tá posto, tem materializado isso, é objetivo. Não é uma ideia (LIDERANÇA JOVEM, MST, 2020).

Assim, o jovem agroecológico do MST faz parte de um projeto coletivo que se traduz na luta por uma sociedade baseada numa outra racionalidade, usando o termo de Leff, numa “racionalidade ambiental”. Isso numa teia de relações locais, nacionais e internacionais.

4.2 A AGROECOLOGIA COMO UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA EM CONSTRUÇÃO

No mundo, a trajetória da agricultura ecológica, ao longo de seu percurso histórico, tem sido marcada por conflitos e enfrentamentos. Muitos deles ainda se fazem presentes, como a preservação dos recursos naturais, a produção de alimentos limpos, os canais de comercialização específicos, as políticas públicas, entre outros. Brandenburg (2002) aponta para a existência de três momentos que marcaram o percurso da agricultura ecológica. O primeiro ocorreu pelo surgimento do contramovimento em relação à produção agrícola pautada pela Revolução Verde. A agricultura alternativa, em suas variadas denominações, tinha como foco o manejo dos recursos naturais de modo ecológico, numa relação de conexão entre o homem e a natureza. A natureza tem um significado para além do exploratório e econômico e define um estilo de vida e uma visão de mundo. Num segundo momento, já há a formação de uma identidade e um reconhecimento social em torno da questão ecológica. Ocorre o surgimento de vários grupos e organizações comerciais e proximidade com os consumidores. Um crescimento de organizações em forma de rede, preservando a diversidade e a autonomia local. No caso brasileiro, diferentemente de outros países, esses grupos mantiveram-se afastados das instituições governamentais, a fim de preservar seu caráter político contestatório. E, por fim, um terceiro momento, mediante a crise socioambiental e o reconhecimento dos graves riscos sociais decorrentes dela, a sociedade desperta para as questões ecológicas. Ocorre a institucionalização da agricultura ecológica, que passa a fazer parte da política de desenvolvimento dos órgãos governamentais. Com isso, a adaptação às normas dos produtos convencionais é exigida, como selo de certificação para a comercialização dos produtos, adequação de embalagens etc. São adotados os mesmos critérios usados para os produtos convencionais, de modo massificado, limitando à questão da produtividade e do lucro. Salvo as particularidades de cada país, continua sendo um desafio planetário a consolidação de uma agricultura ecológica, que se desenvolve num campo de lutas e interesses controversos.

O MST, em seu processo inicial de transição agroecológica, alia-se a outros movimentos ecológicos, como a Rede Ecovida e o sindicato dos trabalhadores rurais e agricultores familiares, que passam a defender e propor a agroecologia. Também teve influência de fatores externos, em razão dos questionamentos advindos da Via

Campesina e de seu posicionamento frente aos malefícios e estragos à natureza e à saúde dos camponeses, produzidos pelos agrotóxicos. Somadas a isso, há as questões internas, como a necessidade de revisar suas práticas agrícolas convencionais destruidoras e poluidoras da natureza. A guinada para um referencial agrícola ecológico colocou o MST numa escala planetária de luta e enfrentamento diante dos danos a todas as formas de vida. Inseriu-se numa proposta de produção de alimentos saudáveis, compromisso com a soberania alimentar e com a preservação ambiental.

A característica de “contramovimento” do MST se manifesta com sua opção pela agroecologia. Assume também a luta contra a herança da Revolução Verde pelo uso abusivo de agrotóxicos, insumos químicos e a transgenia em prol de um outro modelo agrícola – o ecológico –, com um outro jeito de produzir, viver e relacionar-se com a natureza.

Contudo, por mais que tenham se passado 20 anos de opção agroecológica, ainda persiste, dentro do Movimento, a luta entre o velho modelo de produção convencional, ainda expressivo nos assentamentos, principalmente nos mais antigos, e o novo modelo agroecológico, que se tornou a grande bandeira de luta. Como já mencionamos anteriormente, em três dos locais pesquisados, a proposta agroecológica vem sendo construída desde a sua criação: o assentamento da Lapa e os acampamentos de Antonina e Ponta Grossa. Desses, somente o acampamento de Antonina é todo agroecológico. O assentamento de Teixeira Soares (32 anos) teve sua origem com base na agricultura convencional e hoje tem adesão de um pequeno grupo de camponeses agroecológicos (10), o que demonstra a dificuldade de migrar de um modelo com raízes na agricultura convencional.

E nesse movimento entre o velho e o novo, o tornar-se agroecológico demarca uma visão de mundo e um estilo de vida que vai dando uma nova feição ao MST, no qual os jovens têm uma abertura maior a esse novo: “[...] as pessoas com mais idade se criaram naquele sistema que o pai deles ensinou. Chegou a Revolução Verde e aí eles aprenderam daquele jeito e tão até hoje” (JOVEM ASSENTADO MST, 24 anos, 2020). Os jovens foram estabelecendo contato com a agroecologia de diversos modos. Muitos deles já nasceram ou cresceram no contexto da agroecologia e das práticas de cuidado com a terra pelos seus pais ou avós, outros por meio dos cursos de agroecologia. “Quando nós viemo pra cá, tinha aquela discussão que tinha que ser

tudo agroecológico e nós não tinha noção do que era isso [...] eu fui fazer o curso e aí fui entender o que era agroecologia” (JOVEM ACAMPADA MST, 30 anos, 2020). “O contato com a agroecologia se deu pelo curso técnico em Palmeira. Foi lá que eu estudei e fiz o curso que durou 3 anos” (JOVEM ASSENTADA, MST, 19 anos, 2020). Como já mencionamos no capítulo três, o universo dos jovens pesquisados tem uma marca de busca por qualificação, que se deve a uma necessidade real de qualificação técnica, mas também ao “clima” de formação permanente que existe dentro do MST. Os tecnólogos em agroecologia compartilham o conhecimento com outros camponeses e contribuem para o processo de transição e consolidação da agroecologia, mediante um diálogo de saberes.

A agroecologia como prática agrícola favorece também a saúde dos camponeses e, nesse sentido, é uma opção por uma vida saudável, sem venenos. “Minha família trabalhava no convencional e vindo pro movimento era trabalhar com agroecologia [...] meus tios foram intoxicados com veneno. Então foi uma faísca no despertar de conhecer um outro modelo” (JOVEM ACAMPADO MST, 20 anos, 2020). O reconhecimento dos impactos ambientais (GUIVANT, 1995) causados pela agricultura convencional, como a deterioração dos solos, a contaminação das vertentes e dos lençóis freáticos e a destruição das florestas e ecossistemas somam-se aos danos à saúde pública, causados pelo uso dos insumos químicos. Esse aspecto é relevante no universo das motivações para a transição agroecológica, pois é uma cadeia produtiva limpa, sem malefícios à saúde, tanto dos camponeses quanto dos consumidores. Por ser uma mudança de prática agrícola, a transição para a agroecologia vai tomando diferentes formas e significados. Contudo, as mudanças tendem a ter um êxito maior quando há o envolvimento dos atores nesse processo do que uma resposta a uma exigência ou imposição externa.

O processo de construção do novo paradigma agrícola (MACHADO; FILHO, 2017) passa pela desconstrução de técnicas, conceitos e práticas do modelo convencional, isto é, do agronegócio. Existe toda uma construção midiática em torno da agricultura industrial, na perspectiva da Revolução Verde, que a considera com maior capacidade produtiva para alimentar o mundo. Livrar-se dessa ideologia, desconstruir o saber dominante, inclusive fomentado pela ciência, é um dos primeiros passos para construir um outro modelo agrícola. Essa realidade é vivenciada também nos assentamentos e acampamentos, de certa forma conflituosa, pois mesmo os que

surgiram com a proposta de consolidação da agroecologia não tiveram adesão de todos os integrantes. Identificamos, em nossa pesquisa, que em alguns lotes a produção agroecológica é parcial. Dependendo do cultivo, como do milho e do feijão, numa parte do lote se faz uso de insumos químicos, como o “mata-mato” ou adubo químico e, em outra, desenvolve-se a produção limpa.

Nesse cenário, situando a perspectiva dos jovens, como afirmamos anteriormente, muitos deles nasceram ou cresceram dentro do contexto de discussão e adesão da agroecologia pelo MST. Assim, apresentam maior flexibilidade, compreensão e abertura para a absorção desse novo modelo agrícola. Associado a isso, é uma geração que tem mais acesso à formação técnica, em função dos cursos de agroecologia, e ao conhecimento informal, promovidos pelo MST. As Jornadas Agroecológicas são também espaços democráticos de muito aprendizado, troca de saberes e têm tido a presença de muitos jovens. Assim, a geração de jovens vem sendo inserida num campo favorável para a apreensão e consolidação da agroecologia, bem como na crítica aos danos causados pela agricultura industrial e seus malefícios a toda forma de vida no planeta.

Mesmo com limitações e fragilidades, vem sendo construída uma outra racionalidade com um reposicionamento em relação à natureza e à vida e que se manifesta nos jovens pesquisados pela compreensão de que estão construindo em torno da agroecologia. “Agroecologia é um cuidar da terra [...] de um jeito diferente, porque você não vai passar um veneno nela, não vai debilitar a terra. Você tem todo um cuidado (JOVEM ASSENTADA MST, 21 anos, 2020). “A produção de alimento com conscientização. Eu acho que é justamente isso que a gente quer, a produção que o camponês precisa com a conscientização da preservação do meio ambiente” (JOVEM ASSENTADO MST, 24 anos, 2020).

A formação de uma consciência ecológica é um primeiro passo para romper a oposição entre homem e natureza. A ação humana de controle, domínio, exploração e destruição da natureza tem sido uma marca da ciência moderna. Isso se intensificou, principalmente, a partir da sociedade industrial, de risco, segundo Beck (2011), típica da modernização, onde cada vez mais forças destrutivas acabam sendo desencadeadas e naturalizadas. Nessa ótica, estamos vivenciando riscos reais e temos um futuro com ameaças projetadas, sentidos hoje pela pandemia de *covid-19*,

que está assolando o planeta inteiro. Já a perspectiva agroecológica procura navegar na contramão da sociedade de riscos.

[...] entendemos a **agroecologia** como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e o que é fundamental, básico, indispensável, **em qualquer escala**. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala (MACHADO; FILHO, 2017, p. 36).

Também não se pode desconsiderar que existe um forte apelo por parte das multinacionais, produtoras de agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes transgênicas e máquinas, que fomentam o tempo todo seu uso e apelam para narrativas de desconstrução da agroecologia como prática agrícola viável. Dentre as narrativas, temos a de que a agroecologia tem um custo maior para produzir, de que essa prática remete ao tempo da caverna, pelo uso da enxada; de que a produção agroecológica é menos produtiva, de que não produz para a humanidade. Isso não se confirma na prática, pois os dados¹⁵ demonstram o baixo custo da produção agroecológica e menor consumo de energia convencional. Isso sem contar que as multinacionais se apropriam, por meio de convênios com entidades públicas, das informações de seu banco de dados e interferem nas pesquisas. Inclusive nas universidades públicas, ocorrem parcerias com essas multinacionais, dispondo de seus espaços, pesquisadores e produção de conhecimento alinhados aos seus interesses (MACHADO; FILHO, 2017).

A agroecologia se situa num campo de forças e conflitos e tem uma conotação política. Vai para além da produção limpa “romantizada”. A sua proposta é de desconstrução e crítica da racionalidade econômica e tecnológica, desconectada da natureza e das formas de vida. A agroecologia, em sua polissemia, abre-se para um

¹⁵ Machado e Filho (2017, p. 40-41), em sua obra *A Dialética da Agroecologia*, apresentam que “na produção de grãos, o Grupo Executivo do Arroz, RS, está colhendo mais de 30.000 t de arroz sem usar veneno e com custos menores do que os arrozeiros do agronegócio. Na safra de 2013, no RS, o custo de produção de uma saca de 50 kg do arroz agroecológico foi de R\$31,00 e do arroz do agronegócio foi de R\$129,00 (CADORE, 2013). [...] Os sistemas ecológicos têm forte superioridade sobre o sistema convencional, na conversão de energia fóssil em energia no produto. Pesquisas do Reino Unido revelaram que o trigo de inverno ecológico consome apenas 38% da energia convencional, a batata 49%, a cenoura 28% e o brócolis 27%. Nos Estados Unidos da América do Norte, o trigo consumiu 68% da energia convencional e nas Filipinas, o arroz usou apenas 33% da energia convencional” (MOLINA, 2008).

leque de princípios agronômicos/técnicos, ecológicos, sociais, econômicos e políticos. Podemos afirmar que a agroecologia vivenciada pelos jovens camponeses do MST se dá numa teia de relações entre todos esses campos, num cenário em que o “novo” e o “velho” se confrontam. Assim, os jovens vão transformando a si mesmos e seu entorno. Nessa perspectiva, situa-se a ecologia política (LEFF, 2016), marcada por relações de poder entre sociedade e natureza, de encontro e confronto, de construção de estratégias de reinvenção da vida, de seus territórios, de descolonização do conhecimento, de lutas sociais e de apropriação da natureza. Assim, pensar a agroecologia para o jovem dentro do MST é pensar também que

[...] mesmo que eu esteja fazendo agroecologia eu ainda não tô fazendo agroecologia no máximo porque eu tenho que deixar de ser racista. Então, deixar de reproduzir o machismo, deixar vários conceitos que a gente tem que derrubar pra conseguir chegar na agroecologia. Não dá pra chegar na agroecologia sendo machista, que daí não é. A gente produz agroecológico, a gente produz orgânico lida com a terra, mas ainda assim tem que desenvolver o ser humano também. Envolve uma mudança da sociedade. Pra mim então agroecologia é esse ciclo da vida e a transformação da natureza e do ser humano juntos. Que a gente se separa quando a gente evolui parece que a gente tá separado da natureza, mas agroecologia seria isso desenvolvimento junto assim. A gente pode aprender e desenvolver a produção dentro da terra da natureza junto com a casa e, também se desenvolver como ser humano, aprender e evoluir (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

Nesse sentido, a concepção de agroecologia vem sendo construída a partir do diálogo com outras lutas que se colocam como desafios para toda a sociedade. A questão técnica e ecológica se soma a outras lutas: equidade de gênero, respeito à diversidade étnica e à orientação sexual, desigualdade social, questões políticas, soberania alimentar etc., como partes de um projeto maior. Constitui-se num projeto de transformação social como uma marca da perspectiva de agroecologia do MST. Temas como a diversidade em relação à orientação sexual (LGBTI+) também vão sendo incluídos na pauta do Movimento, apesar de ainda estar cercado de preconceitos. A agroecologia como movimento social traz para o debate questões que precisam ser discutidas e preconceitos desconstruídos. Ou seja, ela tem a forma de uma proposta que “reivindica” uma profunda e complexa transformação social. Parafraseando uma liderança jovem do Movimento, “a agroecologia é revolucionária”.

Atualmente, podemos dizer que ela também se situa num campo de tensão, pois os Movimentos Sociais do campo, como o MST, vêm sendo, no governo atual,

invisibilizados e criminalizados. Com o projeto de “desintegração” do INCRA, o enfraquecimento de políticas públicas para o campo, o empoderamento de latifundiários pelas reintegrações de posse de assentamentos e acampamentos produtivos, a exaltação do agronegócio como o setor mais produtivo, a incitação ao ódio e o desrespeito à diversidade e aos povos tradicionais colocam em risco o programa de reforma agrária de assentamentos e acampamentos.

O INCRA vai acabar [...]. O que eles querem fazer é titular os lotes. No momento em que você dá o título de propriedade pras famílias desvincula da reforma agrária. Dando o título a pessoa tem autonomia pra vender. É isso que o Bolsonaro quer fazer. Se o cara quiser comprar o assentamento inteiro o cara vai comprar. Ou seja, a tentativa é acabar (LIDERANÇA DE ASSENTAMENTO MST, 2020).

As práticas do governo atual caminham na contramão de uma proposta de agricultura limpa, quando há a liberação desmedida de agrotóxicos. O projeto político do governo atual é símbolo de uma ruptura com todas as discussões em termos de políticas públicas em várias áreas, não só para o campo, e se afina com as demandas de uma racionalidade capitalista liberal. Nisso inclui a liberação de agrotóxicos sob o pretexto de que a dupla agronegócio e agrotóxico são sinônimos de segurança alimentar. Isso vai na contramão da proposta agroecológica e, nesse sentido, o MST como um movimento social de expressão nacional e internacional certamente pode ser intitulado como contramovimento à lógica predatória, sustentada pelo governo atual.

O governo de Jair Bolsonaro, no entanto, tem intensificado a violação aos direitos humanos, entre os quais destacamos a liberação sem precedentes de agrotóxicos e eventos transgênicos, assim como os efeitos negativos advindos deste processo (SOUZA *et al*, 2020, p. 322).

Apesar dessa arena conflituosa, os jovens agroecológicos do MST se inserem numa nova visão de mundo. “A agroecologia é isso, você pode produzir e manter essa estabilidade com a natureza. Então é uma outra lógica de produção criando uma nova relação de produção. Isso depende também de criar novas relações humanas e com os seres que vão produzir nesse lugar” (LIDERANÇA JOVEM MST 2020). “Acho que a agroecologia engloba tudo né, as condições ambientais, as condições de vivências pessoais e social. Acho que engloba tudo. Isso que é importante. Não é só pensar no

cultivo, mas é pensar no redor, no grupo, pensar no coletivo, nas pessoas, nos animais também” (JOVEM ACAMPADO MST, 20 anos, 2020). Assim, a agroecologia preconizada pelos jovens vai além das práticas agrícolas e mudanças nos sistemas produtivos. Trata-se de uma outra ecologia, diferente daquela preconizada pelos teóricos da transição ecológica, em que o aspecto técnico é predominante.

Pode-se dizer que a agroecologia fornece as bases científicas, técnicas e metodológicas para outro paradigma, ou seja, uma revolução na agricultura. Como é uma mudança radical de prática agrícola, algumas dificuldades e tensões acabam acontecendo. Foram apontadas pelos jovens, nesse processo, dificuldades técnicas: “A maior dificuldade é trabalhar com ela. Ela é bem complexa [...]. Nós tamo na orgânica, mas olhando pra agroecologia. Tamo longe. Falta ainda muita coisa” (JOVEM ACAMPADA MST, 30 anos, 2020). “Tem muita praga, daí você não pode passar veneno. Dá mais trabalho pra você combater. Daí você tem que estudar as causas, pra um biofertilizante pra passar” (JOVEM ACAMPADO MST, 27 anos, 2020). As tecnologias limpas seguem uma dinâmica fora do habitual e convencional e requerem conhecimento, pesquisa e informação para sua aplicabilidade. Este é um aspecto que o MST vem abordando, como já dito, pela proposta de formação de agroecólogos pela ELAA e pelas Jornadas de Agroecologia. Porém, o processo de transição do modelo convencional para o agroecológico é exigente. Requer paciência, determinação e abertura para uma nova percepção, o que para alguns pode ser um fator limitador em função do elemento geracional.

Acho que a maior dificuldade seria mais o processo de transição porque o modelo convencional se tu planta um pé de milho e taca adubo desde pequeno e ureia em cima, o milho veio sobe. Se sai hoje desse sistema e pula direto pra agroecologia, não é possível porque a agroecologia é um modelo de cuidar da terra diferente, de limpar já é diferente [...], por exemplo eu tô ganhando no período x e aqui já cai pra um terço na agroecologia porque tem esse processo querendo ou não de fazer a transição. [...] É difícil você chegar pra uma pessoa de 40 anos e dizer olha vamo sair daqui e mudá ali. Então eu acho que esse processo de transição é muito importante, mas não só a transição, mas é uma conscientização no geral (JOVEM ASSENTADO MST, 24 anos, 2020).

Um outro elemento de tensão entre o “velho” e o “novo” diz respeito à questão ecológica, como cuidar da terra, da natureza: “a compreensão de que a natureza é nossa casa [...], que a terra que a gente pisa a gente precisa cuidar da terra como se

fosse nosso filho, como se fosse nosso irmão [...], a gente aprende a destruir” (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020). Essa conexão com a natureza é muito presente nos povos tradicionais, indígenas e camponeses, considerados como os guardiões da natureza, sendo responsáveis pela preservação da diversidade biológica e genética do planeta. Pensar nos Direitos da Natureza, presentes na Constituição equatoriana (ACOSTA, 2016), pode contribuir na construção de uma outra percepção de vida e natureza, numa conexão permanente.

É necessário, uma estratégia coerente para construir uma sociedade equitativa e sustentável, ou seja, uma sociedade que entenda que faz parte da Natureza e que deve conviver em harmonia com ela e dentro dela (ACOSTA, 2016, p. 133).

Também se apresenta como desafio para a agroecologia, na percepção dos jovens do MST, a questão agrária, num país em que predomina o agronegócio e todas as narrativas de desenvolvimento e progresso construídas em torno dele: “[...] você produzir agroecologia dentro de um território, dentro de um país que tem muito agronegócio e que é predominante, que a maior parte das terras tá na mão dos grandes fazendeiros [...] é uma dificuldade” (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020). O modelo agrícola industrial produtivista e rentista, baseado no latifúndio, vem sendo cada vez mais a prioridade do governo atual. Os jovens do MST, não somente os agroecológicos, são afetados pelas medidas de paralisação das políticas fundiárias, que vêm acompanhadas de descaso e desprestígio pelos camponeses e povos tradicionais.

Em relação às políticas de reforma agrária, estão mantidas as narrativas de titulação de lotes, paralisação total da obtenção de novas áreas e mesmo desistência da desapropriação de áreas já decretadas para projetos de assentamentos. [...] Além da paralisação das políticas fundiárias (não criação de assentamentos, unidades de conservação e demarcação de territórios indígenas e quilombolas), o governo implementa uma agenda de captura de territórios, mediante um discurso de inclusão produtiva (SAUER *et al*, 2020, p. 297).

Isso demonstra a total apatia, irrelevância e descaso do atual governo em relação às questões fundiárias e territórios dos povos tradicionais, além da criminalização dos movimentos sociais de luta no campo. Para os jovens que já vinham enfrentando limitações em relação ao acesso à terra e à DAP, com a

paralisação das políticas fundiárias, esse quadro se agrava mais ainda. Se a ecologia política é o ponto do encontro, do confronto e da convivência dos diferentes modos de construir a vida humana (LEFF, 2016), temos aqui uma boa discussão a ser feita, num universo de interesses tão contraditórios, antagônicos e excludentes.

Podemos dizer que a ecologização da agricultura decorre da expansão da consciência ambiental, vivenciada pelos jovens. Ela “mobiliza novos atores políticos num processo de reprodução da natureza que traz consigo a transformação das relações de produção e a geração de novos potenciais de produção para um desenvolvimento sustentável” (LEFF, 2015, p. 102). Essa consciência ambiental inspira uma nova prática, uma outra relação com a natureza, um outro modo de produzir e viver, no qual os jovens, como geração, são os principais atores.

4.3 AS JORNADAS DE AGROECOLOGIA E A JUVENTUDE: APRENDIZADO, ENCONTRO E DESAFIOS

A Jornada de Agroecologia é uma das expressões de racionalidade ambiental que, desde o ano de 2002, vem acontecendo no Estado do Paraná. O MST, em parceria com outros atores de movimentos sociais ligados à Via Campesina, ONGs e sindicatos rurais, vem construindo, anualmente, esse evento. Por meio de ações conjuntas, esses atores passaram a se articular, somando forças em torno da proposta de construção de um projeto popular agroecológico e soberano para a agricultura e da denúncia dos malefícios provocados pelo agronegócio e danos ambientais causados pelo uso de agrotóxicos, insumos químicos, transgenia etc. As Jornadas Agroecológicas são decorrentes dessa consciência ambiental, que foi se formando e motivando os camponeses no processo de transição da agricultura convencional para a agroecológica. Elas também tomam a forma de promoção da agroecologia e estímulo a uma nova prática agrícola (BRANDENBURG, 2016).

Elas também têm sido palco de embates políticos, de confronto com as práticas convencionais e predatórias de multinacionais como, por exemplo, na segunda jornada, de 2003, em Ponta Grossa, com a destruição de dez hectares de sementes de milho geneticamente modificadas da empresa Monsanto. As jornadas de 2005 a 2008, ocorridas em Cascavel, no interior do Paraná, solidarizaram-se ao cenário conflituoso de ocupação, feito pela Via Campesina, de uma área de amortecimento

do Parque Nacional do Iguaçu, em Santa Terezinha do Oeste, onde a Empresa Transnacional Syngenta também desenvolvia experimentos transgênicos. A proposta de transformar essa área em um centro de pesquisa em agroecologia só foi possível pela pressão dos movimentos sociais e da articulação internacional da Via Campesina ao Governo do Paraná. Contudo, com um custo alto, a morte de um integrante do MST, Valmir Mota de Oliveira (Keno), que dá nome ao lugar que passou a ser uma unidade de pesquisa para a agroecologia e a agricultura familiar (BRANDENBURG, 2016). Nesse item, situamos como os jovens se inserem nas jornadas de agroecologia, consideradas um marco importante no processo de consolidação do projeto de construção da agroecologia no MST e como elas repercutem no seu cotidiano. Embora não tenhamos registros quantitativos, constatamos, por meio da observação, uma significativa presença de jovens, de modo geral, nas jornadas de 2017, 2018 e 2019.

Podemos dizer que as Jornadas vêm se constituindo como um movimento político-social de atores que vislumbram a possibilidade de construção de outra agricultura, livre de agrotóxicos, de transgênicos, do domínio dos latifúndios. Assumem também um compromisso com a segurança alimentar, a biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a agroecologia, a questão de gênero e a defesa da democracia no Brasil. As jornadas têm se tornado espaços de aprendizado, debate, partilha e enfrentamento ao modelo agrícola convencional, desde os primeiros anos de sua realização. Isso significa que é um evento que foi sendo construído a partir de uma racionalidade ecológica. Ao mesmo tempo que promove o encontro de atores envolvidos nesse processo, também as jornadas têm o potencial de despertar e reforçar essa racionalidade.

Mesmo sendo o MST uma liderança central na organização das jornadas e a agroecologia, na atualidade, ser uma das suas maiores bandeiras, não significa dizer que a adesão à agroecologia, por parte dos camponeses integrantes do movimento, tenha atingido sua totalidade. Existem particularidades e singularidades inerentes às realidades locais dos assentamentos e acampamentos, decorrentes de aspectos culturais, históricos e econômicos. Valadão (2012), em sua tese sobre o processo de transição agroecológica no Estado do Paraná, aborda que as famílias camponesas envolvidas com a agroecologia são aquelas que apresentam uma participação mais ativa dentro do movimento, por meio de encontros, eventos e parcerias. São atores

que possuem maior afinidade ideológica com o MST e com o projeto da agroecologia que vem sendo construído.

Importante salientar que os jovens com os quais realizamos nossa pesquisa se inserem nesse universo e não refletem a realidade de toda a juventude do MST. Como mencionamos em capítulos anteriores, eles têm o desafio, enquanto geração, de ser a força motriz no processo de continuidade ao projeto de consolidação da agricultura ecológica no MST. E as Jornadas se constituem numa forte expressão de encontro e aprendizado. Dos 11 jovens entrevistados, dois deles nunca participaram das Jornadas, especificamente, mas de outros eventos, como feiras e debates em torno da agroecologia. Os demais têm participado, ao menos em uma delas. Alguns acompanham a jornada desde criança, depois como adolescente e, atualmente, como jovem. Essa participação mais intensa está muito relacionada também ao grau de militância de seus pais dentro do movimento.

Eu fui nas jornadas desde pequena. Primeiro eu ia com os meus pais e ficava nas cirandas. Depois fui como adolescente, daí eu participava das plenárias, ficava andando e perambulando. Aí depois, eu comecei participar do Coletivo de Juventude, daí eu fazia algumas atividades com o Coletivo de Juventude, dentro da jornada, trabalhando essa questão do jovem no campo, do jovem no MST. Daí ultimamente eu tenho participado do setor de comunicação e cultura, e aí eu fico mais nos palcos trabalhando essa ideia de que a arte tem que caminhar junto com a agroecologia, de você ver a produção agroecológica na comida e você também ver essa produção agroecológica nas produções artísticas (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

Nos últimos 19 anos, a temática da agroecologia tem sido recorrente dentro dos espaços do MST, principalmente, pelo fato de ser a proposta de prática agrícola reconhecida como sustentável pelo Movimento. A geração atual de jovens cresceu ouvindo sobre o tema, esteja ou não inserida na agroecologia. Uma das características marcantes da juventude é a abertura para a inovação, ou seja, o jovem tem maior receptividade ao novo. Hipoteticamente falando e talvez já apontando para um estudo em outro momento, o jovem não ecológico do MST poderá viver um dilema familiar entre o seu desejo de optar por uma prática agrícola ecológica e esbarrar em questões culturais do patriarcado na família, que o impede de concretizar suas ideias inovadoras e realizar a transição agroecológica. No caso de nossa pesquisa, a inserção no processo pela trajetória agroecológica dos pais os aproximou desde crianças. Cresceram já dentro da proposta agroecológica, principalmente nos dois

acampamentos pesquisados, José Lutzenberger e Emiliano Zapatta, e no Assentamento Contestado. Desde sua origem, tiveram a oportunidade de optar pela agroecologia. Diferentemente do Assentamento São Joaquim, de Teixeira Soares, que teve, na sua origem, a proposta de agricultura convencional, tendo hoje um número reduzido de agroecológicos. A vivência agroecológica, na dinâmica local e no seu engajamento, leva o jovem a sentir-se um “cociador” desse processo.

A gente ajuda a construir e acontece a partir da nossa organização do MST e a gente ajuda construir essa parte da jornada. A gente participa desde a sexta jornada que tive mais ativo e mais presente dessa organização. E a gente trabalha dentro da jornada com oficinas, como tivemos oficina de agroflorestal e de ervas medicinais [...] e agora nesse último ano a gente trabalhou com as barracas, com as feiras... (JOVEM ACAMPADO MST, 30 anos, 2020).

As jornadas mobilizam não somente jovens ou camponeses com a prática agroecológica, como já afirmamos no capítulo um. É um movimento de atores que envolve e acolhe também pessoas urbanas de vários lugares, camponeses em fase de transição e simpatizantes. Como pesquisa exploratória, tínhamos em mente quantificar o número de jovens participantes da jornada, mas, infelizmente, em função de um fator limitador no credenciamento, sem especificação de idade ou data de nascimento, não foi possível. Podemos dizer que a jornada tem uma “marca juvenil” não só camponesa, mas também urbana. Os jovens camponeses são os mais inseridos no processo de organização em diferentes setores e atividades de organização: túnel do tempo, setor cultural, cirandas, barracas de alimentação, mística de abertura, animação musical, dentre outras atividades de logística.

Na última jornada a gente tava na brigada da agitação e propaganda, também fizemos a mística de abertura da jornada e foi bem legal de a gente trabalhar assim com a bateria de escola de samba que a gente tem que é o Unidos da Lona Preta. A gente canta e toca. Eu tava na música e na agitação e propaganda e na mística de abertura. Elaboramos uma intervenção teatral, com bastante jovens. Em 2019 foi a juventude que abriu a jornada. Foi bem legal. Fizemos uma atividade bem bonita assim com o tema que era da Amazônia (LIDERANÇA JOVEM MST, 28 anos, 2020).

É fato que os jovens, principalmente os mais comprometidos, inserem-se nas jornadas de modo mais participativo. Mas esse é um processo que vai sendo construído e moldado a cada encontro, no qual se reforça a racionalidade ambiental, ecológica e de mudança social. Esse não é um processo simples e tampouco

imediatos. Observando as “Cartas das Jornadas”, documento elaborado no final de cada jornada, percebe-se que elas têm se constituído como documentos de denúncia e de reivindicações. Elas também sinalizam a existência de um processo de amadurecimento e sensibilização com as lutas, nos universos macro e micro em que se inserem. Um dado que reflete isso é que somente a partir da 13ª jornada aparece, de forma nítida, a inclusão formal do termo *juventude* nas cartas, considerando os jovens como atores, num campo de reivindicação e participação. Até então, esse termo estava subentendido no quesito educação. Isso sinaliza certa invisibilidade dos jovens e que, aos poucos, mesmo que timidamente, vêm sendo incluídos e visibilizados dentro de suas demandas, também como atores desse processo.

No interior do MST, existe um cenário de contradições e heterogeneidade, em razão dos diferentes estágios das práticas agrícolas e singularidades regionais, culturais etc. Com isso, podemos dizer que, internamente, há um movimento conflituoso entre uma prática com base numa racionalidade instrumental e econômica predominante na modernidade, em assentamentos e acampamentos, e uma racionalidade ambiental, que se desenha a partir do cuidado com a natureza, o meio ambiente, os saberes locais, a originalidade das sementes etc. As jornadas de agroecologia são uma expressão desse alinhamento com essa outra racionalidade. Esta se manifesta por meio de outros interesses, outras práticas para além de uma variável somente econômica, mas também ecológica e sustentável. Assim, é um momento em que se confirma e se desenha um novo saber e um outro fazer, que podem motivar os jovens.

Hoje como que se constrói com o jovem que continue na terra, que continue na agroecologia é pela formação né. E onde a gente constrói essa formação? É indo nesses encontros né. Um dos encontros maiores que a gente tem no Paraná é esse encontro da Agroecologia que é onde que a gente vai ter esses conhecimentos, várias experiências de vários outros locais aí. Então essa formação pra permanência do jovem hoje com Jornada de Agroecologia é o conhecimento (JOVEM ACAMPADO MST, 30 anos, 2020).

Assim, uma das importantes faces das jornadas está associada ao processo de “formação” que se dá por meio de palestras, debates, oficinas, apresentações culturais, túnel do tempo, envolvendo vários atores do campo e da cidade, para além das fronteiras do MST e do universo dos camponeses agroecológicos. Mas especificamente relevante para os camponeses/jovens nas oficinas, pois há partilha e

troca de saberes entre eles, o que significa muito no seu cotidiano. “É importante pro jovem participar, pra ter mais conhecimento. A jornada motiva” (JOVEM ACAMPADO MST, 27 anos, 2020).



Figura 2 – Jornada Agroecológica 2018 Curitiba (PR) – Mesa Redonda (UFPR) – Fonte: Priscila Santos

A perspectiva da racionalidade ambiental que vem se desenhando na América Latina é exatamente o espaço de outros saberes e fazeres que foram sufocados pelo processo de colonização e sobreposição do pensamento eurocêntrico, típico da racionalidade instrumental. A dinâmica da agroecologia remete a saberes e práticas que foram sufocadas pela Revolução Verde e possibilita a troca, o intercâmbio do conhecimento. “A gente conhece várias pessoas, a feira de semente, as oficinas. Aprendi bastante” (JOVEM ACAMPADO MST, 27 anos, 2020).

Uma das coisas que mais chama minha atenção nas jornadas de agroecologia é as experiências e a troca de saberes com outras pessoas dentro da agroecologia. É igual um conhecimento que eu tenho aqui no litoral e passo para um cara lá do norte do PR, que o clima é diferente, a semente é climatizada diferente [...]. Então, uma das coisas que mais me chama atenção é a experiência, as trocas de saberes entre povos talvez tão perto [...], mas tem esse conhecimento diferente por clima. Então essa experiência

é uma das coisas que mais me chama atenção (JOVEM ACAMPADO MST, 30 anos, 2020).

Essa troca se dá muito pela possibilidade do encontro informal entre os camponeses e pela organização de oficinas específicas que acontecem nas jornadas. Os jovens, como parte desse processo, reconhecem as jornadas como um espaço de muito aprendizado. “Achei bem legal, porque tem troca de experiência de agricultor para agricultor” (JOVEM ASSENTADO MST, 16 anos, 2020). Significa também o encontro de gerações, no qual os jovens tendem a estar mais abertos às mudanças de suas práticas, apesar de que nem sempre terão força suficiente para concretizá-las, principalmente entre os camponeses que ainda estão indecisos ou voltados a práticas agrícolas convencionais do “agronegócio”. A troca de conhecimento e os relatos de experiências podem influenciar na tomada de decisões e na continuidade da agroecologia. “É um lugar muito bom que a gente aprende, muito [...]. Você aprende muito na jornada com pessoas muito mais vivida que você” (JOVEM ASSENTADA MST, 21 anos, 2020). É um espaço de aprendizado que se dá pela troca. O encontro da jornada é dinâmico, fortalece e inspira a prática agroecológica em suas interfaces técnica, política e econômica. Participar da jornada “é um passo para quem quer fazer agroecologia, porque lá eles te explicam tudo e mais um pouco. A jornada tem um papel importante para levar pra aquele que não entende o que é a agroecologia [...] o que você deve saber [...] porque não é só escutar, você vai praticar também” (JOVEM ACAMPADA MST, 30 anos, 2020).

Assim, a Jornada Agroecológica se torna um espaço de contato entre aqueles camponeses que ainda não aderiram à sua prática e os que já estão nesse processo ou em transição. Conforme apresentamos no capítulo um, em nossa pesquisa exploratória com os jovens, em 2017, a jornada, para alguns, tem sido o primeiro contato com a agroecologia. O jovem poderá vir a ser o porta-voz dessa prática na família, se houver espaço para o diálogo e a abertura para o novo. Assim, ele pode ser o elo forte no processo de transição para a proposta agroecológica e de motivação para os que já estão na dinâmica agroecológica.

Nas duas últimas jornadas (2018 e 2019), realizadas em Curitiba, houve uma aproximação mais expressiva com pesquisadores e estudantes de instituições de ensino público, como a UFPR e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná

(UTFPR), com exposição das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas em relação aos temas do campo. Essa parceria reflete também uma das finalidades das instituições de ensino público, em dialogar, refletir e contribuir em relação às demandas existentes nesse universo. Compõe-se, assim, um mosaico de saberes partilhados. Paralelamente aos debates e oficinas, organizados de modo mais formal, acontecem a feira de produtos agroecológicos, as apresentações culturais e a gastronomia, como formas de interatividade com a cidade.



Figura 3 - Jornada Agroecológica de 2019, Curitiba (PR). Integrantes do Grupo de Pesquisa sobre as Jornadas e CERU (UFPR). Fonte: Priscila Santos.

As jornadas de agroecologia do Paraná foram construindo uma identidade de expressão política, cultural, econômica e social. É um evento muito esperado pelos camponeses. É um espaço democrático que acolhe outros grupos, como indígenas e quilombolas.

A jornada pra nós é uma coisa importantíssima. É a principal atividade que o MST faz aqui no Estado e acho uma das principais que faz no Brasil. A gente sempre participou das jornadas. O ano passado a gente fez uma exposição

da nossa banquinha (...) A jornada pra nós é assim, a gente espera todo o ano pra participar porque pra nós ela é uma coisa importantíssima e também faz a divulgação pra sociedade, porque o movimento vem construindo uma outra coisa, um outro projeto de campo. Também tem as trocas de experiências que a gente vai lá e se encontra com outros camponeses de outras regiões e até de outras partes do Brasil. E agora a Jornada ampliou um pouco, vem não só assentados da reforma agrária, mas vem camponeses, indígenas, ela tá ficando mais bela, mais florida, do ponto de vista da participação da população do campo e da cidade que você envolve o público urbano pra vir participar com a gente e isso tá ficando uma coisa bonita de ser ver (LIDERANÇA ACAMPAMENTO MST, 2020).

Leff (2016) sinaliza para a relevância das iniciativas dos movimentos socioambientais existentes, não somente pela sua capacidade de fazer o enfrentamento e a resistência ao modelo baseado na racionalidade instrumental e utilitarista capitalista, mas pela sua capacidade de criar formas alternativas concretas de pensar e agir, em relação aos caminhos para a sustentabilidade. Ou seja, um outro posicionamento, numa perspectiva de “re-apropriação cultural da natureza” (p. 474). Mesmo com todos os apelos de sobressalência do agronegócio, inclusive publicitários, alinhados à gestão governamental atual, as Jornadas são a materialização de que um outro caminho é possível. É uma expressão de resistência que diversos grupos têm presente na sua trajetória histórica, como comunidades tradicionais do Paraná, indígenas, quilombolas, ambientalistas e MST. A Jornada possibilita o encontro dessa diversidade social que se afina com a construção de um paradigma sintonizado com o cuidado e o zelo pela vida, pela terra, pela natureza, mesmo que ainda com muitas fragilidades.

Este é o sentido da racionalidade ambiental: a partir de uma ontologia da diversidade, pensa razões, justifica ações, desencadeia processos que constroem sentidos sociais, que fertilizam territórios de vida, que abrem os caminhos para um futuro sustentável (LEFF, 2016, p. 477).

A jornada de agroecologia é percebida pelos jovens como parte importante desse processo de construção da racionalidade, no qual a natureza e o cuidado com seus recursos naturais e toda forma de vida importam. Mas esse não é um processo pronto e acabado. Ele vai sendo construído. É um caminho que vai se fazendo e se fortalecendo ao caminhar. Nele, existem contradições, diversidade de sujeitos que se mobilizam na construção da agroecologia, cada qual em seu contexto real. Pensando nas atividades práticas como, por exemplo, as oficinas, podemos nos remeter a Paulo Freire, com sua sensibilidade em relação aos significados atribuídos no processo de

“aprender fazer fazendo” e a transformação que ocorre na relação com o outro. “Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39). “A jornada como um encontro de pessoas e de aprendizado [...] é uma oportunidade de você conhecer pessoas de lugares diferentes, outras experiências, as próprias oficinas. São coisas que a gente aprende muito que até minha mãe fala que ela começou a produzir mesmo aprendendo na jornada” (JOVEM ACAMPADA MST, 21 anos, 2020). Essa troca e aprendizado se estende também aos participantes urbanos que visitam, fazem suas compras e interagem com os camponeses agroecológicos e muitos deles participam das atividades culturais, palestras e debates.

[...] as jornadas eu acho massa ainda mais sendo em Curitiba, assim que esse aspecto assim que você traz pra dentro da cidade um pouco da síntese do que você faz no campo né. Então proporciona isso. As pessoas que tão aqui poder ir lá comprar um produto e trocar uma ideia com quem produziu, ir lá comprar um produto da cooperativa, trocar uma ideia com o associado da cooperativa, sabe como é que é. Isso ajuda a desconstruir muitas ideias porque Curitiba é um lugar bastante reacionário, bastante conservador. Aqui se tem muito forte assim aquela ideia, que a gente ouve muito falar por aí que o sem-terra é vagabundo, não faz nada e tudo mais. Daí você demonstra que não é bem isso, né. É um aspecto interessante, né, de toda essa relação que vai se criando entre campo e cidade que é fundamental, né. O povo que mora na cidade entende que come e precisa comer e, portanto, que depende da pessoa que vive no campo que produz a comida e que essa pessoa que produz ela também precisa vender, né. Então é uma troca justa (LIDERANÇA JOVEM MST, 2020).

A jornada é, assim, como um espaço em que se torna possível apresentar e compartilhar os frutos do trabalho, da reforma agrária e da agroecologia. No diálogo do campo com a cidade se estabelece a troca e o reconhecimento desse trabalho. Isso repercute positivamente para os jovens. Um espaço em que se reconhece o outro e é reconhecido pela sociedade. Enquanto expressão de um movimento socioambiental, as jornadas possibilitam um diálogo entre o campo e a cidade e a visualização de toda uma dinâmica de produção agroecológica, principalmente desenvolvida nos assentamentos e acampamentos do MST, mostrando à cidade um lado diferente dos rótulos midiáticos de criminalização, referentes à questão agrária e aos movimentos sociais do campo. Assim, as Jornadas têm tido também um caráter político de enfrentamento e de luta dos atores envolvidos, frente aos diferentes modelos de desenvolvimento no campo. Por meio de ações, elas se propõem a sensibilizar a sociedade como um todo das mazelas e necessidades do cotidiano dos

camponeses e, principalmente, fazer refletir sobre a destruição e os danos à natureza, produzidos pela racionalidade capitalista e economicista.



Figura 4 – Jornada Agroecológica de 2019. Praça Santos Andrade, Curitiba (PR). Feira de produtos e gastronomia. Fonte: Priscila Santos.

Um outro aspecto positivo percebido pelos jovens em relação às jornadas é o encontro da diversidade. A jornada nasceu no cenário da diversidade quando se somaram, desde a sua gênese, diferentes entidades em prol de uma prática ecológica. Por mais que o MST tenha uma liderança significativa, nessa trajetória, a jornada é uma expressão coletiva, de diferentes atores que se somam. Essa diversidade percebida reflete a condição não homogênea dos atores envolvidos no processo de construção de um projeto ecológico.

Acho que a coisa mais bonita que a gente consegue ver nas jornadas é a diversidade e não é a diversidade das plantas, das verduras. É a diversidade de tudo assim. Desde as músicas que são apresentadas, das danças, até as pessoas. Se você passa nas barracas, existe uma diversidade de cores, de formas de falar, de se comunicar, até a forma como monta a barraca, até a verdura que tá lá, ou a peneira que foi produzida, o colar, a compota [...]. O que me deixa mais ativa e viva também é ver as possibilidades de diversidade dentro do MST. Nem todo mundo vê e entende quanto isso é bonito (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

Como algo processual, vai se reafirmando uma dinâmica de abertura para outras expressões de diversidade. A juventude, mesmo num cenário de preconceitos, sinaliza para a necessidade de abertura em relação à diversidade de gênero. O fato

de esse tema se fazer presente nas três últimas jornadas, coloca os jovens numa posição de protagonistas para uma percepção de acolhimento e respeito em relação à temática da orientação sexual, culturalmente carregada de tabus e preconceitos.

Eu sou LGBT [...], é difícil pra gente ser LGBT dentro do Movimento porque o conservadorismo existe e o preconceito existe, mas a gente consegue ter uma união nesse diverso [...] se um LGBT está sofrendo, os outros LGBT vão ajudar, vão dar a mão pelo diverso e outras pessoas não só LGBT vão dar a mão para compreender essa questão do diverso dentro do MST, dentro da agroecologia e dentro da jornada. Para mim o que mais me impressiona é quando eu vou passar pela feira, vou vivenciar a jornada e a diversidade que existe (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2021).

Contudo, não significa dizer que essa temática flui tranquilamente nos assentamentos e acampamentos do MST. Como citamos no capítulo três, a herança cultural do patriarcado, mesmo com sinalizações de certo afrouxamento, decorrente de toda a trajetória de luta das mulheres sobre a discussão de gênero, ainda se faz muito presente. Certamente, a discussão de gênero, feita pelas mulheres, abre caminho para pensar a questão LGBT+. Como nosso estudo se constitui em um caso extremo, com uma amostra de jovens agroecológicos, com formação acadêmica em curso e maior proximidade ideológica com as lutas do MST, essa temática apareceu. Talvez, em outro universo de pesquisa, não apareceria. “Quem tá mais no campo acadêmico, tem mais essa visão crítica de tudo o que vê e ouve” (LIDERANÇA JOVEM MST, 28 anos, 2020). Nas jornadas, mesmo que timidamente, tem despontado esse tema, que reflete uma realidade não só dos jovens do MST, mas um cenário social que carece de avanços nesse debate.

As jornadas, durante sua trajetória, foram se construindo e reconstruindo, mantendo a conexão com os desafios próprios de cada contexto social e suas demandas. Esse processo, marcado por etapas, tem acontecido também a partir do envolvimento do jovem com o MST, percebido como um movimento social que imprime sua identidade e se coloca em movimento na luta pela terra e sua preservação, apresentando para a sociedade os frutos desse processo.

Teve um processo de muita mudança entre as primeiras e até agora. As primeiras jornadas era mais para compartilhar a ideia de agroecologia pros assentados e os acampados pra dizer que isso existia e como faz agroecologia. Então era primeiro dizer pras famílias que era possível produzir sem agrotóxico cuidando da natureza, da terra onde você vive [...]. As últimas três, quatro jornadas foi trazer os agricultores ainda pra esse espaço de

formação, de oficina, mas muito mais mostrar as produções, os resultados que a gente já tem desse processo de formação que era a jornada de agroecologia [...]. É um espaço onde a gente vem com as nossas produções agroecológicas pra dizer pra sociedade quem somos nós. Não somos aqueles baderneiros, aqueles arruaceiros, que a gente também produz. Somos seres humanos que tão cuidando e produzindo na natureza e lutando pelos nossos direitos ainda assim. É um espaço de denúncia, é um espaço de mostrar o que a gente faz, a boniteza do que a gente faz, mas também um espaço de denúncia do que está acontecendo na sociedade (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

Nesse sentido, ao mesmo tempo que as jornadas confirmam uma identidade, vão também clarificando o que vem a ser a agroecologia. Talvez, longe ainda de um ideal, num movimento dialético vai se estabelecendo uma nova prática, um outro jeito de se colocar no mundo, uma nova racionalidade. Ao mesmo tempo que se expande e se aprofunda pelos espaços de formação, ela visualiza os seus frutos, isto é, os resultados concretos da sua produção, sendo também um palco para a diversidade que se une numa perspectiva ecológica. Como afirma Leff (2016, p. 477), “as ações sociais orientadas pela racionalidade ambiental vão assinalando assim o horizonte e abrindo os caminhos para a sustentabilidade da vida”.

Mesmo com todas as limitações e contradições, as jornadas demarcam uma posição de resistência e *r-existência*¹⁶. Ou seja, é uma proposta que se soma às demais existentes mundo a fora, geralmente, ignorada pela racionalidade instrumental, técnica e economicista. Aponta para um outro caminho, possível de existir e resistir. É um movimento na direção de um outro modo de pensar a vida, com a ressignificação da diversidade, da autonomia, das estratégias produtivas, do território, da justiça social e ambiental, na perspectiva de um presente/futuro sustentável.

Contudo, nesse processo, ainda existem muitas contradições e desafios que neste estudo não daremos conta, nem tivemos a intenção de esgotá-los. Ao mesmo tempo que vai se materializando uma nova prática e preservando um modo de viver, ainda existe um diálogo entre o velho e o novo. Se consideramos que as mudanças são processuais, a transição para um outro paradigma também se dá de forma lenta; aos poucos, novas formas vão se materializando.

¹⁶ Arturo Escobar (2014) redefine a resistência como *r-existência*, referindo-se à capacidade de resistir e redefinir a identidade, modo de produzir e sustentar de grupos étnicos e camponeses, que se organizam em movimentos emancipatórios.

Me chamou atenção que dentro da palestra que o pessoal tava falando em agroecológico, mas que na cozinha tava cozinhando com farinha transgênica. Isso ficou na minha mente. Eu achei até interessante, porque na frente o pessoal falando do agroecológico, só que dentro da cozinha deles tavam usando farinha transgênica. Então eu acho que se tá falando de agroecológico você tem que ter uma base, pra você alavancar mais pessoas você tem que ter aquilo na prática. Você tem que provar que aquilo dá certo. Aqui dentro mesmo, se eu provar que dá certo, o pessoal vai aceitar. Agora se eu só falo bonito, acho que tem muita gente que só fala bonito, coloca aquele panorama legalização, mas na hora de colocar na prática, não funciona. Talvez, funciona metade, 50% e cem por cento não. Isso começa a desanimar (JOVEM ACAMPADO MST, 20 anos, 2020).

Faz-se necessário perceber a existência de contradição nos discursos sobre o que é ser ecológico. Também há de se considerar que existem discursos decorrentes de uma racionalidade instrumental que, historicamente, minimizam e tentam desconstruir as alternativas que fogem de um padrão dominante. As fragilidades, nesse processo, decorrem de uma cadeia de fatores que ainda não são eficientes o bastante para atender a todas as demandas da agricultura de base agroecológica. Mas isso não invalida as iniciativas e a proposta ecológica em questão. Leva a pensar que a agroecologia não pode ser compreendida somente como uma ação política de movimentos sociais e grupos ecológicos. Requer também políticas públicas de apoio e incentivo governamental para os atores envolvidos na construção da proposta ecológica, dentre eles, os camponeses e os jovens.

Na década passada, já houve uma sinalização para isso quando, em 2012, no governo de Dilma Rousseff, foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) pelo decreto nº 7.794/2012. Isso significou o reconhecimento da agricultura ecológica como uma prática agrícola. Há necessidade de ter uma política pública específica, a fim de integrar e articular as políticas por meio de programas e ações, voltados à transição e produção agroecológica e orgânica. Isso fortalece o processo de ecologização das populações envolvidas, na preservação dos recursos naturais e na produção de alimentos saudáveis. No mesmo ano, foi criado o Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (PLANAPO), operacionalizando essa política exclusiva para a agricultura de base ecológica (BRASIL, 2013). Nesse contexto, os jovens também seriam contemplados em suas propostas.

No que se refere às pautas e reivindicações de suas lutas, os movimentos camponeses e suas organizações de jovens têm incorporado as discussões relacionadas à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade e das culturas locais, evidenciadas a partir do desenvolvimento rural sustentável e da agroecologia (BRASIL, 2013, p. 41).

Infelizmente, em 2019, no governo atual, foi destituída a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), responsável pela elaboração de políticas públicas para os camponeses de produção agroecológica. Mais uma expressão limitante desse governo em relação à perspectiva ecológica sustentável, que tão recentemente vinha se desenhando. O reflexo tem repercutido a todos os atores envolvidos na dinâmica da racionalidade ambiental, dentre eles, os jovens, pela inexistência da parceira e do reconhecimento governamental em relação à agroecologia e sua consolidação.

4.4 TRANSIÇÃO ECOLÓGICA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Apesar da heterogeneidade ser uma das características da juventude rural brasileira, podemos dizer que uma questão se apresenta comum a todos os jovens, quando se trata de decidir sobre seu futuro, que implica em pensar sua permanência no campo ou não. Fatores como os já mencionados em capítulos anteriores, como a terra insuficiente, a questão da sucessão, relações familiares patriarcais, condição socioeconômica fragilizada, desejo de dar continuidade aos estudos, ausência de políticas públicas próprias para os jovens, dentre outros, muitas vezes têm levado o jovem a buscar alternativas na vida urbana. Esses seriam alguns aspectos desmotivadores que afastam o jovem do campo. Apesar de não ser nosso foco de estudo, essa temática se coloca como pano de fundo e não pode ser desconsiderada, porque é um cenário que também se apresenta para os jovens dos assentamentos e acampamentos do MST.

No interior do MST, nas suas mais variadas realidades, no Estado do Paraná, apresenta-se como questão a construção de estratégias para a manutenção e envolvimento dos jovens, a fim de que possam dar continuidade às lutas do próprio Movimento e às atividades do campo. Existe o entendimento de que os jovens são a força motriz do MST e um dos grandes desafios que se apresenta como alvo de preocupação diz respeito à permanência do jovem no campo. Dentro de um modelo

de produção convencional, em alguns acampamentos ou assentamentos, torna-se mais lucrativo arrendar a terra do que nela produzir. Nesses casos, os jovens ficam à beira da questão, entre o ficar e o partir.

As pessoas vão pro lote, antigamente iam pro lote, os pais precisavam dos filhos ali pra trabalhar e os filhos entendiam que o lugar deles era ali e criavam um vínculo com a terra, né, se apegam e ficavam ali. Já hoje em dia as pessoas vão e acabam arrendando. O agronegócio chega e fala óh você vai ganhar mais arrendando, ou porque a pessoa não tem uma condição, né, de plantar ali. A produção orgânica é tudo mais e daí arrenda o lote e daí pra que que vai servir o jovem, né. Se a maior parte do lote tá arrendado, o pai e a mãe não vai precisar tanto, claro eles vão querer que fique mas o jovem vai vir pra cidade (LIDERANÇA COLETIVO DE JOVENS MST REGIÃO CENTRO, JOVEM ACAMPADA, 21 anos, 2021).

É nesse contexto heterogêneo que se insere a juventude do MST. Alguns jovens, pela trajetória familiar já são agroecológicos, outros estão em processo de transição. Existem os que gostariam de aderir à agroecologia, mas encontram limitações, muitas vezes na própria família, e aqueles que estão na prática convencional, inclusive com arrendamento das terras. Também é comum, nos acampamentos e assentamentos, coabitar a agricultura convencional e a agroecológica com a perspectiva de que a transição para a agroecologia possa ir se materializando aos poucos.

Em nosso recorte específico com os jovens agroecológicos, refletimos sobre a possibilidade de o jovem ficar no campo, motivado principalmente pela proposta agroecológica, de viver e produzir, alinhado com o projeto agroecológico do Movimento. Nosso olhar se afina com uma questão apresentada por Brumer (2007), quando diz que, ao invés de tentar focar no porquê os jovens deixam o meio rural, faz-se necessário avançar em estudos que nos possibilitem compreender o que leva os jovens a ficar no campo. Contudo, não significa dizer que as questões que são desmotivadoras para a permanência no campo e que repercutem nas escolhas dos jovens no Brasil não sejam enfrentadas pelos jovens agroecológicos também. Elas ainda são muito desafiadoras e, em algumas circunstâncias, também podem ser determinantes.

Do universo de nossa pesquisa empírica, somente uma jovem confirmou seu desejo de migrar para a cidade. “Eu gosto mais de estudar, continuar o estudo. Eu quero ir além. Eu acho que se eu ficar aqui eu não vou conseguir isso. [...] Eu fui

crecendo e não fui tendo esse sentimento em mim de querer ficar aqui. Como a maioria, no fim da gente acaba sendo a cidade”. (JOVEM ACAMPADA MST, 19 anos, 2020). Isso configura que a vida urbana significa, para muitos jovens, a busca de uma vida melhor, pela possibilidade de qualificação e trabalho. Nem sempre isso se configura como uma saída permanente. Existe um movimento entre sair do campo e retornar a ele. Muitos jovens saem do campo, vão para a cidade, constituem família e retornam para os lotes da família. Esse fluxo se dá quando a situação se agrava na cidade ou quando as condições são favoráveis no campo. Isso aponta para a necessidade de políticas públicas específicas para os jovens, a fim de que possam vislumbrar um futuro no campo, inclusive para os jovens agroecológicos.

Ainda a agricultura ecológica é compreendida no conjunto da sociedade civil, principalmente na instância governamental, como uma iniciativa isolada de movimentos do campo ou ecológicos. Muito pelo contrário, diante da gravidade das questões ambientais que se colocam em todos os níveis e das implicações decorrentes de ações antrópicas de descaso com a “mãe terra”, os governantes deveriam ser os primeiros a pensar estratégias de expansão para práticas ecológicas. Como mencionamos anteriormente, a extinção da PNAPO, no governo atual, tem sinalizado o descompromisso desse governo com essas questões. Somada a isso está a extinção da coordenação da educação do campo, no INCRA, em 2020, que repercute diretamente na vida dos jovens. Outros programas, como Nossa Primeira Terra, criado com o objetivo de possibilitar aos jovens uma linha de financiamento de aquisição de terra, na faixa de 18 a 24 anos, e permanecer no campo, ou Pronaf Jovem, com linha de financiamento para jovens de 16 a 29 anos, também vêm sendo minimizados pela ação governamental atual.

Isso remete à necessidade de fortalecimento da capacidade de resistência e de organização dos atores envolvidos não só com o processo de ecologização, mas com as lutas dos camponeses de modo geral. O cenário político atual faz vir à tona certa preocupação por parte dos jovens agroecológicos em relação ao seu futuro pelos possíveis desdobramentos de ações governamentais, desfavoráveis aos camponeses.

Se de repente a gente entra numa crise mais grave e o governo corta muito mais projeto, pegar um exemplo aqui né, se ele cortar os projetos que a gente entrega, então talvez a gente vá deixar da agroecologia. [...] Então eu acredito

que se acaso a crise se aprofundar, ficar mais fundo a crise e a gente não tiver nem os projetos, a gente pode ter um retrocesso muito grande nessa questão da agricultura porque o mercado capitalista já entendeu que a agroecologia é o futuro (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

Programas como o PNAE, principalmente, e o PAA têm se apresentando como relevantes para a comercialização da produção agroecológica, no setor de frutas, legumes e hortaliças. Com circuitos curtos de comercialização, facilitam o rápido escoamento da produção e, ao mesmo tempo, exercem um papel motivador do processo produtivo, também pela certeza de destino dos produtos, além de assegurar uma alimentação escolar saudável, livre de agrotóxicos. Esse aspecto, dentre outros, é significativo para o jovem agroecológico, em relação às perspectivas de dar continuidade à atividade que vem sendo desenvolvida pela família, possibilitando autonomia financeira. Segundo liderança de um dos assentamentos em que realizamos a pesquisa, os programas de alimentação, PNAE e PAA, fizeram e fazem a diferença para as famílias e, principalmente, para os jovens em relação à sua mobilidade e retorno da cidade para o campo.

[...] Eu fiquei um tempo fora nas tarefas do MST. Voltei em 2011. Aqui não dava um time de futebol. Os jovens tinham debandado pra trabalhar na construção civil. O cara saía daqui, ganhava 100 reais por dia lá em Curitiba ou no litoral de Santa Catarina. Esvaziou o assentamento. Os jovens vazaram, foram embora. Aí voltaram depois por causa da política pública, o PNAE, ampliou o projeto e a renda das famílias. Então esses jovens que muitos são casados hoje e tão na agroecologia, voltaram nessa época e mesmo assim quem não quis ir pra agroecologia e ficar no convencional, planta morango. Quem tá no morango, mesmo o convencional, hoje, tem uma renda muito boa. Ganha três ou quatro mil por mês, depende do tamanho da família (LIDERANÇA ASSENTAMENTO MST, 2020).

É notório que, quanto mais próximo de centros urbanos, maior será a demanda por parte desses programas de alimentação. No universo de nossa pesquisa, todos se encaixam na modalidade do circuito curto de produção, seja pelo PNAE/PAA, seja pelas cestas agroecológicas e feiras. Seidl e Billaud (2015, p. 139) apontam para um aspecto positivo dos circuitos curtos, que “é a capacidade de o agricultor, no âmbito das relações comerciais, planejar e prever sua produção e sua venda”. Num universo heterogêneo e de especificidades dentro dos acampamentos e assentamentos, cada região tenta encontrar alternativas com grau de dificuldades decorrentes da localização, consumidores e acesso aos programas e à DAP, como nos coloca uma liderança jovem da região noroeste do Paraná. “A gente aqui não tem acesso ao

PRONAF, à DAP, e a gente não consegue comercializar no PNAE e PAA. Então esse é um dos fatores limitantes de produzir na agroecologia” (LIDERANÇA COLETIVO DE JOVEM MST REGIÃO NOROESTE, 26 anos, 2021). As políticas públicas para o campo têm um papel determinante, bem como as específicas para a agroecologia.

Isso significa que a especificidade de cada lugar ou região dentro do MST vai delinear o ritmo e a maneira de fazer agroecologia, bem como a comercialização dos frutos da terra, com repercussão para o próprio jovem, no sentido de motivar-se a assumir esse projeto, ou não. “Numa região propícia para a agroecologia, se o jovem quiser permanecer, aqui te dá brecha, oportunidade e tudo. Mas se for pra uma região que tem mais o sistema de monocultivo, de vinte jovem, vai ficar um no campo. [...] Depende muito da região de cada um” (JOVEM ASSENTADO MST, 24 anos, 2020).

Assim, a agroecologia pode ser a materialização de um espaço de vida para o jovem, sem perder de vista o que já apontamos, anteriormente, em relação à realidade heterogênea da juventude rural e que se manifesta também dentro do MST. O movimento de sair do campo e voltar, depois de experiências frustradas nos centros urbanos, confirma que, viabilizando ações locais para os jovens, o campo e a agroecologia podem ser uma alternativa mais promissora do que as cidades para os jovens camponeses. Considerando nosso universo pesquisado, os dados coletados apontam para uma realidade de retorno dos jovens e suas famílias ao campo e que se coloca como desafio à construção de estratégias de autonomia em relação à conquista da DAP, conforme citamos no capítulo três, uma vez que cada lote tem a concessão de uma única DAP. Isso acaba dificultando a autonomia do jovem no MST, tanto agroecológico quanto convencional.

[...] tem lote que tá com cinco seis casas no lote, né. Então os caras não têm onde ir. Então a as vezes vão embora aqui aconteceu teve bastante gente que saiu foi trabalhar em Curitiba, Ponta Grossa. Daí lá casou. Agora voltou, tá aí com essa crise aí, né? Quase todos os lotes têm no mínimo duas casas. Mas tem lote que tá com cinco seis já e aí a gente nem sabe o que vai fazer, né. Até no caso dos orgânico, né, pra você fazer um projeto no PAA no PNAE a pessoa tem que ter a DAP, né, e a DAP ela só sai uma por família por cadastro. Não sai mais que uma daí, por exemplo, os meus piá. Eu podia fazer uma DAP aí nesse programa do PNAE uma pra cada um ia ajudar muito, mas como a DAP só libera uma por família, né, então não tem como. É uma pra nós tudo e daí pra fazer um projetinho nisso, tem que ter a DAP porque senão não consegue fazer, né. E aí o que acontece todo esse pessoal agora não pode fazer por causa disso, né? (LIDERANÇA DE ASSENTAMENTO MST, 2020).

Mas podemos afirmar que a agroecologia vai acontecendo a partir de uma teia de relações que envolve aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e ecológicos que se entrelaçam. E os jovens estão inseridos nesse universo, nessa teia, em diálogo com os aspectos externos e internos de sua vivência. Os jovens agroecológicos mais envolvidos, não somente com as questões do MST, mas com questões de ordem social, sentem com mais intensidade sua responsabilidade diante dos desafios decorrentes do complexo contexto atual.

A minha perspectiva de vida pra frente é eu poder viver nesse espaço, viver a agroecologia mas também estar vivendo outras experiências de estudo, como na arte, de poder ver, de poder fazer e ensinar, e também na militância porque a gente sabe que assim, isso tudo é muito bonito mas a luta é muito maior porque não adianta eu tar feliz agora, não adianta muita gente ter conquistado todos os direitos que a gente conquistou no Brasil e de repente por uma dificuldade nossa a gente perdeu tudo, com esse governo que tá aí hoje. A minha meta de vida é lutar pela agroecologia, mas também lutar pelas mudanças sociais, pela arte. Então já pensei várias vezes, nossa e se eu fosse morar na cidade, saísse disso tudo daqui, mas eu não consigo me ver em outro lugar assim. Não consigo ver construindo minha vida a não ser num espaço de luta e luta permanente (JOVEM ASSENTADA MST, 19 anos, 2020).

A proposta de agroecologia do MST não trata somente de mudar uma prática agrícola de produzir, mas também é uma proposta de transformação social. O jovem busca uma realização ecossocial e econômica, mas, sobretudo, uma realização de ser um sujeito que busca se afirmar na arte e na cultura. Ou seja, uma realização ecossocial, que está além da prática da agricultura ecológica. E o jovem, nesse sentido, ao mesmo tempo que se sente como qualquer outro, sente que tem um compromisso e, em alguns casos, um “dever” diante do investimento em formação de quadros proporcionados pelo Movimento. Identifica-se como agente de uma luta ainda maior. Reconhece que parte de um grupo identitário e, por isso, também se sente parte dessa luta. As suas escolhas não levam em conta somente aspectos individuais, mas elementos de ordem coletiva e dos espaços que se criam localmente para a sua participação e colaboração.

Acho que já me motiva no campo. Já fico no campo. Se eu não tivesse essa motivação eu já teria saído. A maioria aqui dentro já fez isso, saiu. Terminou o ensino médio e foi pra fora. Mas tem jovem que saiu, foi e agora tá voltando. Acaba casando e voltando pra cá, mas na minha questão se não tivesse trabalhando na agricultura, se não tivesse nesse engajamento, acho que até já tinha saído. Teria saído também e teria ido trabalhar fora, talvez, ficar mais

perto pra eu estudar. Mas eu gosto dessa área de tar trabalhando com o pessoal daqui também (JOVEM ACAMPADO MST, 20 anos, 2020).

O fato de desenvolver atividades relativas à dinâmica local é um fator motivador para que o jovem se reconheça como parte do processo. Mas isso não é uma realidade que atinge todos os jovens. No universo de nossa pesquisa, os jovens agroecológicos, na sua maioria, pretendem continuar no campo, porém, dentro dos locais da pesquisa, existe um cenário de mobilidade e circulação entre o campo e a cidade, por parte dos jovens. A saída do campo para muitos deles é temporária e circunstancial, o que pode indicar que sua saída não está diretamente associada ao desafeto em relação à vida no campo, mas muito mais a um contexto que vai desde a ineficiência de políticas específicas para os jovens (acesso à terra, financiamento, atrativos da vida urbana, lazer etc.) às questões familiares, como relações patriarcais, autonomia etc.

Na perspectiva agroecológica, no movimento de construção de uma outra percepção de mundo, a questão ecológica ganha mais espaço do que em uma prática agrícola convencional. Todos os jovens entrevistados manifestaram a existência de uma conexão forte com a natureza e reconhecem a necessidade de fomentar práticas de cuidado para com ela, mesmo que em alguns casos ainda não se tenha feito a transição completa para a agroecologia. Reconhecem a complexidade que é a agroecologia, bem como a existência de lacunas no processo e que a agroecologia, na visão técnica, é um processo muito exigente, com um longo caminho a percorrer.

A agroecologia é bem complexa. Tipo se você for trabalhar nela só pra você comer, você planta pouco. Agora você cuidar de um espaço grande de agroecologia é complicado, porque que nem nós estamos no orgânico ainda. Então a gente faz canteiros, vai lá coloca a máquina e levanta um canteiro e planta. Na agroecologia você não pode. Na agroecologia você tem que no caso corta a mata. Se você plantar aveia, você vai ter que cortar a aveia, vai deixar secar, vai por esterco. Aveia e esterco até você fazer 30 com pra cima, pra você plantar. Você não pode mais mexer na terra. Então no espaço que nós estamos aqui, estamos um passo muito longe pra isso. Nós estamos na orgânica, olhando pra agroecologia. Estamos longe. Falta ainda muita coisa (JOVEM ACAMPADA MST, 30 anos, 2020).

Isso remete ao entendimento da dinâmica processual da agroecologia, que vai acontecendo ao longo do caminho onde os primeiros passos já foram dados e muitos outros se fazem necessários. A materialização da proposta vai se dando por meio do

aperfeiçoamento e da troca de conhecimento que vai sendo intercambiado, expandido e fortalecido, nas Jornadas de Agroecologia e em outros momentos de troca de saberes. A distinção entre a produção orgânica e a agroecologia revela que existe uma consciência da exigência técnica que envolve esse processo e que a agroecologia vai para além disso.

Portanto, na Agroecologia, é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 12).

Como afirmam Caporal e Costabeber (2007), a agroecologia envolve aspectos de ordem econômica, técnica, produtiva e, principalmente, aspectos culturais de abertura para uma racionalidade ecológica. Envolve elementos de ordem subjetiva também. Os jovens, pela sua característica questionadora que, segundo Singer (2005), pode ser inovadora ou conservadora, são atores importantes nesse processo. Em nossa pesquisa, sobressaiu a tendência inovadora dos jovens e, dessa forma, enquanto geração, são os que darão continuidade ao projeto agroecológico do MST. “Então a partir do momento que eu fui conhecendo a agroecologia e fui me interessando por essa parte, eu comecei a ver o mundo de outra forma, a questão do consumismo, a questão da política atual (JOVEM ASSENTADA MST, 21 anos, 2020). A agroecologia aparece como um modo diferente de pensar e ver o mundo. A fala dessa jovem de origem urbana, estudante de Agronomia com ênfase em agroecologia, que passou a morar no assentamento com a família de seu namorado, remete-nos a uma realidade existente de outros jovens que optam pela sua inserção no MST e na agroecologia. Fazem o caminho inverso. O campo configura-se, assim, num território em constante movimento, onde os jovens são os que transitam com mais frequência. No interior do MST, em seu processo de recampanização, é muito

recorrente, nos acampamentos, a participação de integrantes urbanos que se desvincularam de uma rotina camponesa de saberes e fazeres, tiveram experiências de vida urbana, mas que retornaram ao campo.

Hoje em dia o público dos acampamentos, são de pessoas que estão regredindo do urbano para o meio rural, estão voltando e ao longo do tempo foi perdendo a cultura camponesa. Pra você ter uma ideia os lugares que é mais forte a presença de camponeses de raiz a agroecologia se torna mais facilmente possível, de uma construção menos lenta. Mas eu encaro como uma falta de acesso ao conhecimento, a falta de recursos porque a agroecologia não é romântica. Ela é um processo duro de construção, de muita perseverança para construir (LIDERANÇA COLETIVO, JOVEM MST, REGIÃO OESTE PR, 22 anos, 2021).

Na trajetória dos processos de reforma agrária, o acesso à terra abre-se como perspectiva para pessoas de procedência urbana, muitas delas decorrentes de processos migratórios do campo para a cidade, quando houve a Revolução Verde e a modernização no campo. Segundo estudo de Martins (2019), muitos jovens de origem urbana encontram no MST o reconhecimento e a oportunidade que não teriam fora dele, como a continuidade da escolarização, a formação política e a qualificação para assumir atividades no Movimento. “Ao mesmo tempo que o jovem sente-se valorizado, reconhecido pelas suas qualidades, pelo seu trabalho, passando a acreditar em sua capacidade, ele é motivado a contribuir para o coletivo e a se perceber como pertencente a ele” (MARTINS, 2019, p. 283). Isso ocorre com mais intensidade com os jovens que se envolvem com a proposta do Movimento, pois há um comprometimento também ideológico.

Como já dissemos no item anterior, as famílias de camponeses que foram aderindo ao projeto agroecológico do MST (VALADÃO, 2012) tinham proximidade e identificação ideológica com as propostas do Movimento. Consequentemente, isso também reflete no perfil dos jovens agroecológicos, que possuem um elemento diferencial de percepção ecológica, associado à identidade com o próprio Movimento. Nesse sentido, os jovens agroecológicos são importantes atores na continuidade desse processo. Contudo, faz-se necessário avançar em políticas específicas para esses atores, não somente na instância governamental, mas também dentro do próprio Movimento. Nos processos de organização dos coletivos de jovens do MST ainda não se configurou uma política específica para os jovens agroecológicos.

[...] não tem esse plano de fazer uma distinção, sabe, porque é tudo muito diferente assim, mesmo a gurizada que produz em áreas que produz dentro do modelo de agroecologia, cada lugar é diferente, então não é assim, ou tá nisso ou tá naquilo que às vezes dá ideia de que é uma coisa ou outra, né, mas que é tudo diferente. Daí o que se tem é o estímulo pra transição da área, mas é que isso também demanda da realidade do lugar, das famílias que vivem ali no lugar. Então um pouco nesse sentido. Mas tem uma gurizada que citei antes que tá entrando mais a fundo na questão da agroecologia, fazendo curso de tecnólogo que mora em área que não produz agroecológico, mas que busca isso de alguma forma (LIDERANÇA JOVEM ESTADUAL MST, 28 anos, 2021).

Numa perspectiva panorâmica em relação ao processo de transição agroecológica no MST, configura-se a heterogeneidade circunscrita aos cenários locais. Há uma aposta na juventude como potencial de mudança e transformação para a agroecologia, que se manifesta principalmente pela formação de quadros qualificados nas escolas, como a formação de tecnólogos em Agroecologia na ELAA (Lapa/PR) e a Escola Milton Santos em Maringá/PR. As jornadas de agroecologia também são “vitrines” que refletem um momento de encontro e formação, já que vêm sendo marcadas por uma expressiva participação de jovens. Mas numa realidade tão diversificada, como a do MST, o jovem agroecológico tem também a influência da dinâmica familiar, pois é a partir da base da própria família que ele se insere na agroecologia. Ou seja, questões como o acesso à terra e à DAP, a distribuição de atividades, o envolvimento e o reconhecimento de seu trabalho contribuem para a materialização de seu projeto de vida no campo.

No nosso universo de pesquisa, específico com os jovens agroecológicos, mesmo com limitações, existe uma perspectiva que mobiliza o jovem e o motiva pela trajetória familiar de inserção na agroecologia. “A agroecologia pra mim é o essencial. Me motiva sim a ficar no campo. Cada dia eu vou lá e tem uma coisa diferente pra fazer. Tenho objetivo pra cumprir e é isso que vai me motivar a ficar mais aqui” (JOVEM ASSENTADO MST, 21 anos, 2020). Quando o jovem encontra espaços de participação, reconhecimento e autonomia, ele se sente mais seguro em dar continuidade ao projeto agroecológico que é familiar e coletivo. “A vida que eu tenho aqui, eu não penso em sair não” (JOVEM ASSENTADO MST, 16 anos, 2020). “Com a agroecologia acho que muda porque você tem um olhar diferente, de preservação, de trabalhar em grupo, melhorar as condições de vivência, as condições financeiras [...] o agroecológico ajuda bastante. Você tem um trabalho melhor pra fazer, só que é

suor” (JOVEM ACAMPADO MST, 20 anos, 2020). E assim vai se formando e sinalizando para uma outra racionalidade, como afirma Leff (2016), uma racionalidade ambiental que vai influenciando na maneira de ver e compreender o mundo.

Aqui a gente sabe que tá produzindo alimento saudável, pra onde que vai nosso alimento [...] a gente sabe que quem vai comer vai ser um alimento saudável, livre de agrotóxico. [...] Aqui acho que já preservamos umas duas ou três nascentes, os córregos, do rio já foi plantado mais árvore, pra não acabar. Queimada não existe mais e lixo tudo é jogado no seu lugar (JOVEM ASSENTADO MST, 21 anos, 2020).

Essa racionalidade que vai sendo criada está conectada ao projeto do MST que, a partir do novo milênio, incorporou também as questões de ordem ecológica ambiental, por meio da adoção da agroecologia como prática agrícola a ser desenvolvida. Os jovens agroecológicos fazem parte desse novo, que se apresenta como um desafio, que tem forte dimensão política, quando situado no universo do próprio Movimento. Contudo, todos os jovens inseridos no Movimento são desafiados a comprometer-se e assumir seu protagonismo de construtores desse projeto político, no qual a agroecologia se coloca como a prática agrícola mais coerente com a questão da preservação ambiental, dentre outras bandeiras de luta.

4.4.1 “A juventude é esse fermento no meio dessa massa camponesa”

Neste último item da tese, expandimos o olhar para outros atores do MST, como coordenação nacional e estadual, representante do Paraná na coordenação nacional, a fim de situar sua percepção em relação aos jovens e à agroecologia. Também com os jovens representantes de coletivos de outras regiões do Paraná, da região centro, oeste e noroeste, onde foi possível constatar a condição heterogênea dos acampamentos e assentamentos das demais regiões do Paraná, em relação à temática da juventude e agroecologia. Mais do que um caráter conclusivo, essa abertura apontou para a possibilidade e necessidade de estudos e pesquisas posteriores sobre o tema.

O MST como movimento social do campo teve seu marco inicial com forte presença da juventude e se insere hoje numa dinâmica de transição geracional. O reconhecimento por parte das suas lideranças de que a juventude é “esse fermento”

potencializa a relevância da juventude para a continuidade do seu projeto. Ao longo de sua trajetória, foi intensificando sua posição política de enfrentamento ao modelo agrícola do agronegócio agroexportador. A oposição ao modelo baseado na monocultura, no uso intensivo de agroquímicos e na agressão permanente ao meio ambiente faz parte das narrativas de uma identidade social, política, cultural e ecológica que o Movimento vem construindo, no qual se situam jovens, mulheres, homens e crianças.

Nesse aspecto o desafio central que está colocado é construir um projeto popular e soberano para a agricultura brasileira. Esse é o desafio central nosso. E quais são os fundamentos desse novo projeto? É a terra, a água, a semente, a biodiversidade. Tudo isso são recursos comuns aos povos e portanto, da sociedade. E é nesse ambiente, nesse território, nesse espaço a matriz produtiva é a agroecologia, que justamente permite esse convívio harmonioso das diferentes formas de vida que existe no meio ambiente [...]. É produzir alimento e alimentos saudáveis para o abastecimento dos povos e da sociedade [...]. Então um território ocupado por gente que cuida, produz e convive nesse espaço. Então essa é na essência a batalha desse tempo histórico. Enfrentar o modelo das transnacionais do agronegócio que tenta impor um projeto e os camponeses aqui resistindo e enfrentando esse projeto e tomando iniciativas de construção do projeto popular (COORDENADOR ESTADUAL MST PARANÁ, 2021).

Com a sua opção pelo modelo agrícola agroecológico e pelos esforços voltados para esse processo de transição, o MST também precisou se reinventar. Com a inclusão da bandeira ecológica, tornou-se um importante ator político também nesse universo. Na perspectiva da Ecologia Política, as questões conflituosas que envolvem não somente os camponeses, mas também os povos tradicionais decorrem do “choque de estratégias entre a exploração tecnocapitalista da natureza e a reapropriação do patrimônio ecológico e os territórios étnicos dos povos” (LEFF, 2016, p. 228) e ameaçam suas práticas tradicionais, sua identidade, seu direito à terra e à vida. Como resposta, frente às investidas da racionalidade tecnocapitalista, esses povos procuram se organizar, lutar, resistir e construir estratégias de emancipação e sobrevivência da vida e de seus territórios. A agroecologia situa-se assim no MST, como tentativa de resgate e confirmação do elo vital de conexão entre o homem e a natureza, que vem sendo amparada pelo desenvolvimento de uma racionalidade ambiental, que se conecta aos demais grupos de povos tradicionais. Desde o princípio, tem sido fundamental para o MST a organicidade de seus quadros internos. Em relação à juventude, uma das formas tem sido a organização dos Coletivos de Jovens como uma forma de avivar a conexão geracional com o seu projeto.

Então como filosofia é estimular e organizar e abrir espaços para que a juventude camponesa, a juventude agrária, a juventude que mora, que vive no campo seja esse sujeito coletivo nas diversas iniciativas de trabalho, de educação e cultura [...] porque na essência a juventude é a continuidade da classe trabalhadora no campo [...], a juventude é esse fermento, no meio dessa massa camponesa envolvida no seu conjunto de iniciativas [...], é esse fermento novo que faz crescer esse potencial de iniciativas produtivas, associativas, cooperadas, educacionais, culturais que fortalecem uma identidade camponesa a ser esse sujeito que no meio desse processo histórico, nesse andar, se lapida e será no futuro a classe dirigente que será capaz de construir esse novo projeto campesino em aliança do campo com a cidade (COORDENADOR ESTADUAL MST PARANÁ, 2021).

Numa perspectiva geracional, como já mencionamos no capítulo dois, a juventude carrega consigo o potencial da continuidade, de dar sequência a projetos, de materialização de expectativas e de sonhos, bem como o potencial de inquietação, questionamento, mudanças e transformação. O próprio movimento, em sua trajetória, teve o protagonismo dos jovens e hoje aposta nos jovens para dar continuidade ao projeto ecológico. A organização, por meio de Coletivos de Juventude, tem como propósito atrair os jovens assentados e acampados e ir criando espaços de participação e engajamento com as lutas do Movimento. Ou seja, ir construindo e reforçando uma identidade na qual o jovem se reconheça e se torne um sujeito participativo.

[...] é nesse processo de organização dos coletivos de juventude que são suas primeiras experiências organizativas, que tem esse caráter de encontro, de identidade, de formação, de descoberta desses sujeitos sociais que são os jovens dentro do MST, que lutam também porque vão entendendo qual o papel que a juventude cumpre ou deve cumprir dentro do MST, dentro da construção dos nossos objetivos estratégicos do MST (REPRESENTANTE DO PARANÁ NA COORDENAÇÃO NACIONAL MST, 2021).

Nesse mesmo sentido, quando da tomada de decisão pelo Coletivo do MST em incorporar a agroecologia como a matriz agrícola no seu projeto, uma das estratégias adotadas pelo MST foi o investimento na formação dos jovens em cursos técnicos como Agronomia e Agroecologia, a fim de impulsionar a transição para a nova prática agrícola. Houve um esforço muito grande por parte da coordenação nacional e demais lideranças em construir parceiras, juntamente com outras instituições, como as universidades e institutos de pesquisa, a fim de poder organizar cursos especiais de Agronomia com foco em Agroecologia. Isso com a intenção de formar quadros

capacitados para dar suporte técnico, com o cuidado de conciliar o conhecimento científico com os saberes acumulados pelos agricultores, ao longo das gerações. Esse projeto foi ganhando forma por meio da criação dessas estratégias de formação e pelo envolvimento e adesão dos jovens ao processo.

Bem, e em todo esse esforço, foi então que a juventude abraçou a causa. Centenas de jovens, filhos de assentados começaram a frequentar esses cursos. Também enviamos muitas brigadas de jovens estudar agroecologia e fazer estágios em outros países, como Itália, China, Venezuela, Cuba, Colômbia, América Central, México. Então coube à juventude do MST fazer essa ponte entre o conhecimento científico sistematizado na universidade. E daí surgiu uma nova geração de técnicos e agrônomos, jovens que abraçaram a causa e forma então em se transformar em extensionistas, pesquisadores e multiplicadores de saber, de técnicas e experiências pelo Brasil a fora, em todos os assentamentos [...]. Em todos os avanços e conquistas que tivemos, nessa nova fase de priorizar a produção de alimentos saudáveis, está o esforço, a militância e dedicação da juventude do MST que se transformaram em verdadeiros agricultores agroecológicos, dando exemplo para todo o MST e para outros movimentos com que dialogamos (COORDENADOR NACIONAL DO MST, 2021).

Para avançar na direção da proposta agroecológica, para aprender um outro saber e um outro fazer há um longo caminho a percorrer. O confronto com a racionalidade dominante instituída e sua desconstrução se faz necessário, a fim de construir alternativas de sustentabilidade (LEFF, 2016). A ação do MST na busca de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, a fim de construir uma forma de conhecimento técnico e agroecológico, sinaliza para a construção de uma outra racionalidade, na qual a juventude vem tendo uma participação fundamental. Os jovens que participaram desse processo de formação em agroecologia, no início do milênio, hoje ocupam espaços de liderança ou desenvolvem atividades em vários setores no MST.

[...] eu não sou mais jovem. Eu entrei jovem no movimento, mas eu já tenho 37 anos. Sou da direção nacional pelo Estado do Paraná. Tenho dois filhos, sou assentada no norte do Estado, mas acompanho a construção da jornada de agroecologia desde a minha juventude. Isso é fato, desde os meus 19 anos quando se deram as primeiras jornadas de agroecologia e eu era estudante de agronomia e já compunha pela federação dos estudantes de agronomia a coordenação da jornada, na construção da Via Campesina (REPRESENTANTE PELO PARANÁ NA DIREÇÃO NACIONAL MST, 2021).

A educação, além de ser um direito que deveria ser estendido a todos os jovens, é uma estratégia de formação de quadros necessários para ocupar espaços de liderança, dinamizar e fazer o projeto agroecológico acontecer. Esse aspecto tem recebido atenção especial ao longo das duas últimas décadas no Movimento. O incentivo à qualificação e à organização dos Coletivos reflete o entendimento de que o jovem é o porta-voz das mudanças no processo de transição de um modelo convencional de agricultura para o paradigma ecológico. Contudo, como já mencionado, esse processo é complexo, lento e está em constante construção. Demanda um esforço coletivo organizacional de criação de espaços para que os jovens, em todas as instâncias, tanto no Movimento como nas unidades familiares, sintam-se como sujeitos que contribuem coletivamente e que também encontram espaço para sua realização pessoal.

Se formar jovens técnicos e técnicas em agroecologia ou mesmo técnico agrícola ou engenharia agrônoma, é dar ferramenta de construção individual com viés coletivo. Eu me construo por exemplo técnico em agroecologia para um viés coletivo. Então a agroecologia ela possibilita essa formação, essa junção do individual com o coletivo. Ela é uma construção coletiva, mas ela possibilita o crescimento individual também que é algo almejado pela juventude. A gente quer chegar aos 30, 40 anos com uma vida um pouco melhor do que nossos pais tiveram até agora, enfrentar esses desafios, essas cercas, romper as várias cercas, inclusive as cercas da educação e a agroecologia só é possível com uma educação de qualidade também pois ela não é algo que se constrói do dia pra noite. A agroecologia envolve todos os fenômenos possíveis pra se manter um jovem no campo (LIDERANÇA COLETIVO DE JOVENS MST, REGIÃO OESTE PARANÁ, 22 anos, 2021).

Mesmo com todas as limitações e desafios, tanto no processo de transição como na prática da agroecologia, existe otimismo por parte dos jovens em relação a essa proposta. A possibilidade de ter mais autonomia financeira, o envolvimento laboral, a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, são fatores que os motivam. Pela dinâmica de trabalho que a prática exige, seja familiar ou coletiva, há envolvimento e inserção do jovem nas atividades, contribuindo para que se sinta validado naquilo que pode contribuir em sua realidade local.

A agroecologia seria uma das ferramentas essenciais na construção da possibilidade da permanência do jovem no campo. Muitas vezes só o trabalho no convencional não sobra um dinheirinho pra divisão entre a família, a não ser o mantimento da renda básica e da sobrevivência que são os utensílios necessários pra viver. Então a agroecologia possibilita trabalho. Se

cria um trabalho agroecológico, de cara é preciso criar uma forma de comercialização. Ali se já vê um trabalho pro jovem lavar o alimento, pra capinar, pra fazer a produção (LIDERANÇA COLETIVO DE JOVENS MST, JOVEM ACAMPADO, REGIÃO OESTE PARANÁ, 22 anos, 2021).

Como mencionamos no capítulo três, o processo de construção da autonomia dos jovens agroecológicos, não somente econômica, mas no sentido de sentir-se um sujeito com espaços de participação e reconhecimento, seja dentro da estrutura familiar ou da comunidade, é um fator motivador. A agroecologia, nesse sentido, incentiva-o a ficar no campo e consolidar um projeto pessoal de vida, imbuído da racionalidade guiada pela matriz ecológica.

A agroecologia motiva o jovem a ficar no campo. Eu fui lá no Lutzenberger e você não vê pessoa parada porque a pessoa tem o que fazer, tem que tar mexendo o tempo inteiro. Mas produzir agroecologicamente não é fácil, a gente tem que pelear pra cuidar, tem muitos bichinhos que vai tentando invadir. Mas motiva totalmente. Já o jovem convencional não vai ficar no campo porque ele não tem expectativa nenhuma ali. Agora, já o jovem agroecológico tem e não é só tarefa assim do momento, mas pensando também pra frente, na saúde e tudo mais. Ele sabe que ali ele terá uma grande saúde e quer implantar isso para as outras pessoas. A gente sabe que o agrotóxico mata, então um jovem consciente, um jovem agroecológico vai querer permanecer ali no campo porque ele quer ter uma vida melhor (LIDERANÇA COLETIVO DE JOVENS MST, REGIÃO CENTRO, JOVEM ACAMPADA, 21 anos, 2021).

Num contexto tão diversificado, com singularidades e limitações de cada região do Paraná, as lideranças de jovens acabam tendo um papel de “mentoria” e de vanguarda. Isso, mesmo reconhecendo as dificuldades locais como, por exemplo, a pressão decorrente do agronegócio no arrendamento das terras ou o desafio de produzir agroecologicamente, quando seus territórios se encontram cercados por fazendeiros que utilizam agrotóxicos. Apesar dessas dificuldades, a agroecologia aparece no horizonte dos jovens como a possibilidade de uma nova prática agrícola e de enfrentamento aos fatores externos e às resistências a mudanças vivenciadas, muitas vezes, internamente, nos acampamentos ou assentamentos. Os jovens são como sujeitos, como “fermento” de um outro modelo de produzir, de viver e de construção de estratégias para ao processo de transição e consolidação da agroecologia.

[...] o local onde a gente tá é muito difícil de garantir isso. É rodeado de cana, tem muito avião passa veneno em tudo então tem muito dessas coisas, né.

Mas nós não somos totalmente agroecologia, tamo nesse processo de transição e tem vários fatores, né. [...] É possível construir um projeto de agroecologia que são de longo prazo, que hoje na minha região é possível, mas tem a o mesmo tempo tem a dificuldade de ser assentamentos mais antigos de mais de 10, 15 anos. O da Copavi tem 23 ou 24, mas eles têm processo de agroecologia. Tem assentamento que tem 22 anos, 18 anos então já tem mais dificuldade. Iniciar um processo no acampamento, desde o início fazendo esse trabalho, igual a gente faz nas escolas itinerante e todo esse processo é mais prático, acontece e aí a gente. Pode garantir esse processo de organização a agroecologia e que a juventude participe desse processo (LIDERANÇA JOVEM MST COLETIVO REGIÃO NOROESTE, JOVEM ACAMPADO, 26 anos, 2021).

A concepção de agroecologia fomentada no MST, como um projeto em construção, vem acompanhada de uma outra visão de mundo, como já mencionamos. E isso é fortalecido pelos processos de formação e educação, no sentido de alimentar o projeto agroecológico do Movimento como um projeto que não se dá de modo individualizado, mas voltado para uma perspectiva coletiva. Nesse sentido, os jovens tendem a ser atores com maior receptividade e potencial, pois a sua formação nos cursos de Agroecologia, dentro do MST, tem o propósito de formar multiplicadores e assessores, em suas realidades locais. O jovem do MST, de modo geral, é duplamente desafiado, pois, ao mesmo tempo que ele faz parte de um coletivo e a expectativa é que ele se insira no projeto do movimento, ele também precisa de condições favoráveis para sua autorrealização ou seu projeto de vida, a fim de permanecer no campo.

O grande desafio nosso é que a juventude nossa ela busca viver, ela quer uma vida digna, ela quer uma vida boa, decente, com todas as condições de se desenvolver materialmente que viver, é claro, mas também humanamente. E aí a agroecologia nos aponta grandes caminhos, mas é claro, grandes desafios. Como a gente pode construir nos nossos territórios, nos nossos espaços de reforma agrária, junto a nossa proposta de produção e construção da agroecologia possibilidades para que a nossa juventude siga morando no campo, trabalhando, vivendo, gerando renda, gerando condições de vida, tendo uma qualidade de vida alta, podendo estudar, podendo ter cultura. [...] a nossa juventude ela quer sonhar [...] com um mundo melhor, com uma condição melhor de vida e sem dúvida nenhuma se a gente consegue articular nessa perspectiva a proposta da agroecologia como uma alternativa concreta, não só pra geração de renda, mas pra vida, pra qualidade de vida como um todo [...] eu acho que a gente soma, e ganha eles, pro nosso projeto popular, sem sombra de dúvida (REPRESENTANTE PELO PARANÁ NA DIREÇÃO NACIONAL MST, 2021).

Coloca-se aqui uma questão que pede uma reflexão dialógica, que considere os anseios, as expectativas e necessidades dos jovens em espaços democráticos de

participação, tanto na família como no Movimento. Ao mesmo tempo que se constroem expectativas em relação aos jovens, é preciso conectar-se com seus sonhos, considerando o contexto de sua geração, suas ideias, seus desafios, suas necessidades e angústias. Isso pode fortalecer o elo intergeracional, criando condições favoráveis para a permanência do jovem no campo e consolidação do projeto agroecológico. A concepção de agroecologia para o MST é pautada por uma prática zelosa e comprometida com a terra e seus ecossistemas, com a saúde dos camponeses trabalhadores, com os consumidores pela produção de alimentos saudáveis e com as formas de diversidades. A agroecologia sinaliza para uma teia de relações, reflete um novo jeito de ser e estar no planeta, desperta para a consciência em relação ao cuidado com a natureza e todas as formas de vida e para a construção de um outro olhar, desafiando a sociedade planetária.

A expectativa por parte do Movimento é que os jovens se lancem nesse caminhar, nessa luta e que, coletivamente, sejam sinais de resistência/*r-existência* ao modelo esmagador, destrutivo e individualista da racionalidade capitalista. Ser um jovem camponês agroecológico, ao mesmo tempo que é um ato de resistência, é a tradução da esperança de um outro modo de vida, de uma outra relação com a natureza. O jovem é, sem dúvida, a força motriz para o projeto agroecológico que vem sendo construído no MST, bem como de uma racionalidade ambiental que vem se firmando a partir da vivência da agroecologia. Para tanto, se faz necessário a construção e o reforço de estratégias que motivem esse jovem a abraçar essa causa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A juventude é fogo no pavio como a gente diz nos nossos gritos de ordem e eu tenho uma frase que eu uso bastante assim quando vamos trabalhar, fazer alguma coisa, eu sempre digo, a gente precisa se movimentar e daí eu coloco lá: eu tenho muita fé na juventude. Tenho muita fé na juventude, não só a juventude, mas eu tenho muita fé na capacidade feroz, essa força feroz da juventude de revolucionar”.

(Liderança do Coletivo de Jovens MST, Jovem Acampado, Região Oeste, 22 anos)

Sou tomada pela emoção ao finalizar este estudo e o ciclo que se iniciou em 2017, com a entrada no programa de pós-graduação. Foi um processo de construção e aprendizado feito a várias mãos, ao qual sou muito grata a todos(as). Nosso intuito é de que essa tese extrapole a exigência acadêmica e científica e possa ser um material de reflexão para a juventude, de modo especial à juventude camponesa, que está no caminho de construção de ecologização, independente do seu estágio de desenvolvimento.

Podemos dizer que, em diferentes momentos históricos, a juventude tem sido um importante ator na trajetória do MST. Primeiro na sua origem e criação, pelo envolvimento político e social da geração dos jovens na luta pela reforma agrária. Num segundo momento, na mudança de matriz tecnológica para a agroecologia. É na geração de jovens que vem sendo depositada a expectativa de que esse projeto seja consolidado e levado a diante. A abordagem de Mannheim sobre geração aponta para a unidade geracional, para além do critério biológico/etário de juventude, bem como a interconexão das gerações. Este movimento geracional ancora e sustenta e desafia a dinâmica do Movimento. Atualmente, cabe aos jovens assumir uma posição de vanguarda e mensageiro do novo, inclusive às demais gerações.

Uma das primeiras ações do Movimento, na transição para a ecologização foi investir na educação e formação agroecológica dos jovens. A organização dos Coletivos de Juventude, que vem sendo construída, emana da percepção de que o jovem é a força motriz do movimento. Mesmo com as dificuldades de envolvimento dos jovens, os Coletivos têm como objetivo e desafio criar espaços de pertencimento,

compromisso com as lutas e formação de sujeitos participantes em suas realidades locais e regionais.

Este processo vem sendo caracterizado por contradições entre o “velho e o novo”, pois ambas as práticas coabitam nos acampamentos e assentamentos e a juventude é definida pelas lideranças como “o fermento na massa”, pelo seu potencial inovador. A aposta na educação, com base na agroecologia, vem possibilitando a formação de jovens multiplicadores desse saber, bem como o desenvolvimento de funções organizacionais no movimento. É a geração dos jovens que levará adiante o projeto no seu conjunto de lutas. As Jornadas de Agroecologia, aqui no Paraná, com presença significativa de jovens em várias atividades, os definem como dinamizadores desse evento que é marcado por momentos de formação, debates, troca de saberes e visualização dos frutos da terra, em diálogo com a cidade, inclusive com os jovens urbanos. A conexão dos jovens urbanos com os jovens camponeses, por ocasião das Jornadas, aponta para uma unidade geracional, em torno de uma causa comum. Os jovens apresentam-se assim como importantes atores na transição e consolidação agroecológica.

Contudo esse é um processo lento e envolve vários aspectos, como o técnico, o social, o econômico e o cultural. Há uma grande heterogeneidade nos estágios de ecologização no MST, que se dá num ritmo segundo as particularidades locais e regionais. Em sua maioria, predomina um hibridismo de práticas, mesclando camponeses agroecológicos, em transição e convencionais. Mas, podemos afirmar que, no processo de expansão da agroecologia, no qual se apresenta o desafio em atingir maior número de camponeses, os jovens são interlocutores fundamentais, pois são mais receptivos ao novo. Pela possibilidade de avançar nos estudos com qualificação específica em Agroecologia e em outras áreas, também vão ocupando espaços localmente, como nas cooperativas e em outras atividades e atribuições do Movimento.

Focamos especificamente nos jovens que estão dentro de uma vivência da produção com base na agroecologia e podemos dizer que o paradigma que se constrói a partir desses jovens não se resume às práticas agrícolas. Ou seja, eles se afinam com a concepção de agroecologia assumida pelo MST, que compreende outras lutas, em que emerge uma visão de mundo e um jeito de posicionar-se também

politicamente. Assim, esses jovens estão inseridos num contexto no qual vai se criando uma racionalidade ambiental, por mais que seja desafiada pelo predomínio de uma racionalidade predatória, tecnocapitalista. Isso não significa dizer que não existem contradições, pois é constante a luta entre ambas as racionalidades. Mas esse projeto é ancorado no Movimento, que assume politicamente sua posição de resistência/*r-existência*, de confirmação de uma identidade ecológica, política e social e de enfrentamento a essa racionalidade.

A trajetória de opção pela agroecologia das famílias está relacionada também a uma posição política alinhada ao projeto do MST que, por sua vez, repercute nas escolhas dos jovens. A concepção de agroecologia, para além da questão técnica, na qual estão inseridas outras lutas, como gênero, apresenta os primeiros sinais de mudanças no *habitus* das relações familiares patriarcais. Constatamos um certo “afrouxamento” da centralidade paterna na tomada das decisões, traduzindo-se num movimento em relação à autonomia financeira dos jovens como, por exemplo, ter um espaço específico de produção e participação dos processos decisórios na família. Nesse sentido, quanto mais envolvimento com a agroecologia e com suas lutas, mais fissuras se criam na matriz cultural patriarcal, ainda muito presente não só no MST, mas na sociedade como um todo.

A discussão de gênero e a luta das mulheres no movimento vêm produzindo um efeito positivo nas relações familiares e, conseqüentemente, atinge os jovens porque as relações se tornam mais democratizadas. Assim, um novo *habitus* vai se desenhando, em que jovens e mulheres potencializam a transformação dessas relações. A educação, tanto formal quanto informal, na perspectiva agroecológica, leva a essa reflexão e desafia o jovem a um novo pensar e agir. A ecologização passa por essas mudanças também. Esse é um caminho longo e complexo porque, como nos afirma Patemam, o Contrato Social da sociedade moderna bebeu na matriz do patriarcado e continua se reproduzindo na sociedade atual. Isso nos permite afirmar que a discussão de gênero e geração são fundamentais para a consolidação de mudanças profundas no âmago da sociedade ainda fortemente marcada por princípios patriarcais.

As lutas que se somam na perspectiva da agroecologia são indicativos de que novas relações podem ser criadas: a agroecologia como um instrumento de criação e

de constituição de jovens como sujeitos de transformação, num processo em marcha de desconstrução de racionalidades, de destruição ambiental, de relações patriarcais, da racionalidade moderna colonial etc. A dinamização das relações no MST, no conjunto de suas lutas, num movimento lento, vai impulsionando um novo *habitus*, seja pela democratização das relações familiares, seja pela absorção de uma nova matriz tecnológica.

Contudo, podemos afirmar que os jovens pesquisados estão motivados a viver ecologicamente e assumir a agroecologia como projeto de vida no campo. Todavia, ainda existem questões cruciais e desafiadoras que envolvem a juventude do MST, de um modo geral. A fragilidade das políticas públicas específicas para o jovem do campo e específicas para a agroecologia, a questão de gênero, o acesso à DAP, a participação dos jovens nos Coletivos, o fortalecimento da ecologização dos camponeses, os conflitos intergeracionais, a desconstrução dos rótulos em torno do jovem como alguém que não sabe o que quer etc. são aspectos que se fazem presentes nas lutas do cotidiano.

Uma questão que se apresenta como desafio diz respeito também à capacidade de ouvir os apelos e anseios da geração atual de jovens camponeses, na qual se inserem os jovens agroecológicos. Hoje, temos um jovem camponês que interage com a vida urbana, que vem se qualificando, que tem possibilidade de estudar, que não despreza as modernidades da cidade e formas de lazer, quer viver usufruindo também dos avanços tecnológicos que o conectam com outras realidades e outras experiências. Ao mesmo tempo, tem sua conexão com a terra, com a natureza e define ali seu estilo de vida e seu espaço, onde a agroecologia é um jeito de ser e viver, mas também tem uma aproximação e conexão maior entre campo e cidade.

No cenário de um rural tão diversificado usamos o termo juventude agroecológica para situar e sinalizar que os jovens envolvidos com a ecologização do MST, tem um diferencial pois vão imprimindo não somente uma nova prática agrícola, mas novas relações sociais dentro da abrangência da compreensão do que vem a ser a agroecologia para o Movimento. Nesse sentido, a partir de suas experiências e vivências, mesmo que a passos muito lentos, vem se desenhando um novo *habitus*, numa perspectiva de mudança e transformação dessas relações. Desse modo são atores que se apresentam no ritmo da ecologia política e da racionalidade ambiental.

Como diz o jovem cheio de otimismo, acima citado, “a juventude é fogo no pavio. [...] Tenho muita fé na juventude, não só a juventude, mas eu tenho muita fé na capacidade feroz, essa força feroz da juventude de revolucionar”. A criação de espaços favoráveis à inserção dos jovens, o investimento na educação, em políticas públicas específicas, tanto para os jovens do MST como para a juventude em geral, são indicativos de que o caminho pode ser esperançoso. As questões ecológicas não dizem respeito somente a um determinado grupo da sociedade, sensibilizado com o tema, mas desafia a todos. Nosso planeta Terra, a *Pacha Mama*, que generosamente nos acolhe e nos nutre com seus frutos, precisa de cuidados. A agroecologia é um passo nessa direção e os jovens agroecológicos um dos importantes atores e multiplicadores desse novo jeito de conectar-se com a vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, A. (coord.); SILVESTRO, N. C.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e Agricultura Familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. In: Juventudes no Brasil. **Cadernos Adenauer**, n. 1. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2015. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=55825619-323e-712f-2f0a-f7b2fb31b673&groupId=265553. Acesso em: 20 jun. 2020.

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Rio de Janeiro: Editora Elefante e Autonomia Literária, 2016.

ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2017.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3 ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Expressão Popular – AS-PTA, 2012.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECKER, H. S. **Truques da escrita**. Para começar e terminar teses, livros e artigos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BOURDIEU, P. A. Juventude é apenas uma palavra. Entrevista com Pierre Bourdieu In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

BOURDIEU, P. A. **Sociologia**. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983b.

BOURDIEU, P. A. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: BOURDIEU, P. A. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. A. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006a.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2006b, n. 26, p. 83-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100007>>. Acesso em: 20 jul. 2020. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100007>.

BOURDIEU, P. A. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. A. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011.

BOURDIEU, P. A. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 3 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

BRANCO, M. T. C. **Jovens sem-terra**: identidades em movimento. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

BRANDENBURG, A. O Movimento Ecológico na agricultura: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e meio ambiente**: caminhos da agricultura ecológica, Curitiba, n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/dma.v6i0.22125>>. Acesso em: 15 maio 2020.

BRANDENBURG, A. **Projeto Jornadas Agroecológicas**. Curitiba: UFPR, 2016.

BRANDENBURG, A. (Org) **Mundo rural e ruralidades**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil Agroecológico** – Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (PLANAPO). Brasília, 2013. Disponível em <<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/11/planapo-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-planapo.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Dos direitos e das políticas públicas de juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2017.

BRUMER, A. A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CALDART, R. S. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, R. F.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. 2 ed. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2007.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. Rio de Janeiro: Instituto Cidadania e Editora Perseu Abramo, 2005.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2007

CARTER, M. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CORALINA, C. **Melhores poemas Cora Coralina**. São Paulo: Global, 2017.

CORCUFF, P. **Las nuevas Sociologías**. Principales corrientes y debates, 1980-2010. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

CASTRO, C. A mística de jovem no MST: uma experiência para compreender os jovens. In: CARNEIRO M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2007.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009. Disponível em: <<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>. Acesso em: 19 set. 2020.

CASTRO, E. G. et.al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CUNHA, M. V. John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento. **Revista Brasileira de Educação**, maio/jun./jul./ago. 2001, n.17. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/30073>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CUNHA, W. A. *et al.* Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura em Espera Feliz, MG. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol. 55, nº 03, Brasília jul./set. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/resr/v55n3/1806-9479-resr-55-03-427.pdf>>. <https://DOI.ORG/10.1590/1234-56781806-94790550301>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

DURSTON, J. **Juventude rural, modernidade e democracia: desafio para os noventa**. Juventude e desenvolvimento rural no Cone Sul Latino-Americano. Série Documentos Temáticos. Brasil, RS, jun. 1994.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: UNAULA, 2014.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

FRANÇOIS, E. A fecundidade da história oral. In: AMADO, J; FERREIRA, M. M. (org.) **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FREIRE, J. S. & CASTRO, E. Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária. In: CARNEIRO M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FURLIN, N. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação de mulheres. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

GHISLENI, M. A. (org.) **Os Ghisleni no Brasil: Che Bella História**. Porto Alegre: Evangraf, 1995.

GIBRAN, K. **O Profeta**. Rio de Janeiro: Ingraf (s/ano)

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRELE, R. J. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.) **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre Sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIEEL, 2000.

GROSS, R. M. **Feminism & religion**. Boston: Beacon Press, 1996.

GUIVANT, J. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VIOLA, E. *et al.* **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/populacao/população_jovem_brasil/default.sht>. Acesso em: 20 mar. 2020.

KUMMER, R. Juventudes rurais e políticas públicas no extremo oeste de Santa Catarina. **XI Seminário Nacional de Sociologia & Política**. UFPR, Curitiba: 2020.

LEFF, E. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEFF, E. **A aposta pela vida**: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul. Petrópolis: Vozes, 2016.

LERNER, G. **A Criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

MACHADO, A. **Provérbios e cantares**. Poesias completas. Madri: Espasa-Calpe, 1983.

MACHADO, C. P.; FILHO, L. C. P. M. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MALADODI, E.; MARQUES, R. Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais. In: CARNEIRO M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações, In: FORACCHI, M. M. (org.) **Mannheim, Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1982.

MARIN, J.O.B. Juventudes rurais: processos sociais e temáticas de pesquisa. In: MARIN, J. B.; FROEHLICH, J. M. (org.) **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: Editora UFSM, 2019.

MARTINS, S. A. Experiências educativas do MST- Paraná na Formação Política dos Jovens. In: MARIN, J. B.; FROEHLICH, J. M. (org.) **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: Editora UFSM, 2019.

MATOS, M.; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado Brasileiro. **Cadernos PAGU** (43), jul./dez. 2014, p. 57-118. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430057>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

MEDEIROS, L. S. **A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2009.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio**. São Paulo: MST, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Caderno de Educação: agroecologia, soberania alimentar e cooperação**. (Coleção Sempre é tempo de aprender), 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/297356414/Caderno-EJA-Agroecologia-Soberania-Alimentar-e-Cooperacao-MST-2010-1>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Preparação para o encontro nacional** (Cartilha). São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Educação do Campo: conquistas e resistência popular**. [Online]. 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/05/13/educacao-do-campo-conquistas-e-resistencia-popular/>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Bolsonaro ataca a Reforma Agrária e a agricultura familiar com o decreto de carnaval**. 27 fev. 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/02/27/bolsonaro-ataca-reforma-agraria-e-agricultura-familiar-com-decreto-no-carnaval/>> Acesso em 22 jul. 2020.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49-55, abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

71822006000100007&lng=en&nrm=iso>. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>. Acesso em: 13 set. 2020.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

NISBET, R. A. A sociologia como uma forma de arte. **Plural; Sociologia USP**, v. 7, p. 111-130, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75487>. Acesso em: 30 set. 2020. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2000.75487.

NOVAES, R. Políticas públicas, direitos e participação. In: CARNEIRO M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PANAZZOLO, J. (org). **Família Balestrin**: memória e celebração. Caxias do Sul: Nova Roma, 2018.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio: Paz e Terra, 1993.

PAULILO, M, I. **Mulheres rurais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

PICOLOTTO, E. L.; PICCIN, M. B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 5-36, jul./dez 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5500/3256>>. Acesso em: 15 out. 2020.

SALLAS, M.L.F. & BEGA, M.T.S. Por uma Sociologia da Juventude – Releituras Contemporâneas. **Revista Política & Sociedade**, n. 08, abril de 2006. P.31-58. Florianópolis UFSC. Disponível em: https://www.academia.edu/19312960/Por_uma_Sociologia_da_Juventude_releituras_contempor%C3%A2neas. Acesso em: 18 jul.2020.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAUER, S. *et al.* Agenda Política da Terra no Governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16. N. 29, p. 283-316, 2020. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/issue/view/466/showToc>>. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SCHRAMM F. P.; PORTO, D. PR: agricultores presos por ordem de Sérgio Moro são inocentados. **Brasil de fato**, São Paulo, 05 out. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2017/10/05/pr-agricultores-presos-por-ordem-de-sergio-moro-sao-inocentados>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SCHWENDLER, S. F. Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais do campo. In: TAMANINI, M.; BOSCHILIA, R.; SCHWENDLER, S. F. (org.) **Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade**. Curitiba: Editora UFPR, 2017.

SEIDL, R. S; BILLAUD. O casamento entre os circuitos curtos e a agricultura de base ecológica como elemento-chave de sustentabilidade agrícola em metrópoles. In: BRANDENBURG, A.; BILLAUD, J. P.; LAMINE, C. (org.). **Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França**. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

SETTON, M. G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, J. N. Juventudes rurais e agroecologia: um diálogo imprescindível. **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul, Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 208-226, maio/ago. 2017.

SILVESTRO, M. S; ABRAMOVAY, R. (coord.); MELLO M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. Rio de Janeiro: Instituto Cidadania e Editora Perseu Abramo, 2005.

SOUZA, M. M. O. *et al.* Agrotóxicos e transgênicos: retrocessos sócio-ambientais e avanços conservadores no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v.16. n. 29, p. 317-350, 2020. Disponível em:

<<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/issue/view/466/showToc>>. Acesso em: 20 out. 2020.

STÉDILE, J. P. **Entrevista concedida pelo coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná (CERU-UFPR)**. Curitiba, 2016.

STROPASOLAS, V. L. Juventude rural: uma categoria social em construção. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, 12, 2005, Belo Horizonte. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005.

STROPASOLAS, V. L. **O Mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

TARDIM, J. M. **Entrevista concedida pela liderança da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) ao Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná (CERU-UFPR)**. Curitiba, 2016.

TAVARES, B. Sociologia da juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da UNESCO. In: **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 1, p.181-191, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/703/70324609016.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

VALADÃO, A. **Transição agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades**, 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2012. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/28256>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro**. Recife: Editora da UFPE, 2013.

WEBER, M. Sociologia da dominação. In: WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1991.

WEISHEIMER, N. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, N. Jovens agricultores familiares: situação juvenil e projetos profissionais do recôncavo da Bahia. In: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019.

WEISHEIMER, N. Marialice Foracchi e a formação da Sociologia da juventude no Brasil. **BIB**, São Paulo, n. 77, 1º semestre de 2014 (publicada em dezembro de 2015), p. 91-117. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-77/9985-marialice-foracchi-e-a-formacao-da-sociologia-da-juventude-no-brasil-1/file>>. Acesso em 16 mai. 2020.

WELLER, V. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim: perspectivas para a análise das relações entre educação e trabalho. **XXIX Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu: 2005. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt06-9/3682-wweller-a-atualidade/file>>. Acesso em: 09. maio 2020.

WELLER, W. Karl Mannheim: Um pioneiro da Sociologia da Juventude. **XIII Congresso de Sociologia**. Recife:2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228652175_Karl_Mannheim_Um_pioneiro_da_sociologia_da_juventude. Acesso em 15 mai.2020.

WELLER, V. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, maio/ago. 2010, p. 205-224. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/04.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

WESTBROOK, R. B. & TEIXEIRA, A. **Jonh Dewey**. Coleção Educadores Ministério Educação e Cultura – Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 2010. Disponível em <http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-120035/john-dewey>. Acesso em 17 mai.2021.

ZANOL, S. V.; STROPASSOLAS, V. L. Projetos juvenis no contexto das novas ruralidades. In: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019.

ZASK, Joelle. **Participer** – essai sur les formes démocratiques de la participation.
Paris: Le Bord de l'eau, 2011.